

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DANIEL MACEDO LOPES VASQUES MONTEIRO

DISPUTA TERRITORIAL NO MATO GROSSO DO SUL:
O tempo do direito dos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéva e as
estratégias e táticas do agronegócio

Rio de Janeiro
2017

DANIEL MACEDO LOPES VASQUES MONTEIRO

**DISPUTA TERRITORIAL NO MATO GROSSO DO SUL: O TEMPO DO
DIREITO DOS GUARANI-KAIOWÁ E GUARANI-ÑANDÉWA E AS
ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO AGRONEGÓCIO**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia,
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Geografia

Orientadora: Júlia Adão Bernardes

Rio de Janeiro
Agosto de 2017

Monteiro, Daniel Macedo Lopes Vasques

Disputa territorial no Mato Grosso do Sul: o tempo do direito dos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéwa e as estratégias e táticas do agronegócio / Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro, 2017. 207f.: il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2017.

Orientadora: Júlia Adão Bernardes

1. Guarani-Kaiowá; 2. Guarani-Ñandéwa, 3. agronegócio, 4. território, 5. estratégias e táticas. I. BERNARDES, Júlia Adão (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Geociências. II. Título.

**DISPUTA TERRITORIAL NO MATO GROSSO DO SUL: O TEMPO DO
DIREITO DOS GUARANI-KAIOWÁ E GUARANI-ÑANDÉWA E AS
ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO AGRONEGÓCIO**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia,
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Geografia

Aprovada por:

Prof^a. Dr^a. Júlia Adão Bernardes
Orientadora – PPGG/ UFRJ

Prof^a. Dr^a. Roberta Carvalho Arruzzo
Instituto Multidisciplinar/UFRRJ

Prof^a. Dr^a. Rebeca Steiman
PPGG/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Cátia Antônia da Silva
Suplente – FFP/UERJ

Prof^a. Dr^a. Eve Anne Bühler
Suplente – PPGG/UFRJ

Rio de Janeiro
Agosto 2017

Dedico este trabalho a todos os povos indígenas do Brasil, especificamente à comunidade do Tekoha Guyra Kambiy em Douradina, Mato Grosso do Sul. Aguyevete, pen de rory eterei.

AGRADECIMENTOS

Esta etapa é finalizada e para isso foi necessário a ajuda de muitas pessoas, com isso agradeço aos aqui listados e espero não me esquecer de ninguém.

Antes de tudo agradeço ao povo brasileiro e principalmente os trabalhadores desse país que possibilitaram através de seus impostos pagos que meu trabalho fosse realizado e remunerado através de uma bolsa da Capes. Grande parte dos trabalhadores desse país têm suas oportunidades tolhidas para continuarem seus estudos, então me vejo aqui em um lugar de privilégio nesta sociedade e espero retribuir, assim, essa oportunidade.

Agradeço, também, aos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéwa que através da sua luta e perseverança puderam compartilhar momentos de vitória e de angústia comigo. Destaco principalmente o povo do Tekoha Guyra Kambiy e a família do Seu Ezequiel e da Dona Adelaide que me acolheram em sua casa com todo amor e carinho possível que pude receber. Faço questão de mencionar meus agradecimentos aos jovens de Guyra Kambiy que trocaram momentos de sabedoria e de muita alegria comigo, principalmente à minha amiga Daniela Jorge João, pois foi através do seu convite que eu pude conhecer a realidade Kaiowá de perto. Também faço questão de mencionar Dona Neuza, Dona Adelina Ramona e Seu Ricardo os anciões de Guyra Kambiy que com muita sabedoria e acolhimento me ensinaram um pouquinho de sua cultura, tão bonita e rica.

Este agradecimento se estende a todos os povos indígenas do Brasil e do Mato Grosso do Sul que através da sua luta pelos seus direitos, nos traz esperança de que existem povos e pessoas engajados por um mundo melhor. Agradeço aos demais que visitei durante o trabalho de campo e que puderam compartilhar um pouco do seu tempo conosco. Às famílias da Reserva de Dourados: do Seu Getúlio e Dona Alda, do Seu Jorge e Dona Floriza; e da Dona Lenir. À família do Seu Ambrósio e da Dona Lisia da retomada de Ñu Verá; e à família da Dona Damiana que bravamente luta pelo Tekoha Apyka'i.

Agradeço também:

À galera da Casa dos Ventos e todos os amigos e colegas que fiz em Dourados, principalmente proporcionando hospedagem e intercâmbio com os indígenas e com a Universidade Federal da Grande Dourados, em especial a solidariedade da Juliana Mota (professora de geografia) e Marcos Homero (antropólogo do Ministério Público Federal) atentos e pacientes em ajudar nosso grupo e nossas inquietações. Destaco, também, a amiga Rosi Leal que em 2012 nos apresentou a Reserva de Dourados e despertou meu interesse pela questão a partir daquela visita.

À Júlia Adão Bernardes por sua orientação e cumplicidade, pois além de orientadora e professora, é minha amiga e acredito que posso contar ao compartilhar com ela minhas angústias e poder aprender muito ainda com as trocas que a vida nos proporciona. Seu empenho, dedicação e confiança em mim só me faz ter a certeza de quão especial ela é. Agradeço por acreditar na minha capacidade e me ajudar sempre na caminhada da vida. Espero que esse companheirismo dure por muito e muito anos e que possamos crescer um com o outro a cada dia que passa.

À Roberta Arruzzo que me abraçou em seu projeto com os Guarani e me abriu portas para a discussão no tema. À sua paciência e carinho em me ajudar na dissertação e poder participar desse momento.

Ao Rubinho (Rubem Thomaz de Almeida) que se dedicou a discutir com o grupo, nos ensinando, sempre com muito amor e carinho, o lado antropológico e o universo Guarani tão rico e cativante. Sempre disposto a nos ajudar, não tenho nem palavras para agradecer-lo. Aguyevete!

Aos amigos do Geopovos (UFRRJ) que me acolheram e participaram desse momento especial para todos nós. Meu muito obrigado ao Emerson Guerra, Shamila, Liziane e William.

Aos amigos do Nuclamb (UFRJ) que estiveram sempre presentes neste momento. Em especial: Simone, Emília, Taiana, Bruno, Luquinhas, Wallace, Thaís, Florinda, Isrella, Wanderson, Dimas, Isabel, Nívea, Rizza, Gleice, Marcelli, Bruna, Nei e Marcos.

Aos professores do departamento de geografia e do programa de pós-graduação na UFRJ. Em especial: Roberto Lobato, Ana Daou, Eve Anne, Ênio Serra, Roberto Marques e Adriana Carvalho.

As amigas Tuani Lima que me ajudou na elaboração de mapas e Camila González no auxílio com a língua espanhola.

Ao meu companheiro Gustavo Vitti meu enorme carinho e agradecimento por estar sempre do meu lado, compartilhando as minhas angústias e me ajudando sempre no possível. Agradeço principalmente as revisões feitas na dissertação e a cumplicidade de estar compartilhando comigo este momento. Sua presença ao meu lado dividindo os momentos de vitória e de frustração me dão força para continuar trazendo alegria e êxito nessa caminhada.

À minha amiga Lívia por estar sempre do meu lado nos momentos complicados da vida e nas trocas acadêmicas. Sua presença foi e é muito importante para a construção deste trabalho e no companheirismo as barbáries diárias.

Aos amigos Blocs; Kessy, Zé, Deise, Isabô, Léo, Eli e Marisa pela caminhada e pela disposição em me ajudar em tudo que eu precisei.

Aos amigos do cinema: Ariel, Amandinha, Natália, Beto, Pilar, Thiago, Rafa e Charlotte que me enriquecem a todos os momentos e somam de bar em bar o conhecimento que levo dessa vida.

Ao Diego Tavares que foi essencial nessa jornada do mestrado, sem sua ajuda e companheirismo eu não conseguiria caminhar nessa escrita. Obrigado pela paciência e dedicação nesta trajetória.

Aos amigos da geografia, em especial a galera da “casa da Kátia” e toda a “colônia” nordestina desses geógrafos maravilhosos que só contribuíram para essa dissertação.

Aos amigos gaúchos: Mari, Mário, Luna e Naura pela amizade, companheirismo sempre dispostos a me ajudarem no que for preciso.

Aos vizinhos e amigos do Morro da Conceição, em especial: Mauro, Cleuma, Luisa, Lúcia e Ronaldinho sempre alegrando com sua presença e carinho. Para além dos sambas posso contar com vocês e ter a certeza dessa família linda que no Morro constituí.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a minha família por me apoiarem e poderem me ajudar sempre quando necessário nesta caminhada. Em especial: minha avó Cida, minhas tias Carla e Carminda e meus primos Gabriel, Samille, Jamille, Dani e os demais sempre me ajudando no que foi possível.

Aos meus irmãos, Matheus e Isabela, pela trajetória de luta e esforço compartilhada comigo, estando sempre do meu lado e que em nenhum momento repreenderam nenhuma escolha minha e combateram os preconceitos da sociedade do meu lado. Agradeço principalmente a ajuda com a correção do meu inglês precário sempre dispostos a me ajudarem quando solicitados.

Ao meu pai Daniel, que partiu antes desse momento ser concretizado, mas deixou em mim o aprendizado da simplicidade e da grandiosidade da afeição pelo outro. Sua missão foi cumprida no Planeta Terra, mas deixou frutos. Obrigado sempre por ter enfrentado do meu lado as adversidades que a vida nos apresenta.

Á minha mãe Jócia. Sem ela nada disso seria possível. Agradeço as batalhas enfrentadas, as imensas dificuldades e a força de uma guerreira cearense que sempre ensinou a mim e aos meus irmãos os caminhos da vida. Sua dedicação e esforço batalhando pelos nossos estudos, ultrapassando todas as barreiras e nos proporcionando

sempre que possível uma educação justa que transcende a formalidade da academia, mas que nos formou para a vida. Obrigado por tudo!!!

“Amigo, nós estaremos sempre na luta! Seja o que vier! Nós não vamos desistir!”
Daniela Jorge João. Liderança Guarani-Kaiowá, Tekoha Guyra Kambi.

RESUMO

O agronegócio atualmente é um importante modelo econômico respaldado pelo Estado brasileiro, porém carrega consigo contrapontos importantes que se tornam necessários serem expostos para elucidar os conflitos atuais no campo. O presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias e táticas do agronegócio na disputa territorial com os indígenas Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéwa no estado do Mato Grosso do Sul. O trabalho se divide em quatro partes. No momento inicial dados são apresentados com a finalidade de demonstrar a situação das terras indígenas no estado e os índices de violência que assola esses povos indígenas, assim como o procedimento jurídico estabelecido pela Constituição de 1988 para a demarcação das Terras Indígenas em todo o Brasil; na segunda parte uma construção histórica ilustrará os processos ocorridos no estado que acarretaram a situação atual, como ocorreu o *sarambi* e como o agronegócio se instalou nas terras sul-mato-grossenses; na terceira parte uma análise conceitual sobre o conflito e o agronegócio desencadeará para compreendermos os atores que compõem o cenário do agronegócio no estado; e por fim, as estratégias engendradas por esses atores para conseguirem se estabelecerem nas terras, intimidando e ameaçando os indígenas que ali estão. O conceito de território foi estabelecido de acordo com a proposta de Robert Sack, Claude Raffestin e Marcelo Lopes para que possamos compreender as estratégias e táticas desenvolvidas ali, para isto Michel de Certeau contribuiu para as análises feitas, assim como a importância do trabalho de campo e o contato com os indígenas no estado para melhor elucidar as tomadas de decisões dos atores do agronegócio em diversas escalas de ação. Destacando sempre a maneira Kaiowá e Guarani de afrontar o capital e sua lógica, embarreirando a expansão de sistemas agrícolas modernos no Brasil e no estado do Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS CHAVES: Guarani-Kaiowá; Guarani-Ñandéwa, agronegócio, território, estratégia e tática.

ABSTRACT

Agribusiness is nowadays an important economic model supported by the Brazilian State, however, has with it important counterpoints that be necessary to be exposed to elucidate the existent conflicts in the field. The present work aims to analyze agribusiness strategies and tactics in the territorial dispute with the Guarani-Kaiowá and Guarani-Ñandéwa natives in the state of Mato Grosso do Sul. The work is divided into four parts. At first the data are presented with the purpose of demonstrating the situation of natives lands in Mato Grosso do Sul and the rates of violence that afflicts natives as well as the legal procedure established by the 1988 Constitution for the demarcation of Indigenous Lands at Brazil; In the second part, a historical construction will illustrate the processes that took place in Mato Grosso do Sul leading to the present situation, as occurred the *sarambi* and how agribusiness settled in the lands of Mato Grosso do Sul; In the third part a conceptual analysis on the conflict and agribusiness will unleash to understand the players that make up the agribusiness scenario in the state; And finally, the strategies generated by these players to establish themselves on the land, intimidating and threatening the natives. The concept of territory was established according to Robert Sack, Claude Raffesttin and Marcelo Lopes for understanding the strategies and tactics developed there, for this understanding Michel de Certeau contributed to the analyzes made, as well as the importance of fieldwork and the contact with the natives to better elucidate the decision of agribusiness in various scales of action. Always emphasizing the Kaiowá and Guarani way of confronting capital and its logic, blocking the expansion of modern agricultural systems in Brazil and Mato Grosso do Sul.

Key words: Guarani-Kaiowá; Guarani-Ñandéwa, agribusiness, territory, strategy and tactics.

SUMÁRIO

Introdução	20
Capítulo 1 – Contextualizando o conflito	30
1.1 O que é Terra Indígena?	30
1.2 Como ocorre o processo de demarcação das Terras Indígenas?	31
1.3 Situação atual das Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul	34
1.4 Conflitos relativos à terra.....	35
1.5 Conflitos relativos a pessoas que envolvem a disputa de terras	35
1.5.1 Assassinatos e a prática do etnocídio	36
1.5.2 Suicídios	42
1.6 Problemas gerais e relações com a terra.....	49
Capítulo 2 – Contextualização do conflito.....	51
2.1 Algumas considerações teóricas: espaço e tempo	51
2.2 Os primeiros contatos entre os indígenas e os europeus no Mato Grosso do Sul.....	54
2.3 O acesso à terra pelos brancos e a extração da erva mate no Mato Grosso do Sul.....	59
2.4 Primeira república, SPI e Criação das Reservas	70
2.5 O Estado Novo, marcha para o oeste e Getúlio Vargas.....	74
2.6 A chegada da fronteira agrícola moderna	76
2.6.1 Tekoha e entrada	81
Capítulo 3 – O agronegócio e seus atores	84
3.1. Conflito: definição.....	84
3.2. Agronegócio: breve história e sua definição.....	86
3.2.1 O agronegócio hoje em Mato Grosso do Sul.....	88
3.3 Atores do Agronegócio no Mato Grosso do Sul	91
3.3.1 Produtores.....	91
3.3.1.1 Cadeia de carnes.....	91
3.3.1.1.1 Suinocultura	93
3.3.1.1.2 Avicultura	95
3.3.1.1.3 Bovinocultura	98

3.3.1.2 <i>Cadeia de grãos</i>	104
3.3.1.2.1 <i>A sojicultura</i>	105
3.3.1.2.2 <i>A produção de milho</i>	108
3.3.1.3 <i>Setor Sucroenergético</i>	109
3.3.1.4 <i>Silvicultura: Eucaliptos</i>	113
3.3.2 <i>Mercado, comércio e serviços</i>	114
3.3.3 <i>Agrotóxicos</i>	115
3.3.4 <i>O Estado</i>	116
3.3.5 <i>Sindicatos e associações</i>	118
3.4 <i>Algumas reflexões sobre o agronegócio</i>	120

Capítulo 4 – Estratégias e táticas: articulações do capital e dos Kaiowá e Guarani	122
4.1 Território, poder e violência	122
4.2 Territorialidades, estratégias e táticas	130
4.2.1 <i>Estratégias e táticas do agronegócio</i>	133
4.2.1.1 <i>Bancada ruralista</i>	134
4.2.1.2 <i>PEC 215</i>	140
4.2.1.3 <i>O Marco Temporal</i>	141
4.2.1.4 <i>CPI da Funai e do Incra</i>	142
4.2.1.5 <i>Criminalização de protestos e de advogados</i>	144
4.2.1.6 <i>Política local e CPI do CIMI</i>	145
4.2.1.7 <i>Milícias particulares</i>	147
4.2.1.8 <i>Leilão da milícia</i>	148
4.2.1.9 <i>Juízes</i>	148
4.2.1.10 <i>Mídia e escola</i>	152
4.2.1.11 <i>Igrejas neopentecostais</i>	152
4.2.1.12 <i>Atos de atentados contra a vida</i>	158
4.2.1.13 <i>Senso comum</i>	159
4.2.2 <i>Algumas estratégias e táticas dos indígenas</i>	160
4.2.2.1 <i>Aty Guasu</i>	160
4.2.2.2 <i>Uso de tecnologias informacionais</i>	162
4.2.2.3 <i>O mundo <i>karaí</i> das universidades</i>	163
4.2.2.4 <i>Campanhas internacionais</i>	163

4.2.2.5 Fortalecimento da cultura	166
4.3 Resistências, estratégias ou táticas?	168
Considerações finais	171
Referências Bibliográficas	176

Lista de Mapas

Mapa 01 – Assassinatos indígenas no Mato Grosso do Sul 2006-2015	41
Mapa 02 – Distribuição das evidências arqueológicas Guarani	55
Mapa 03 – Região dos povos de Itatim	58
Mapa 04 – Área de exploração da erva-mate em Mato Grosso do Sul (final séc. XIX – início do séc. XX)	63
Mapa 05 – Ka’aguirusu	72
Mapa 06 – Localização das Reservas no Mato Grosso do Sul	72
Mapa 07 – Concentração de Terras Privadas no Mato Grosso do Sul – 2017	88
Mapa 08 – Distribuição do rebanho suíno por município em Mato Grosso do Sul – 2015	95
Mapa 09 – Distribuição de aves por município em Mato Grosso do Sul – 2015 ...	98
Mapa 10 – Distribuição do rebanho bovino por município em Mato Grosso do Sul – 2015	103
Mapa 11 – Distribuição de área plantada de soja por município em Mato Grosso do Sul – 2015	107
Mapa 12 – Distribuição de área plantada de cana-de-açúcar por município em Mato Grosso do Sul – 2015	112
Mapa 13 – Distribuição de área plantada de eucalipto por município em Mato Grosso do Sul – 2015	114

Lista de Figuras

Figura 01 – Ervateiros	67
Figura 02 – O ervateiro	69
Figura 03- Propaganda da Marcha para o Oeste	76
Figura 04 – Comparação entre os modelos agrícolas	119
Figura 05 – Maracá e curuzu	157
Figura 06 – Igreja evangélica na Reserva de Dourados	157
Figura 07 – Campanha de boicote ao agronegócio no Mato Grosso do Sul	164
Figura 08 – Campanha de boicote ao açúcar produzido em terras indígenas	165
Figura 09 – Ações divulgadas pela Anistia Internacional	166
Figura 10 – Registro da história Kaiowá pelos jovens	168

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Assassinatos indígenas em Mato Grosso do Sul – gênero –(2015)	37
--	----

Gráfico 02 – Assassinatos indígenas no Mato Grosso do Sul –faixa etária–(2015)	38
Gráfico 03 – Suicídios indígenas no Mato Grosso do Sul (2000-2015)	42
Gráfico 04 – Suicídios indígenas em Mato Grosso do Sul (1981-2000)	43
Gráfico 05 – Localidades com maiores índices de suicídios indígenas no Mato Grosso do Sul (1981-2000)	44
Gráfico 06 – Suicídios indígenas no Mato Grosso do Sul – faixa etária – (2015)	46
Gráfico 07 – Evolução do rebanho suíno no Mato Grosso do Sul	94
Gráfico 08 – Evolução da produção de aves no Mato Grosso do Sul	97
Gráfico 09 – Evolução do rebanho bovino em Mato Grosso do Sul	102
Gráfico 10 – Evolução da área plantada de soja no Mato Grosso do Sul	106
Gráfico 11 – Evolução da área plantada de milho no Mato Grosso do Sul	108
Gráfico 12 – Evolução da área plantada de soja no Mato Grosso do Sul	111
Gráfico 13 – Evolução produção de madeira de eucalipto em tora no Mato Grosso do Sul	113

Lista de Quadros

Quadro 01 – Situação das Terras Indígenas com pendências (2015)	34
Quadro 02 – Ataques em Terras Indígenas (2015)	35
Quadro 03 – Assassinatos indígenas em Mato Grosso do Sul e no Brasil (2003 - 2015)	36
Quadro 04 – Distribuição dos suicídios indígenas por município em Mato Grosso do Sul (2015)	48
Quadro 05 – Desassistência geral – (2015)	49
Quadro 06 – Participação estrangeira no Mato Grosso do Sul – 1923	64
Quadro 07 - Reservas Indígenas demarcadas criadas entre 1915 e 1928	71
Quadro 08 – As primeiras entradas (retomada) de terra no Mato Grosso do Sul	80
Quadro 09 – Efetivo de rebanhos em Mato Grosso do Sul – 2015	92
Quadro 10 – Frigoríficos no Mato Grosso do Sul	101
Quadro 11 – Localização das usinas no Mato Grosso do Sul	109
Quadro 12 – As 15 maiores religiões com fiéis declaradas entre os indígenas na Microrregião de Dourados	155

Lista de Siglas

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio

ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
Abiove - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
Abrapa - Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
Abrasoja - Associação Brasileira dos Produtores de Soja
ACRISSUL - Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul
ANP - Agência Nacional do Petróleo
Aprosoja-MS - Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul
ASFRON - Associação das Revendas de Insumos e Agrotóxicos da Fronteira de Mato Grosso do Sul
Assocarnes - Associação de Matadouros, Frigoríficos e Distribuidores de Carne de Mato Grosso do Sul
Asumas - Associação Sul-matogrossense de Suinocultores
Avimasul - Associação dos Integrados da Avicultura de Mato Grosso do Sul
Biosul - Associação dos Produtores de Bioenergia do Mato Grosso do Sul
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP - Comissão de Planejamento da Produção
DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GPS - Global Positioning System
ISA - Instituto Sócio Ambiental
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Nuclamb - Núcleo de Estudos Geoambientais
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
RIDESA - Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético
SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIAMS - Sindicato das Indústrias da Alimentação do Estado de Mato Grosso do Sul
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIF - Serviço de Inspeção Federal
SICADEMS Sindicato das Indústrias de Frio, Carnes e Derivados do Estado de Mato Grosso do Sul
SINDAL-MS - Sindicato das Indústrias de Fabricação do Alcool do Estado de Mato Grosso do Sul
Sinpacems - Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose do Estado de Mato Grosso do Sul
SPI - Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais Sulcanas Matogrossense Associação dos Fornecedores de Cana Sul-Mato-Grossense

SRB - Sociedade Rural Brasileira

UBA - União Brasileira de Avicultura

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNICAMP - Universidade de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

Introdução

No presente contexto econômico nacional observa-se que o agronegócio assumiu especial destaque como política de Estado e de grandes empresas transnacionais, em parte devido ao cenário propício, incentivos fiscais, crédito e infraestrutura, no âmbito do cenário internacional favorável, estabelecendo um rearranjo do espaço brasileiro.

A economia brasileira apostou todas suas fichas na produtividade dos recursos naturais – terras, jazidas minerais, recursos hídricos, etc. (Delgado, 2012, p.114), portanto, os recursos oferecidos pela terra são explorados a fim de alimentar a economia crescente de um país onde os interesses das grandes empresas predominam.

A lógica da agricultura brasileira contemporânea está cada vez mais internacionalizada, criando um novo padrão de produção agrícola que ultrapassa os limites da escala local, estadual, regional e nacional. Esse novo padrão, como afirma Frederico (2013, p.100), pode ser definido segundo duas características: a inserção de novas tecnologias da informação nas cadeias de produção dos principais cultivos que movimentam o capital da economia agrária brasileira, como a agricultura de precisão, o uso de GPS, a produção de insumos químicos, etc; e a interferência menor do Estado como regulador da agricultura, aumentando o poder das tradings e das grandes empresas e grupos financeirizados de capital privado.

O agronegócio brasileiro em sua nova fase, a partir de 2000, contou com o aumento do preço em relação às exportações de seus principais produtos, firmando a soja e seus derivados como o principal carro-chefe da agropecuária nacional. Porém não foi somente a soja que ascendeu e se destacou neste cenário, o complexo de carnes e o setor sucroenergético também. Vale a pena ressaltar que a economia brasileira focou na exportação de poucos produtos primários, tornando-se mais dependente e vulnerável, pois “a demanda mundial por produtos agrícolas é relativamente decrescente, a variabilidade dos preços e quantidades do comércio agrícola é bem maior do que a dos produtos industrializados, e as relações de troca das exportações agrícolas têm declinado nos últimos 30 anos” (CARVALHO; SILVA, 2005, p.1).

Com o avanço do agronegócio, novos territórios são apropriados, transformados e utilizados para a produção de cultivos que favorecem os grandes capitalistas na esfera nacional e internacional. Segundo Delgado (2012, p.115), ao incorporar novas áreas, o agronegócio utiliza a capacidade tecnológica já existente, além de consumir recursos

naturais que não são produtos da atividade humana, como o solo, a água, as florestas, a luminosidade, etc.

O estado de Mato Grosso do Sul, que será contemplado neste trabalho, se destaca, assim como os outros do Centro-Oeste e do cerrado brasileiro, por uma grande desenvoltura nos processos que abrangem o agronegócio. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2015, Mato Grosso do Sul apresentava entre suas terras cultiváveis¹ 49% de soja, 35% de milho e 11% de cana-de-açúcar, ou seja, mais da metade da área plantada do estado era destinada ao agronegócio.

É necessário contextualizar no tempo os processos que ocorreram no espaço e compreender o contexto dos acontecimentos em Mato Grosso do Sul. Um dos aspectos mais importantes da Geografia é poder dialogar uma situação com o contexto que ela pertence, essa é a “arte” da ciência geográfica, como Morin enaltece: “contextualizar e globalizar são os procedimentos absolutamente normais do espírito e, infelizmente, a partir de um certo nível de especialização, que passa a ser da hiper-especialização, o fechamento e a compartimentização impedem contextualizar e globalizar (1999, p.25)”.

A expansão e a consolidação do agronegócio em Mato Grosso do Sul apresentam uma série de repercussões, havendo quem diga que é o grande símbolo da produtividade², porém ressalto, assim como muitos autores, a capacidade excludente desse sistema de produtividade, seja pela questão ambiental, trabalhista, fundiária, alimentar, entre outras. Destacamos aqui neste trabalho a questão indígena no conflito etnocida que vem sendo engendrado por parte dos agentes do agronegócio – empresas (nacionais e/ou estrangeiras), Estado, mídia e, até mesmo, o chamado “senso comum” da população em geral.

¹ Este cálculo de porcentagem foi feito de acordo com o total das áreas ocupadas pela agricultura em geral, somando-se os cultivos temporários e permanentes, na escala do estado. Destaca-se que as áreas ocupadas por pastagens – naturais e plantadas – não estão inseridas neste cálculo, pois a obtenção desses dados só é possível de encontrar nos censos agropecuários feitos de 10 em 10 anos. Como o último censo que temos disponível é o de 2006, se incorporássemos os dados de pastagem, o estudo se encontraria bastante defasado em relação ao tempo presente. Vale destacar que, dentre os 66 cultivos – temporários e permanentes – levantados pelo IBGE, os três carros chefes do agronegócio nacional dominam a quase totalidade das terras plantadas em Mato Grosso do Sul, mesmo sabendo que maior parte da terra cultivável de milho, ocupa a mesma terra que cultiva soja.

² Ver em:

Agronegócio a salvação da economia brasileira. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2017/03/agronegocio-a-salvacao-da-economia-brasileira-9745189.html>> Acessado em: 05 jun. 2017.

A importância do agronegócio para o Brasil. Disponível em: <<http://blog.perfarm.com/agronegocio-no-brasil/>> Acessado em: 05 jun. 2017

A importância do agronegócio no Brasil: reflexos e reflexões. Disponível em: <<http://ruralcentro.uol.com.br/analises/importancia-do-agronegocio-no-brasil-reflexos-e-reflexoes-4470>> Acessado em: 05 jun. 2017

O estado de Mato Grosso do Sul, historicamente, sempre apresentou conflitos entre indígenas e frentes agrícolas, ocasionando disputas por terras, tendo o Estado como o principal agente promotor dessas mudanças. Seja no Brasil Colônia, com as reformas pombalinas, no império ou na república, com a criação dos órgãos ligados às questões indigenistas, como o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Havia um esforço para integrar a nação, pensando-a num âmbito colonizador. Levando em consideração que no Centro-Norte do país existia um grande "vazio" a ser ocupado, articular esses espaços era de fundamental importância para o Estado brasileiro, principalmente no início do século XX, movido pelo positivismo de Comte, embebidos da ideia de ordem e "proteção aos mais fracos". A partir desta concepção surge a política indigenista com o Marechal Cândido Rondon, influenciado pelo ideal evolucionista, tutelando os índios que, segundo este ideal, estariam em um estágio menos evoluído que a sociedade em geral.

Neste período o índio era pensado como "algo passageiro" em um estágio a ser ultrapassado, sendo o indígena associado a um "desamparado", visão paternalista e autoritária de uma sociedade que não enxergava o outro. Estabelecendo políticas indigenistas, o Estado, através dos ideais de pacificação, assistência e proteção, ignorou "tacitamente a possibilidade de diálogo entre o órgão federal e as lideranças indígenas" (OLIVEIRA, 1988, p.22;23).

As investidas do Estado Brasileiro em áreas não economicamente produtivas - no sentido do capital - ocorrem de certa forma, para atender as demandas dos países desenvolvidos industrializados no que se refere aos recursos naturais, acarretando a transformação ou tornando-as úteis no sentido econômico de ocupação (SANTOS, 1971, p.124), tendo a subordinação econômica e a dependência como estruturadores da sociedade (MORAES, 2005, p.97). Segundo Santos,

A utilização de terras é limitada àquelas que são mais bem adaptadas, num dado momento, às tarefas requeridas. [...] A modernização assim obtida é circunscrita a uma área do país e deixa desocupada ou desprezada enormes porções do espaço. É assim que expressões como fronteira agrícola ou zona pioneira significam que o espaço está ainda em aberto e pronto a ser conquistado (SANTOS, 1971, p.124;125).

O Brasil, segundo Moraes (2005, p.96), ao construir seu território, desenvolveu frentes pioneiras com grande dinamismo, encontrando-se até hoje em um contínuo

processo de expansão territorial, além da construção de uma identidade nacional vinculada a essa práxis expansionista. Tal práxis vem explicitando outras faces do capitalismo, como a exploração do homem e da terra através da apropriação do espaço.

Isto dito, o capital continua em expansão em Mato Grosso do Sul, reinventando-se e revolucionando seus meios de produção, tentando desestabilizar as investidas dos indígenas na luta por suas terras e pressionando³ as terras demarcadas existentes⁴.

Na disputa de terras os indígenas se apoiam em suas ancestralidades, isto é, seus lugares originários, para que assim possam exercer seu modo de ser⁵. Do outro lado encontram-se os ruralistas, imbuídos da sedução do agronegócio nacional, protegidos pelo Estado e sob pressões globais do sistema-mundo, buscando incessantemente territorializar ou reterritorializar o capital. Assim se constituiu o cenário conflituoso atual do estado de Mato Grosso do Sul.

No estado estão presentes 8 etnias: Atikun, Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandéwa, Guató, Kadiwéu, Kiquinau, Terena e Ofaié. Segundo o censo realizado pelo IBGE em 2010, a população declaradamente indígena em Mato Grosso do Sul foi de 77.025 pessoas, a segunda maior população indígena do país, atrás apenas do estado do Amazonas.

Considerando o cenário acima explicitado, este trabalho **objetiva** analisar as estratégias dos agentes do agronegócio para se manterem nas terras originalmente indígenas, ou até mesmo, se apossar de áreas já registradas como tal. Também se buscará, na medida do possível e da ética, pontuar estratégias dos povos indígenas no sentido de recuperá-las, buscando, desse modo, compreender os conflitos atuais entre esses distintos grupos sociais, além dos impactos diretos e indiretos no que se refere às terras e ao cotidiano desses povos.

³ Refiro-me às ações violentas como assassinatos, jogadas políticas nas três esferas de poder e impedimentos do modo de ser indígena, como, por exemplo, a liderança indígena Marinalva Manoel, assassinada na BR-163 em Dourados. Ela foi assassinada com pelo menos 35 facadas e indícios de estupro. Marinalva era bastante ativa na luta pela demarcação da Terra Indígena de Nu Porã, inclusive integrava a comitiva que foi à Brasília manifestar repúdio contra a anulação por parte do Supremo Tribunal Federal do processo de demarcação da Terra Indígena Guyraroká, 15 dias antes do seu assassinato. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1544071-lider-indigena-e-assassinada-apos-participar-de-protesto-no-stf.shtml>> Acessado em: 05 fev. 2016.

⁴ Como ocorre na Reserva Indígena de Dourados, que conta com apenas 3,6 mil hectares, abrigando índios de três etnias diferentes. Esse espaço reservado aos índios não lhes garante condição de ancestralidade, pois as três etnias foram levadas para essa Reserva, tendo em seu entorno grandes propriedades do agronegócio, fluxos intensos de trabalhadores rurais e o crescimento urbano.

⁵ Há exigência para que essas terras sejam demarcadas de acordo com a Constituição Federal de 1988, que obriga o Estado a demarcar, defender e fiscalizar, conforme o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com o objetivo do trabalho, a **questão central** é: ao entender o contexto dos conflitos e das Terras Indígenas, quais são as estratégias e táticas dos agentes do agronegócio na disputa territorial-fundiária contra os indígenas em Mato Grosso do Sul?

Para elaborar este trabalho, a **metodologia** consistiu em fontes de dados primários, obtidos em trabalhos de campo e dados secundários, a partir das seguintes fontes:

1. *Bibliografias no âmbito acadêmico ou não*, como artigos, teses, dissertações e publicações no geral que permitiram traçar uma rota a ser estudada e contextualizar os acontecimentos;
2. *Jornais e revistas* que circulam na mídia, tanto na hegemônica quanto nas alternativas, *reportagens de sites* que veiculam notícias sobre o tema e que nos mostrem as visões das duas partes conflitantes da pesquisa;
3. *Facebook*, que não podemos deixar de lado como fonte de pesquisa nos tempos atuais, assim como outras redes sociais. Grupos, páginas e eventos que são atualizados quase que diariamente permitiram saber de forma mais imediata as emergências do tema, além da troca com outras pessoas que se interessam pelo mesmo tema proposto para essa pesquisa, estando em diversas partes do país. Destaco o Facebook como importante fonte de informação sobre as tomadas de decisões que ocorrem com os Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéwa, principalmente no que se refere à página da Aty Guasu. E no mais geral, o grupo GeoPovos, onde são divulgadas notícias relacionadas à temática indígena de todo Brasil e Américas. Esta rede social também proporciona coletar e observar notas e postagens divulgadas pelos componentes do agronegócio;
4. Os *Eventos* que são divulgados principalmente pelo Facebook e que ocorrem no Rio de Janeiro. São neles que podemos obter a possibilidade do contato com os indígenas, principalmente os oriundos do Mato Grosso do Sul, que procuram centros como o Rio de Janeiro para denunciar o ocorrido na disputa de terras do estado. Tais eventos acontecem geralmente nas universidades públicas do estado, possibilitando a troca de contato com outros pesquisadores e militantes da causa que estudam ou residem no Rio de Janeiro;
5. *Órgãos e instituições* que oferecem dados bastante necessários para a pesquisa; é através desses dados que podemos fazer nossas análises e obter informações. Algumas das fontes mais importantes são: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), Instituto Sócio Ambiental (ISA), entre outros.

- Esses dados revelam a dimensão do conflito, a expansão do agronegócio e os números oficiais das variáveis surgidas a partir das consequências dessa disputa;
6. *A Constituição Federal Brasileira de 1988 e os tratados internacionais* que nos permite demonstrar, no campo jurídico, os pilares do conflito na luta pela terra;
 7. Os encontros com o grupo de pesquisa *Geopovos* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) me ajudaram a compreender melhor a questão indígena; no meu caso, um principiante no tema, necessitava de tais debates, principalmente com as discussões com o antropólogo Rubem Ferreira Thomaz de Almeida, enriquecendo bastante a visão, essencial, da antropologia, sobre o debate. Além dos debates contínuos no grupo de pesquisa *Nuclamb* (Núcleo de Estudos Geoambientais) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre o agronegócio;
 8. O *trabalho de campo*, que ocorreu em julho de 2016, a fim de analisar as estratégias dos dois grupos, principalmente o contato com os indígenas, além de compreender o conflito na região, a situação dos povos no estado e a possibilidade de demarcações. Foi necessária uma ida ao local e um trabalho mais minucioso, para poder compreender as informações variadas sobre a situação atual do conflito, além da observação *in situ*. Seeger (1980) e outros autores da Antropologia me ajudaram a refletir sobre a importância de compreender o outro, o papel do outro, a vivência do outro, e deixar de lado um pouco o nosso pensamento da Geografia que “anda de mãos dadas” com o Estado. Durante o trabalho de campo foram feitas entrevistas com indígenas e órgãos públicos locais (FUNAI - Dourados, FUNAI – Ponta-Porã, MPF, CIMI e CPT), visitas à Universidade Federal da Grande Dourados e em Terras Indígenas localizadas na Microrregião de Dourados (a Reserva de Dourados e os Tekohás Nu Vera, Apica’y, Ita’y), além da estadia na Terra Indígena de Guyra Kambiy, no município de Douradina, trabalho este feito com consciência de que o que foi observado por mim teve contribuições e interpretações diferenciadas de outros atores, devido à minha trajetória, aos meus conhecimentos e às minhas companhias neste tempo.

No que se refere à fundamentação teórica, foram utilizados diversos autores como Robert Sack, Marcelo Lopes de Souza, Michel De Certeau, Gislaene Moreno, Rubem Thomaz de Almeida, Tonico Benites, Graciela Chamorro, Roberta Arruzzo, Júlia Adão Bernardes, Antonio Cesar Ortega, Leonel Mazzali, Juliana Mota, Sérgio Leite, Regina

Bruno, entre outros. Vale destacar aqui os conceitos centrais da pesquisa: território, estratégia e táticas. Com isso, a dissertação apresenta a seguinte estrutura:

No capítulo 1 será abordado o contexto das Terras Indígenas, inicialmente como acontecem os processos judiciais, a situação atual das Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul e a situação em que os indígenas se encontram no estado, de acordo com dados disponíveis dos relatórios anuais do CIMI.

No *capítulo 2* foi feita uma análise histórica do conflito, contextualizado até a chegada do agronegócio. O conflito ocorre quando há investidas de ocupação no espaço físico das propriedades rurais por parte dos indígenas. Através do saber dos anciãos e de suas próprias cartografias sociais, os indígenas almejam reconquistar suas terras originárias, as quais lhes foram usurpadas ao longo do processo histórico, tanto por parte do Estado, permitindo a entrada de não-índios em terras consideradas pelo poder oficial: “espaços vazios”, como por parte dos fazendeiros, através de grilagem das terras. Na maioria dos casos os indígenas eram enganados com falsas promessas e, quando retornavam para suas terras originárias, elas já estavam modificadas, impossibilitando seu modo de vida e bem-estar social. Em outros casos, a saída se deu por motivos forçados, através de conflitos armados ou ataques criminosos, como queimadas e incêndios. Contudo, os movimentos indígenas, principalmente entre os Guarani, começaram a se articular e formar frentes de luta direta, adentrando os espaços físicos das fazendas e ocupando seu tekohá⁶, sendo essas investidas de ocupação chamadas de entradas.

No *capítulo 3* o conflito é destrinchado para destacar quem são os atores do agronegócio aqui estudados, sendo a compreensão do que chamo de conflito e agronegócio debatidas nesta parte da dissertação. Assim como o retrato do agronegócio no estado do Mato Grosso do Sul, destacando os atores, como os mesmos se comportam

⁶ Segundo o ISA “[o] tekoha é, assim, o lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – onde se realiza o teko, o “modo de ser”, o estado de vida guarani. Engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado. Idealmente este espaço deve incluir, necessariamente, o ka’aguy (mato), elemento apreciado e de grande importância na vida desses indígenas como fonte para coleta de alimentos, matéria-prima para a construção de casas, produção de utensílios, lenha para fogo, remédios etc. O ka’aguy é também importante elemento na construção da cosmologia, sendo palco de narrações mitológicas e morada de inúmeros espíritos. Indispensáveis no espaço guarani são as áreas para plantio da roça familiar ou coletiva e a construção de suas habitações e lugares para atividades religiosas.

Deve ser um lugar que reúna condições físicas (geográficas e ecológicas) e estratégicas que permitam compor, a partir da relação entre famílias extensas, uma unidade político-religiosa-territorial. Idealmente um tekoha deve conter, em seus limites, equilíbrio populacional, oferecer água boa, terras agricultáveis para o cultivo de roçados, áreas para a construção de casas e criação de animais. Deve conter, antes de tudo, matas (ka'aguy) e todo o ecossistema que representa, como animais para caça, águas piscosas, matéria-prima para casas e artefatos, frutos para coleta, plantas medicinais etc”.

e se organizam social e espacialmente, dando destaque à produção econômica voltada ao agronegócio no estado. No final do capítulo realiza-se um debate e uma reflexão dos traços que abarcam este setor da economia brasileira que tanto predomina no estado do Mato Grosso do Sul.

O capítulo 4 trata das estratégias e táticas territoriais do agronegócio na disputa de terras. Com respaldo do autor Michel de Certeau procuramos compreender como age o agronegócio em diversas escalas, assim como a articulação indígena para lutarem por suas causas e garantir o direito de suas terras.

A relevância do tema emerge da necessidade do estudo sobre a situação atual dos povos indígenas e a força de luta Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéwa na atual conjuntura política brasileira para reconquistar parte de suas terras, pressionados pelo avanço do agronegócio e suas articulações estratégicas.

Os Kaiowá dividem sua história em três períodos, sendo o atual caracterizado pelo “*tempo do direito*”. É nesse momento em que há uma luta e reivindicação pelos direitos usurpados desses povos ao longo da história. A dimensão do conflito abarca na necessidade de garantir de acordo com a Constituição de 1988 os direitos determinados pela lei, para que possam usufruir do seu “*bem-viver*”.

O trabalho resgata debates úteis e atuais na esfera de políticas públicas do país, no que diz respeito à demarcação de terras indígenas; dessa forma, revelará as estratégias políticas dos grandes agentes do agronegócio frente aos indígenas e suas terras no Centro-Oeste brasileiro, assim como o porquê dos Guaranis-Kaiowás, Guaranis-Ñandévas e Terenas⁷ reivindicarem algumas terras específicas que, para eles, são motivos de luta e união. Além do agronegócio, o grande capital procura outros meios de cercar (no sentido figurado e literal da palavra) as terras indígenas, por meio da precariedade na saúde e na educação desses povos, no “uso do índio” para trabalhos mal remunerados, além do crescimento de muitas igrejas e missões evangelizadoras cristãs, principalmente neopentecostais. Destaca-se a importância social de tal estudo, ao afirmar a cultura e a

⁷ O trabalho não tem pretensão de englobar os Terenas, devido a uma outra cosmovisão, o que exigiria bastante tempo e dedicação para além dos Guaranis. No entanto, muitas implicações atingem a todos os povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Cito-os aqui devido a uma proximidade deles com os Guaranis, proximidade forçada no período da “Marcha para o Oeste”. Segundo o site do ISA (Instituto Socioambiental): “Sete povos indígenas vivem na região [Mato Grosso do Sul], sendo que a maior parte do contingente populacional é formada pelos Guaranis Nandeva, Guarani Kaiowá e Terena, os primeiros da família tupí-guaraní e o último, da família aruák.”

sociedade indígena através de estratégias territoriais, seja por parte da luta incansável dos povos indígenas, seja através da denúncia das estratégias do grande capital.

Pretendemos aqui “geografar”, no sentido de utilizar a geografia como verbo, fazendo com que a disciplina se flexione sempre que possível em número, pessoa, modo, tempo, aspecto e voz, para além do seu significado, para que nós possamos direcionar esse olhar geográfico para as questões encontradas no espaço.

O capital procura utilizar o espaço geográfico como uma ferramenta de acumulação e poder, “porém resta saber quando o descobrirão os que se opõem à sua ditadura” (MOREIRA, 1982, p.1). Acreditamos que é através da luta Guarani que podemos chegar a essa oposição, denunciando e apontando, através dos elementos do arranjo espacial (instâncias econômicas, políticas, jurídicas, culturais, sociais e, até mesmo, naturais) a lógica das relações sociais e da totalidade do espaço.

Porto-Gonçalves destaca que “na constituição de diferentes ‘territórios do conhecimento’ conformaram-se verdadeiras ‘barreiras alfandegárias’ com seus territórios de poder enquanto tais” (2002, p.1). Além disso o autor enaltece “a importância dos trabalhos que se colocam para além das disciplinaridades instituídas”. Tendo isto em vista, faremos aqui o esforço interdisciplinar de atravessar a barreira do cartesianismo⁸, tirando os conhecimentos das “gavetinhas”, quando necessários, de outras disciplinas para o debate proposto.

Para pesquisar temos que nos prover dos instrumentos necessários e estarmos abertos para as descobertas. É neste sentido que cito as “gavetinhas” de Morin, nas quais os saberes são organizados em arquivos, e aponto a desconstrução das bases cartesianas de fragmentação do conhecimento, gerando a “questão da inseparabilidade” (MORIN, 1999, p.26).

Destaco que os Guarani-Kaiowá se autodeclaram somente como Kaiowá e os Guarani-Ñandéwa como Guarani ou como Ava-Guarani. Neste trabalho iremos nos remeter aos povos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéwa, do modo em que eles se identificam, ou seja, Kaiowá e Guarani, para melhor compreensão na leitura e afirmação de suas identidades.

⁸ Termo referente a René Descartes, filósofo que defendia um sistema organizacional do conhecimento, e o utilizo aqui como uma descrição de coisas que tem proximidades, porém são classificadas como distintas, isolando uma das outras, sem ser feita uma conexão do cenário em seu entorno.

É importante destacar que eu, como autor e *karai*⁹, me sinto muito mais confortável para apontar e dissertar sobre as estratégias dos não-índios, suas ideologias capitalistas agroindustriais e as táticas para conseguirem se manter nas terras usurpadas pelos mesmos. Não me senti/sinto confortável em registrar as estratégias e táticas indígenas no conflito, por questões de representatividade e do meu olhar *karai* para com o trabalho, além de não querer corromper minha honestidade e ética, muito menos contribuir como instrumento ideológico do avanço do capital. Para tal, como foi mencionado na questão central, o foco será nas estratégias do agronegócio.

Vale a pena ressaltar que os povos indígenas não foram passivos diante de tais intervenções (ou investidas do capitalismo); neste sentido, o trabalho não terá a intenção de romantizá-los, nem de colocá-los em uma posição de apenas atingidos ou impactados, mas como agentes de articulações feitas por eles pela necessidade de lutar por seus direitos no âmbito de tais processos, visando, assim, compreender, principalmente, o cenário atual brasileiro de perdas de direitos, reacionarismos e conservadorismos políticos.

⁹ *Karai* significa não-indígena sendo utilizado para se referir ao homem branco.

Capítulo 1 – Contextualizando o conflito

Caracterizando o conflito como a oposição de interesses e ideias distintas que se materializam na disputa pela terra, se faz necessário compreender o seu cenário atual no estado do Mato Grosso do Sul.

A questão indígena ainda é considerada recente para a geografia, sendo importante destrinchar elementos básicos e a caracterização de termos, no que se refere à situação da terra, para compreensão geral do trabalho.

Este capítulo tem como princípio construir a situação dos povos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul e estabelecer um panorama das violências que estes sofrem no conflito fundiário atual. É importante a apresentação da magnitude desses dados para enriquecer os debates no âmbito das políticas públicas.

1.1 O que é Terra Indígena?

Pro índio ter a aplicação do Estatuto
Que lide o seu rincão qual um reduto,
E blinde-o contra o branco mau e bruto
Que lhe roubou aquilo que era seu,
Tal como aconteceu, do pampa ao Amapá
Demarcação lá!
Demarcação já
(Carlos Rennó/ Chico César)

Terra Indígena de acordo com o Estatuto do Índio, Lei n° 6001 de 10 de dezembro de 1973, são:

I - as terras de domínio das comunidades indígenas, sendo essas antigas doações – feitas por iniciativas públicas ou particulares – nestas terras os indígenas têm o direito de propriedade;

II - as áreas reservadas (quando o órgão responsável estabelece as Reservas indígenas – SPI ou FUNAI);

III - as terras ocupadas ou habitadas pelos indígenas, na qual o índio tem direitos sob a terra independente de ser demarcada ou não.

As Terras Indígenas ocupadas não são somente aquelas em que habitam os indígenas, mas também as terras importantes para a proteção dos povos para além da moradia, incluindo os seus lugares de pesca, caça ou extração e utilização de outros recursos naturais necessários para sua cultura e sobrevivência, incluindo-se neste aspecto os rios e lugares sagrados, contidos em suas histórias e mitos.

As Terras Indígenas estão sobre o domínio da União, tendo os indígenas o pleno direito à posse permanente da terra e uso exclusivo dos recursos naturais onde habitam (Oliveira Filho, 1998:20). Sendo posse, eles não podem vendê-las e nem arrendá-las, mas podem viver e usufruí-las permanentemente, sendo proibido segundo a lei, terceiros retirá-los de suas terras, salvo epidemias ou guerra, nestes casos o governo podendo interferir e assentá-los em outro local.

Portanto, podemos assumir aqui, segundo Oliveira Filho, que Terra Indígena é o:

habitat de grupos que se reconhecem (e são reconhecidos pela sociedade) como mantendo um vínculo de continuidade com os primitivos moradores de nosso país. A noção de habitat aponta para a *necessidade de manutenção* de um território, dentro do qual um grupo humano, atuando como sujeito coletivo e uno, tenha meios de garantir a sua sobrevivência físico-cultural (1998, p.44-45) [grifos do autor].

Sendo assim, Terra Indígena é uma categoria jurídica pautada no Estatuto do Índio (1973) e na Constituição Brasileira de 1988, de acordo com os direitos originários e da ocupação tradicional, tendo a lei para regular as terras no âmbito jurídico. De propriedade da União, elas são utilizadas pelos povos indígenas para suas atividades necessárias relacionadas ao bem-estar e à reprodução de sua cultura. De acordo com a Funai “trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada”¹⁰.

1.2 Como ocorre o processo de demarcação das Terras Indígenas?

No Brasil são estabelecidos alguns trâmites para o reconhecimento de Terras Indígenas, trâmites jurídico-políticos-burocráticos que serão explicitados neste subcapítulo. O Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, estabelece as tomadas de decisões necessárias para a demarcação das terras, instituindo a elaboração de estudos coordenados exclusivamente por antropólogos sob iniciativa e orientação do órgão de proteção ao índio, no caso a FUNAI.

a) A FUNAI designa um corpo técnico de funcionários de seu quadro, coordenado por um antropólogo. Pode-se solicitar a colaboração de membros da comunidade científica ou de outros órgãos públicos, a fim de estabelecerem um estudo levando em consideração informações de “natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica,

¹⁰ Disponível no site: <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32>

ambiental e o levantamento fundiário necessário à delimitação” da Terra Indígena identificada¹¹;

b) Os povos indígenas interessados na demarcação participam de todas as fases, juntamente com os técnicos e antropólogos, e têm a livre escolha de estabelecer a forma como irão atuar nesses trâmites de demarcação de suas terras;

c) Após o término do estudo, o resumo do laudo/relatório será anexado no Diário Oficial, tanto da União como do estado, sendo acompanhado também pela Prefeitura Municipal;

d) Destaca-se que, durante 90 dias, começados no início do processo demarcatório, os estados e municípios nas quais se localizam as terras indígenas estudadas podem se manifestar através de “provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas”, com a intenção de serem indenizados ou de anularem o estudo;

e) O próximo passo será o envio do procedimento por parte da FUNAI ao Ministro da Justiça, tanto do estudo, como das manifestações contrárias a ele;

f) O Ministro da Justiça terá que decidir em trinta dias: 1- se declara a Terra Indígena ou; 2- que se estabeleçam as atividades que não foram contemplatórias para serem refeitas ou; 3- reprovando o estudo, voltando para o estágio inicial na FUNAI;

g) Caso aceito, os não-indígenas que estão nas terras declaradas serão reassentados em outro local;

h) Após esses procedimentos as terras indígenas serão homologadas pela Presidência da República e demarcadas, sendo a FUNAI responsável por registrar a terra em um cartório imobiliário da localidade e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda.

Sendo estes os trâmites para demarcar uma Terra Indígena, destaco aqui resumidamente as atribuições dos órgãos que são específicos em cada situação:

¹¹ Informação obtida pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida. Antes da terra ser identificada, geralmente, os indígenas apresentam a demanda da terra à FUNAI. Regionalmente a FUNAI tem, ou tinha, conhecimento amplo da situação indígena - no Mato Grosso do Sul por exemplo - e repassava isso para a sede em Brasília para providências. A partir de 1985 entre os Guarani há bastante informação sobre as terras e sobre as necessidades da FUNAI montar Grupos de Trabalho para a identificação. O que importa, contudo, é a FUNAI ter a informação sobre uma determinada situação indígena, sendo esta informação oriunda dos próprios indígenas ou não. A partir de então o órgão, se encarregará de tomar as medidas necessárias. É muito recente (anos 2000) a presença do Ministério Público Federal entre os índios, mas hoje em dia é um dos caminhos mais seguros para os povos indígenas conseguirem com que a FUNAI faça sua obrigação.

- Terra Indígena Identificada: quando reconhecidas pela FUNAI, através de relatórios de estudos;
- Terra Indígena Delimitada: quando estão em análise pelo Ministério da Justiça ou em fase estabelecida para refazer o relatório e contemplar as exigências da análise do Ministro da Justiça;
- Terra Indígena Declarada: com a Portaria Declaratória do Ministério da Justiça;
- Terra Indígena Homologada: decretada pela Presidência da República;
- Terra Indígena Demarcada: registrada em Cartório Imobiliário da Comarca e no Serviço do Patrimônio da União.

Porém, existem Terras Indígenas que não estão nem sequer em situação de estudo, mas são reivindicadas pelos seus povos. De acordo com o CIMI podemos classificá-las como:

- Terra Indígena a identificar: não são identificadas, mas já estão na lista da FUNAI, para futuras identificações, com o corpo de técnicos já constituído;
- Terra Indígena sem providências: são as terras que não estão nem na listagem da FUNAI para futuros estudos, porém são reivindicadas pela comunidade.

Por fim, existem também terras que já são reconhecidas, porém com outras restrições e/ou processo de reconhecimento diferente do decreto explicitado acima:

- Terra Indígena com restrição ou interditadas: o uso restrito de pessoas que não são autorizadas pela FUNAI, tanto no que se refere ao acesso, à locomoção ou permanência na terra;
- Reserva Indígena: terras doadas, adquiridas ou desapropriadas pela União ou que pertencem ao patrimônio da União, muitas demarcadas até meados do século XX pelo SPI, reservado aos índios não lhes garantindo, necessariamente, sua condição de ancestralidade em muitos casos;
- Terras Dominiais: consideradas propriedades de comunidades indígenas, concebidas por qualquer forma de aquisição.

1.3 Situação atual das Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul

Para caracterizar o conflito no estado é importante observar as dimensões que por ele são alcançadas e a magnitude da sua intensidade quando comparado aos conflitos de outros estados. No quadro 01 podemos observar a situação de todas as Terras Indígenas do estado e em quantas estão os povos Kaiowá e Guarani.

Quadro 01 – Situação das Terras Indígenas com pendências (2015)

	Mato Grosso do Sul	Kaiowá e Guarani	%
Demarcadas²	29	18	62%
Homologadas²	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>100%</u>
Declaradas²	<u>10</u>	<u>5</u>	<u>50%</u>
Delimitadas²	4	4	100%
Identificadas	<u>13</u>	<u>11</u>	<u>84,6%</u>
Reserva	8	8	100%
A identificar¹	<u>10</u>	<u>8</u>	<u>80%</u>
Sem providência¹	<u>68</u>	<u>65</u>	<u>95,5%</u>

Fonte: ¹ Relatório violência contra povos indígenas – 2015 – CIMI

² FUNAI

Existem ainda diversas Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul com pendências administrativas (dados sublinhados no quadro), sendo a maioria delas terras pertencentes aos povos Kaiowá e Guarani, como podemos observar no quadro 01, principalmente o alto número de terras “Sem providência” (68), ou seja, reivindicadas pela comunidade, porém não se encontram na lista da FUNAI para realização de estudos.

Grande parte da população Kaiowá e Guarani vive em áreas que ainda podem ser contestadas, mostrando a precariedade desses povos no que se refere ao âmbito legal de seus direitos, assim como corrobora Kräutler (2015) “a demarcação das terras indígenas não é um favor que os índios mendigam do governo. É a Constituição Federal que obriga a demarcá-las, defendê-las e fiscalizá-las. Só assim cessarão as invasões e a depredação, estopim da maioria dos conflitos e mortes”.

1.4 Conflitos relativos à terra

Os povos indígenas no Brasil lutam por seus direitos e pela demarcação de suas terras, o que gera conflitos entre os agentes contrários a essas reivindicações, causando instabilidade e uma tensão envolvendo esses povos em diversos locais do Brasil.

Quadro 02 – Ataques em Terras Indígenas (2015)

Brasil	18
Mato Grosso do Sul	10
Kaiowá e Guarani	9

Fonte: Relatório violência contra povos indígenas – 2015 – CIMI

De acordo com o quadro 02, observamos que os povos Kaiowá e Guarani concentram a maior parte dos ataques dirigidos aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul no ano de 2015, e metade dos ataques em todo o Brasil. Sendo todos eles relacionados aos conflitos fundiários envolvendo ataques diretos às comunidades, através de fazendeiros e capangas, que utilizam táticas de sequestros, torturas, ameaças e disparos de arma de fogo, atentados que têm como alvo acampamentos indígenas que supostamente atrapalham os interesses dos fazendeiros locais.

De acordo com os relatórios anuais de violência contra povos indígenas publicados pelo CIMI, os ataques envolvem a devastação de áreas importantes para a manutenção da sobrevivência humana, destruindo poços de água, queimando plantações e acabando com plantas que serviriam como remédio para a comunidade.

1.5 Conflitos relativos a pessoas que envolvem a disputa de terras

Neste subcapítulo serão apontadas informações substanciais para a compreensão da realidade Kaiowá e Guarani no estado ilustrados por dados oficiais que apontam os óbitos dos indígenas através de assassinatos ou de suicídios, que na maioria das vezes são atrelados à questão fundiária.

Tais dados demonstram a magnitude do conflito e como o confronto pela terra gera perdas de vidas, diretas ou indiretas, assim como a concentração de mortes em certas localidades do estado, evidenciando as áreas mais violentas da região.

Os dados foram retirados do Relatório do CIMI intitulado “Violência contra povos indígenas” do ano de 2015 que, por sua vez, utiliza dados fornecidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI).

1.5.1 *Assassinatos e a prática do etnocídio*

Já que, tal qual as obras da Transamazônica,
Quando os milicos os chamavam de silvícolas,
Hoje um projeto de outras obras faraônicas,
Correndo junto da expansão agrícola,
Induz a um indicídio, vide o povo kaiowá,
Demarcação já!
(Carlos Rennó/ Chico César)

Dentre todos os estados brasileiros, Mato Grosso do Sul é líder disparado de assassinatos de indígenas, principalmente decorrentes do conflito fundiário gerado e da situação precária vivida por eles.

Quadro 03

Assassinatos indígenas em Mato Grosso do Sul e no Brasil (2003 -2015)

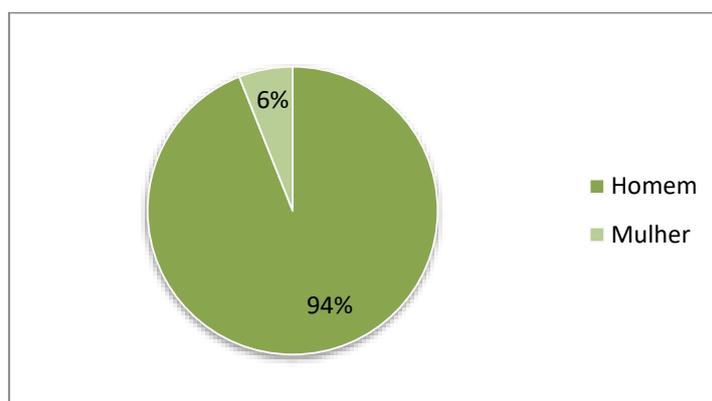
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	42	37	43	58	92	60	60	60	51	60	53	138	137
MS	13	16	28	28	53	42	33	34	32	37	33	41	36
MS %	31%	43%	65%	48%	58%	70%	55%	57%	63%	62%	62%	30%	26%

Fonte: Relatório violência contra povos indígenas – 2015 – CIMI

No quadro 03 a situação é ilustrada entre os anos de 2003 até o último dado, de 2015, na qual observamos que desde o início do século os indígenas do estado vêm sendo assassinados por diversas causas, devido à precariedade que há no local onde eles habitam. Dentre os mais de 240 povos indígenas do Brasil, os que estão em Mato Grosso do Sul, em especial os Kaiowá e os Guarani, são os que lideram esse ranking nacional.

Gráfico 01

Assassinatos indígenas em Mato Grosso do Sul – gênero – (2015)



Fonte: Relatório violência contra povos indígenas – 2015 – CIMI

O gráfico 01 nos indica que, no ano de 2015, dentre os 36 assassinatos, 94% são contra homens e 6% contra mulheres. Grande parte das mortes ocorreu após brigas e desentendimentos, mas também houve casos graves e notórios na mídia, decorrentes do conflito agrário, como a morte de Simeão Vilhalva na Terra Indígena de Ñhaderu Marangatu, no município de Antônio João.

A morte de Simeão se tornou emblemática na luta Kaiowá e Guarani no estado e na luta indígena no país. Foi ocasionada por uma arma de fogo, sendo o ataque orquestrado por fazendeiros da sua localidade. No ano de 2015 os Kaiowá e Guarani retomaram cinco fazendas incidentes localizadas na Terra Indígena que fora homologada no ano de 2005, porém com decretos suspensos, aguardando o julgamento final do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com registros na mídia e dos movimentos sociais¹² uma notória fazendeira da região convocou uma reunião no Sindicato Rural de Antônio João com a presença de alguns deputados federais e de um senador da república, além de dezenas de

¹² - Racismo Ambiental. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2016/08/31/impunidade-marca-um-ano-do-assassinato-de-simiaio-vilhalva-guarani-e-kaiowa-na-t-i-nanderu-marangatu/> Acessado em: 12 jan. 2017.

- Socialista Morena. Disponível em: <http://www.socialistamorena.com.br/as-inimigas-dos-guarani-kaiowa/> Acessado em: 12 jan. 2017.

- Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8901> Acessado em: 12 jan. 2017.

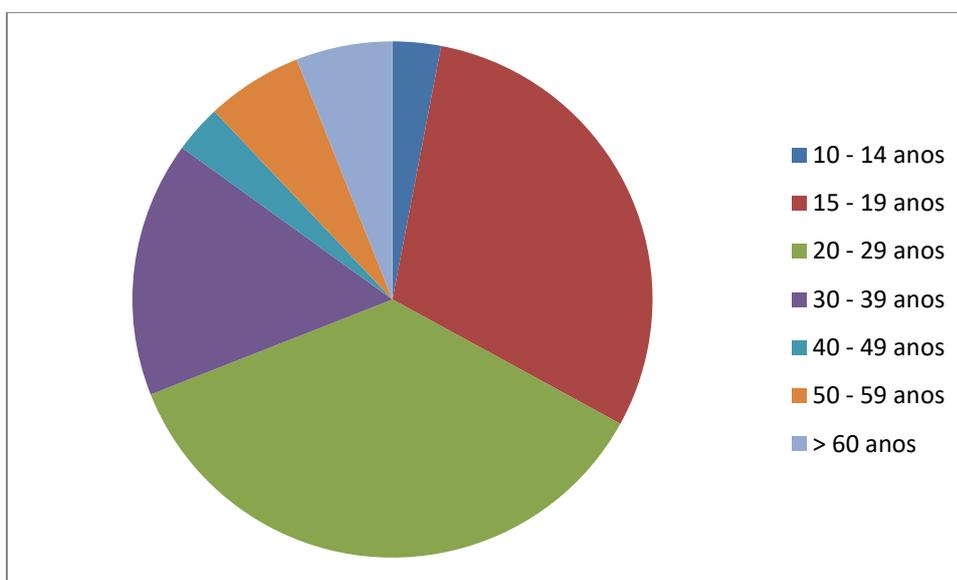
- Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2816-indigena-guarani-e-assassinado-no-mato-grosso-do-sul> Acessado em: 12 jan. 2017.

- Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/organizacoes-exigem-investigacao-sobre-participacao-de-deputados-no-ataque-aos-guarani-kaiowa> Acessado em: 12 jan. 2017.

produtores rurais. Após a rápida reunião a fazendeira foi com mais de 100 capangas armados em direção à sua fazenda retomada pelos indígenas, proibindo a ida da imprensa de seguir até local. Os ataques foram feitos, dispersando os Kaiowá e os Guarani da terra reconquistada. No meio da confusão Simeão Vilhalva procurava seu filho e foi baleado na cabeça. Após o ataque há registros de comemorações em redes sociais (Facebook) por parte da família da fazendeira em relação à barbárie comandada pela mesma.

Gráfico 02

Assassinatos indígenas no Mato Grosso do Sul – faixa etária – (2015)



Fonte: Relatório violência contra povos indígenas – 2015 – CIMI

Outros valores são importantes para assinalar o conflito na região, como observamos no gráfico 02: grande parte dos assassinatos ocorrem com os jovens de 20 a 29 anos, e em seguida dos adolescentes entre 15 e 19 anos. Os dados só corroboram que o fato das mortes dos jovens indígenas no estado do Mato Grosso do Sul fazem parte de uma realidade pouco divulgada e debatida, aparecendo muitos apenas como estatística. Contudo, os dados divulgados são cada vez maiores de assassinatos relacionados às pessoas dessa faixa etária. Em 2014, segundo o relatório “Violência contra povos indígenas” do CIMI, dentre os 41 indígenas assassinados aproximadamente 46% eram jovens entre 15 e 29 anos, totalizando 19 mortes. Já em 2015 dentre os 36 assassinatos 66% eram de jovens nesta mesma faixa etária, totalizando 23 mortes.

A juventude como foco central dos assassinatos nos alerta para o debate sobre o genocídio ou *etnocídio* que ocorre na região. Na gênese da palavra, *ethnos* vem do grego

e significa povo, raça, tribo que tem o mesmo *ethos*, costume, origem, língua, cultura, etc; e *caedere* que significa destruição. Portanto, *etnocídio* guarani é a destruição da cultura e do povo guarani. Clastres define:

O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre da morte, mas de uma morte diferente: a supressão física e imediata não é a opressão cultural com efeitos longamente adiados, segundo a capacidade de resistência da minoria oprimida (1980, p.56).

No Brasil temos a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1952, por meio do Decreto nº 30.822¹³, concluída em Paris em 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo sido depositada no Secretariado Geral da Organização das Nações Unidas, em Lake Success, Nova York, sobre crime de Direito Internacional. Essa convenção explicita que genocídio são os atos cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional: étnico, racial ou religioso, envolvendo: matar membros do grupo; causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submeter intencionalmente o grupo à condição de existência capaz de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo; e efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

Ao observar o número absoluto de pessoas assassinadas entre 2003 e 2015 temos 426 óbitos de indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, 47,8% dos indígenas assassinados em todo Brasil, mostrando o foco polvoroso da real situação no estado em relação às políticas públicas de segurança voltadas para os indígenas.

No Brasil os dados de jovens brancos assassinados diminuem com o passar dos anos, o inverso ocorre com a juventude negra e indígena do país. Sabemos que tal situação ocorre devido a causas históricas da construção social do país, mas também é relacionada a conflitos internos e locais que acentuam tal diferença. No caso dos Kaiowá e Guarani, estas causas são complementadas com racismo para com eles; o alcoolismo que existe em grande proporção entre os indígenas do estado; a falta de infraestrutura das suas localidades; o confinamento em larga escala; os acampamentos em beira de estradas; além de estarem imbricadas na disputa pela terra e na busca por um bem viver.

¹³ BRASIL. Decreto nº 30.822, 6 de maio de 1952, convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 mai. 1952. Seção 1, p 7785.

Ao ser o “outro/diferente”, o Kaiowá e o Guarani com sua cultura (assim como todos os povos indígenas da América e do mundo) ameaçam a expansão e a proliferação do capitalismo e da ideologia ocidental nos territórios ainda não conquistados pelos agentes hegemônicos do capital. Afirmando aqui a dificuldade e a fragilidade que o sistema-mundo encontra ao se deparar com culturas que em outra lógica dificultam a acumulação e a reprodução ampliada do capital.

O ocidente, aqui caracterizado pelo capitalismo na versão do agronegócio brasileiro, tenta a todo o momento obrigar os indígenas a “migrarem” para o modelo proposto e imposto, para que consigam prosseguir com a expansão e apropriação dos recursos naturais, da força de trabalho e da dominação das ideologias vindas do sistema-mundo. Clastres, na sua obra “Arqueologia da Violência”, chama a atenção para a doutrina oficial revelada no discurso do governo brasileiro no que se refere à política indigenista, o que expressa bem o caráter etnocida do Estado.

Nossos índios, proclamam os responsáveis, são seres humanos como os outros. Mas a vida selvagem que levam nas florestas os condena à miséria e à infelicidade. É nosso dever ajudá-los a libertar-se da servidão. Eles têm o direito de se elevar à dignidade de cidadãos brasileiros, a fim de participar plenamente do desenvolvimento da sociedade nacional e de usufruir de seus benefícios (1980, p.57).

O Estado, ao abarcar todos como “brasileiros”, mata todas as demais culturas e povos que habitam no território do que se chama Brasil, por exemplo. Ao traçar uma identidade única em povos e pessoas diversas, o Estado descaracteriza as peculiaridades de cada um, além de sufocar aqueles que na sociedade atual são mais vulneráveis às intempéries sociais. Por isso, a constituição e a autoridade do Estado desqualificam o diverso, principalmente quando o mesmo não representa, no modo “eleitoreiro e democrático” de existir, a população que governa. Portanto, segundo Clastres, o Estado é “por essência, o emprego de uma força centrípeta que tende, quando as circunstâncias o exigem, a esmagar as forças centrífugas inversas” (CLASTRES, 1980, p.59).

Ainda, seguindo as ideias do autor, o etnocídio pode ter existido em qualquer sociedade que se organizava no modelo de Estado, porém o aspecto que destaca a nossa sociedade ocidental “branca” das demais, é a existência no âmbito do sistema capitalista,

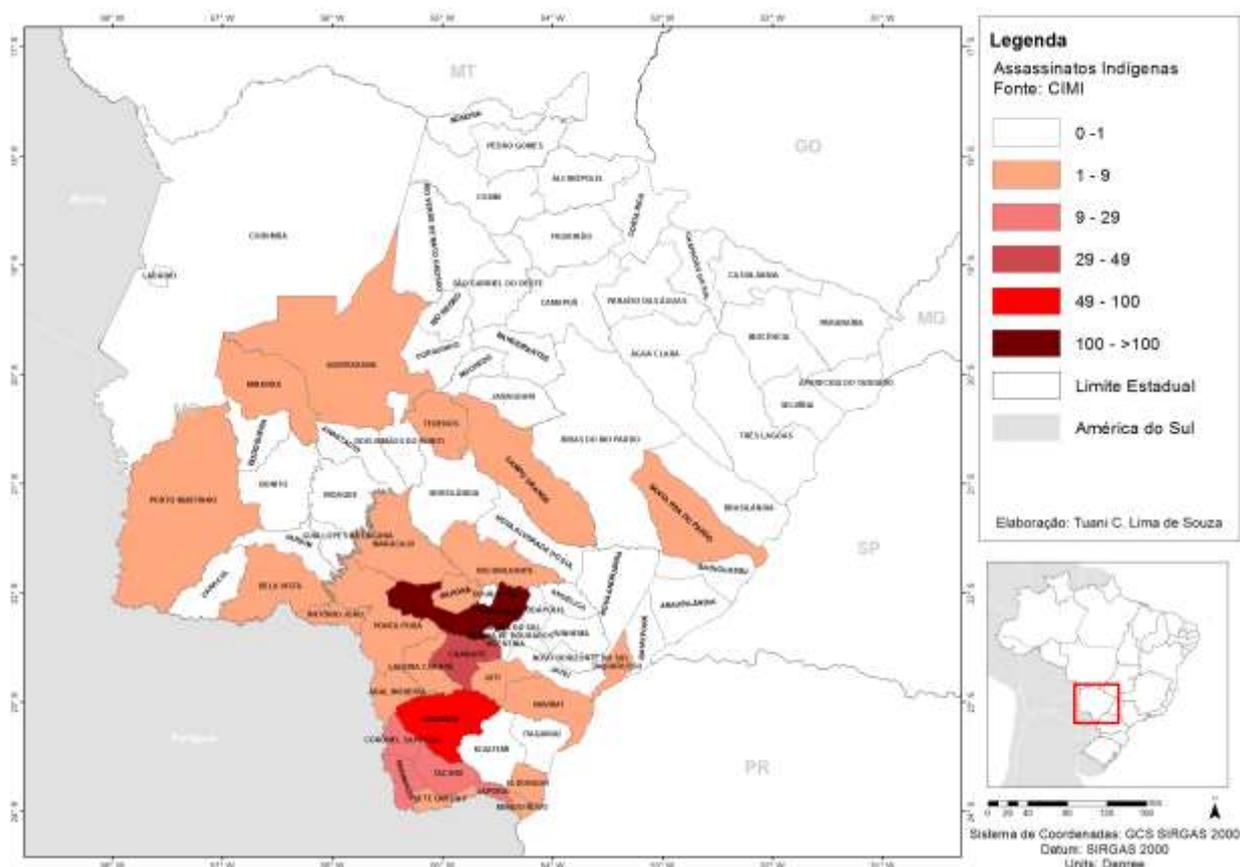
enquanto impossibilidade de permanecer no aquém de uma fronteira, enquanto passagem para além de toda fronteira; é o capitalismo como sistema de produção para o qual nada é impossível, exceto não ser para si mesmo seu próprio fim (...) Raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares,

florestas, subsolo: tudo é útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade (1980, p.62).

Ao mapearmos (mapa 01) a incidência de assassinatos de indígenas no Mato Grosso Sul, observamos a concentração massiva em 7 (sete) municípios: Dourados com 122 casos, seguido de Amambai (82), Caarapó (31), Japorã (14), Coronel Sapucaia (13), Tacuru (11) e Paranhos (10). Todos esses municípios têm uma característica em comum, pois neles estão localizados Reservas Indígenas criadas para agrupá-los – principalmente os Kaiowá e Guarani – no início do século XX¹⁴.

Portanto, observa-se que os critérios utilizados aleatoriamente para “confinar” os indígenas nessas áreas estão vinculados a diversas problemáticas que hoje fazem parte do conflito e realidade do estado. Dentre as causas, muitas estão atreladas ao racismo, ao alcoolismo, ao avanço do capitalismo, à repressão policial e à disputa de terras.

Mapa 01 - Assassinatos indígenas no Mato Grosso do Sul 2006-2015



¹⁴ Ver capítulo 2.

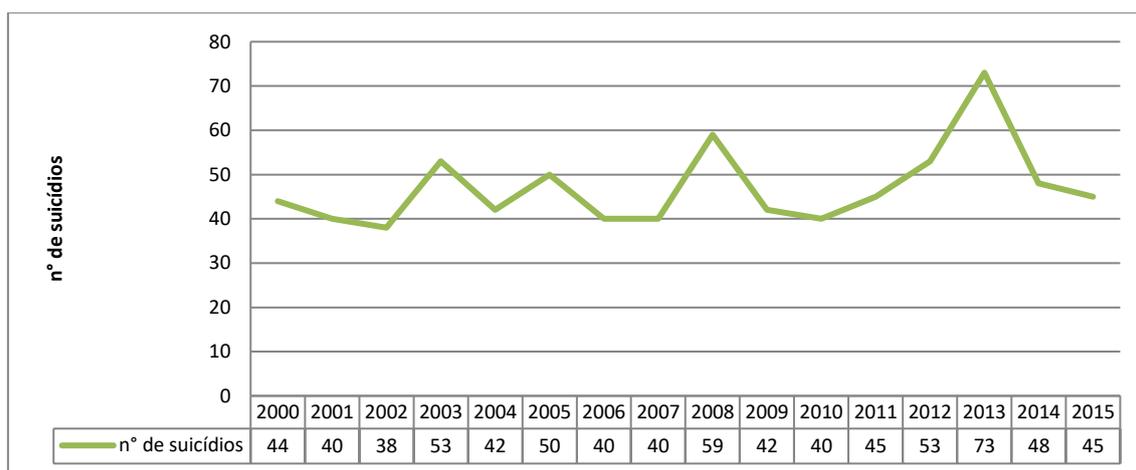
Outro dado interessante disponibilizado no relatório é a espacialidade dos assassinatos no estado, mostrando a área de incidência onde ocorrem os maiores conflitos, nos municípios localizados na Microrregião de Dourados. Esta microrregião concentra 15 municípios dos quais somente 3 não registraram casos de assassinatos indígenas, revelando, através dessa subdivisão do IBGE, a incidência caótica da violência deste tipo de conflito no estado. Assim como quase todos que fazem fronteira com o Paraguai ou com a Bolívia também apontam índices de assassinatos, com exceção apenas de dois.

1.5.2 Suicídios

Pra que o indígena não seja um indigente,
 Um alcoólatra, um escravo ou exilado,
 Ou acampado à beira duma estrada,
 Ou confinado e no final um suicida,
 Já velho ou jovem ou – pior piá.
 Demarcação já!
 (Carlos Rennó/ Chico César)

O Brasil, segundo o relatório sobre prevenção de suicídios da Organização Mundial da Saúde¹⁵ de 2012, é o oitavo país do mundo com um dos maiores índices de suicídios registrados; de acordo com o relatório há 5,3 suicídios por cada 100 mil pessoas por ano. Se formos comparar os dados com a média entre os indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, o índice se torna seis vezes maior.

Gráfico 03 – Suicídios indígenas no Mato Grosso do Sul (2000-2015)

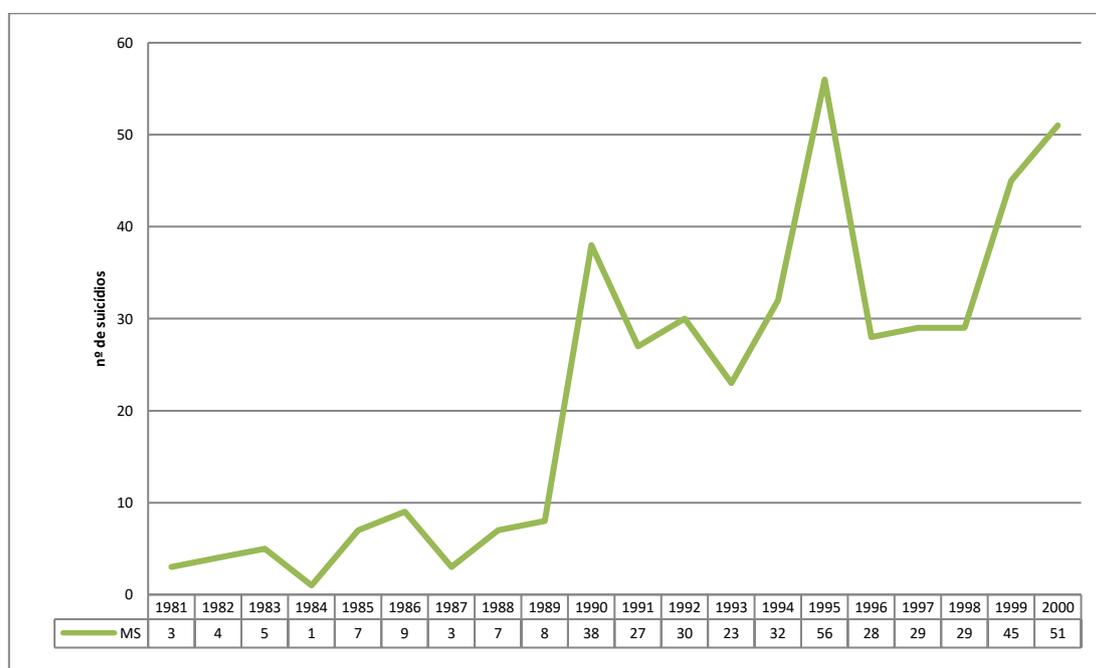


Fonte: Relatório violência contra povos indígenas – 2015 – CIMI

¹⁵ Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/09/oms-suicidio-causa-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo/#.WH6_gH2HO5Q> Acessado em: 09 jan. 2017.

Os números apontam elevados índices de suicídios envolvendo a população indígena no estado: entre 2000 e 2015 houve o registro de 752 suicídios, valor altíssimo, podendo ainda ser maior se considerarmos as tentativas que não são registradas oficialmente. Suas causas são relacionadas, por alguns pesquisadores, ao preconceito e à discriminação racial, social e cultural, além do conflito fundiário e ao não reconhecimento de seus *tekohas* (gráfico 03). Os dados são ainda mais alarmantes quando analisados a partir da década de 1980 (gráfico 04). Se somarmos os dados de 1981 até 2015, considerando o valor do ano de 2000, de acordo com os dados do CIMI, atingimos 1.136 casos de suicídios.

Gráfico 04 – Suicídios indígenas em Mato Grosso do Sul (1981-2000)



Fonte: BRAND, Antonio; VIETTA, Katya¹⁶.

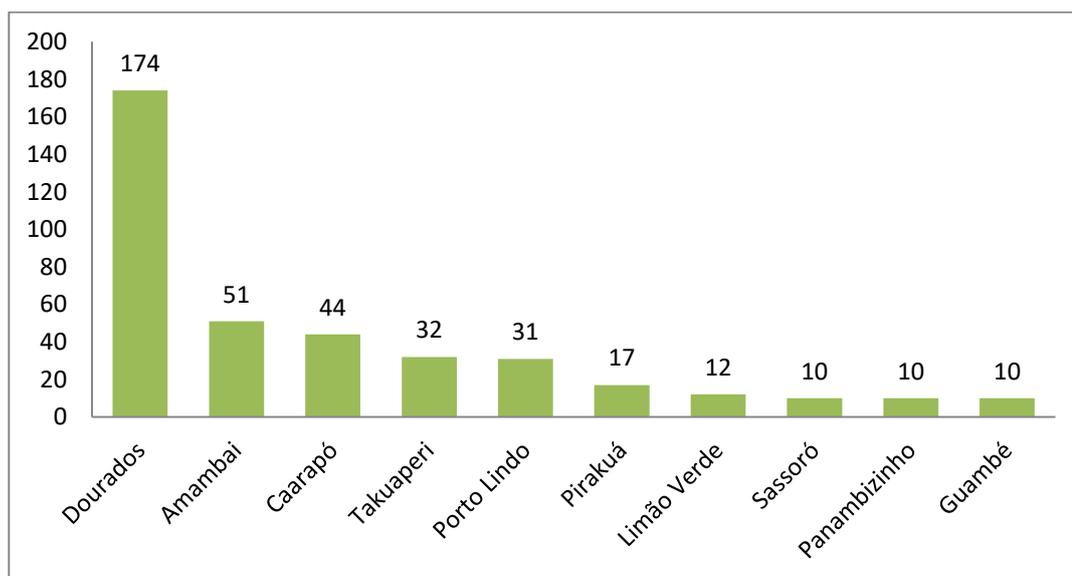
Pesquisas mostram que há bastante tempo o tema intriga pesquisadores e preocupa de um modo geral a sociedade que busca compreender o altíssimo número de suicídios entre os Kaiowá e os Guarani, como podemos observar neste trecho inicial do artigo de Anastácio F. Morgado, publicado na década de 1990:

¹⁶ Os dados “apresentados são provenientes de levantamentos realizados por pesquisadores do Programa Kaiowá/Guarani in loco, através da imprensa regional, junto à FUNAI e, a partir de 1999, junto à FUNASA/MS. Contudo, devido a diversas limitações para a realização de um registro exato sobre este tipo de dados, os números aqui divulgados podem apresentar alguma margem de erro. Embora haja registros sobre a ocorrência de suicídios entre os Kaiowá/Guarani em período anterior a 1981, este ano é tomado como referência limite, devido à impossibilidade de garantir dados precisos antes desta data.” (BRAND; VIETTA, 2001:119)

Em uma população de aproximadamente 7.500 indígenas há informações de que foram registrados 52 suicídios de 1987 até agosto de 1991; a epidemia é mais dramática entre o subgrupo Kaiwá¹⁷: 14 de seus membros suicidaram-se no ano de 1990, e uns tantos outros suicídios já ocorreram no primeiro semestre de 1991 (1991).

Dados tratados por Brand e Vietta (2001) nos mostram que o suicídio indígena no Mato Grosso do Sul começou a ganhar proporção a partir dos anos 1990. Porém anterior a isto já havia registros que revelavam casos, que foram se agravando com o tempo. Isto ocorre no âmbito da expansão da fronteira agrícola moderna que, ao avançar no estado, agravou o processo de expulsão dos indígenas de suas terras originárias, removendo-os em grande parte para as Reservas.

Gráfico 05 – Localidades com maiores índices de suicídios indígenas no Mato Grosso do Sul (1981-2000)



Fonte: BRAND, Antonio J.; VIETTA, Katya. Análise gráfica das ocorrências de suicídios entre os Kaiowá/Guarani, no MS, entre 1981 e 2000. In: Tellus. Campo Grande: Ed. UCDB, 2001.

Dentre as 10 localidades com maiores índices de suicídios indígenas no estado do Mato Grosso do Sul entre 1981 e 2000 (gráfico 05), 7 são Reservas¹⁸ criadas no início do século pelo SPI¹⁹. Essa remoção dos indígenas de suas terras – que por sua vez já estavam nos fundos das fazendas - e sua alocação nas Reservas, fez com que o número de suicídios

¹⁷ O termo Kaiowá é descrito de várias formas na literatura. Sua grafia deriva de acordo com o período que foi escrito ou com o autor que escreveu.

¹⁸ Dourados, Amambai, Caarapó, Takuaperi, Porto Lindo, Limão Verde e Sessoró.

¹⁹ Ver capítulo 2.

aumentasse, devido à precariedade e à superlotação, principalmente na de Dourados. É importante atentar para o seguinte fato: o número de indígenas nas reservas aumentou, concentrando mais pessoas em uma mesma área, aumentando assim os valores absolutos de casos nesta área. Porém, há o gritante salto de suicídios de 1989 (8 casos) para 1990 (38 casos), independente da concentração populacional, ou seja, a partir de 1990 os números mais do que triplicam em relação à década anterior. Isto revela que a chegada da fronteira agrícola culminou no confinamento e expulsão de indígenas que, por sua vez, agravou os casos de suicídio no estado.

Embora as causas relacionadas aos suicídios entre os Kaiowá/ Guarani possam ser de várias ordens, a análise dos números sinalizam para uma relação com graves problemas que persistem no interior das áreas indígenas, destacando-se os impasses na ampliação dos territórios, uma vez que os conflitos fundiários têm sido traumáticos para as comunidades indígenas neles envolvidas, bem como a falta de perspectivas para a formulação de alternativas econômicas. O impacto desestruturante do trabalho assalariado nas usinas de álcool, a interferência excessiva de várias agências externas, o preconceito em relação às populações indígenas são alguns dos aspectos que têm contribuído para a persistência de uma baixa auto-estima entre essa população (BRAND;VIETTA, 2001, p.20).

Não cabe aqui neste trabalho a discussão mais profunda sobre o tema, porém os dados alarmantes não podem passar em branco, nem mesmo deixar de ser mencionados, principalmente, quando se fala da pressão atual que sofrem os indígenas no estado e das consequências e proporções que as mesmas tomam.

O fato reconhecido e epidêmico do suicídio na sociedade Kaiowá e Guarani corrobora para a interpretação de que o contexto histórico/cultural do povo guarani, em geral, e os diversos conflitos com os *karaí*, desde a chegada dos portugueses, podem contribuir para esses elevados índices de suicídios.

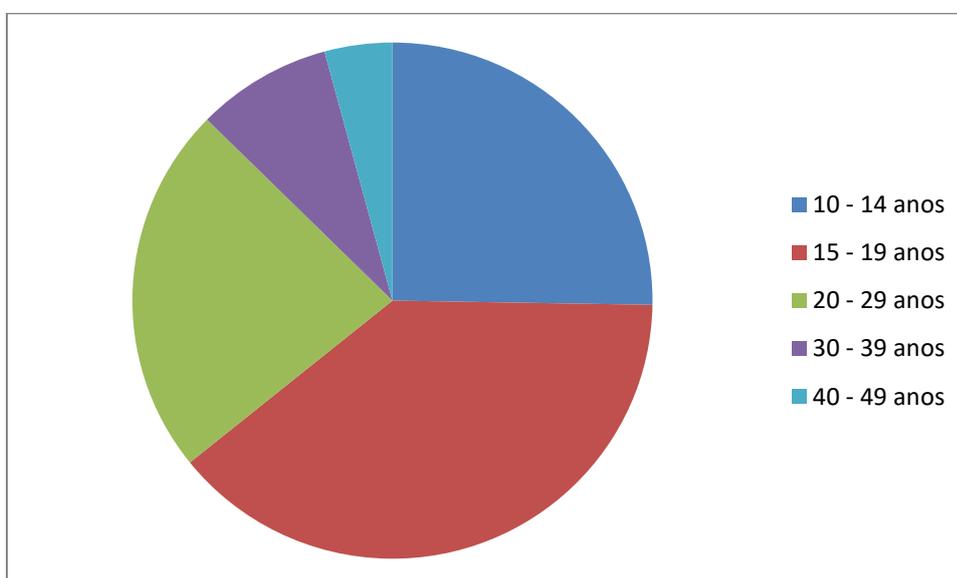
No rol da anomia [suicídio anômico (Durkheim, 1987)] estão pontos os mais variados, como o alcoolismo, a violência, a desestruturação familiar, a saída dos homens para o trabalho nas fazendas, a presença dos missionários evangélicos, o enfraquecimento das lideranças religiosas, a interrupção dos ritos de passagem e rituais ligados à agricultura, bem como de festas e atividades xamanísticas (PIMENTEL, 2006, p.72, grifo nosso).

O suicídio pode ser influenciado pela questão do conflito da identidade Kaiowá e Guarani com a proximidade da sociedade capitalista de consumo e destruição da natureza que os cerca. Mas também vale a pena ressaltar que para os Kaiowá e para os Guarani existem outras justificativas, na tese de doutorado de Antônio Brand (1997), o autor relata o fato dos suicídios serem provocados por feitiços ou pelo não acontecimento de certos

rituais que simbolizavam passagens na vida dos indígenas que foram se perdendo ao longo do tempo devido a uma desorganização de seu modo de vida originário.

Entra-se nessa questão o conflito fundiário; a perda de suas terras; a superlotação nas Reservas; a proximidade com as cidades; o preconceito gerado através dessa expansão do capitalismo no estado; e a situação precária em que muitos se encontram, sendo na beira de estradas ou em pequenos pedaços de terra nos fundos das fazendas. Sendo isso, torna-se mais difícil continuar com certos rituais, muitos dos quais foram desaparecendo ao longo do tempo.

Gráfico 06 – Suicídios indígenas no Mato Grosso do Sul – faixa etária – (2015)



Fonte: Relatório violência contra povos indígenas – 2015 – CIMI

O gráfico 06 mostra a incidência de suicídios de acordo com a faixa etária: percebemos que só ocorre entre pessoas de 10 a 49 anos, não sendo encontrados casos em adultos mais velhos, a partir dos 50 anos e nem em idosos. Porém, o maior número ocorre no período da adolescência entre 15 e 19 anos, 37 % dos casos, e, se levarmos em consideração as fases da juventude entre 10 e 29 anos, temos contabilizado 83% dos casos.

Grubits (2011) utiliza alguns autores para entender o porquê da concentração nesta fase etária. As contribuições da autora são riquíssimas para contextualizar a patologia, começando por Erickson (1987), que afirma que a adolescência é um período crítico para a formação da identidade, sendo levado em consideração a vivência familiar e o meio

cultural na qual o indivíduo passou sua infância; Mioto (1994) afirma que a construção da identidade pode causar o suicídio, considerando a relação mal resolvida com o passado e as possibilidades futuras incertas, destacando o autor que a “tentativa do suicídio do jovem não deve ser compreendida como doença ou patologia nos moldes clássicos” (GRUBITS, 2011); para Tousiganat (1991) os suicídios se relacionam com o histórico familiar (briga entre os pais ou consumo de drogas e álcool) e, para Castellan (1991), a solidão e o contexto escolar também podem ser levados em consideração.

Nenhum dos estudos acima podem ser desconsiderados para a compreensão do caso dos Kaiowá e dos Guarani. O jovem guarani passa por um conflito interno entre dois mundos. O primeiro é o de fortalecer sua identidade étnica - na evidência de ter sua cultura ameaçada e com o “medo do desaparecimento” - eles veem na força da união, a responsabilidade futura de fortalecer sua identidade étnica para que não se perca e nem se “misture” muito com a dos *karai*. Tal conflito foi possível observar no trabalho de campo entre os discursos dos jovens que apontavam que “tinham o dever de manter e preservar a sua sociedade o máximo possível para que permaneçam fortes na luta atual no conflito com os fazendeiros”; o outro “mundo”, é o mundo do *karai*, o qual é repleto de sedução e tentações proporcionadas pelo capital que os cercam e transpassa as comunidades indígenas no estado, seja pelo consumo material ou instabilidades causadas pelo alcoolismo ou preconceito vivido nas escolas.

Muitos jovens Kaiowá e Guarani frequentam escolas regulares junto com outras crianças, muitas delas filhas de proprietários de terra, passando pelo preconceito diário nas salas de aula ou nos transportes escolares. O *bullying* causado através de xingamentos foi um dos maiores relatos ouvidos por mim em trabalho de campo no momento em fui gravar os relatos para ajudar a montar o filme da Aty Guasu Jovem²⁰.

Outro caso vivenciado por mim em trabalho de campo no ano de 2013, ao visitar a casa da Dona Alda na Reserva de Dourados, foi ouvir um relato recente de dois irmãos que se suicidaram. Segundo Dona Alda - companheira do Getúlio, uma das lideranças Kaiowá, que abrigou as crianças, eles estavam sem família, pois houve um desentendimento familiar entre o pai, a mãe e a avó, acarretando as mortes dos mesmos, causadas principalmente pelo alcoolismo, o que desestabilizou emocionalmente as crianças; tal situação se agravou com o *bullying* que sofriam na escola, por irem com

²⁰ Durante o trabalho de campo fui convidado, pela Daniela Jorge João, minha amiga liderança jovem Kaiowá, a auxiliar a gravação de um vídeo feito pelos jovens Kaiowá do Tekoha Guyra Kambiy para ser exposto na Aty Guassu dos jovens, que acontecera poucas semanas depois de minha ida.

roupas rasgadas e sem tênis, já que não tinham mais casa e moravam com Dona Alda; tamanha pressão fez com que os dois se suicidassem semanas depois.

Quadro 04 – Distribuição dos suicídios indígenas por município em Mato Grosso do Sul (2015)

Amambai	Antônio João	Caarapó	Iguatemi	Paranhos	Tacuru	Brasilândia
37%	2%	11%	12%	7%	12%	2%

Fonte: Relatório violência contra povos indígenas – 2015 – CIMI

Podemos analisar no quadro 04 os dados da espacialização municipal dos suicídios em 2015, nos municípios de maior ocorrência dos casos registrados no estado. Observamos o maior número em Amambai, com 37 %, com o mesmo destaque do ano anterior, 2014, quando o município concentrou 38% dos casos. Também Iguatemi, Tacuru e Caarapó merecem destaque pelos elevados percentuais, apresentando respectivamente 12%, 12% e 11%, sem contar os casos de assassinatos. Ao contrário dos anos anteriores, não encontramos a presença de Dourados nos dados de 2015. As sobreposições dos dados de assassinatos e de suicídios podem nos mostrar a intensidade dos conflitos no estado e a concentração em algumas áreas²¹.

O tema do suicídio evoca diversas hipóteses e desperta a curiosidades dos *karai* para compreender suas causas dentre os Kaiowá e Guarani. Tanto na academia, como no senso comum e na mídia, o tema desperta interesse, até mais do que as outras mortes, mais “cruéis” e “violentas”. Thomaz de Almeida, brilhantemente explicita as causas no prefácio na obra de Sérgio Levcovitz:

A pergunta ‘por que se matam os guarani’ estará respaldada em sentimentos e emoções que o fenômeno nos evoca. Causa-nos comoção, consternação e constrangimento. Ao pensá-lo, somos tentados a projetar valores, que transformam o fenômeno do outro, dando-lhe nossa roupagem e o caráter de ‘coisa desastrosa’. Mas, por que nos aflige tanto? Não há indignação frente às mortes causadas por tuberculose, cuja cura é conhecida, frente aos atropelamentos nas inúmeras estradas asfaltadas que, sintomaticamente, cruzam áreas guarani; ou pela ausência de terras usurpadas por fazendas. O tema volta-se para nós mesmos e reflete nossos próprios temores, talvez culpa face à destruição atroz do habitat guarani processada nas últimas décadas e nossa contribuição para a deterioração da qualidade de vida dessa população. A repercussão internacional representa uma compreensão alarmante de um

²¹ Não foi possível fazer a contabilidade minuciosa do número de suicídios por município e espacializá-los através de um mapa, pois os dados encontrados são generalizantes e, em alguns relatórios do CIMI de violência contra povos indígenas no Brasil, não há a separação por município, portanto, me dediquei somente aos últimos dados.

problema mundial, de destruição da natureza e do homem que aí vive (1998, p.24-25).

Será o suicídio o retrato mais comovente aos *karai* da realidade Kaiowá e Guarani? Talvez porque represente a face do bem individual mais valioso para a sociedade cristã ocidental, a vida, sendo esta auto eliminada por alguns. Talvez seja por isso que a carta na qual anunciaram um suicídio coletivo no ano de 2012, a maior repercussão midiaticamente conhecida da causa indígena no estado gerou comoção nacional, levando a novos olhares sobre os povos e seus problemas internos e externos²².

Por sua vez, a repercussão dessa carta revelou a face da perversidade, por vezes, através da ideia disseminada pelos *karai* que os suicídios fazem parte da cultura Guarani, isentando-se, assim, de qualquer responsabilidade em relação às causas, como se os conflitos atuais pela terra não fossem também responsáveis pelas consequências das estatísticas reveladas neste subcapítulo.

1.6 Problemas gerais e relações com a terra

Segundo dados disponibilizados pelos CIMI, há denúncias de alguns casos de desassistência a indígenas e/ou às comunidades, que são: falta de água potável; indígena preso de forma irregular; descartes de toneladas de cestas básica de alimentos destinados à comunidade indígena sem ser entregue a população; estradas sem manutenção; falta de coleta de lixo e falta de segurança.

Quadro 05 – Desassistência geral – (2015)

Mato Grosso do Sul	8
Pará	6
Amazonas	5
Acre	2
Amapá	2
Brasil	36

Fonte: Relatório violência contra povos indígenas – 2015 – CIMI

Mato Grosso do Sul é o estado com maior índice de desassistência geral em 2015, com 8 denúncias, seguido pelo Pará e Amazonas. Tais dados revelam a importância do tema e a emergência da discussão do mesmo pela sociedade. A naturalização das

²² Ver carta na íntegra no anexo 02.

agressões contra os indígenas no Brasil, principalmente no Mato Grosso do Sul, também é uma forma de violência. Assim como a omissão do Estado no que se refere aos serviços básicos e ao seu papel de demarcar as terras, contribuindo em grande proporção para que essa situação se agrave. As violências sofridas pelos povos indígenas estão diretamente relacionadas com o modelo de expansão desenvolvimentista do Estado brasileiro, tanto no que se refere aos grandes empreendimentos energéticos e minerais, na região Norte do país, como no investimento e ampliação de políticas voltadas para os grandes setores da agroindústria nacional, que se expandem nas áreas de cerrado do país.

Tudo isso vem sendo feito açoiando o meio ambiente e as populações tradicionais e originárias do país, para alimentar a continuidade da lógica consumista, garantindo a acumulação e o lucro das elites brasileiras e dos setores mais privilegiados da sociedade.

Para melhor compreensão desse quadro, faz-se necessário compreender como essas situações foram construídas. No próximo capítulo iremos analisar a sequência de eventos que marcaram o povo Kaiowá e Guarani e os processos de organização do território no estado do Mato Grosso do Sul.

Capítulo 2 – Contextualização do conflito

É importante compreender a história e os processos que ocorreram no tempo para analisar o presente, já que o espaço é marcado pelo tempo. Portanto, neste capítulo procuraremos compreender as relações tempo/espaço e dissertar sobre os acontecimentos históricos que marcaram o estado do Mato Grosso do Sul no que refere à questão da terra e aos acontecimentos que desenharam o cenário atual.

2.1 Algumas considerações teóricas: espaço e tempo

Através do tempo o espaço se comporta como um todo. A transformação do espaço ‘natural’ em espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas, historicamente determinadas. Cada porção de espaço é apropriada, reutilizada ou deixada intacta. (Santos, Milton, 1979, p.32)

Nas relações espaço/tempo podemos observar que o tempo marca o espaço, assim como o espaço estabiliza o tempo. Na geografia estudamos tais relações através das interpretações das formas espaciais, estudos de documentos ou história oral. Esses registros feitos no passado possibilitam uma análise no presente, porém sua investigação se torna seletiva, pois nem todos os acontecimentos são registrados, até porque, muitos eventos que ocorreram no passado, foram ocultados por atores hegemônicos que escondiam ou não se importavam com outras histórias, prevalecendo e mantendo as suas próprias. Assim, ao estudarmos o passado, precisamos ter cuidado ao analisar os dados e contextualizar sua época, sua fonte e a maneira como foi preservado.

Para Santos (1996), os eventos são as matrizes do tempo e do espaço. As circunstâncias não são as mesmas nos eventos que ocorrem no presente, pois há o que chamamos de singularidades. Porém, onde ocorre o evento, há uma mudança nas coisas, tanto no que diz respeito à natureza do conteúdo, quanto à do significado. Assim, a importância de compreender as políticas, as legislações e as situações voltadas para a questão da terra no Brasil, se torna relevante para podermos analisar a trajetória das ações que são tomadas atualmente pelo Estado e pelos empreendimentos privados, e como essas medidas se organizam espacialmente no estado de Mato Grosso do Sul.

É importante um olhar sobre a fronteira do capital para compreender tais períodos históricos. Segundo Bernardes, o “conceito de fronteira é um discurso sobre o lugar,

significando uma nova forma de ver o lugar, que pode ser um novo olhar sobre o mesmo” (2005, p.14). Isso dito, analisaremos neste capítulo os processos ocorridos para compreendermos o avanço dessa fronteira no Mato Grosso do Sul, que antes era um lugar longínquo para o Estado brasileiro, tornando-se um lugar de expansão da colonização, tendo a realidade, o significado e a importância mudados com a marcha da história (SANTOS, 1995, p.5).

As tentativas de integrar o país eram estabelecidas por um caráter colonizador com a finalidade de ocupar os “espaços vazios”. Para os planejadores do território o indígena não era levado em consideração, havendo a tentativa deles serem gradativamente incorporados a sociedade nacional, uma visão evolucionista sobre as sociedades indígenas.

Sabemos de antemão que o estado de Mato Grosso do Sul foi delimitado como tal somente em 1977, porém o território, que hoje é chamado assim, foi substrato espacial material, anteriormente, para muitas políticas, e afetado pela legislação por se tratar do estado do Mato Grosso, ou do Estado brasileiro, ou de uma terra a ser explorada pelos colonizadores, sendo habitado por diversos povos indígenas que tinham naquele espaço, o seu lugar.

Harvey (1989, p.196) faz uma análise do tempo, que enriquece o debate na Geografia, e utiliza Foucault que trata do espaço como um local de poder sobre o qual são exercidas “forças da repressão, da socialização, da disciplina e da punição”. Foucault, segundo Harvey, destaca “heterotopias”, que são espaços particulares de resistência e liberdade, em contraponto à existência do corpo no espaço, submetido à autoridade.

Sobre De Certeau, Harvey destaca que o autor “trata os espaços sociais como instâncias mais abertas à criatividade e à ação do homem” (1989, p.197), enriquecendo a visão generalizada de Foucault, ultrapassando a análise somente nos espaços de repressão. De Certeau, por exemplo, leva em consideração as culturas, as trajetórias e as histórias construídas no espaço a partir de expressões comuns e do cotidiano. Porém, de acordo com Harvey, o autor pouco diz sobre o porquê e como as racionalizações assumem suas formas.

Em seguida Harvey irá buscar em Bourdieu alguns pontos que vão ao encontro das ideias De Certeau. Bourdieu relaciona a submissão e a dominação aos diferentes campos sociais, instituições e à fragmentação do sujeito em diferentes hábitos. Com isso, Harvey associa os “ritmos espaço-temporais organizados” (1989, p.198) ao capitalismo. Por fim, Harvey cita Bachelard, que foca no “espaço da imaginação, espaço poético”

(1989, p.200) que é projetado, os desejos sujeitos ao tempo e ao espaço. Vale ressaltar que Harvey sintetiza suas ideias na afirmação de que “o tempo e o espaço não podem ser compreendidos independentemente da ação social” (1989, p.206).

Destacamos ainda o papel importante de Harvey no que tange às reflexões sobre a imaginação geográfica, reafirmando que o espaço e o tempo são construções intelectuais, pautando-se na experiência humana em diferentes tempos e sociedades. Logo, o tempo é incorporado à nossa experiência humana, ligado a diferentes formações sociais, sendo primeiro vivido e pensado.

Santos também contribuirá nessa reflexão ao pautar sua análise considerando “o mundo como um conjunto de possibilidades” (1996, p.115), e esclarecendo que os eventos criam o tempo e são portadores do momento presente, ressaltando que o evento é ao mesmo tempo “um veículo de uma ou algumas possibilidades existentes no mundo” e o “vetor das possibilidades existentes numa formação social” (1996, p.115). Ao citar Eddington fica claro o conceito de “ponto-evento”, que podemos vulgarmente perceber como o instante na flecha do tempo que se materializa em um dado lugar. Os eventos se realizam de acordo com diversas variáveis, lógicas globais e locais, podendo materializar-se no espaço se as ações para tal tiverem essa finalidade.

Uma contribuição bastante importante de Santos é a noção de escala quando aplicada ao tempo (eventos), a partir de duas interpretações, a escala da origem e a escala do impacto. A escala, quando estabelecida como o local da ocorrência – do acontecimento – torna-se um dado temporal, pois varia de acordo com o tempo. Porém quando entendemos a escala como forças operantes, levamos em conta a área de influência e as dimensões territoriais, sendo importante ressaltar que o evento se realiza no lugar, pois ali é a base concreta da realidade em movimento em um determinado momento.

Portanto, através do tempo podemos contextualizar os dados e as análises feitas através da espacialidade das ações e dos objetos, interpretando os fixos e os fluxos através de processos espaciais.

A seguir tentaremos construir os processos que envolvem a questão da terra, as políticas e os indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, norteados por três obras de fundamental importância para esta análise sócio-histórico-espacial:

- a obra oriunda da tese de doutorado da geógrafa Gislaene Moreno, intitulada “Terra e Poder em Mato Grosso: Política e Mecanismos de Burla 1892-1992”, na qual a autora revela dados e mecanismos utilizados pelas oligarquias e elites para usurparem e se apropriarem das terras no estado do Mato Grosso (antes da divisão com o sul).

Revelando a problemática da terra, a autora estrutura sua obra no tempo e no espaço, apresentando uma história “esquecida” e necessária para o debate atual agrário – para além da questão indígena - no Centro-Oeste e no Brasil;

- o artigo de Rubem Ferreira Thomaz de Almeida e Fabio Mura, “Historia y territorio entre los Guarani de Mato Grosso do Sul, Brasil”, publicado na Revista de Índias, onde os autores contextualizam a organização territorial Guarani, descrevendo os processos históricos ocorridos, principalmente em relação às imposições do Estado para os indígenas. A riqueza do trabalho nos revela um olhar antropológico da história;

- o livro “História Kaiowa: das Origens aos Desafios Contemporâneos” da pesquisadora Graciela Chamorro, no qual a autora trás o passado indígena da região remetendo sempre que possível nos achados da história, os Kaiowá. A grande particularidade que nos traz esta obra é a história Kaiowá contada através de registros históricos, além de relatos à maneira dos indígenas sobre sua própria história, destacando a importância do resgate histórico remetido a diversos períodos e acontecimentos presenciados e vividos pelo povo Kaiowá.

2.2 Os primeiros contatos entre os indígenas e os europeus no Mato Grosso do Sul

“A terra está sendo revirada! Chamávamos esse lugar de Mata Grande. Ele sempre foi nosso, e os brancos tomaram tudo. Derrubaram toda a mata e, por ironia, passaram a chama-lo de Mato Grosso do Sul. Eles destruíram os nossos remédios da mata. Fizeram sumir as nossas carnes, os nossos animais de caça.”

(Atanásio Teixeira)²³

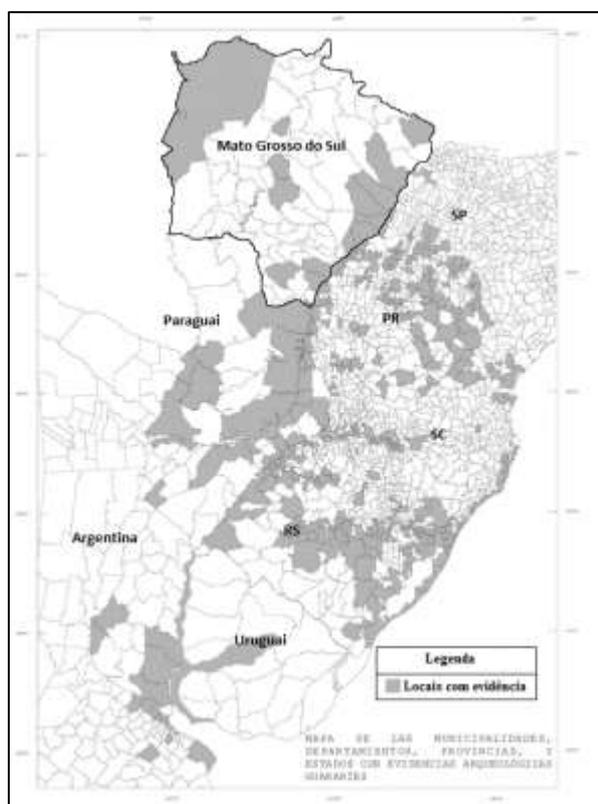
Para melhor compreender o processo pela disputa da terra, faremos o breve esforço de resgatar, mesmo que pontualmente, algumas passagens importantes da história para analisar através de processos a organização do espaço no estado do Mato Grosso do Sul, procurando sempre que possível relacioná-lo com os povos indígenas, principalmente os Guarani e os Kaiowá.

Historicamente, têm-se registros que antes da chegada dos europeus no continente americano os povos Guarani se estendiam em um território aproximadamente delimitado a norte pelo Rio Tietê no estado de São Paulo; a oeste pelo Rio Paraguai por terras que adentram o país sul-americano; ao sul pelo Rio Uruguai (estendendo-se pelo atual

²³ Trechos da fala de Atanásio Teixeira, Grande Ñanderu (Líder religioso) – Aldeia Limão Verde – Amambai/MS. Retirado do filme: Mbaraká – a palavra que age. CUNHA, Edgar. PUZZO, Gianni e PIMENTEL, Spensy

território do Uruguai) e, a leste, pelo Oceano Atlântico (THOMAZ DE ALMEIDA; MURA, 2004, p.55), o que pode ser comprovado através de estudos arqueológicos que evidenciaram a presença de vestígios dos povos Guarani (mapa 02). Em tal território existia uma dinâmica de mobilização interna “los índios desconsideran fronteras y mantienen, literalmente por siglos, estrechas relaciones y circulan cotidianamente de un lado y outro en toda la extensión de la frontera”²⁴ (THOMAZ DE ALMEIDA; MURA, 2004, p.59). É necessário lembrar que as fronteiras político-administrativas, estabelecidas pelos *karaí*, a posteriori, foram traçadas sobre o território guarani já existente.

Mapa 02 – Distribuição das evidências arqueológicas Guarani



Fonte: Adaptado de NOELI, Francisco Silva. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas guaraní. In: Revista de Indias, 2004, vol. LXIV, núm. 230. p. 19.

Tal região se tornará estratégica na época das conquistas europeias, tanto por parte dos espanhóis, por representar uma saída para a Europa e um controle dos paulistas (bandeirantes), quanto dos portugueses e de seus interesses expansionistas pelo interior do continente em busca do ouro, porém a única riqueza que encontraram foi a força de

²⁴ Citação traduzida e adaptada ao português: “Os índios desconsideram fronteiras e mantem, literalmente por séculos, estreitas relações e circulam cotidianamente de um lado e do outro em toda a extensão da fronteira”.

trabalho indígena (THOMAZ DE ALMEIDA; MURA, 2004, p.56). O desejo e a ganância pelo ouro transformou a região como principal tentativa de rota de passagem e conquista dos europeus que nos primórdios do século XVI tentavam adentrar o continente em busca das, até então, “lendas e histórias” que rondavam os pequenos vilarejos do litoral do Brasil, “cidades de ouro”, “montanhas de prata”, o famoso “Rei Branco²⁵”, entre outras “lendas” que foram comprovadas posteriormente.

A ganância pelo ouro culminou com o primeiro indício de contato entre os europeus e os indígenas na região que podemos chamar atualmente de Mato Grosso do Sul. Os espanhóis buscavam o El Dourado, e ao navegarem o Rio Paraguai, encontraram com alguns povos que ali se aliaram ou entraram em conflito, “eles [os Karijo ou Kário, povos aliados] eram interessados e experientes na busca por metais nas entranhas da região ocidental, de influência inca” (CHAMORRO, 2015, p.39). Com a mesma intenção, os portugueses chegaram na região comandados por Aleixo Garcia em uma das maiores expedições que ocorreram na América do Sul, que saía do litoral de Santa Catarina em busca do Rei Branco através da Peabiru, uma trilha indígena que seguia em direção ao Peru, passando por terras dos Guarani. Deve-se esclarecer que Aleixo Garcia foi o primeiro a ter contato com os indígenas do Itatim²⁶.

Disputas entre Espanha e Portugal giravam em torno dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, sendo que os bandeirantes, por volta do século XVIII, já haviam adentrado o território dito espanhol, inclusive parte da região conhecida como Itatim, sendo a partir do Tratado de Madrid - onde se estabeleceu que as terras ocupadas por espanhóis pertenciam à Espanha, assim como as terras ocupadas pelos portugueses à Portugal - que a demarcação do limite fronteiro entre as duas colônias foi efetuada. Mesmo tendo ciência sobre a presença dos Ka’agua²⁷, a fronteira que dividiu a América Portuguesa da América Espanhola, cortara ao meio o território dos indígenas que ali viviam.

No início do século XVII, mais precisamente em 1603, por decisão do governo do Paraguai, a Companhia de Jesus chegou à região. Juntos decidiram aldear os índios,

²⁵ Rei Branco era “Huayana Capac, [...] foi um dos maiores imperadores incas de todos os tempos” (BUENO, 1999, p.21).

²⁶ “Itatim era [...] o topônimo [que] designava ‘um lugar pedregoso’ (ita), ‘de pedra pontudas como espinhos’ (aî), onde moravam diversos indígenas [...] corresponderia atualmente à parte do Nordeste paraguaio e do Centro-Oeste brasileiro, do Rio Ypané até o Rio Miranda” (CHAMORRO, 2015, p.56). Ver mapa 03.

²⁷ Termo de denominação que originou o atual Kaiowá, “usada no século XVII para falar de indígenas que viviam ‘na mata’ e ‘da mata’ ou para indicar os grupos indígenas que viviam à margem da sociedade colonial” (CHAMORRO, 2015, p.73).

dentre eles os Guarani; “en el modelo colonizador esa iniciativa tenia por objetivo juntar indios em espacios específicos, cristianizarlos y facilitar el acceso a su fuerza de trabajo por parte de los encomenderos de Asunción”²⁸ (THOMAZ DE ALMEIDA; MURA, 2004, p.56). Os aldeamentos não foram feitos somente no Paraguai, mas também em localidades do atual Mato Grosso do Sul, precisamente no sul do estado. Porém, para o Estado paraguaio essa decisão não foi satisfatória, pois os padres jesuítas impediram que os indígenas catequizados fossem levados pelos encomenderos, desestabilizando a economia da colônia.

A *encomienda* era um sistema que garantia aos brancos ou encomienderos a posse ou o poder sobre a força de trabalho indígena, se os mesmos lhes dessem condições de catequizá-los e pagassem um imposto à Coroa para terem tal “direito”. Essa medida foi tomada após a Igreja Católica condenar o trabalho escravo indígena, acreditando que os mesmos eram uma “raça menor”, cabendo ao ocidente civilizá-los. Para tal deviam ser catequizados e introduzidos à vida cristã para chegarem à salvação, contudo, proibiam que os indígenas fossem escravizados.

A Espanha tinha dificuldades de conseguir escravos vindos da África e acharam uma forma de conseguir força de trabalho sem ir contra a Igreja e sem usufruir da força de trabalho escravista africana. Assim, desenvolveram duas formas de sistema que burlavam a proibição da escravidão, a *encomienda* e a *mita*, diferenciando-se esta última da primeira porque os indígenas eram escolhidos à força para trabalharem, e recebiam uma pequena remuneração de acordo com a quantidade de minério recolhido. Vale lembrar que, esse período, caracterizado como mercantilismo, tinha como característica básica o colonialismo e o regime de trabalho escravocrata, ou seja, a exploração da terra e do trabalho, e só assim os países dominantes conseguiam desenvolver seu comércio, acumulando capital nas metrópoles.

Os *encomenderos* não somente fizeram inimizadas com os jesuítas, mas também com os bandeirantes, que iam em busca dos indígenas em território português (ou brasileiro) próximo à Vila de São Paulo. Este fato corroborou para a entrada mais abrupta dos bandeirantes para garantir o domínio do território português. Os aldeamentos feitos facilitaram a chegada dos bandeirantes que, em sua maioria, eram advindos da região norte de São Paulo e do Triângulo Mineiro. Esses aldeamentos concentravam os

²⁸ Citação traduzida e adaptada ao português: “no modelo colonizador essa iniciativa tinha por objetivo juntar índios em espaços específicos, catequizá-los e facilitar o acesso a sua força de trabalho por parte dos *encomenderos* de Assunção”.

2.3 O acesso à terra pelos brancos e a extração da erva mate no Mato Grosso do Sul

Este subcapítulo nos leva a refletir sobre a obra de Octavio Ianni, “A luta pela terra”, em seu primeiro capítulo “A primeira missa”; mesmo enfocando o município de Conceição do Araguaia no Pará, observamos diversas semelhanças entre as violações ocorridas em outros lugares. Nesse clássico, onde o autor trata da história social da terra, nos leva a refletir sobre as semelhanças entre as lutas pela terra não só em Conceição do Araguaia, mas no Mato Grosso do Sul, no Brasil e em toda América Latina. “A violência permeou tudo, desde o início, seja nas relações dos homens entre si, principalmente cristãos e índios, seja nas relações dos homens com a natureza” (1978, p.9).

As formas de acesso à terra que ocorreram no Brasil são entrelaçadas por momentos históricos ligados a intervenções políticas e à força de poderes institucionalizados ou não, para poderem usufruir da posse da terra desejada. O interior do Brasil passou por um processo de expansão de sua fronteira abrindo espaços que foram ocupados pelo modo de vida ocidental/capitalista, e também pela lógica de acumulação e reprodução do capital através da captura da renda da terra.

Para o capitalismo a terra, assim como o trabalho, equaciona o resultado da acumulação e juntos:

constituem ‘os mananciais de toda riqueza’. Em seu estado virgem, a terra é o ‘objeto universal do trabalho humano’, a ‘condição original’ de toda produção e o repositório de uma variedade aparentemente infinita dos potenciais dos valores de uso ‘espontaneamente proporcionados pela natureza’. Entretanto, essa condição universal só é útil na medida em que indica as condições que o capital deve enfrentar ou modificar (HARVEY, 2013, p.431).

Desta forma, há um grande embate quando a fronteira e a ideologia capitalista chegam em terras sul mato-grossenses, pois a ideia da terra para os indígenas é totalmente diferente do mundo ocidental. Quando os *karai* chegam, utilizam todos os tipos de mecanismos para conseguir a propriedade das terras, seja invadindo as terras indígenas ou retirando posseiros, mas também dominando o jogo político e as normas, tornando o Estado instrumento para a manutenção de certas classes sociais em detrimento da exploração de outras. Assim, desenha-se o cenário desigual até hoje constituído devido ao processo injusto e corruptivo de apropriação, posse e uso da terra.

As formas históricas de acesso à terra em Mato Grosso e sua institucionalização em propriedade privada estão ligadas aos diferentes momentos do processo de ocupação e formação do território nacional, que se

fez acompanhar de todo um aparato jurídico político destinado a dar sustentação à lógica do desenvolvimento do capitalismo no país (MORENO, 2007, p.23).

Como o estado de Mato Grosso do Sul pertencia ao estado de Mato Grosso, o processo histórico explicitado neste subcapítulo analisará os fatos ocorridos no âmbito dos dois estados, com enfoque no sul. Os registros revelam a construção de postos militares (do Baixo Paraguai, de Coimbra, de Miranda e de Iguatemi), tendo estes fortes, fortalezas e/ou presídios dado origem ao nascimento das primeiras vilas ou arraiais da região em seu em torno. A economia baseava-se essencialmente numa prática econômica de subsistência e da pecuária, começando assim, a “vocação” da região para tal especialidade.

Após a chegada dos bandeirantes, que iam abrindo os caminhos, surgiam algumas fazendas de grandes extensões para o cultivo de gado, estabelecidas de acordo com a posse da terra, o que antecede a Lei de Terras de 1850³¹. E assim, Mato Grosso do Sul foi

³¹ A Lei de Terras de 1850 foi criada na época do império por D. Pedro II a fim de aumentar a arrecadação de impostos. A partir dessa lei a privatização de terras no Brasil aumentou consideravelmente, pois a mesma regulamentou a propriedade privada, capitalizando a terra e transformando-a em mercadoria. Essa medida favoreceu as elites, pois as terras só poderiam ser adquiridas por compras e vendas ou doações, aumentando o poder das oligarquias locais. Sendo assim, os mais pobres tiveram dificuldades de manter e adquirir terras, pois a posse foi proibida, tornando-os trabalhadores rurais, dando sua força de trabalho aos grandes proprietários de terra, principalmente os voltados para o cultivo do café. Com os impostos arrecadados, o governo podia investir na vinda de imigrantes europeus para trabalharem nas fazendas, já sabendo que o regime escravocrata estava em declínio, além da possibilidade da implementação da política de branqueamento na sociedade brasileira. Abaixo alguns artigos da lei na íntegra:

Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras).

“Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

[...]

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonisação dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval.

[...]

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalisados querendo, depois de dous annos de residencia pela fórmula por que o foram os da colonia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio.

[...]

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

[...]

Art. 21. Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessario Regulamento, uma Repartição especial que se denominará - Repartição Geral das Terras Publicas - e será encarregada de dirigir a medição, divisão, e descripção das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalisar a venda e distribuição dellas, e de promover a colonisação nacional e estrangeira.”

povoado e dominado por alguns ramos familiares³² que tinham a pecuária como sua economia inicial.

Até então o direito à terra pelos indígenas não foi mencionado, as ocupações e colonizações pouco se importavam com os habitantes que ali estavam. A pecuária adentrou o estado fazendo com que a parte sul de Mato Grosso fosse reconhecida em seu território devido às fazendas de gado que ali havia. Contava também com um personagem influente da história do estado, o Barão de Antonina, detentor de extensas terras, dentre elas muitas terras indígenas, registradas em sua posse.

Em agosto de 1848, Joaquim Francisco Lopes empreendia sua sétima viagem ao sertão, na mesma rota. Descia as águas do Congonhas até o Tibagi, deste ao Paranapanema, deste ao Paraná. Remontava o Ivinhema. Chegaria à confluência do Vacaria e Brilhante. Atingiria Miranda de regresso. Das terras de Antônio Barbosa, seguiria em reconhecimento mandado pelo Barão de Antonina, na região do sul, percorrendo terras dominadas pelos índios, explorando a serra e os rios que descem para o Paraná, Brilhante, Santa Maria, Dourados. Chegaria mais ao sul, ao Iguatemi e a Sete Quedas. De regresso percorreria ao Apa e ao Miranda, passando pelas ruínas de São Tiago de Xerez, abandonada pelos espanhóis em 1648. Passaria pelo rio Anhuaque, que depois seria o Nioaque (SODRÉ apud MORENO, 2007, p.40).

Este registro feito por Nelson Werneck Sodré em seus estudos nos revela a existência de povos indígenas no sul do estado e coloca em evidência que as terras por eles habitadas eram posse de um único homem, o Barão de Antonina. Tais registros podem corroborar para o que veremos no último capítulo desta dissertação, quando o agronegócio justifica que ali, nas terras do sul, não existiam indígenas.

O Barão de Antonina contratara sertanistas para explorar a região e tinha a intenção de aldear e catequizar os indígenas que ali estavam, “liberando a terra dos indígenas, o Barão pretendia também abrir uma nova via comercial até o Mato Grosso, a partir do Oceano Atlântico até o Rio Paraguai, e afazendar-se nessa região” (CHAMORRO, 2015, p.75), demonstrando desde já o desejo de liberar terras do estado para sistemas de produção não-indígena.

Outra intervenção externa ocorreu em meados do século XIX, numa disputa armada, em terras habitadas pelos povos Kaiowá e Guarani, a Guerra do Paraguai. Mais uma inserção do Estado na região, mesmo que não envolvesse diretamente os povos indígenas, os mesmos foram cercados pela atmosfera de disputa na área. Muitos indígenas aumentaram sua mobilidade no período posterior à guerra, procurando locais mais

³² Dos Lopes, dos Souzas, dos Garcias e dos Barbosas (MORENO, 2007, p.39).

tranquilos e seguros (CHAMORRO, 2015,p.109), o que pode ser considerado para Nimuendajú (1987) como um movimento religioso em busca da “Terra sem Mal”, não somente em relação à guerra, mas a acontecimentos que ocorreram com eles e os fizeram intensificar essa mobilidade.

Os fatos históricos só fazem confirmar o que os próprios índios sempre me asseguraram: a marcha para leste dos Guarani não se deveu à pressão de tribos inimigas; tampouco à esperança de encontrar melhores condições de vida do outro lado do Paraná; ou ainda ao desejo de se unir mais intimamente à civilização – mas exclusivamente ao medo da destruição do mundo e à esperança de ingressar na Terra Sem Mal (Nimuendajú,1987: 101-102).

Este relato de Nimuendajú (1987) mostra o caráter de mobilidade dos Guarani desde muito tempo, lembrando aqui que o autor escreveu este relato com base em seus trabalhos nos primeiros anos do século XX, sendo estes transeuntes em seu próprio território, o que dificulta o entendimento do *karai* para com os Kaiowá e os Guarani e a dificuldade do indígena em viver em situações de confinamento.

Esta mobilidade, o *oguata*, não significa o ato de migrar e nem um processo migratório, mas sim, o ato de caminhar, para evitar o esgotamento dos recursos ou a superação de conflitos internos. Na época em que Nimuendajú chegou ao sul do Mato Grosso, as terras estavam passando por um processo de valorização, já dominadas pela economia extrativista da erva-mate.

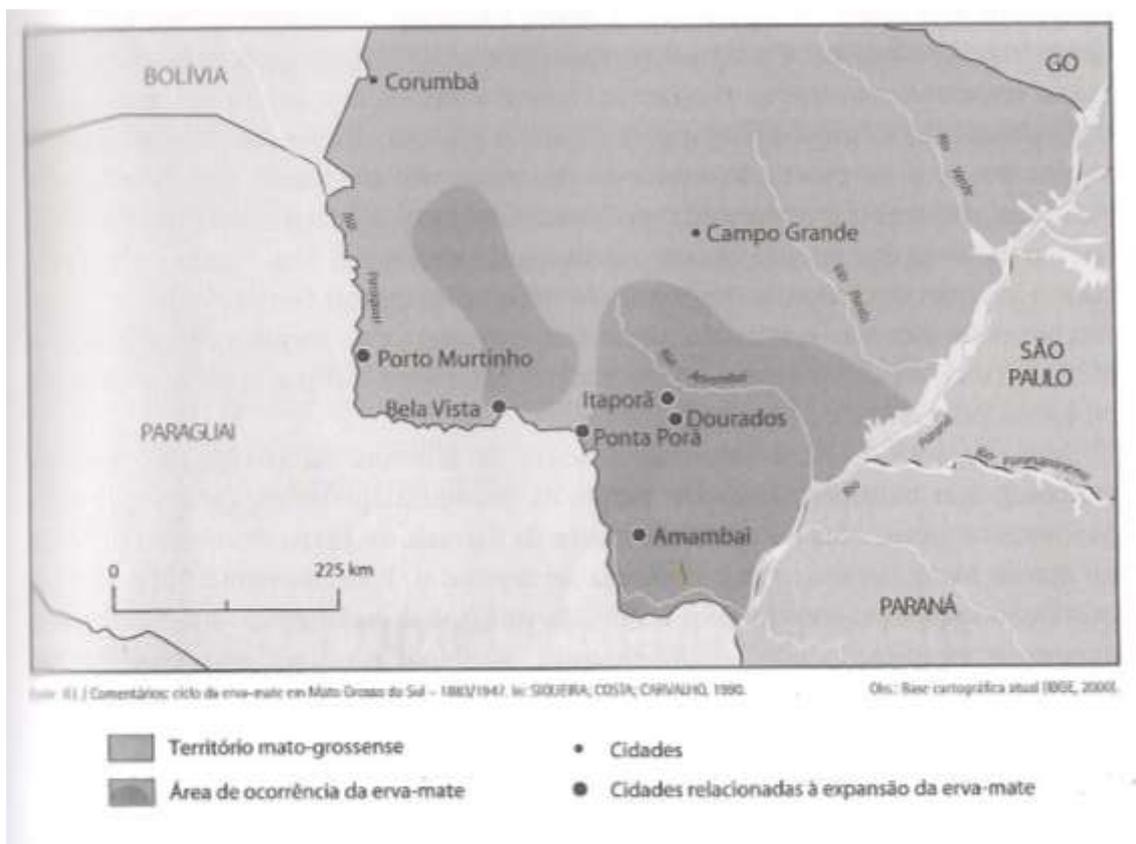
Segundo Moreno (2007, p.40), as terras do atual Mato Grosso do Sul só foram valorizadas depois da abertura da navegação pelo Rio Paraguai em direção ao Rio da Prata, pois até então as terras ainda eram bem desvalorizadas; por mais que a pecuária no sul do Mato Grosso não tivesse uma expressão econômica de destaque, a mesma ajudou a construir elites locais que no futuro viriam a disputar a política do estado, a construir oligarquias e disputar o poder com famílias mais ricas, estabelecendo a famosa “familiocracia”, presente até hoje na política brasileira.

A região começou a ganhar destaque e importância quando no final do século XIX, influenciada pelo fluxo através do Rio Paraguai e com a demarcação da fronteira com o país vizinho, começa a produzir a erva-mate, planta originária da região, principalmente entre os rios Iguatemi e Amambai, encontrada em grandes quantidades pelas terras que foram arrendadas por Thomás Larangeira, um empresário gaúcho. Essas terras incluíam os rios Dourados, Brilhantes, Ivinhema, Paraná e Iguatemi, sobrepondo o território dos Kaiowá e dos Guarani (THOMAZ DE ALMEIDA; MURA, 2004, p.59).

A política da Primeira República, por facilitar o arrendamento devido às formas dos procedimentos para conseguir acesso às terras devolutas, estimulou a exploração extrativista tanto da borracha, quanto da erva mate.

Destacam-se as negociatas para que Thomás Larangeira arrendasse tamanha extensão de terras no estado. O mesmo contou com o apoio de Joaquim Murtinho³³, homem influente na época e na região, diretor do Banco Rio e Mato Grosso, conseguindo a concessão de terras para a exploração da erva-mate com direitos exclusivos para a empresa que viria a se chamar Companhia Matte-Larangeira. No anexo 01 os decretos na íntegra, tanto na época do Império como na Primeira República.

Mapa 04 – Área de exploração da erva-mate em Mato Grosso do Sul (final séc. XIX – início do séc. XX)



Fonte: MORENO, Gislaene (2007, p.41).

Thomás Larangeira, antes de ganhar a concessão para explorar a área do sul de Mato Grosso, tinha uma empresa do outro lado da fronteira, no Paraguai, onde ganhou experiência com a produção da erva-mate que produzira lá, antes de implementar seu

³³ Sendo este depois futuro governador do estado, fortalecendo econômica e politicamente a empresa.

modelo no Brasil. Ou seja, a extração da erva-mate em terras Kaiowá também se deu do lado paraguaio, tendo possivelmente a utilização da força de trabalho indígena.

Apesar da grande área concedida à empresa, a mesma expandia ainda mais seus domínios na região aumentando sua produção. Porém o Banco Rio e Mato Grosso, responsável por ações da empresa, as colocaram à venda, sendo estas compradas por um argentino chamado Francisco Mendes, passando a empresa a se chamar Larangeira Mendes & Cia, tendo a partir desse momento a inserção de estrangeiros e de capital internacional nas terras sul mato-grossenses. Sendo assim, a produção fora ampliada, industrializada, agregando valor ao produto, e exportada (MORENO, 2007, p.41).

Vale a pena destacar que, neste período, não foi somente a erva-mate (localizada no sul do estado) que teve participação estrangeira na região, a pecuária também. Dados da obra de Gislaene Moreno (2007) nos mostram que diversas empresas estrangeiras tinham propriedade de terra no estado, principalmente na porção onde hoje é o norte do Mato Grosso do Sul. Sendo assim, o atual estado do Mato Grosso Sul era dominado pela influência estrangeira em seus negócios, tanto por parte da erva-mate como da pecuária (quadro 06).

Quadro 06 – Participação estrangeira no Mato Grosso do Sul - 1923

Companhia Estrangeira	Propriedade (ha)	Local
Brazil Land Castle and Parking	881.053	Cáceres
Brazil Land Castle and Parking	1.000.000	Corumbá
Brazil Land Castle and Parking	800.000	Três Lagoas
Brazil Land Castle and Parking	200.000	Campo Grande
The Brazilian Meat Company	311.010	Três Lagoas
The Brazilian Meat Company	5.000	Aquidauana
Fomento Argentino Sud-Americano	726.077	Porto Murtinho
Franco-Brasileira (Fazenda Francesa)	242.456	Miranda
Franco-Brasileira (Fazenda Francesa)	172.352	Corumbá
The Miranda Estancia Company	219.506	Miranda
Sud-Americaine Belge S/A	177.060	Corumbá
The Água Limpa Synbdicate	180.000	Três Lagoas
Sociedade Anônima Barranco Branco	549.159	Corumbá

Fonte: Borges (1997, p.880); Sodré (1941, p.174-175) apud MORENO (2007 p.43)

Neste período da Primeira República grupos oligárquicos começaram a surgir com apoio do Estado, através de uma política autoritária chamada coronelismo, quando o Estado brasileiro dava poder a certas elites locais, descentralizando as ações a fim de

terem o controle do todo território nacional. No sul do Mato Grosso as oligarquias eram comandadas pelos grandes produtores da erva-mate e da pecuária, sendo fortalecidos pelo poder nacional, mas também pelo poder dos grupos internacionais que ali exerciam o domínio. Tais grupos disputavam o poder entre eles e entre os coronéis da parte norte do estado, marcando um período de intensas disputas políticas internas.

O fenômeno do coronelismo tem seu fundamento na concentração da propriedade enquanto base econômica de sustentação das manifestações do poder privado. O processo de concentração da propriedade privada em Mato Grosso gerou todas as condições necessárias ao desenvolvimento de um dos mais arraigados sistemas de mandonismo local. E, devido à natureza das elites dominantes do Estado, desde o regime imperial, o coronel tanto podia ser um grande proprietário rural, como um usineiro ou um comerciante bem-sucedido (MORENO, 2007, p.44).

O grande poder dado e exercido pela empresa Matte Larangeira gerou algumas discordâncias com os níveis políticos, econômicos, administrativos do governo de Mato Grosso, pois o estado só lucrava com o arrendamento, sendo os lucros da empresa destinados ao enriquecimento da mesma. E assim sendo, devido ao endividamento do estado, a empresa pagava antecipadamente o valor do arrendamento, sobrando pouco ou nenhum poder especulativo ao governo para com a empresa e as terras, além do baixo valor estabelecido pelo governo ao arrendar as terras para a empresa por um período longo.

A empresa agia como um “Estado” na região onde atuava pois, segundo Moreno (2007, p.42), ela tinha autonomia para a construção logística que beneficiasse seu empreendimento, seja na construção de portos, de rodovias e/ou de ferrovias. Além disso, tinham liberdade para a contratação da força de trabalho, geralmente indígena, até mesmo nas regras, sem a intervenção do Estado.

O poder e autonomia desta Companhia colocaram em xeque o poder do Estado, chegando-se a dizer na época que a Matte Laranjeira constituía-se num ‘estado dentro de outro estado’. Esta situação, muitas vezes, foi motivo para dissidências políticas, momento em que as facções se digladiavam em sua defesa ou oposição (MORENO, 2007,p.42).

Diga-se de passagem, que a empresa utilizou ao extremo o trabalho de paraguaios e indígenas que ali viviam, ou seja, os Kaiowá e os Guarani; os mesmos já tinham o hábito de extrair as ervas para consumo próprio, porém com a chegada da companhia, se viram na necessidade de trabalhar em condições bem exaustivas na colheita da erva-mate, sendo

os indígenas “remunerados” com roupas, ferramentas e/ou dinheiro, além de registros de “adiantamentos”³⁴, até porque nas áreas perto das localidades indígenas, as lideranças não aceitavam a extração de bom grado, existindo um diálogo e um convencimento para a permissão, o que era conseguido através de presentes ou então de ameaças.

O método de convencimento incluía a doação de peças de pano grosso como presente. “Às vezes o índio brigava para não entregar o erval dele (...). Paraguaio bem sabido mesmo, entrava com jeito (...) porque fala a língua”. João Aquino destaca que às vezes, na primeira visita, não obtinha êxito. Então outras eram feitas levando mais roupas, machetes e machados até conseguir [autorização para extrair a erva] e, conclui ele afirmando que “sempre conseguia”. Quando os métodos de convencimento através de presentes não davam certo, outros recursos eram usados: “dava susto pro índio, mas não matava”. Perguntado como os prepostos da Empresa “davam susto”, respondeu que era mediante ameaças “de que vai trazer avião, não sei o que, vai dar veneno e o veneno que vai matar tudo os índios. Então o índio tem medo”. E conclui seu depoimento dizendo que “assim que arrumava tudo aqui no Mato Grosso. Só paraguaio e índio que trabalha com a Companhia (BRAND; FERREIRA, 2003, p.4).

Há registro de que a empresa mandava matar e caçar os trabalhadores que fugiam, além de serem obrigados a trabalhar para eles sob a ameaça de pistoleiros (BRAND; FERREIRA, 2003: 5). Observa-se desde então essa “classe” que servia aos patrões controlando os demais trabalhadores. Nesse período, como dito anteriormente, foi dominado pela influência dos coronéis que mantinham o uso da violência para comandar certas porções do território, sendo criados até mesmos grupos paramilitares a mando de alguns coronéis para demonstrarem através da violência e do banditismo a imponência política do grupo oligárquico, neste caso a Cia Matte Larangeira.

A transformação da terra em mercadoria – ou, em âmbito mais geral, a metamorfose da natureza em história – não é um processo pacífico. Ele envolve tanto a violência dos homens contra a natureza como dos homens entre si (IANNI, 1978, p.164).

³⁴ Adiantamento era uma forma de prender o trabalhador através de dívidas para que o mesmo trabalhasse para pagar as dívidas adquiridas, tornando um ciclo em que o trabalhador se via preso por um regime de servidão eterna. Como citam Brand e Ferreira, em seu artigo, o relatório de Barboza (1927), um funcionário do SPI: “encontramos informações idênticas às fornecidas pelos informantes indígenas. Este servidor do SPI, referindo-se às “tribus” indígenas, fala na necessidade de “libertal-as do domínio dos hervateiros paraguayos, fazendo cessar o regime de escravização (sic) em que vivem” (p. CXXIV). Nas páginas seguintes descreve como se dá esta escravização. O índio, antes de iniciar o serviço, podia adquirir mercadorias no armazém da firma. Mas o mesmo servidor conclui que: “o índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga” (idem: CXXX e CXXXII). Portanto, além de confirmar que o pagamento era feito em mercadorias, atesta que a fuga era a forma do trabalhador da Cia Matte Larangeira se livrar da escravidão do barracão” (BRAND; FERREIRA, 2003, p.5).

No sul do estado tal banditismo e violência era atrelada à posse da terra, principalmente quando essa fora vinculada com a chegada de migrantes para a região. Além disso, a companhia tinha empregados chamados de Comitiveiros, que “eram pessoas encarregadas de manter o domínio da Cia Matte Larangeira sobre a área arrendada. Cabia-lhes combater, segundo diversos informantes, especialmente, os intrusos e perseguir os fugitivos. Esse controle sobre a área arrendada, impedia o ingresso de terceiros, especialmente de colonos migrantes” (BRAND; FERREIRA, 2003, p. 6). Sendo assim, a área de influência da empresa se manteve pouco devastada e com uma estabilidade da paisagem encontrada quando fecharam o contrato de arrendamento inicial. Lembrando aqui, que a produção da erva-mate era extrativista, ou seja, a planta era encontrada em toda região, não sendo necessário modificar a paisagem do local para a produção agrícola da planta.

Figura 01 - Ervateiros



Fonte: Blog Joel Vieira³⁵

Chamorro, Thomaz de Almeida e Mura acreditam que esse fato contribuiu para que a região se mantivesse “sem a presença intensa dos brancos” pelo período de concessão da empresa. A mesma impedia que índios fugissem e embarreirava os colonos que queriam adentrar seu território, mantendo assim a presença dos povos Kaiowá e Guarani nessa porção sul do estado.

o monopólio de la Matte Larangeira, a pesar de generar discordias e intensas peleas en esferas administrativas, políticas y financieras del estado de Mato Grosso, para los indígenas representó una contingencia histórica que postergó un potencialmente masivo asentamiento de blancos, manteniéndolos distantes por más largo tiempo; además, una modalidad de contacto que posibilitó a los

³⁵ Disponível em: <https://joelveirafotografo.blogspot.com.br/2011/08/os-ervateiros-do-raido_12.html>
Acessado em: 18 mar. 2017

Neste blog tem a seguinte citação: "Quando um Ervateiro se machucava, um ferimento grave que quebrava a coluna, era feito um sorteio entre os amigos para ver quem iria sacrificar o morimbundo" VIEIRA (2011).

Ñandeva y Kaiowa acceder a bienes ofrecidos por el blanco a cambio de su fuerza de trabajo em los hierbales ³⁶ (THOMAZ DE ALMEIDA; MURA, 2004, p.56).

A Cia Matte Larangeira (ou Larangeira Mendes & Cia) teve sua hegemonia até o período conhecido como o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando o mesmo cria o Território de Ponta Porã³⁷ e investe na produção da erva mate na região sul, concorrendo com a empresa sul mato-grossense, cuja produção é finalizada após a criação do Instituto Nacional do Mate³⁸. Não somente houve o encerramento das atividades da empresa, como o poderio dos coronéis começou a ruir com a ascensão do Estado Novo.

Também se desencadeou na porção sul do estado, outra prática bastante comum na história agrária brasileira, que foi a grilagem de terra, principalmente com a valorização das terras depois da chegada da ferrovia no estado. Grileiros chegavam expulsando antigos posseiros, reivindicando sua terra. Devido a essa valorização das terras, a partir dos anos 1920 houve um surto de grilagem na região, além de descendentes de antigos posseiros retornarem para reivindicarem as terras. Inclusive as terras arrendadas para a Cia Matte Larangeiras eram, em sua maioria, reivindicadas pelos herdeiros do Barão de Antonina, que no passado detinha posse de grande parte das terras do sul do estado.

Segundo Moreno (2007, p.47), o Barão de Antonina conseguiu as terras que foram reivindicadas por seu herdeiro (terras entre os rio Amambaí, Paraná, Ivinhema e Dourados) através de grilagem. Diversos momentos se passaram sem o interesse real dos herdeiros do Barão; depois do abandono das terras pela família, as mesmas foram arrendadas para a extração da erva mate, havendo posses e até a implantação da colônia de Dourados, porém depois da valorização fundiária, o interesse veio à tona.

³⁶ Citação traduzida e adaptada ao português: “o monopólio da Matte Laranjeira, apesar de gerar discórdias e intensas disputas nas esferas administrativas, políticas e financeiras do estado do Mato Grosso, para os indígenas representou uma contingência histórica que postergou uma potencial colonização massiva dos brancos, os mantendo distantes por mais tempo; seus interesses, atendendo exclusivamente à extração da erva-mate, contribuiu também para preservar seu habitat; representou, também, uma modalidade de contato que possibilitou aos Ñandéwa e Kaiowá o acesso a bens oferecidos pelos brancos em troca de sua força de trabalho nos ervais”.

³⁷ Alguns estados foram desmembrados a mando do governo de Getúlio Vargas, administrados pela esfera federal com fins estratégicos de segurança nacional nas fronteiras do Brasil. Ponta Porã foi um território criado, de acordo com o decreto-lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, junto com os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco (Acre), do Guaporé (Rondônia) e do Iguazu.

³⁸ De acordo com o Decreto-lei nº 375, de 13 de abril de 1938:

“Art. 1º Fica criado o Instituto Nacional do Mate, constituído pelos plantadores, cortadores, cancheadores, beneficiadores, comerciantes e exportadores de mate, com sede na Capital da República, administrativa e financeiramente autônomo”.

O mais interessante que pode ser observado nessa história é a falta de importância dada aos indígenas com esses diversos trâmites e negociações sobre a terra onde diversas pessoas viviam, sendo estas não interessantes e nem importantes para os processos de uso da terra. Observa-se também que, conforme novas relações capitalistas iam sendo estabelecidas, as tensões e os conflitos da terra iam se tencionando cada vez mais.

Figura 02 – O ervateiro³⁹



³⁹ Fonte: <http://eniodourados.blogspot.com.br/2013/09/o-fantasma-do-ervateiro-enio-ribeiro.html>

2.4 Primeira república, SPI e Criação das Reservas

Em 1910 a presidência da nascente república brasileira cria o SPILT (Serviço de Proteção ao Índio e Trabalhadores Nacionais) como o primeiro órgão institucionalizado pelo Estado a tratar da causa indígena. Contudo, somente com a criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), em 1918, é que políticas mais diretas relacionadas aos territórios e povos indígenas começam a fazer parte da estratégia da construção de um Estado-Nação, incluindo esses territórios e povos nas políticas e projetos do país.

Com a finalidade de incentivar o “progresso e a ocupação” do Centro-Oeste brasileiro, abrindo espaços para a agropecuária e a criação de núcleos urbanos, o Estado, através do SPI, demarcou reservas indígenas, conferindo-lhes um caráter de confinamento, sendo ali colocados índios de etnias distintas:

espaços definidos por especialistas e planejadores a serviço do Estado que não apenas podem ser “artificiais” e forçados, por não gerarem empatia naqueles que deverão ser seus usuários, mas que podem vir a ser, até mesmo, estorvos e fatores de fricção, por desprezarem identidades sócio-espaciais construídas ao longo de gerações (SOUZA, 2006 apud SOUZA, 2013, p.118).

Outra questão importante a ser destacada é a mobilidade desse grupo, que se organizava de maneira a não esgotar os recursos naturais; assim, os grupos sempre estavam em processo migratório, porém dentro de um determinado limite. Esses limites eram marcados por elementos naturais, como árvores, montanhas ou rios. Ao confiná-los todos dentro de uma Reserva, esses hábitos foram restringidos, principalmente pelo fato das Reservas serem delimitadas sem nenhum diálogo entre o Estado brasileiro e os indígenas. As mesmas foram demarcadas onde havia a maior concentração de indígenas, ou seja, lugares onde houve a interferência da Companhia Matte Larangeira, sendo elas “criadas quase que contíguas aos centros urbanos que iam se formando” (CHAMORRO, 2015, p.155), havendo desde então a pretensão não somente de liberar as terras para os não-índios, mas também de criar “bolsões de mão de obra”. Nesse contexto, oito Reservas foram criadas entre 1915 e 1928 (quadro 07), no âmbito do ideal positivista que tomava conta da nação, com o objetivo de tornar o índio um trabalhador nacional.

Quadro 07 - Reservas Indígenas demarcadas criadas entre 1915 e 1928

Terra Indígena	Grupo Étnico	Município	População	Área (ha)	Hectares por família ⁴⁰
Amambai	Kaiowá	Amambai	1.934	2.429	1,53
Dourados	Kaiowá, Ñandéwa e Terena	Dourados / Itaporã	11.880	3.474	1,46
Caarapó / Te'yikue	Kaiowá e Ñandéwa	Caarapó	5.200	3.594	3,45
Porto Lindo / Jacarey	Ñandéwa	Japorã	4.242	1.649	1,94
Taquaperi	Kaiowá	Coronel Sapucaia	3.180	1.777	2,79
Sassoró / Ramada	Kaiowá	Tacuru	2.300	1.923	4,18
Limão Verde	Kaiowá	Amambai	1.330	668	2,51
Pirajui	Ñandéwa	Paranhos	2.184	2.118	4,84

Fonte: Cavalcante, 2013, p.89; apud CHAMORRO, 2015,p.154

Como se pode observar no quadro 07, as áreas eram pequenas desde a época em que foram demarcadas, apresentando hoje uma população muito maior. É importante destacar que os povos indígenas não aceitaram pacificamente a ida para as Reservas, apesar de pouco se destacar a luta dos indígenas contra as imposições dos agentes hegemônicos na história do Brasil. Chamorro (2005) revela que a população indígena reagiu com tal medida. Muitos se negaram a obedecê-la, não permanecendo dentro das Reservas. A população era maior do que podiam suportar as Reservas, sendo estas pequenas demais para os indígenas ali colocados. O impedimento dos “donos da terra” dificultou a criação de outras Reservas “pelos ciúmes que se tinha na região de um artigo tão abundante (a terra)” (CHAMORRO, 2015, p.155).

O Mapa 05, extraído da tese de Juliana Mota (2015, p.161), refere-se ao Ka'aguirusu (no mapa área de laranja e/ou tracejada), antiga área habitada pela maioria dos Kaiowá que foram para a Reserva de Dourados, a qual era muito maior que a Reserva que lhes foi destinada, confirmando que as proporções das Reservas envolviam dimensões bem reduzidas desde sua criação.

⁴⁰ Média de 5 pessoas por família.

Ao controlar as Reservas, o SPI também intermediava a relação de trabalho entre os indígenas e os fazendeiros, bem como na extração da erva-mate – ainda uma atividade econômica importante, mesmo após o fechamento da Cia Matte Larangeira. O SPI criou nesta época o chamado Posto Indígena, em que nomeava um indígena como “capitão”. Este, por sua vez, tornava-se líder indígena em alguma Reserva, e estabelecia a função de dominar os demais índios, com a ajuda da polícia indígena determinada pelo Estado.

O capitão, liderança criada pelo SPI, que assessorava o chefe de posto (servidor público do SPI) foi um importante aliado para a civilização dos índios. A criação do capitão foi um projeto do SPI de redefinir as formas de lideranças entre os Guarani e Kaiowá, transferir o papel das lideranças tradicionais, os ñanderu, as ñandesy e os mburuvycha, para a figura do capitão, designado pelo SPI para promover a interlocução entre os indígenas e o órgão indigenista. Um dos requisitos para ser capitão era o domínio da língua portuguesa (MOTA, 2015, p.169).

Sendo criado esse aparato de repressão, “o SPI exigia o trabalho dos indígenas não apenas na roça e coleta da erva-mate, mas também na extração da madeira e na criação de animais” (CHAMORRO, 2015, p.156), gerando assim uma renda, pensada nos mesmos moldes do modelo capitalista. Biggio (2007) sugere formas semelhantes às de “uma empresa capitalista moderna”,

Nesta o funcionário [do posto, o capitão] poderia ser facilmente comparado a um capataz de fazenda, e o índio, ao peão assalariado ou a outra forma de relação social típica do mundo rural brasileiro (BIGGIO, 2007, p.14).

A implementação das Reservas foi uma estratégia do Estado para introduzir o indígena na sociedade brasileira, transformando-os em trabalhadores rurais. Nas Reservas foram colocados indígenas de outras etnias, principalmente na Reserva de Dourados, além dos Kaiowá: há também os povos Nandevá e Terena, que também foram expulsos de suas terras originárias no decorrer da história. Chamorro (2015) destaca-se que o fato de algumas estarem próximas a núcleos urbanos, trata-se de uma ação para realizar a interação com os não-indígenas e, assim, assimilar hábitos e acelerar o processo “civilizatório”.

Outra investida do Estado em relação aos Kaiowá, foi a introdução dos Terena na Reserva; segundo o SPI, esse povo tinha hábitos mais “parecidos com os dos brancos”, o que poderia facilitar - ao haver o contato e a miscigenação - a inserção dos Kaiowá e dos Guarani à população não-indígena, o que constitui até hoje motivo de diferenciações dentro da Reserva de Dourados.

As principais diferenciações étnicas na Reserva são constituídas da seguinte forma: os Terena como povos ‘mais brancos’; os Guarani [Ñhandéwa] como ‘índios paraguaios’, pois conseguem transitar tanto entre os Terena quanto entre os Kaiowá; e os Kaiowá, mais resistentes ao mundo dos ‘brancos’ (MOTA, 2015, p.163).

Delimitar os indígenas à Reserva significou determinar modos de vida, estabelecer maneiras de fácil controle da população, embranquecer o índio na cor, no trabalho e no viver. Significou obrigar o indígena a “viver de parede”, expressão utilizada por Ñandesy Floriza e Ñanderu Jorge, publicada na tese da Juliana Mota (2015, p.155), restringindo sua liberdade e controlando suas ações.

2.5 O Estado Novo, marcha para o oeste e Getúlio Vargas

No final da década 1940 houve a criação da Comissão de Planejamento da Produção (CPP), projeto político estadual que comungava com os de interesses nacionais de colonização do Estado Novo de Getúlio Vargas, para habitar e “desbravar” o interior do país: tal política ficou conhecida como “marcha para oeste”.

A "marcha para o oeste" era justificada pela ideia de progresso e modernização da nação, sendo considerada necessária para o crescimento e desenvolvimento do país, um projeto que almejava um futuro próspero da nação. Ligaria essa porção do território ao restante do país, principalmente aos grandes centros do sudeste e esses ligados aos outros países do continente. Discursos comuns a essa ideia eram disseminados e aplaudidos por diversos setores da sociedade, a exemplo de Idelfonso Escobar, do Conselho Nacional de Geografia, que mostrava o índio como um entrave na construção de um país de gente trabalhadora.

No presente, para resolver esse transcendental e necessário problema nacional, posto em equação pelo clarividente e benemérito Presidente da República, só existe uma solução – a ligação das duas imensas bacias fluviais do Amazonas e do Prata. Essa solução, além de fazer anteceder de um século a marcha para o Oeste, terá a inestimável vantagem de atender a uma necessidade política, econômica e social sul-americana, ligando intimamente várias nações do Continente por uma vasta rede interna de navegação, que será a propulsora de formidável progresso comum. [...] Nessa marcha, dezenas de milhares de selvagens brasileiros, que habitam as florestas, serão conduzidos à civilização para cooperarem pela grandeza do Brasil. O Brasil resolvendo diretamente o seu grande problema da marcha para Oeste, concorrerá indiretamente para o imediato progresso de povos vizinhos, particularmente das duas Repúblicas centrais – Bolívia e Paraguai. [...] Se um brasileiro ilustre e destemeroso, patriota e audaz, no desconhecido, no meio do mais cerrado sertão do mundo, povoado de feras e índios bravios, sem recursos outros que não fossem a sua

bravura a sua energia e sua resistência física, fez, varias vezes, essa travessia de milhares de léguas, por que nós, na época da eletricidade, do motor de explosão e do rádio, não poderemos melhorar essa grande via, fazer as indispensáveis ligações e aplicá-la na marcha para Oeste e ao progresso da América do Sul? (1941, p.116).

Pode-se observar que o discurso tinha um cunho totalmente progressista e integracionista, além de ser extremamente capitalista pelo fato de querer construir uma nação que explora as riquezas naturais e atrai força trabalhadora indígena para desenvolver o país desejável para os olhos das elites. Até porque o modo de vida indígena apresentava uma ameaça às instituições do Estado e à manutenção socioeconômica do governo.

O governo federal já tinha tentado povoar e avançar com a fronteira para o centro do país, incentivando a migração, concedendo terras gratuitamente e influenciando a formação de núcleos de povoamento. Porém estas áreas não chegaram a 1% das terras alienadas⁴¹ entre 1822 e 1929, somando apenas 4.800 hectares (MORENO, 2007, p.26), diferente do período conhecido como “marcha para oeste”, quando grandes áreas foram reservadas para colonização e núcleos de povoamento, sendo dadas a empresas de cunho privado.

Moreno afirma que “poucos projetos particulares de colonização cumpriram seus objetivos [incorporar Mato Grosso à economia nacional e absorver os excedentes populacionais de outras regiões do país]. A grande maioria serviu mais à expansão da grande propriedade” (2007, p.26). A política fracassou, pois os interesses de cunho particular entre os que administravam deixaram de lado, por exemplo, as mínimas noções de infraestrutura básica, sendo esta menor que o fluxo migratório espontâneo que chegara à região.

Neste mesmo momento o contato foi mais intenso entre as populações indígenas e os não-indígenas, agravando e tencionando os problemas agrários na região. Segundo Thomaz de Almeida e Mura (2004), maneiras de burlar as normas ganharam proporção, incorporando a tradição regional, levando Mato Grosso a uma condição sub judice e a ser objeto de intervenção federal por duas vezes nos últimos cem anos. Tendo essa imagem construída, o até então estado de Mato Grosso passara a ser conhecido como “uma terra sem lei, onde imperava a violência e a ‘lei do 44’, uma referência à arma de fogo de calibre 44” (MORENO, 2007, p.53).

⁴¹ Terra alienada é quando a terra é transferida de alguém para outro alguém, através da compra-venda por uma quantia simbólica ou por meio da doação. Nesse caso a terra foi transferida do Estado para colonos por meio de doações.

As terras livres da Matte Larangeiras se tornaram objeto de cobiça para outros agentes que não mediram esforços em ultrapassar as dificuldades: “obstáculos ecológicos, humanos, burocráticos, jurídicos no fueron suficiente para contener el asedio a las tierras indígenas pretendidas por la moderna colonización”⁴² (THOMAZ DE ALMEIDA; MURA, 2004, p.60).

Figura 03- Propaganda da Marcha para o Oeste⁴³



2.6 A chegada da fronteira agrícola moderna

Em décadas mais recentes, 1970 e 1980, também houve políticas de terras, mais especificamente sendo estimuladas por programas do governo federal, seja de colonização oficial ou particular, pela via capitalista de acesso à terra.

Foi nesse período que o cultivo de soja surgiu e começou a ser inserido junto a outras monoculturas. Em uma rápida e breve síntese, observa-se uma sequência onde existia o índio, que começou a ser incomodado pela grande empresa extrativista Matte Larangeira, além da chegada dos posseiros e colonos, que contribuíram para “abrir

⁴² Citação traduzida e adaptada ao português: “obstáculos ecológicos, humanos, burocráticos, jurídicos não foram suficientes para conter o assédio às Terras Indígenas pretendidas pela moderna colonização”.

⁴³ Fonte: <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2014/04/as-raizes-de-uma-planta-que-hoje-e-o.html>

espaço”, ou seja, desmatar a vegetação nativa. Depois do desmate e da mudança da paisagem, houve a chegada das fazendas, e a partir da década de 1970 a introdução da soja na economia do estado.

A chegada da soja contribuiu para o aumento da população nas Reservas ou em acampamentos na beira da estrada. Segundo Chamorro, “com a agricultura mecanizada, os Kaiowá, que no começo ajudaram a derrubar a mata e depois foram os peões das novas propriedades, tornaram-se desnecessários e indesejados. Nesse ambiente [...] foram levados para as Reservas, e então, sim, começaram a crescer em número de habitantes e problemas” (2015, p.23). Porém, muitos ainda foram absorvidos pela agroindústria sucroenergética, que utilizava (e ainda utiliza em menor proporção) a força de trabalho indígena para o corte manual da cana-de-açúcar.

O final da década de 1970 teve como marco temporal os conflitos mais representativos que assinalaram a disputa pela terra entre fazendeiros e indígenas, talvez sendo a partir desse momento o início da luta pela terra pelos Kaiowá e Guarani e a reação violenta por parte dos fazendeiros. Índios começaram a ser expulsos de suas terras e deixados nas Reservas Indígenas pelos fazendeiros, com a aprovação e consentimento da FUNAI, “a orientação oficial, invariavelmente como um reflexo condicionado, foi a de aceitar como naturais esses translados, compulsórios e não raro violentos, de ‘índio de fazenda’ ou ‘desaldeados’ para os Postos indígenas [Reservas]”(THOMAZ DE ALMEIDA, 2001, p.24).

A seguir, um relato de um indígena chamado Felix Pires, sobre este período de retirada dos indígenas das fazendas, para alocá-los nas Reservas.

Sou Felix Pires, hoje (em outubro de 2011) estou com 70 anos de idade, tenho quatro (04) irmãos e três (03) irmãs, todos meus irmãos e minhas irmãs estão vivos e retornaram com os seus filhos (as) netos (as) ao tekoha guasu Rancho Capi'i/Potrero Guasu em 1998. Nós somos originários de tekoha guasu Rancho Capi'i/Potrero Guasu. Meu pai e minha mãe moraram sempre na margem do córrego Rancho Capi'i. — Eu nasci em 1930 e em 1950, pela primeira vez, casei com a Santa Caldeira e morei no Rancho Capi'i/Potrero Guasu até o ano de 1970. Tenho seis (06) filhos e três (03) filhas. No final de 1960, os dois meus primeiros filhos nasceram em tekoha guasu Rancho Capi'i/Potrero Guasu. Em meado de 1970, os restantes, de meus filhos (as) nasceram já na aldeia Pirajui. Visto que a partir de 1969 minha família extensa foi pressionada e convencida pelos karai não índios, tais como: os fazendeiros, os missionários da igreja alemã e o chefe de posto da FUNAI para mudar de tekoha Rancho Capi'i/Potrero guasu para aldeia Pirajui que está localizada 15 km de distância de nosso tekoha Rancho Capi'i. Lembro que em 1968, na margem do córrego Takuapiry, localizado na divisa de nossa tekoha Rancho Capi'i, os missionários da igreja alemã construíram uma casa e sala de igreja onde eles começaram a convidar-nos indígenas para participar do culto coordenado por pastor. Esse culto religioso da missão ocorria três vezes por semana. O pastor

e sua equipe vinha da aldeia Pirajui, visitando a nossa casa com frequência. Esses missionários traziam as roupas usadas para nós, todos os karai missionários (as) se tornaram nossos (as) amigos (as), parecia que eles se preocupavam muito conosco e gostavam de nós indígenas de Rancho Capi'i. Forneciam os remédios para os meus parentes doentes e os curavam. Eles ficaram à disposição de ajudar-nos, transportavam-nos para lá e para cá. Falavam para nós que as nossas crianças e jovens deveriam frequentar a escola para ler e escrever que seria muito importante para todos os indígenas. Assim, poderia melhorar a nossa vida. Além de pregar a palavra da bíblia e oração realizada, os missionários pregavam e repetiam as mesmas palavras no culto e na visitação de nossa casa. Anunciavam com frequência que na sua sede em aldeia Pirajui eles tinham todos os apoios para nos oferecer, lá já tinha escola e professores para as crianças. Tinha posto de saúde, os medicamentos e enfermeiros para os doentes. Narravam também que lá na aldeia Pirajui já existia as autoridades da FUNAI preocupadas com os índios da aldeia Pirajui que apoiavam tirar os documentos pessoais para cada índio e protegem qualquer índio da judiação e ameaça dos karai brancos. Assim, anunciava que o diretor de Posto da FUNAI, que cuidava da aldeia Pirajui, oferecia todos os tipos de apoios de moradia, de produção agrícola e de proteção, mas para receber esses benefícios da FUNAI teríamos que morar no interior da aldeia Pirajui. Eles me levaram várias vezes na aldeia Pirajui para mostrar para mim o inteiro da aldeia, sede da missão e escola. Dessa forma, desde 1968 até 1970 os missionários começaram pregar de modo repetitivo para nós em tekoha Rancho Capi'i/Potrero Guasu. Em menos de dois anos ou em 1969, os missionários, juntamente com o diretor da FUNAI da aldeia, compareceram na igreja em tekoha Rancho Capi'i e contaram para nós que vários karai brancos estarão chegando para ocupar o tekoha Rancho Capi'i/Potrero Guasu. Por isso, eles nos orientaram e solicitaram para que nós mudássemos de forma imediata de tekoha Rancho Capi'i para aldeia Pirajui. Garantiram-nos que, quando mudarmos para a aldeia Pirajui, eles continuariam nos ajudando e protegendo dos perigos do karai brancos. Essa notícia da chegada dos vários karai para ocupar ou invadir a tekoha Rancho Capi'i deixaram nós constrangidos e com medo. Diante dessa notícia, os rezadores e as lideranças das famílias originárias de tekoha Rancho Capi'i se reuniram para tratar os fatos, realizando o grande ritual jeroky. A decisão dos rezadores e lideranças era para não sair do lugar e para resistir em tekoha Rancho Capi'i. Assim, num primeiro momento, todos os meus parentes decidiram de não mudar para a aldeia Pirajuy, mas os missionários e chefe da FUNAI continuaram a insistir em convencer e intimidar os nossos parentes para sair de tekoha Rancho Capi'i. Um ano depois, em 1970, minha esposa queria muito que nosso filho estudasse na escola, por isso eu fui convencido para me mudar e eu saí de tekoha Rancho Capi'i e fui morar na aldeia Pirajuy com minha família, e meu filho passou frequentar a escola, mas os demais parentes não saíram de tekoha Rancho Capi'i/Potrero Guasu, resistiram em permanecer lá. Lembro que depois de minha saída de tekoha Rancho Capi'i, na sequência, os karai brancos realmente estavam chegando e ocupando o tekoha Rancho Capi'i. Diante disso, aos poucos, os meus parentes foram pressionados e obrigados a sair, e foram saindo, e foram se assentando na aldeia Pirajuy, perto de minha casa, onde nos juntamos novamente, e ao final de ano de 1970 estávamos todos nossos parentes juntos na aldeia Pirajuy. Uma das lideranças importantes de tekoha Rancho Capi'i é o Genaro Benites e sua família extensa, que resistiu e insistiu em permanecer em tekoha Rancho Capi'i até o ano de 1973. Mas no final de 1973, a liderança Genaro Benites e sua família foram trazidas pelos missionários. Assim, a família do Genaro Benites foi última família a abandonar involuntariamente a tekoha Rancho Capi'i/ Potrero Guasu" (apud BENITES, 2014, p.54-56)

Através deste depoimento podemos perceber como ocorreu o processo de convencimento e persuasão dos *karai* em relação aos indígenas nos anos 1970. Utilizando

instrumentos e as instituições do *karaí*, Igreja (*Deutch Indiaaner Pioner Mission – DIPM*) e Estado (FUNAI), conseguiram levar os indígenas, voluntariamente ou não, para as Reservas, deixando espaços livres para a chegada das frentes agropecuárias, principalmente da soja. Destaco aqui a Missão Alemã, que ajudou fornecendo transporte e material, tendo como justificativa fornecer ajuda na saúde e educação dos indígenas; “argumento importante no processo de “convencimento”, era de que, em Pirajuy, seriam melhor atendidos, teriam remédios, ferramentas, sementes e terra para plantar, além de roupas, sapatos e utensílios domésticos” (THOMAZ DE ALMEIDA, 1998, p. 9-10 apud BENITES, 2014, p.58).

Este processo de desterritorialização ocorrido no Mato Grosso do Sul, desenraizando os Kaiowá e os Guarani, acarreta sérias implicações no *teko* (modo de vida) e na cultura, ocasionando problemas sociais graves. A disputa pelo território e sua dimensão de poder condicionaram as práticas e as relações neste espaço.

Há ainda hoje visão dicotômica no estado sobre o índio “aldeado” e o “desaldeado”, construído nesta época a partir de uma visão colonizadora de que “terra de índio” eram somente as Reservas, enquanto as restantes eram para ser destinadas aos não-indígenas.

A criação das Reservas teve como base o cercamento dos povos indígenas em certos locais, abrindo espaço para que as demais terras fossem usufruídas para uma produção ou ordenamento que sustentasse uma economia porvir, ou seja, espaço para gerar lucro, produzindo de acordo com o *modus operandi* capitalista.

Este fato é importante para podermos contradizer o argumento de que as terras estavam vazias ou que eram “espaços vazios”. Tanto não eram que tiveram que criar as Reservas e limitar os ocupantes dos espaços ditos vazios nessas pequenas áreas, inviabilizando os espaços originários vividos pelos indígenas.

Grupos, especificamente a partir de 1978, não aceitaram essa ida abrupta para as Reservas Indígenas, obrigados por pressão de fazendeiros e legitimação do Estado. Contudo, esses grupos que recusaram a retirada e abandonar seus locais, pressionaram o Estado a demarcar suas terras e a ter seus direitos reconhecidos sobre as mesmas.

Além do mais, no início dos anos 1980, houve boatos que divulgavam que a FUNAI iria demarcar todas as terras na qual existissem índios, gerando na região uma movimentação entre os fazendeiros (THOMAZ DE ALMEIDA; MURA, 2004). Estes começaram a expulsar famílias indígenas que ainda habitavam em alguns fundos de

fazenda, acarretando aumento populacional nas Reservas Indígenas, havendo, a partir dos anos 1980, o começo de um processo de luta mais intenso pela demarcação de suas terras.

Este processo foi chamado de “entrada” ou “retomada”, sendo este último uma nomenclatura utilizada pelo CIMI. Tendo em vista a não demarcação das terras e a negligência da justiça em estabelecer os direitos garantidos no processo demarcatório, os indígenas começaram a reocupar as terras antes habitadas por eles, ficando suas estadias, acampamentos e a ida de toda a família para as terras que foram invadidas pela frente agropecuária. Com isso, conseguiram pressionar a justiça e oficializar o processo de reconhecimento e demarcação de suas terras (quadro 08).

Quadro 08

As primeiras entradas (retomada) de terra no Mato Grosso do Sul

Nome do Tekoha	Data da Retomada	Município	Área em ha.	População	Situação fundiária
Rancho Jacaré	1979	Laguna Carapã	777,53	395	Homologada 1984
Guaimbé	1979	Laguna Carapã	716,93	571	Demarcada 1984
Takuaraty/Yvykuarusu/Paraguasu	1984	Paranhos	2.609	398	Homologada 1993
Pirakuá	1983	Bela Vista	2.384	473	Homologada 1992
Jaguapiré	1985	Tacuru	2.349	892	Homologada 1992
Sete Cerros	1987	Coronel Sapucaia	9.584	340	Homologada 1993 e retomada em 1994
Jarará	1983	Juti	479	443	Homologada 1993
Guasuty	1985	Aral Moreira	959	324	Homologada 1992
Jaguari	1987	Amambai	405	355	Homologada 1992
Cerrito	1993	Eldorado	1.950	534	Homologada 1992
Panambizinho	1995	Dourados	1.240	304	Reconhecida 1995.

Fonte: CONSELHO, 2000, p. 16-17; COLMAN, 2007, p. 36-41.

Destaco novamente que a força de trabalho indígena foi utilizada com o avanço da fronteira agrícola e a expansão dos cultivos do agronegócio. As mudanças não ocorreram somente na paisagem, mas também na divisão do trabalho regional, modificando significativamente o modo de vida Guarani.

2.6.1 Tekoha e entrada

A gente estamos aqui desde segunda-feira, aqui em Brasília, e marcamos uma audiência com o ministro. O ministro não recebeu a gente, então a gente tá sabendo que o novo governo [Temer] tá querendo revogar a nossa terra e todos os ruralistas estão comemorando, mas a gente não quer que revogue a nossa terra. Porque nós somos originários dessa terra. Se não demarcarem nossa terra, a gente vai fazer autodemarcação, vamos voltar a fazer nossa retomada de novo. (Flávia Arino Guarani Kaiowá)⁴⁴

Retomando o debate sobre a descolonização do pensamento, trago questões levantadas por Porto-Gonçalves, essenciais para superar impasses no campo da teoria e da política que perpassam a geografia:

“1- não temos conseguido dar uma solução adequada ao significado da natureza no devir social, prisioneiros que ficamos de um pensamento eurocêntrico onde natureza e sociedade são termos que se excluem reciprocamente ou são apenas pensados numa relação de causalidade unilateral, seja da natureza para a sociedade (naturalismo), seja da sociedade para a natureza (antropocentrismo) e; 2- ignoramos a dimensão espacial, na sua materialidade historicamente constituída. Enfim, não consideramos devidamente a geograficidade do social” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.8).

Como dito acima, a geografia, como a maior parte das ciências, ainda está presa no pensamento oriundo da Europa, pautado na racionalidade do indivíduo e na sua distinção da natureza, portanto, será com base nas críticas do autor que basearemos a discussão a seguir.

Para os Guarani, *tekoha*⁴⁵ é o lugar físico onde se realiza o “*teko*”, o modo de ser, o “viver Guarani”. E é para os *tekohas* que os Guarani querem voltar, um lugar onde se possa viver com um mínimo de dignidade nas terras vividas pelos seus antepassados. É necessário compreender e partir da noção de *tekoha* para podermos analisar a disputa de terra em uma cosmologia que não pertence ao pensamento ocidental. Trazer para o debate esta noção enriquece a pesquisa que busca autonomia e diálogo com pessoas que não possuem o mesmo sistema ideológico que o da academia.

⁴⁴ Extraído do vídeo Guarani e Kaiowá lançam campanha contra revisão de demarcações. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qr2TIU37k_c. Acessado em: 27 jun. 2017.

⁴⁵ “Assim o *ñande* [nosso] *reko* (*teko*) pode ser traduzido de forma livre como ‘modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume’. A partícula *ha*, que compõe o termo *tekoha*, é encontrada ‘em nomes e verbos; [e] significa instrumento com que se faz a coisa, modo, causa, intento, fim tempo lugar’. *Tekoha*, dessa forma, é o lugar físico, a terra, o mato, as águas, o campo e tudo que ali existe, onde se realiza o sistema, o modo de ser, a cultura, o estado de vida guarani. O termo engloba a noção de comunidade vivendo em um determinado espaço físico” (THOMAS DE ALMEIDA, 2001, p.19).

Termos nativos não são valorizados nas pesquisas sócio-espaciais, e seria um grande equívoco deixá-los de lado, não incorporando tais noções nas reflexões científicas. Tanto o *tekoha*, como outros termos⁴⁶ são colocados em uma hierarquia de saberes e designados como inferiores no meio acadêmico. Souza, em seu capítulo específico sobre termos nativos, destaca a importância de valorizar esses termos de forma crítica, sem enaltecer e nem menosprezar o senso comum, compreendendo as razões e os porquês da utilização dos mesmos, além de entender onde e quem os utiliza.

Vale dizer, mais diretamente, a partir de uma perspectiva interessada em refletir sobre as possibilidades de mudança sócio-espacial rumo a maior justiça social e melhor qualidade de vida na base de uma auto-organização da sociedade (autogestão, “autoplanejamento” e, mais amplamente, autonomia) – não valorizar os “termos nativos”, como parte que são da produção de significados e discursos no âmbito do “saber local”, seria um contrassenso (SOUZA, 2013, p.221).

Tal discussão se torna essencial pela emergência no debate e na compreensão de outras ontologias ao se estudar indígenas ou qualquer grupo tradicional. No entanto, buscaremos discutir outras territorialidades e seus sentidos, seja nos *tekohas* ou em outros termos que aparecerão ao longo da pesquisa.

Os indígenas em estudo relatam que seu povo vivia em zonas de mata e próximo a rios, neste caso não se trata de impedir o desmatamento ou a poluição dos rios, pois nesta região de Mato Grosso do Sul isto já ocorreu, a luta inicial é pela reconquista de seu território que “está repleto de considerações a respeito da ação de seres relacionados à terra, às águas e aos fenômenos meteorológicos – seus parentes aliados - e de uma crítica à transformação dessa terra e de seus recursos em mercadorias” (Pimentel 2012, p.141). Para compreender essa noção de território, levaremos em consideração que:

“é preciso observar em detalhe o relacionamento desses indígenas com seres invisíveis/guardiões (protetores/deuses) da terra, manifestado através de cantos e rituais diversos dos líderes espirituais. A forma de diálogo e respeito com estes seres humanos invisíveis marca uma diferença muito importante em relação à percepção e ao uso dos recursos naturais da terra” (BENITES, apud ARRUIZZO, 2013, p.192).

Podemos observar que esses indígenas, ao lutarem por seus *tekohás*, estão lutando por motivos além da terra, que envolvem o seu bem-estar e seus modos de vida, estando incluso as suas relações com a natureza e com esses “outros seres” que são essenciais

⁴⁶ Exemplos: favela, quilombo, faxinal, etc.

para a manutenção de sua cultura, indo além da visão mercadológica implantada pelos não-índios.

Essas terras reivindicadas por eles são chamadas de *tekoharã*, que significa, “nosso futuro *tekoha*”, “o lugar no qual viveremos segundo nossos costumes” (CHAMORRO, 2013, p.25). Logo, a retomada para suas terras significa um retorno ao equilíbrio do cosmo dessa população, a ausência de mata, de rios e o esgotamento dos recursos de uma única área levam a consequências drásticas para esses indígenas, o seu modo de ser fica confinado e a manutenção de sua sociedade ameaçada.

No próximo capítulo iremos compreender a visão da terra pelo lado contrário na sua disputa, o agronegócio, seus usos e compreensão, assim como sua espacialidade no estado.

Capítulo 3 – O agronegócio e seus atores

O agronegócio é um termo recente na literatura acadêmica, sendo utilizado inicialmente no ramo empresarial, especificamente na área de administração e marketing nos anos 50, nos Estados Unidos. Era chamado de agrobusiness para designar as relações econômicas entre os setores da agropecuária com os setores industriais, comerciais e de serviços, sendo elas mercantis, financeiras e tecnológicas (LEITE; MEDEIROS, 2012, p.81).

Há, assim, a necessidade de conceitualizar o termo agronegócio usado nesta pesquisa e diferenciá-lo do uso empresarial, trazendo uma compreensão e um entendimento do que denomino de agronegócio ao longo do texto. Dessa forma, neste capítulo serão levantados debates sobre o conflito, sobre o agronegócio nacional e sul mato-grossense e seus atores.

3.1. Conflito: definição

Para compreender a disputa no estado de Mato Grosso do Sul, é necessário conceituar o que estamos chamando aqui de conflito. Segundo a definição dada no dicionário de política de Norberto Bobbio, conflito é “uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos” (PASQUINO, 1998, p.225). No caso deste trabalho, o “recurso” identificado por Pasquino é a questão do território, podendo ser colocado em pauta quanto à atribuição dada a ele como “escasso”.

Tendo em vista a visão do capitalista, a expansão da sua produção, atrelada à disponibilidade de terras, se torna necessária e a busca pela utilização de recursos para multiplicar seus ganhos se torna insana, expandindo sua produção a partir de novas áreas, como as Terras Indígenas (mas também em Áreas de Preservação Ambiental). O recurso “terra”, na visão do agroprodutor, se torna escasso quando o mesmo tem que “dividi-la” com os indígenas. Sua visão de “terra” enquanto propriedade é vista como um direito absoluto e incontestável, sendo esta visão conflitante com a dos povos originários e com o direito dos mesmos sobre a terra tornando, assim, a terra “escassa” para suas “ambições capitalescas”.

Este choque é identificado na fronteira existente entre a ambição do agronegócio e a existência dos indígenas, principalmente dos Kaiowá e Guarani, no estado de Mato

Grosso do Sul. Segundo Cunha, é na fronteira onde ocorre “o desencontro não só concepções de vida e visões de mundo mas, e principalmente, de temporalidades históricas” (2017, p.19). É nessa “fronteira do humano”, caracterizada por Martins (2009), que se territorializa o conflito, para além dos limites geopolíticos estabelecidos. O lugar do conflito é dado na fronteira, pois é lá onde se dá o encontro com o outro, fazendo com que o humano se constitua como tal, colocando-o em seu lugar, de acordo com o ponto de vista da realidade observada (CUNHA, 2017), sendo esta fronteira para além da expansão do capital, mas também como:

a fronteira da humanidade. Além dela está o não humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano (MARTINS, 2009, p.141).

Portanto, é nesta fronteira do humano que ocorre o conflito pela terra, entre o ideológico e o político, conflito esse que contrapõe interesses coletivos de grupos antagônicos sobre o território. Este conflito, aqui estudado, alcança dimensões em diversas escalas: a) local (a milícia armada e privada dos proprietários de terra, o preconceito vivido por indígenas na escola e na cidade, o alcoolismo, a prostituição, a falta de assistência básica nas comunidades indígenas, as missões religiosas, entre outros); b) municipal (a precariedade dos serviços básicos aos indígenas, como escolas, postos de saúde, saneamento básico, etc); c) estadual (a inserção de políticos do agronegócio na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, a criação da CPI do CIMI, entre outras); d) regional (políticas voltadas para a ampliação e expansão do agronegócio no Centro-Oeste do país e a falta de representatividade indígena na política institucionalizada desses estados, entre outros); e) nacional (Bancada Ruralista, mídia nacional, mobilizações pelo Facebook, CPI da FUNAI, entre outros); e f) internacional (mercado financeiro, demanda de produção internacional, campanhas internacionais mobilizadas pelos indígenas, como a campanha para boicotar produtos de empresas que compram açúcar produzido em terras indígenas, entre outros). Porém, deve-se ressaltar que o nível de alcance dos fatores citados, em muitos casos, não se limita somente à dimensão de sua escala de atuação, sendo transescalar, dependendo da intensidade.

Em muitos casos o conflito é dado pela violência, o que corrobora o fato de existir uma ruptura de normas pelos dois grupos existentes . Segundo Pasquino, “a

violência pode ser considerada um instrumento utilizável num conflito social ou político, mas não o único, nem necessariamente o mais eficaz” (PASQUINO, 1998, p.226).

Esses conflitos territoriais das lutas indígenas contra a hegemonia capitalista agrária ganham destaque a partir do confronto de ideologias no espaço, concebendo-se o território como o cenário das contradições sociais.

3.2. Agronegócio: breve história e sua definição

Vocês que enxotam o que luta por justiça;
Vocês que oprimem quem produz e quem preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva
Vocês que podam e que fodem e que ferram
Quem represente pela frente uma barreira
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra
O extrativista, o ambientalista ou a freira
Chico César

Como visto no início do capítulo, o termo agronegócio foi originado do termo agrobusiness criado pelo ramo empresarial estadunidense para definir as relações econômicas do setor agropecuário para com os demais setores (comércio, indústria e serviços) envolvidos na rede estruturante desse ramo do capital. Segundo Leite e Medeiros (2012), o termo chegou no Brasil por volta dos anos 1970, respaldado pelo ideal progressista e modernizador da agricultura, que se materializa em sua industrialização. Assim, haveria a verticalidade da produção, gerando divisas para os detentores da terra “agronegociada”.

Para tal, há a necessidade de compreendê-lo como linguagem acadêmica e geográfica. O termo se universalizou, extravasando os cercos empresariais e adentrando não somente na academia, mas também sendo utilizado pelos veículos midiáticos, pelos setores políticos e também pelo senso comum. Porém, não atribuiremos a mesma conceitualização dada pelos empresários ao tratar aqui sobre o agronegócio, utilizaremos o Dicionário da Educação do Campo para nortear a discussão e o verbete teórico feito por Sergio Leite e Leonilde de Medeiros para entender o que chamamos de agronegócio e debater seus agentes.

Numa breve passagem, Leite e Medeiros (2012) citam David (1997) a fim de compreender a dicotomia existente ao longo do processo de percepção do espaço agrário/rural. Antes dos anos 1960 a dicotomia era estabelecida entre latifúndio e minifúndio; nos anos 1960 observa-se a contradição entre reformas estruturais e políticas de modernização; nos anos 1970 o embate entre a produção com fins para a exportação e

a produção de alimentos para consumo interno; nos anos 1980 a ideia de industrialização da agricultura em oposição àquela que apontava um caráter anticíclico; e hoje a oposição do agronegócio à agricultura familiar.

Neste sentido, acrescento que a oposição do agronegócio não ocorre somente em relação à agricultura familiar, mas com diversos contrapontos que ameaçam a expansão do capital e que embarreiram as divisões políticas, econômicas e sociais desse sistema, sendo parte dessa dicotomia a luta indígena pela garantia de seus direitos, assim como dos quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses, caiçaras, quebradeiras de coco, seringueiros, pescadores, castanheiros, geraizeiros, piaçabeiros, peconheiros e demais populações tradicionais. Incluo também a manutenção e a preservação do meio ambiente como entrave para as ações e práticas do agronegócio, assim como as produções da agroecologia, agroflorestal, da agricultura orgânica ou de assentados rurais da Reforma Agrária.

Destaca-se que o agronegócio se utiliza de tecnologias modernas, máquinas e insumos altamente capitalizados; sua produção está voltada para a exportação, e mesmo tendo consumo interno de seus produtos, o principal foco e intenção é o mercado internacional, é a integração e o gerenciamento do campo com a indústria, o comércio e os serviços; além, é claro, da sua grande marca ostentadora, que são as grandes propriedades de terra, a desproporcionalidade que os cultivos do agronegócio utilizam, quando comparados aos demais.

Leite e Medeiros frisam que o termo agronegócio tem dimensões que “extrapolam o mero crescimento agrícola/agroindustrial” e que vão além “da produtividade física dos setores envolvidos na cadeia de produtos e atividades”. O agronegócio carrega em sua concepção contrapontos que são necessários de serem identificados para que todas as dimensões sejam analisadas. Esses contrapontos são “o conjunto de situações sociais e atividades que não estariam representadas e/ou legitimadas pelo emprego desse termo” (2012, p.83).

Esses contrapontos são caracterizados pelos agentes do agronegócio como “obstáculos”, “atrasados” e “obsoletos”. Porém é a partir da existência desses contrapontos que emerge o cenário de luta e não aceitação da imposição dominante desse sistema excludente, autoritário, elitista, violento e impositivo.

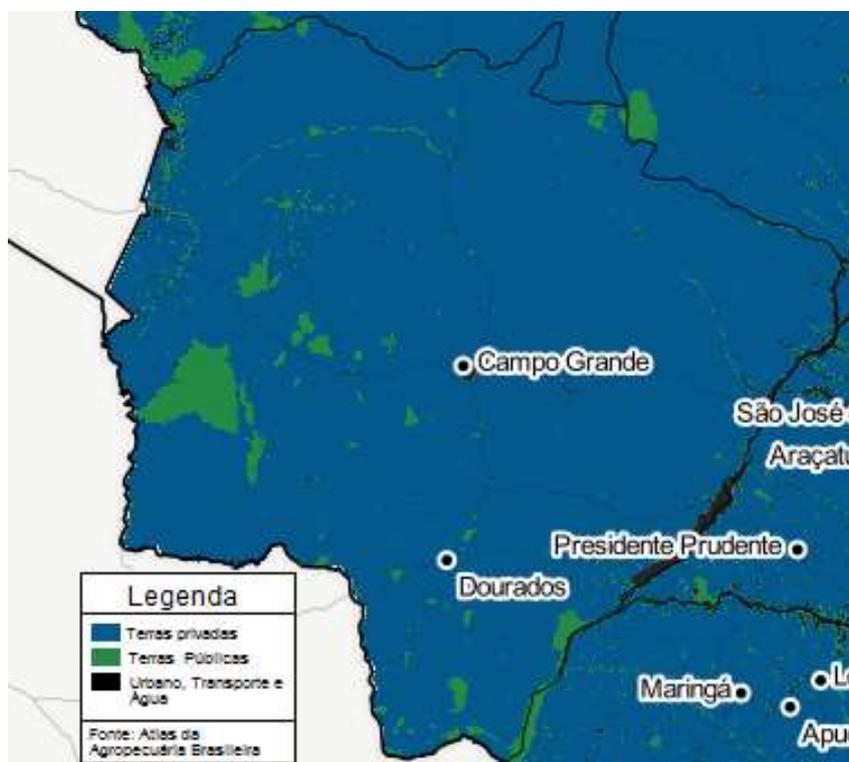
3.2.1 O agronegócio hoje em Mato Grosso do Sul

Já que tem bem mais latifúndio em desmesura
Que terra indígena pelo país afora;
E já que o latifúndio é só monocultura,
Mas a T.I. é polifauna e pluriflora,
Ah!,
Demarcação já!
(Carlos Rennó/ Chico César)

O setor do agronegócio concentra e controla áreas cada vez mais extensas no Brasil e no Mato Grosso do Sul. De acordo com o Atlas da Agropecuária Brasileira,⁴⁷ dados de 2017 revelam que 92% da abrangência territorial do estado é de terras privadas (mapa 07), liderando o ranking de concentração de terras particulares em todo o Brasil. Este levantamento considera como terra privada os terrenos com Cadastro Ambiental Rural, as terras do programa de assentamento rural, os imóveis cadastrados como privados no INCRA ou no Programa Terra Legal e as áreas não catalogadas em bancos públicos.

Mapa 07

Concentração de Terras Privadas no Mato Grosso do Sul - 2017



⁴⁷ Um projeto do Imaflora em parceria com o GeoLab, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <<http://www.imaflora.org/atlasagropecuario/>>

Segundo dados do Atlas da Agropecuária Brasileira, do contingente de 92% de terras privadas, 83% são de grandes propriedades, superando a média da região Centro-Oeste, que é de 75%⁴⁸. Por outro lado, as Terras Indígenas representam somente 2% da totalidade do estado, contribuindo tais dados para desenhar a presença da grande propriedade e a concentração de terras. Este retrato da desigualdade que existe no meio rural provoca a exclusão e a expulsão de milhares de indígenas de suas terras originárias. Tal concentração de terras privadas no estado é resultado do processo histórico descrito no capítulo 2 deste trabalho.

Outra característica do agronegócio é a concentração do número de empresas com controle e/ou capital internacional. Como vimos no tópico 2.3 o estado, desde o princípio, já tinha influência de empresas estrangeiras atuando em suas terras (quadro 06). Porém hoje há também a presença de empresas com mais intensidade do que antes, principalmente do setor sucroenergético (quadro 11), assim como a concentração de grandes grupos na verticalização da estrutura, seja através da produção de insumos, na estocagem ou na venda.

Por mais que as tecnologias no meio agrário capitalista moderno sejam altamente avançadas, a força de trabalho humana não foi descartada. Há quem diga que a mesma foi diminuída devido à substituição do homem pela máquina, unindo técnica e ciência, porém ela ainda é necessária para a reprodução ampliada do capital: a) seja com o trabalho desqualificado, que são aqueles com salários mais baixos e com maior precariedade do trabalhador, como por exemplo: recolher os restos que são deixados pelas máquinas na colheita da soja e/ou do algodão; o corte da cana-de-açúcar (realizado mesmo em propriedades tecnificadas, pois nas áreas onde a máquina faz a curva, sempre sobram restos de cana a serem cortadas); o plantio de mudas nas áreas destinadas à plantação de eucaliptos; ou até mesmo na aplicação de agrotóxicos; b) ou seja com o trabalho qualificado operando as máquinas e os trabalhos técnicos de agrônomos, veterinários e engenheiros.

No atual período, com a inserção de objetos técnicos e informacionais no campo, os novos processos que ocorrem no âmbito do processo produtivo nas distintas escalas dos setores do agronegócio se intensificam. O que antes eram atributos das cidades, esse “mundo artificial” do “império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifícios”, hoje também é

⁴⁸ Centro-Oeste 75%, Nordeste 41%, Sudeste 33%, Sul 33% e Norte 25%.

atributo do mundo agrário, sendo ali elaborado o “tecnocosmo”, onde a natureza é artificialmente criada, ocorrendo assim “uma cientificização e uma tecnicização da paisagem”. Deste modo “os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais” (SANTOS, 1996, p.190-191).

Porém, para o capitalista no campo conseguir gerar lucros e multiplicar sua produção, nada lhe adianta a técnica se não houver a exploração da terra e do trabalho. O agronegócio se destaca quando se trata de trabalho análogo ao escravo ou à superexploração da força de trabalho. O setor sucroenergético ainda é, dentre os setores do agronegócio, o que mais se destaca na precarização do trabalhador, principalmente quando se trata dos Kaiowá e dos Guarani no Mato Grosso do Sul. De acordo com Cunha, “hoje a grande maioria dos Guarani e Kaiowa presentes no estado com mais de 40 anos já cortou cana quando criança” (2017, p.30).

Cunha, em seu trabalho, entrevista guaranis que já cortaram cana em algum momento de suas vidas. A autora registra que

sempre que abordado [...] e questionado se já havia cortado cana, na grande maioria das vezes a primeira coisa que faziam era mostrar alguma(s) cicatriz(es) pelo corpo. Todos carregam marcas no corpo daqueles dias em que cortavam cana, seja na pele, seja nas dores nas costas, ou até na mutilação de partes de seu corpo e assim que perguntados logo as exibiam como se as mesmas contassem sobre a dor (2017, p.94).

Essa relação do trabalho, principalmente no corte da cana, entre o agronegócio e os indígenas, perpassam por diversas ilegalidades e burlas nas contratações, seja na admissão de menores de idade e na falsificação de seus documentos, ou nas condições precárias nos alojamentos; na falta de água potável; na insuficiência ou omissão dos equipamentos de proteção individual; nas jornadas desgastantes de trabalho; no consumo de álcool, drogas e prostituição; além da proibição dos trabalhadores de se ausentarem da fazenda no período do corte e, em alguns casos, mais grave ainda, a servidão por endividamento (CUNHA, 2017).

Portanto, constatamos aqui que os indígenas, mais do que nunca, estão atrelados diretamente à exploração do trabalho no campo, sendo também absorvidos com a demanda de trabalhos menos qualificados na cidade, atuando como garis ou em serviços braçais da construção civil.

3.3 Atores do Agronegócio no Mato Grosso do Sul

Para analisar o papel do agronegócio no estado é necessário identificar os atores que ali estão presentes. É importante situá-los dentro do enredo maior, pois esses agentes estabelecem relações uns com os outros, criando uma teia de força e poder entre eles.

A importância do entendimento do contexto do trabalho perpassa pela necessária consideração em analisar os agentes delimitados por seus fluxos sociais no espaço e suas atuações no território, institucionalizadas ou não. É no território que esses atores irão operar, é nele que as relações de poder se projetam. Eles se apropriam do território atribuindo valores econômicos, políticos e ideológicos ao espaço (GUMUCHIAN et al, 2003). Nesta parte do capítulo procuraremos delimitar o que chamamos de atores do agronegócio.

3.3.1 Produtores

Já sabemos até então que o estado do Mato Grosso do Sul tem sua economia voltada com grande magnitude para os setores do agronegócio. Porém, o que exatamente é produzido e porque se encaixa nesta categoria? A seguir será analisada a produção e a sua divisão espacial a nível municipal no estado.

3.3.1.1 Cadeia de carnes

Atualmente as especializações tecnológicas que estão inseridas na cadeia de carne estabelecem novas relações, tanto no que se refere à revolução genética, como ao alto rendimento nas escalas de produção, desenvolvendo “condições mais adequadas às atuais necessidades da acumulação” (BERNARDES, 2010:15).

A cadeia de carnes está ligada diretamente à cadeia de grãos, especificamente de soja e de milho, matéria prima para a produção da ração animal utilizada na produção de suínos, galináceos (aves) e bovinos, quando confinados. Devido à grande demanda de produção de grãos, a cadeia de carnes é implantada com um teor veementemente tecnológico, agregando valor aos grãos produzidos e integrando industrialmente os dois setores (carne e grão).

Bernardes afirma que os setores interligados estabelecem uma divisão do trabalho marcada pelas unidades produtivas, onde o “produto final de cada unidade é mercadoria para a seguinte” (2010, p.19). Esta divisão do trabalho estabelece, também, uma divisão do território. Por exemplo: “a soja e o algodão constituem matérias primas para as esmagadoras, e o farelo, juntamente com o milho, matéria-prima para as fábricas de rações, enquanto o óleo serve de matéria-prima para a indústria de biodiesel” (2010, p.19).

Destaca-se que o valor agregado aos grãos, através da inovação e integração com a indústria de carne, adveio de uma resposta à crise passada pelo agronegócio no início dos anos 2000. O capital, quando está em crise, busca novas tecnologias e formas de supri-la. Tais alterações têm efeitos profundos nas relações sociais e com a natureza (Harvey, 2011, p.103).

Estes circuitos da produção do agronegócio interligam diversos setores e produtos, e para isso é importante compreender que os agentes do agronegócio não atuam isoladamente em seus ramos, os mesmos necessitam de uma ambientação espacial que lhes garantam interação técnica e comercial, além, é claro, da criação de uma psicofera⁴⁹ no local que lhes favoreçam. Até porque o discurso desenvolvimentista local precisa ser atribuído aos processos de acumulação do capital.

No Mato Grosso do Sul os rebanhos que predominam, de acordo com a tabela 3939 (quadro 09) do IBGE, são os galináceos, os bovinos e os suínos. Sabemos que a comparação entre tais rebanhos não é de importância significativa, pois a proporção de aves (galináceos) será sempre maior que as demais, devido à rapidez de sua produção, quando comparada às demais.

Quadro 09
Efetivo de rebanhos em Mato Grosso do Sul - 2015

Rebanho	Cabeças
Galináceos	25.539.719
Bovino	21.357.398
Suíno	1.281.775
Ovino	505.537
Equino	339.781
Codornas	126.861
Caprino	36.464
Bubalino	14.041

Fonte: SIDRA/IBGE

⁴⁹ “A psicofera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, [...]faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulado o imaginário” (SANTOS, 1996, P.204).

3.3.1.1.1 Suinocultura

A suinocultura não está atrelada necessariamente a grandes produtores, podendo ser produzida por pequenos que fornecem os porcos para frigoríficos, através de cooperativas. Porém existem empresas que dominam o circuito da produção, concentrando sob sua gerência todas as etapas, inclusive na produção de grãos, garantindo, assim, as matérias primas das rações. A inserção de biotecnologias garantem a manipulação genética de acordo com a produtividade almejada do produtor que “definitivamente revolucionou o setor [do agronegócio], construindo um novo paradigma tecnológico” (ELIAS, 2003, p.86).

As etapas de produção na granja são, geralmente, divididas em quatro: maternidade, onde o produtor capitalizado investe na transferência de embriões e na climatização do ambiente com o propósito de melhorar a qualidade e a engorda dos animais; na “creche”, através de cuidados mais específicos; na seleção dos animais, separados entre os que serão comercializados e aqueles que servirão como matriz genética; e, por último, a fase da engorda. Após essas etapas sua finalização ocorre no abate feito nos frigoríficos.

Há também o reaproveitamento dos subprodutos de origem animal não utilizados para o consumo final; no Mato Grosso do Sul existe, por exemplo, o Grupo FASA, que recicla os restos e comercializa para as indústrias de ração. No sistema capitalista a sobra é reaproveitada para gerar divisas e incrementar a cadeia interligada ao agronegócio.

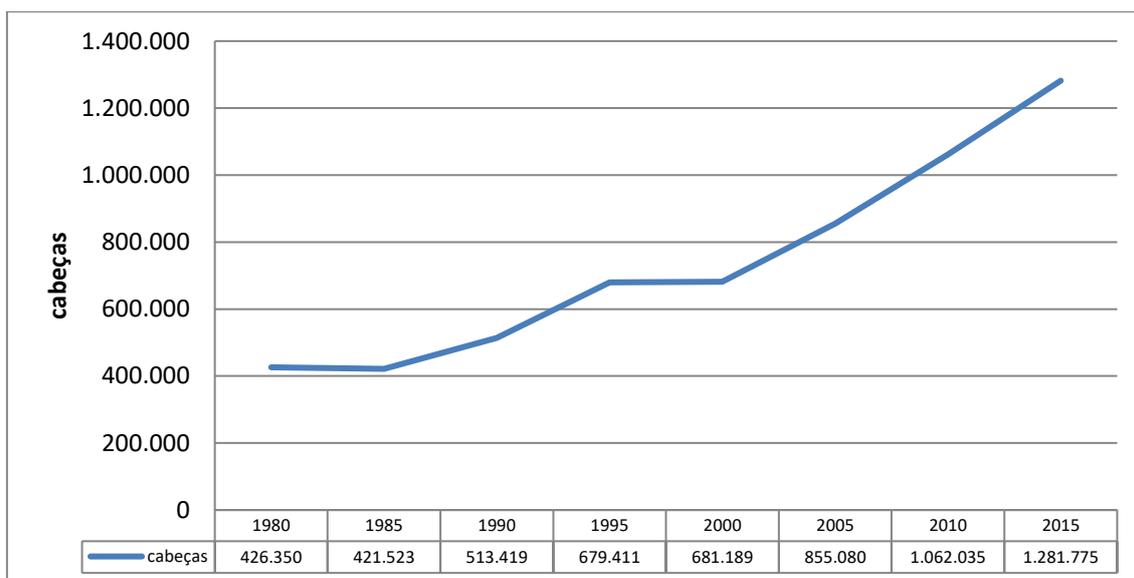
A partir do ano de 2015 houve ampliação e instalação de novas indústrias do ramo da suinocultura em Mato Grosso do Sul, principalmente na Microrregião de Dourados, a qual atraiu, principalmente, multinacionais. O setor privado cresceu na região através de aplicações dos grupos JBS, nos municípios de Caarapó, Sidrolândia, Dourados e Itaporã, além da Seara, investindo em seu empreendimento, também, no município de Dourados. Destaca-se que estas empresas empregam capital nestes municípios devido a incentivos fiscais concedidos pelos governos.

No caso da JBS os incentivos foram concedidos através do governo do estado, demonstrando a ligação entre o Estado e as empresas do agronegócio. De acordo com a

reportagem no G1⁵⁰ o presidente global da JBS afirma: “Encontramos aqui um bom ambiente e partiu da vontade do governador [Reinaldo Azambuja] que estivéssemos aqui com todos esses investimentos. Temos produção de grãos e podemos expandir através dos incentivos do governo do estado”. Por outro lado, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) afirma: “Nós queremos esse tipo de parceria, para poder deixar de exportar somente as commodities e fortalecer a economia. O incentivo que estamos concedendo é perto de 90% e obedece à lógica da troca de impostos por emprego. Tenho a certeza de que estamos no caminho certo”. Esse diálogo revela o papel do Estado na consolidação e fortalecimento de empreendimentos do setor.

Mato Grosso do Sul atualmente é o oitavo maior produtor de suínos no Brasil, produzindo no ano de 2015 um total de 1.281.775 cabeças, tendo sua evolução crescente desde a chegada da fronteira agrícola moderna, sendo intensificada a partir dos anos 2000, aumentando 88% a produção até os últimos dados disponíveis no IBGE (gráfico 07).

Gráfico 07 – Evolução do rebanho suíno no Mato Grosso do Sul



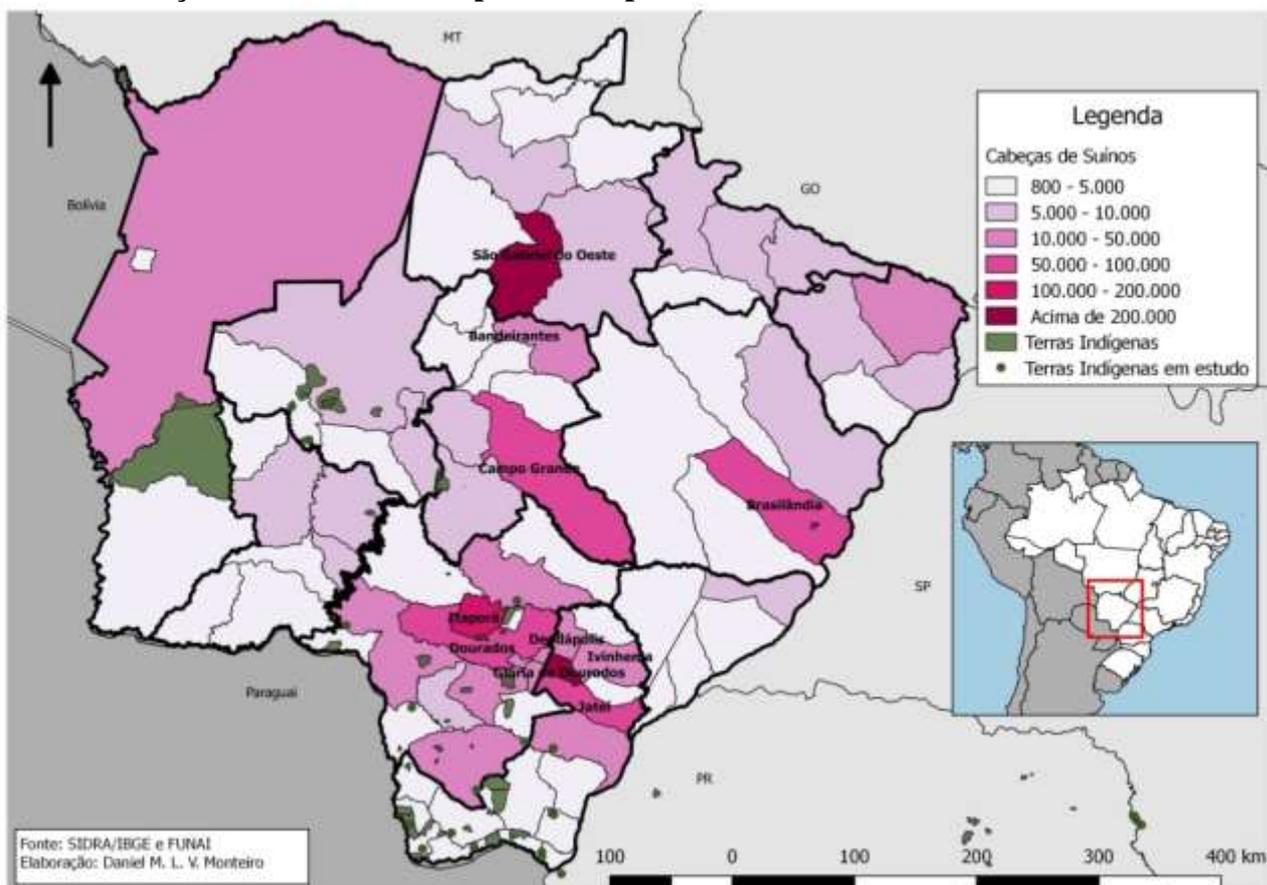
Fonte: IBGE/SIDRA

Dentre os 10 (dez) principais municípios produtores de suínos do estado destacados no Mapa 08, 6 (seis) se encontram nas microrregiões de Dourados e Iguatemi, justamente as duas com maiores conflitos entre o agronegócio e os indígenas Kaiowá e

⁵⁰ JBS vai investir mais de R\$ 1,1 bi em unidades de suínos e aves em MS. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/12/jbs-vai-investir-mais-de-r-11-bi-em-unidades-de-suinos-e-aves-em-ms.html>> Acessado em: 05 mai. 2017.

Guarani, envolvendo os municípios de Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Dourados, Ivinhema e Deodópolis.

**Mapa 08 –
Distribuição do rebanho suíno por município em Mato Grosso do Sul - 2015**



3.3.1.1.2 Avicultura

A indústria de aves é altamente tecnificada em todas suas etapas de produção. O ciclo natural ou espontâneo de reprodução biológica das aves foi controlado ou reduzido para garantir estabilidade, dinamismo e eficiência na produção. A biotecnologia aplicada no processo tem uma magnitude expressiva devido à violência incisiva dos métodos de criação e abate das aves. Incubadoras automatizadas; confinamento das aves durante toda sua vida; aplicações de hormônios para que as mesmas cresçam com mais rapidez; a permanência das luzes das granjas acesas por longos períodos para que as aves se alimentem, achando que é dia e engordem mais rápido, são alguns dos métodos utilizados pela indústria para aumentar a produtividade.

A ave está pronta para o consumo dentro de 42 dias, tendo em vista a rapidez da produção e as modernas e cruéis técnicas na produção até o abate. O tempo no capitalismo significa lucro, quanto mais demorado é a produção, mais despesas e desvalorizado se torna o produto. Neste caso, as aves são mercadorias que precisam circular e com maior rapidez entre as etapas do processo e acelerar a produção e a taxa de lucro.

Assim como na suinocultura, também há a integração dos circuitos produtivos nas etapas desde a produção de grãos, envolvendo processos que vão do plantio até a safra. Além é claro da inserção de técnicas externas presentes na produção, como maquinários e insumos químicos. Esse grão recebe valor agregado após ser esmagado, no caso da soja, e ter o farelo utilizado para a ração das aves. No aviário os animais são selecionados e direcionados para diversas funções, seja para recria, para a produção de ovos ou para consumo de sua carne. Neste último, a ave é transportada até o frigorífico onde é abatida, embalada e distribuída para o consumo.

Mais especificamente a cadeia produtiva é estabelecida: inicialmente pelas granjas avoadeiras onde as aves consideradas “avós” direcionam sua linhagem para a produção do corte através de cruzamentos genéticos; em seguida vão para as granjas matrizeiras onde as aves produzem os ovos férteis, ou seja, destinada a gerar pintinhos destinados ao abate; depois para o incubatório onde recebem os ovos para chocá-los; o próximo destino são os nascedouros onde os ovos que anteriormente foram chocados começam a nascer. Terminado esse processo, os pintinhos vão para as granjas de engorda, lá diversos procedimentos são realizados para preparar o frango para o abate, eles se alimentam com rações, tomam vacinas e medicamentos, além da vigilância técnica imposta pela fiscalização para a produção de aves. Por fim vão para os abatedouros, são embalados e destinados ao consumidor final.

Destaca-se que existem muitos aviários de propriedades familiares que fornecem as aves para as grandes empresas, sendo estas responsáveis, muitas vezes, pelo serviço de assistência técnica e controle da produção.

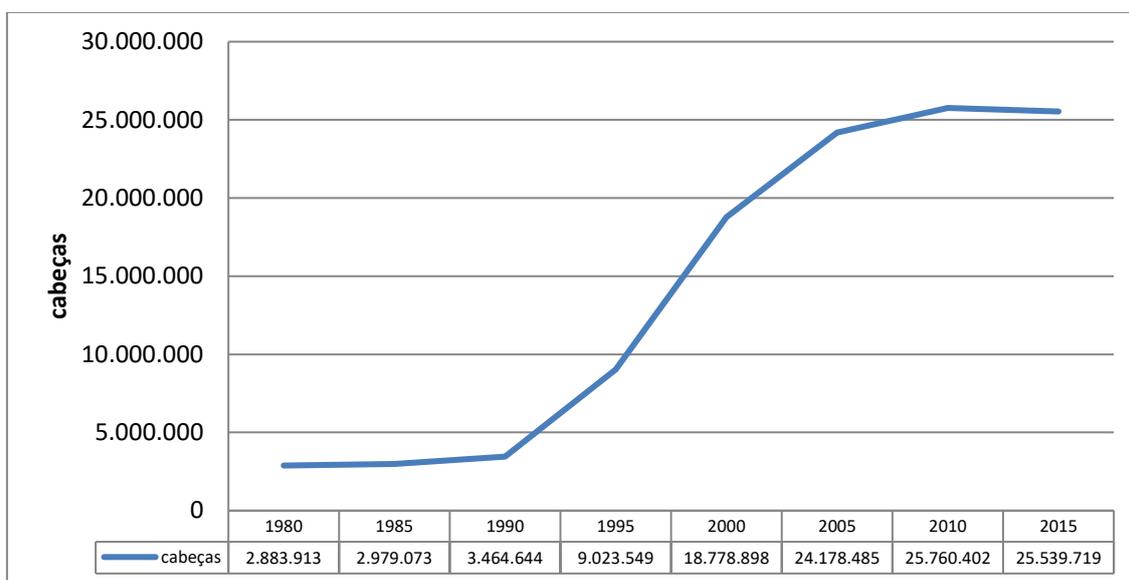
O estado do Mato Grosso do Sul é apenas o 13º em produção de aves no Brasil, porém o rebanho avícola ainda é bastante expressivo, alcançando em 2015 um total de 25.539.719 cabeças. Tendo em vista que, comparado com os demais estados, pode não ter grandes destaques, isso acontece devido ao fato do Brasil ser um grande produtor e exportador de aves, atribuindo grande importância a este setor na economia.

Além de ter a exportação como destino final, grande parte é consumida pelo mercado interno, principalmente a partir dos anos 1990 e com maior intensidade a partir

dos anos 2000. A ascensão de grande parcela da população a “classe C” fez com que a demanda crescesse, devido ao aumento da renda da população, juntamente com a ideologia de consumo passada para esta classe, que está diretamente atrelada à evolução da produção, como podemos observar no gráfico 08. A variação da produção de cabeças de aves entre 2000 e 2015 obteve um aumento de 36%, mas quando o cálculo é feito entre os anos 1990 e 2015 o aumento se torna ainda mais significativo, ao redor de 637%.

Gráfico 08

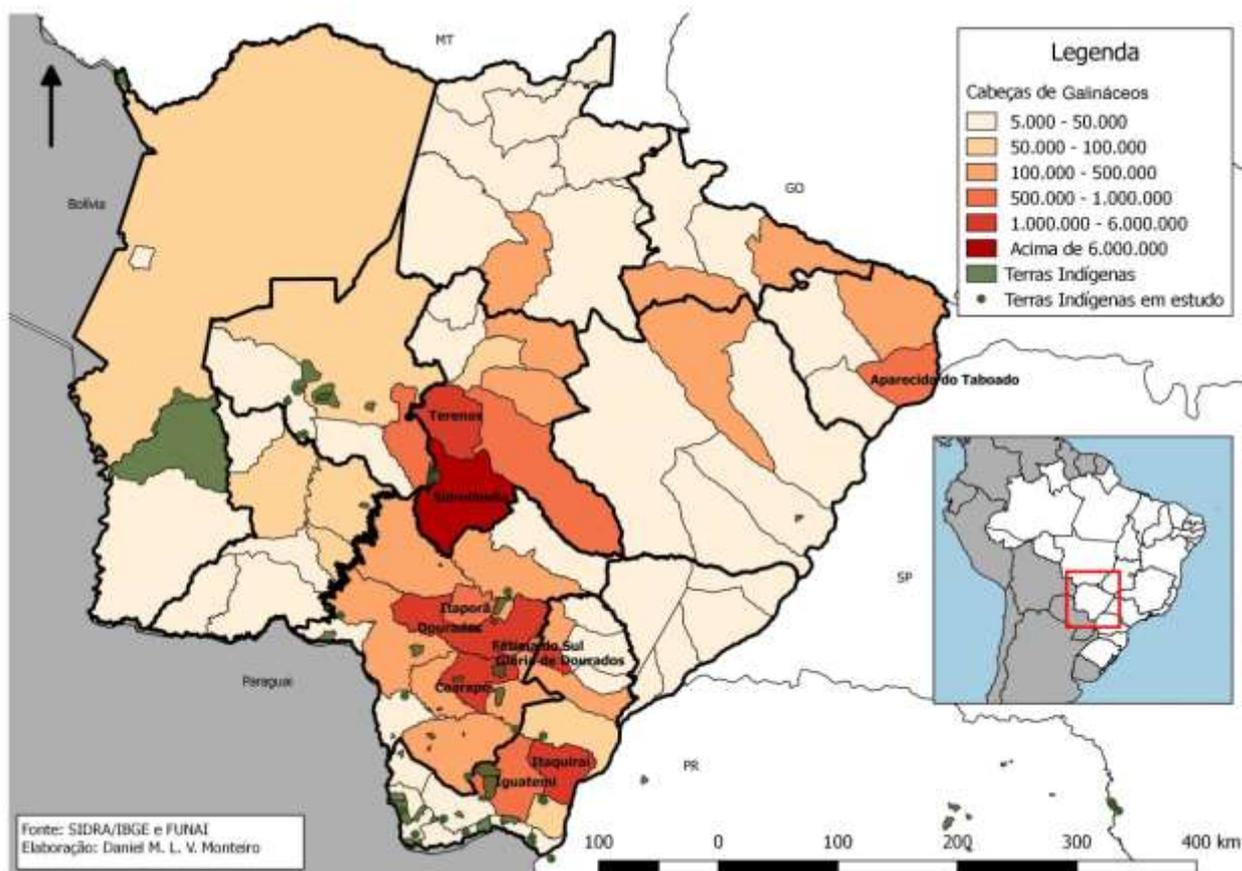
Evolução da produção de aves no Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE/SIDRA

Sidrolândia é o município do estado com maior destaque na produção avícola e, dentre os demais municípios, podemos listar 7 (sete) entre os 10 principais produtores, que estão localizados nas microrregiões de Dourados e Iguatemi, compreendendo os seguintes municípios: Dourados, Itaquiraí, Caarapó, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Itaporã e Iguatemi (Mapa 09).

Mapa 09
Distribuição de aves por município em Mato Grosso do Sul - 2015



3.3.1.1.3 Bovinocultura

A pecuária bovina brasileira está passando por um processo de modernização na gestão e no uso de novas tecnologias, no que tange aos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação (SANTOS; SILVEIRA, 2001)⁵¹ se comparada com o estágio anterior, quando dominava certa “resistência às inovações tecnológicas e gestão arcaica, que sempre marcaram a atividade” (ORTEGA, 2005, p.207).

⁵¹ Noções analíticas articuladas por Santos e Silveira para compreender o funcionamento do território. “No período atual, esse movimento é comandado sobretudo por fluxos não obrigatoriamente materiais, isto é, de capitais, informações, mensagens, ordens. Essa é a inteligência do capital, reunindo o que o processo direto de produção havia separado em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento de verdadeiras círculos de cooperação. Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a mundial” (2001, p.144).

Ortega (2005) atribui o fato do atraso devido à pecuária bovina ser o estágio de consolidação das fronteiras agrícolas no Brasil, sempre relacionadas ao modelo extensivo e motorizado devido aos preços baixos das terras a serem incorporadas ao modelo capitalista produtor nas áreas nova, onde ocorre o processo colonizador. Dessa forma, atribui Reserva de valor à terra, na qual especula futuros ganhos no mercado, estabelecendo o gado e as pastagens em grande parte como Reserva espacial para investimentos futuros, como exemplo, a chegada da soja.

A cadeia de carne bovina começou a ser estimulada, segundo Mazzali (2000), devido à incorporação de novos agentes. O autor atribui os primeiros estímulos ao incremento crescente do mercado interno com a expansão das redes de *fast foods* e a seleção nos mercados dos “cortes finos” da carne; outro estímulo se relaciona com a inserção de biotecnologias ligadas à genética, associadas à fertilização *in vitro* dos embriões, podendo selecionar o sexo do animal e a reprodução genética de características desejáveis do produtor que se pretende que se perpetuem nas novas gerações.

Na cadeia produtiva da bovinocultura estão inseridos os insumos aplicados nas pastagens e na nutrição e sanidade do animal, incluídos aí a cadeia de grãos, que gera a ração para o gado confinado, as vacinas e os medicamentos, os tratamentos veterinários necessários, além dos materiais utilizados para a manutenção do pasto, como a cerca, o arame e os insumos químicos em termos de defensivos ou fertilizantes.

Geralmente o ciclo de produção se divide em cria, recria e engorda. A cria é a fase do nascimento até o desmame; a recria é estabelecida entre o desmame e o período de engorda ou de reprodução; e a de engorda é a fase final onde o bovino é encaminhado até o abate.

A produção pode ser extensiva, quando o gado é solto, ou intensiva, quando o mesmo é confinado ou semiconfinado. De acordo com Aracri e Moreira (2010), o sistema extensivo é caracterizado por determinados fatores: um maior aproveitamento dos recursos naturais; investimento em capital mínimo; alta rentabilidade em relação ao capital investido; produção é sazonal; há uma tipificação deficiente; geralmente encontram-se problemas sanitários; e os ciclos produtivos são longos.

No que tange ao sistema intensivo, apresenta as seguintes especificidades: independência em relação às condições climáticas, e em consequência, à disponibilidade de alimentos; os produtos mais uniformes possíveis; uma oferta constante; ciclos de produção reduzidos; uma melhor remuneração da força de trabalho quando comparada ao modelo extensivo, sendo esta qualificada; um alto custo da terra; alto custo das

instalações; preço elevado dos animais; e alto custo da alimentação animal (Aracri e Moreira, 2010).

No momento histórico em que houve a integração da pecuária bovina no âmbito de sua inserção no agronegócio, através dos frigoríficos e das cadeias comerciais, exigiu uma melhor qualidade na produção, o que, segundo Ortega (2005), contribuiu para modernizar a bovinocultura, como exemplo a “inseminação artificial, a transferência de embriões, o confinamento, o semiconfinamento, a mineralização do rebanho (sal mineral, proteinado, energético e misturas múltiplas), o cruzamento industrial e a implantação de forrageiras artificiais” (2005, p.209).

A chegada desse padrão tecnológico contribuiu para uma aceleração do modelo produtivo no setor bovino brasileiro, além da mudança estrutural na administração dos negócios, uma vez que a pecuária bovina tradicionalmente estava ligada aos modelos arcaicos de gerenciamento; com a chegada dos padrões tecnológicos, a “propriedade rural passa a ser administrada como empresa, e a gestão dos recursos humanos, as finanças, a contabilidade, os tributos e o ambiente ganham maior importância” (ORTEGA, 2005, p.211).

Assim como na cadeia de aves, a modernização técnica nos processos produtivos aceleram a produção e reduzem o ciclo de atividade, gerando mais lucro para o empresário. Podemos inferir que o uso das tecnologias que substituíram o trabalho humano, agilizaram a linha produtiva e expandiram os fixos artificiais no território, no período atual constituem o que Milton Santos (1996) caracteriza como “meio técnico-científico-informacional”, onde a natureza é transformada em uma natureza artificial através da força de trabalho humana, sendo tais transformações meio e necessidade para a reprodução do consumo moderno.

Dados do Serviço de Inspeção Federal (SIF)⁵², pertencente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), assinalam a existência de 32 frigoríficos no estado do Mato Grosso do Sul, sendo 8 localizados nas microrregiões de maior conflito de terra: 3 em Iguatemi, 2 em Naviraí e 1 em Amambaí, Juti e Ponta Porã. No quadro 10 observa-se a concentração de empresas: o verde escuro representa uma mesma empresa dona de mais de um frigorífico. Percebemos a grande concentração do capital na

⁵²Disponível em:

<http://bi.agricultura.gov.br/reports/rwservlet?sigisif_cons&estabelecimentos.rdf&p_id_area=1&p_id_cat_estab=73&p_id_classe_estab=&p_cd_classe_estab=&p_sg_uf=&p_id_municipio=&p_serial=41563524>
> Acessado em: 09 mai 2017.

distribuição das empresas no estado, sendo a JBS⁵³ dona de 11 frigoríficos, ou seja, mais de 1/3.

Quadro 10 – Frigoríficos no Mato Grosso do Sul

Empresa do frigorífico	Município
AGROINDUSTRIAL IGUATEMI LTDA	IGUATEMI
AGROINDUSTRIAL IGUATEMI LTDA	IGUATEMI
BOIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES E SUB PRODUTOS LTDA	SÃO GABRIEL DO OESTE
BONUTT INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES - EIRELI	CORUMBÁ
BRASIL GLOBAL AGROINDUSTRIAL LTDA	GUIA LOPES DA LAGUNA
BURITI COMÉRCIO DE CARNES LTDA	AQUIDAUANA
COMERCIO DE CARNES BOIBOM LTDA	APARECIDA DO TABOADO
EMA - EMPRESA MARINHO DE AGROPECUARIA DO PANTANAL LTDA	CORUMBÁ
FRIGMANN FRIGORIFICO LTDA	AMAMBAÍ
FRIGO - BRAS FRIGORÍFICOS LTDA	NOVA ANDRADINA
FRIGORIFICO BEEF NOBRE LTDA	CAMPO GRANDE
FRIGORIFICO JUTI IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	JUTI
FRIGORÍFICO SUL LTDA	APARECIDA DO TABOADO
FRIZELO FRIGORIFICOS LTDA	TERENOS
JBS S/A	ANASTÁCIO
JBS S/A	ANASTÁCIO
JBS S/A	CAMPO GRANDE
JBS S/A	CASSILÂNDIA
JBS S/A	COXIM
JBS S/A	IGUATEMI
JBS S/A	NAVIRAI
JBS S/A	NAVIRAI
JBS S/A	NOVA ANDRADINA
JBS S/A	PONTA PORÁ
JBS S/A	CAMPO GRANDE
MARFRIG GLOBAL FOODS S. A.	BATAGUASSU
MINERVA S. A.	BATAYPORÁ
NATURAFRIG ALIMENTOS LTDA	NOVA ANDRADINA
NATURAFRIG ALIMENTOS LTDA	ROCHEDO
NATURAFRIG ALIMENTOS LTDA	ROCHEDO
TOTAL S. A.	PARANAÍBA
UNIBOI ALIMENTOS LTDA	CHAPADÃO DO SUL

Fonte: Serviço de Inspeção Federal (SIF)

Houve e ainda há um processo de fusão e aquisição neste setor do agronegócio, como também dos setores que comercializam a carne, no caso das grandes redes de supermercados⁵⁴ que impõem às indústrias, devido às influências do mercado externo, “novas especificidades do produto, dentre as quais, mais qualidade, padronização,

⁵³ Empresa brasileira, sendo a maior processadora de carnes do mundo e a maior empresa privada em faturamento no Brasil, atrás apenas da Petrobras.

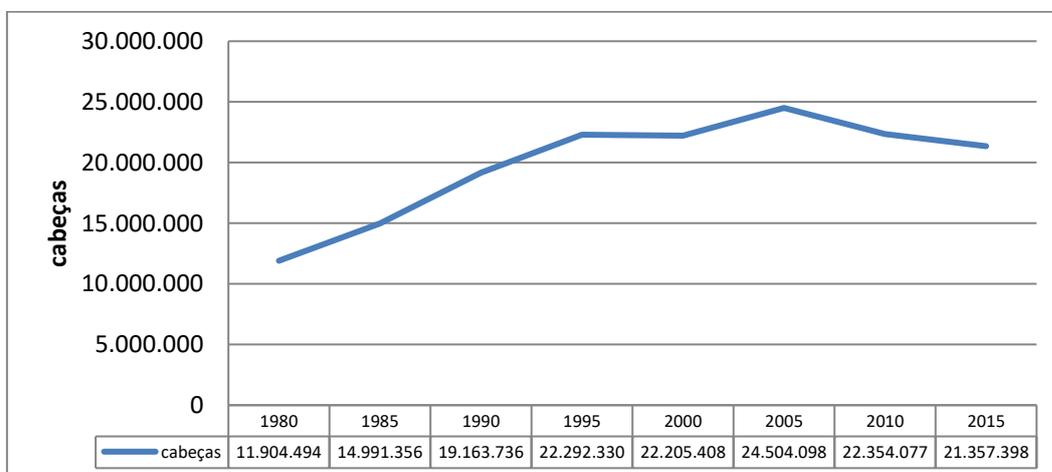
⁵⁴ Exemplos: Grupos Pão de Açúcar e Carrefour.

regularidade na oferta e na marca” (ORTEGA,2005, p.216). Tais exigências obrigam os frigoríficos a adotar modernas capacidades tecnológicas e, em muitos casos, alguns deles não conseguem competir com seus concorrentes mais capitalizados, gerando assim a venda destes para os grupos maiores, como é o caso da JBS, a qual, além desse cenário, contou com ajuda econômica do BNDES, que injetou 8,3 bilhões de reais somente entre os anos de 2007 e 2009, ao comprar ações da empresa, ademais de 2 bilhões de reais em empréstimos⁵⁵.

Mato Grosso do Sul atualmente é o quarto estado com maior número de cabeças de gado do Brasil, totalizando 21.357.398 em 2015, atrás apenas de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Vem ocorrendo crescente evolução a partir da expansão da fronteira agrícola moderna. É interessante observar que, diferente dos outros setores do agronegócio no estado, a pecuária bovina sempre teve importância em seu cenário econômico, servindo de base para a abertura do espaço para as atividades agrícolas posteriores.

Gráfico 09

Evolução do rebanho bovino em Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE/SIDRA

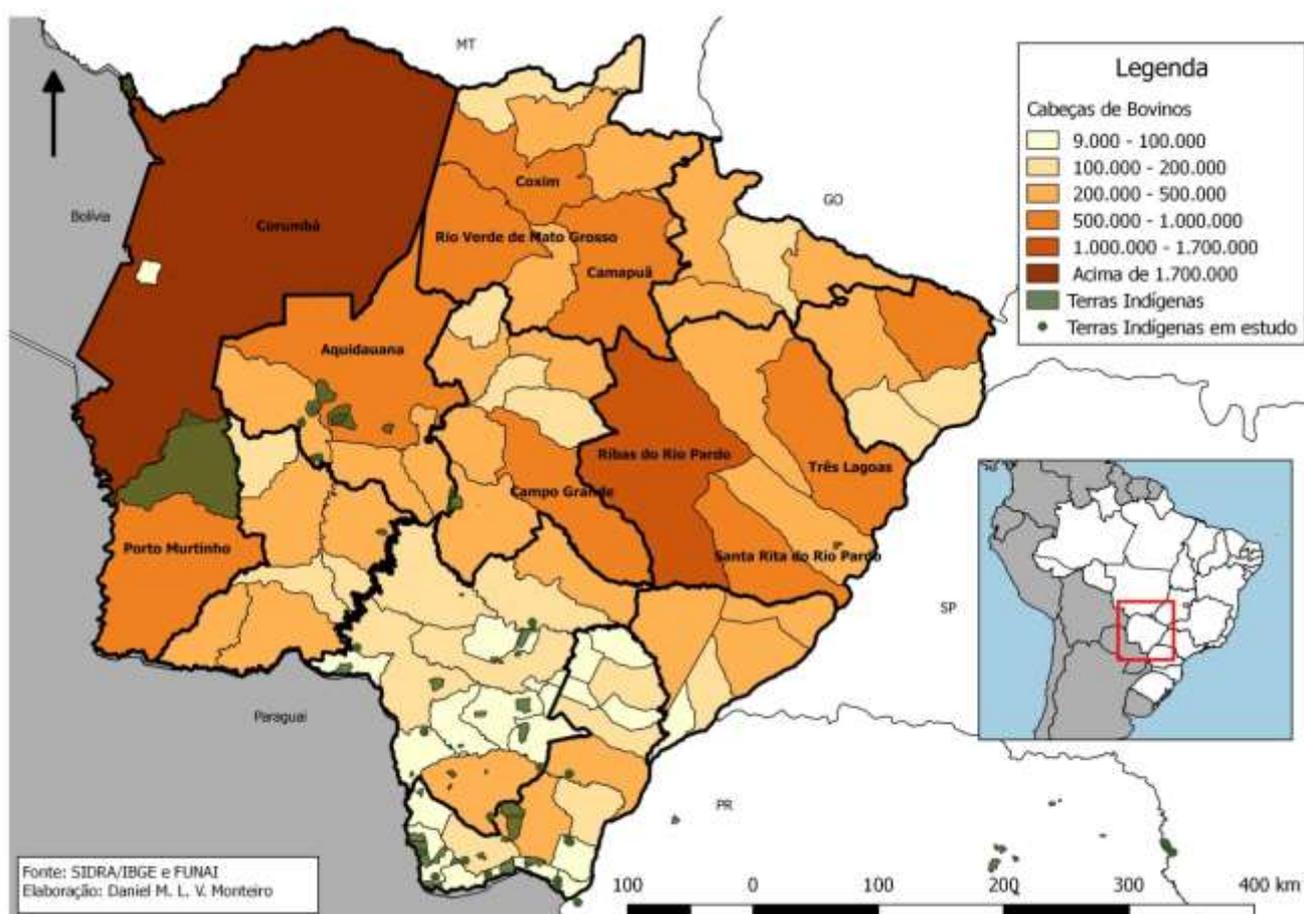
Atualmente os espaços utilizados para as pastagens se concentram mais na região do Pantanal, nos municípios de Corumbá e Porto Murtinho, devido ao terreno alagadiço que dificulta a inserção de plantios como os grãos e a soja. Podemos observar que, dentre os 10 municípios maiores produtores de gado bovino no estado, nenhum se encontra nas

⁵⁵ O estouro da boiada. Revista Piauí. Edição 101. fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-estouro-da-boiada/>> Acessado em: 20 mai. 2017.

microrregiões de conflito com os Kaiowá e Guarani, o que não significa que não exista gado nestas localidades, porém comparado com o restante do estado, a proporção é muito menor (Mapa 10).

A presença menos marcante de bovinos na região de conflito pode se dar devido ao fato da atividade ter perdido espaço para os grãos e a cana nesta região do estado. Informações obtidas em entrevista com o presidente do Sindicato Rural de Dourados em 2013 apontam que tradicionais pecuaristas na região arrendaram suas terras para a cana-de-açúcar.

Mapa 10
Distribuição do rebanho bovino por município em Mato Grosso do Sul - 2015



3.3.1.2 Cadeia de grãos

Na atual fase do agronegócio brasileiro a cadeia de grãos é indissociável da cadeia de carnes. Como visto anteriormente, os grãos servem como farelo e base proteica para compor a ração animal. Esses grãos são comercializados para o mercado interno e, na maior parte dos casos, para a exportação. Diversos âmbitos na cadeia produtiva perpassam as distintas etapas, como a inserção de biotecnologias, agricultura de precisão, logística, créditos, incentivos fiscais, força de trabalho (qualificado), entre outros.

Incorpora-se a esta cadeia, bem como às demais do agronegócio, os problemas socioambientais acarretados pela expansão desse “agro” destruidor, a exemplo do uso de fertilizantes, por exemplo, que agride e esgota os solos, além da escassez da água, do uso abundante de agrotóxicos, responsáveis pela poluição dos rios e córregos. Desenvolvem-se a partir daí diversos problemas climáticos que transcendem a escala local, alertando assim para a destruição dos recursos naturais na escala mundial.

Outro debate nessa escala que faz aumentar a criticidade em cima dessa superprodução de grãos é a questão da soberania alimentar. Com tal domínio monocultor tanto dos grãos, como dos biocombustíveis, a pergunta que fica é: qual é/será a capacidade dos países, principalmente dos subdesenvolvidos, de ter sua população 100% alimentada?

No caso brasileiro a economia gira em torno do setor agroexportador, diga-se de passagem, o predomínio das monoculturas, principalmente da soja. Esta movimentação da economia brasileira, podendo até trazer para o país divisas que permitam importar outros bens e/ou serviços. Entrando neste ponto, o caráter monoexportador da agricultura brasileira constitui uma questão que nos faz refletir sobre suas consequências, uma vez que é uma atividade extremamente dependente e arriscada, com matéria-prima barata, com heranças históricas desde o Brasil colônia até hoje, como o pau-brasil, o café, o açúcar, o ouro, o algodão e a borracha.

Esta concentração atual da economia da monocultura dos grãos “traz uma variedade de problemas econômicos, ambientais e sociais, inclusive impactos negativos à saúde pública, à integridade ecossistêmica, à qualidade dos alimentos e, em muitos casos, transtornos dos sustentos rurais tradicionais, acelerando o endividamento de milhares de agricultores” (ALTIERI, 2010, p.23).

A cadeia produtiva dos grãos, simplificada, pode ser dividida em cinco etapas: a primeira, os insumos e máquinas (sementes, calcário, adubos, fertilizantes, máquinas, agrotóxicos, entre outros apetrechos tecnológicos); a segunda é a produção (etapa agrícola); a terceira são os processadores (etapa industrial), nesta etapa há a limpeza dos grãos, o empacotamento ou a transformação do grão em algum produto com valor agregado, como o óleo e o farelo; a quarta é a etapa do comércio, quando o produto é disponibilizado para o mercado; e a última é o mercado consumidor.

3.3.1.2.1 A sojicultura

Mato Grosso do Sul é o sexto maior produtor de soja do Brasil, com 7.305.608 toneladas no ano de 2015, atrás apenas dos estados de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás, constituindo um importante foco de atração para a implementação da cultura da soja no Brasil.

A soja, sem sombra de dúvidas, é digna de interpretações e estudos, tanto por ser o principal cultivo agroexportador brasileiro, mas também por ser responsável pelo reordenamento espacial no país, principalmente, nas regiões onde predomina o bioma do cerrado (PEIXINHO, 2010). A soja se torna motor, também, para a aceleração da destruição dos modelos tradicionais vigentes no interior do país, ou pelo menos a tentativa de sua destruição ao expandir seu domínio sobre essas terras.

O Estado, segundo Peixinho (2010), contribuiu para tal expansão e implantação da estrutura para manter, através da soja, uma lógica empresarial na agricultura brasileira, tornando-se, dessa forma, a cultura dominante. No Brasil e em Mato Grosso do Sul o modelo vigente na produção de soja utiliza predominantemente grandes propriedades.

Esse processo de manutenção da concentração da estrutura fundiária, mesmo com a intensificação do uso de capital tem sido possível porque há uma transferência de renda da sociedade, via política do Estado, para alguns setores agrícolas; é o viés rentista do capitalismo que se estabeleceu no campo brasileiro. Isso não significa, porém, que o setor agropecuário seja o único beneficiado nesse processo de transferência de renda social (PEIXINHO, 2010, p.162).

Tal afirmação corrobora o que vimos no item 3.2.1 sobre a concentração de terra no estado do Mato Grosso do Sul, devendo-se muito ao fato do cenário econômico estadual ser voltado para tal cultivo. Esta concentração das terras, em muitos casos voltadas para a soja ou cana, provoca um aumento no valor da terra e uma barreira para a diversificação das atividades, dificultando a convivência das pequenas propriedades perto

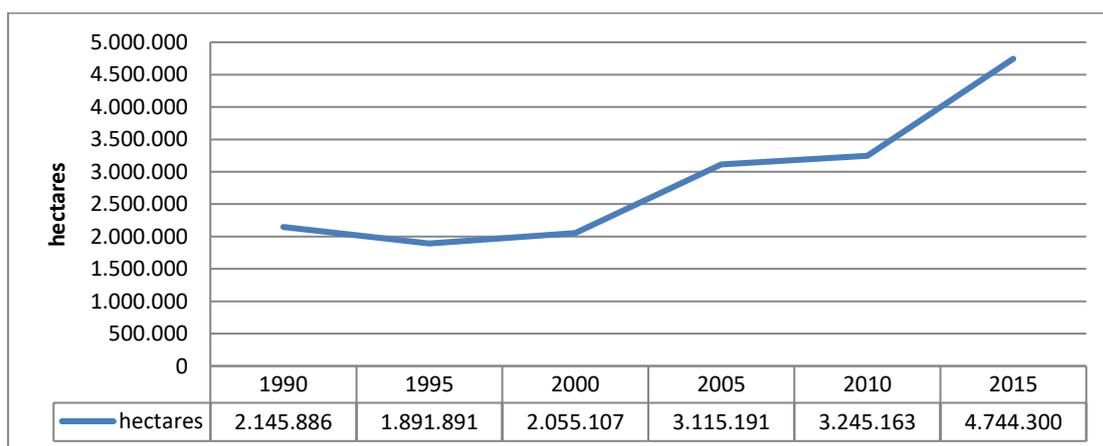
dos complexos de monoculturas, as quais acabam arrendando ou vendendo a terra para esses cultivos, tendo em vista a alta mecanização e grandes investimentos em insumos químicos na produção a fim de aumentar a produtividade e competitividade.

No Brasil o cultivo de soja começou a ter forte expansão a partir dos anos 1960, originado no Rio Grande do Sul. A expansão aconteceu em um pouco mais de uma década, chegando com bastante magnitude em terras sul mato-grossenses, agravando, como visto no capítulo anterior, os conflitos, e intensificando a “desordem” territorial dos Kaiowá e Guarani.

Podemos atribuir também tal dimensão alcançada pela soja nacional devido ao crescimento econômico da China e também da Índia, países dos quais o Brasil se tornou grande exportador de soja e que proporcionaram crescimento em suas demandas, principalmente a China, que é a maior importadora de soja do Brasil.

Observamos no gráfico 10 uma crescente evolução na produção de soja no estado, variando mais do que o dobro, entre os anos 1990 e 2015, num total de 121%. Segundo a Aprosoja/MS⁵⁶ o estado produz em média 54 sacas por hectare, exportando em 2016 um total de 3.247 mil toneladas, o que representa, junto com o milho, 40% do que é exportado no estado, devendo-se destacar que, só de soja, foram comercializados 1.054 bilhões de dólares, representando 65,8% do valor total arrecadado da agropecuária do estado.

Gráfico 10
Evolução da área plantada de soja no Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE/SIDRA

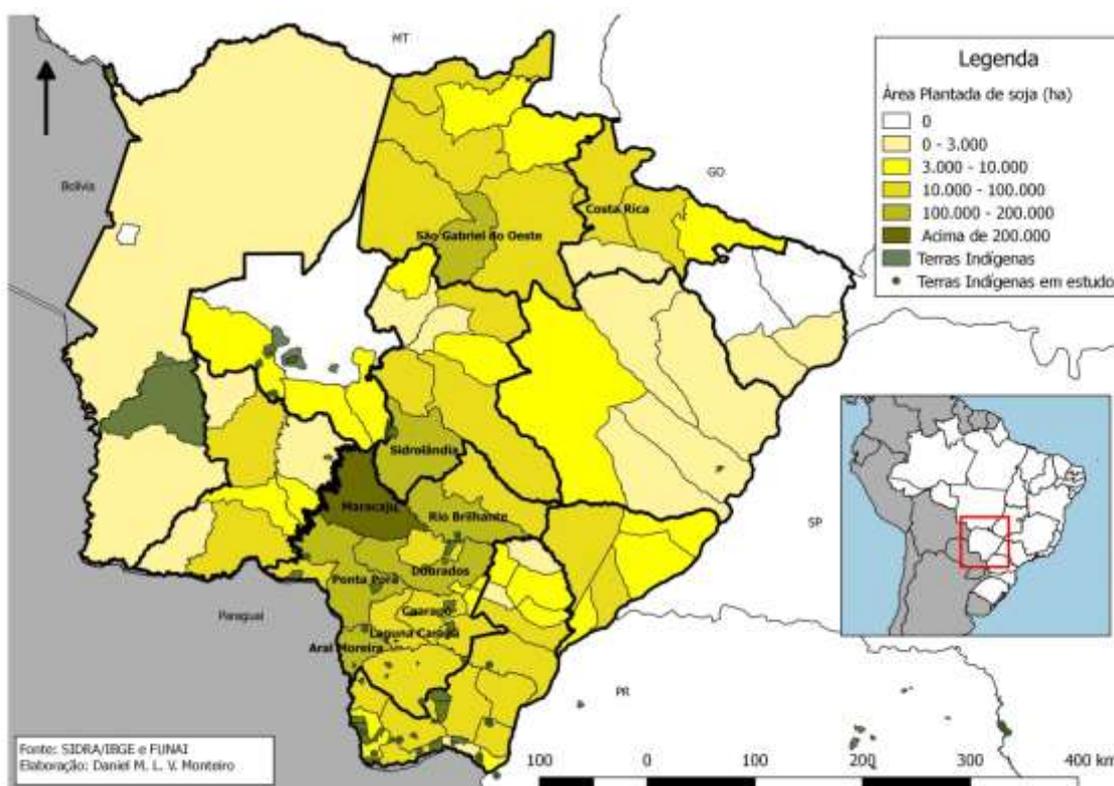
O mapa 11 representa a área plantada de soja no estado, de acordo com os dados do SIDRA/IBGE. Dentre os 10 maiores produtores de soja, 7 (sete) encontram-se na

⁵⁶ Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul

microrregião de Dourados, a área de conflito mais intenso, englobando: Maracaju, Ponta-Porã, Dourados, Rio Brillhante, Aral Moreira, Caarapó e Laguna Carapã. Destaca-se o fato de que todos esses municípios têm pelo menos um caso em conflito direto na disputa de terras. Em trabalho de campo pudemos observar imensidões de áreas plantadas de soja nos limites das Terras Indígenas e a luta dos mesmos para conseguirem suas terras no mar de soja.

Mapa 11

Distribuição de área plantada de soja por município em Mato Grosso do Sul - 2015



O estado contém, ainda, três usinas de Biodiesel que processam soja para a produção do biocombustível: a Cargill, em Três Lagoas (que está localizada próxima a grandes centros consumidores, como São Paulo e Paraná), a Biocar, em Dourados (localizada no distrito industrial, que buscou a localidade devido à abundância de soja em seu entorno) e a Delta em Rio Brillhante (a maior usina de biodiesel do estado).

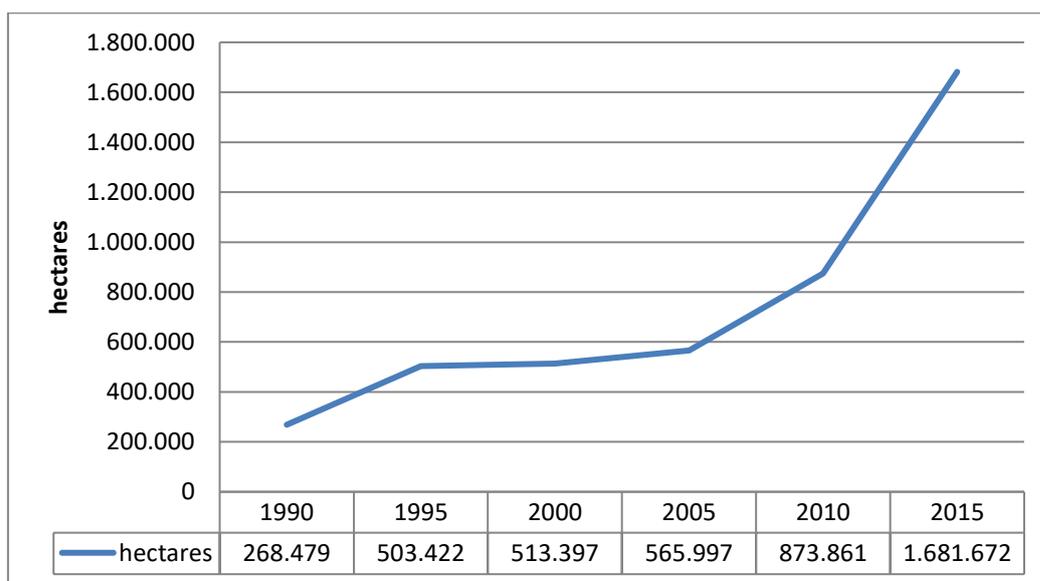
3.3.1.2.2 A produção de milho

O ciclo do milho é intercalado ao da soja, portanto, os produtores quase sempre são os mesmos e usam o milho para não deixar a terra ociosa entre as safras de soja. Segundo a Aprosoja-MS, o estado é o quarto maior produtor de cereais do Brasil e o terceiro maior exportador de milho em grão, representando 9,4% de toda a produção no país. De acordo com o gráfico 11 a variação da área plantada de milho no estado aumentou 526% entre 1990 e 2015, sendo atrelado ao fato de que os produtores de soja passaram a aderir ao plantio de milho entre as safras, chamado de milho-safrinha, geralmente entre janeiro e março. A inserção de biotecnologias nesse cultivo é alto devido à modificação genética da planta para se adequar rapidamente às demandas do mercado, explorando ao máximo a terra onde é plantado, até porque, nesse caso, terra ociosa para o capital, significa perda de lucro para o capitalista.

A demanda internacional pelo produto, que é exportado praticamente sem valor agregado, contribuiu para que se tornasse vantajoso financeiramente o cultivo do milho safrinha no estado. A área de milho plantada é proporcionalmente igual à de soja no que diz respeito aos maiores municípios produtores do estado.

Gráfico 11

Evolução da área plantada de milho no Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE/SIDRA

3.3.1.3 Setor Sucroenergético

Durante a década de 1970 foram instaladas algumas empresas do setor sucroalcooleiro no estado do Mato Grosso do Sul, devido ao incentivo do Proálcool, porém, o programa do governo federal entrou em crise, assim como outros setores da economia durante o final da década de 1980 devido à redução do preço do petróleo e ao aumento do preço do álcool.

Com a produção dos veículos movidos a álcool o setor foi estimulado novamente no estado, e a partir de 2005 observa-se uma forte expansão em relação à área plantada (gráfico 12). Tal fator pode ser atribuído à égide do discurso ambiental que impulsionou a demanda por combustíveis alternativos ao petróleo, gerando o crescimento do setor em todo o país. Em tal contexto de expansão, o número de usinas aumentou de 9 (nove) em 2007, para 23 unidades em 2017, segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo) (quadro 11).

Quadro 11
Localização das usinas no Mato Grosso do Sul

Grupo	Nome Fantasia	Município	Produção
Usina Aurora Açúcar e Álcool Ltda	Usina Aurora	Anaurilândia	Etanol
Adecoagro	Usina Angélica	Angélica	Mista
Unialco	Alcoolvale	Aparecida do Taboado	Mista
Laguna	Usina Laguna	Batayporã	Etanol
Raízen Energia S/A	Unidade Caarapó	Caarapó	Mista
Iaco Agrícola S/A	Usina Iaco Agrícola	Chapadão do Sul	Etanol
Odebrecht Agroindustrial	Unidade Costa Rica	Costa Rica	Etanol
Sao Fernando Acucar E Alcool Ltda	Usina São Fernando	Dourados	Mista
Fátima do Sul Agro - Energética S/A	Usina Fátima do Sul	Fátima do Sul	Etanol
Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	Usina Dcoil	Iguatemi	Etanol
Adecoagro	Adecoagro	Ivinhema	Mista
Biosev	Unidade Maracaju	Maracaju	Mista
Tonon	Unidade Vista Alegre	Maracaju	Mista
Infinity Bio-energy	Unidade Usinavi	Naviraí	Mista
Odebrecht Agroindustrial	Unidade Santa Luzia	Nova Alvorada do Sul	Etanol
Energética Santa Helena	Usina Santa Helena	Nova Andradina	Etanol
Bunge	Unidade Monteverde	Ponta Porã	Etanol
Biosev	Unidade Passa Tempo	Rio Brillhante	Mista
Biosev	Unidade Rio Brillhante	Rio Brillhante	Mista
Odebrecht Agroindustrial	Unidade Eldorado	Rio Brillhante	Mista
Cia Agricola Sonora Estancia	Usina Sonora	Sonora	Mista
Central Energética Vicentina	Usina Vicentina	Vicentina	Etanol

Fonte: Nova Cana / ANP

Anteriormente o estado de Mato Grosso do Sul tinha sua economia voltada para o cultivo de soja. Contudo, percebemos a chegada da cana-de-açúcar e de elementos do setor sucroenergético no estado, principalmente nas regiões de conflito. O estado dispõe de terras viáveis para a produção do cultivo de cana-de-açúcar, tendo o arrendamento como a estratégia mais comum pelo uso dessas terras. A distância logística entre o mercado final e a produção da matéria prima no setor sucroenergético intensifica a ocupação do plantio da cana, pois se necessita aproveitar o máximo de recursos disponíveis próximo dos centros de moagem, podendo ocorrer a substituição de culturas no entorno, como no caso dos grãos (Camelini, 2013, p.124).

Nesse contexto, os pequenos produtores são forçados, devido às circunstâncias, a arrendar ou até mesmo vender sua propriedade, pois se torna inconveniente sua permanência num cenário em que predominam os grandes latifúndios. Além do mais, os que já arrendavam anteriormente para o cultivo de grãos, passam a arrendar para a cana-de-açúcar, pois paga mais e o contrato do inquilino é maior (tendo em vista que a cana-de-açúcar é semi-perene e tem seu ciclo de produção por no mínimo cinco anos). Logo, o proprietário da terra arrendará para aquele que fizer a maior oferta⁵⁷.

No Brasil o arrendamento de terras pode ocasionar, segundo a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAEG), um “esquema para não voltar”. Efeitos devastadores sobre a pequena produção familiar são causados, o que já ocorreu em Goiás, estado em que o setor sucroenergético se instalou há mais tempo do que em Mato Grosso do Sul (Castillo, 2013: 79).

Destaca-se que o arrendamento é uma estratégia do setor sucroenergético para “desterritorializar” o setor de grãos e, dessa forma, se fixar na região; contudo, tais práticas só intensificam um mecanismo cruel de exclusão do campo dos pequenos produtores, pois são eles os mais prejudicados nessa disputa. Sem capital para investir em suas terras e nem influências políticas, são obrigados a migrar para a periferia dos centros urbanos em busca de trabalho, ou até mesmo aceitar condições degradantes de trabalho no campo. A maioria dos hectares de cana plantada advém dos arrendamentos de produtores pecuaristas, pois, com a crescente expansão da cana, esta tomou espaço de terras de pecuária e de outros cultivos, como os grãos.

⁵⁷ Informação obtida por entrevista com Vamilton Júnior – Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Município de Dourados, em trabalho de campo, no dia 13 de maio de 2013. Local: Secretaria de Agricultura de Dourados.

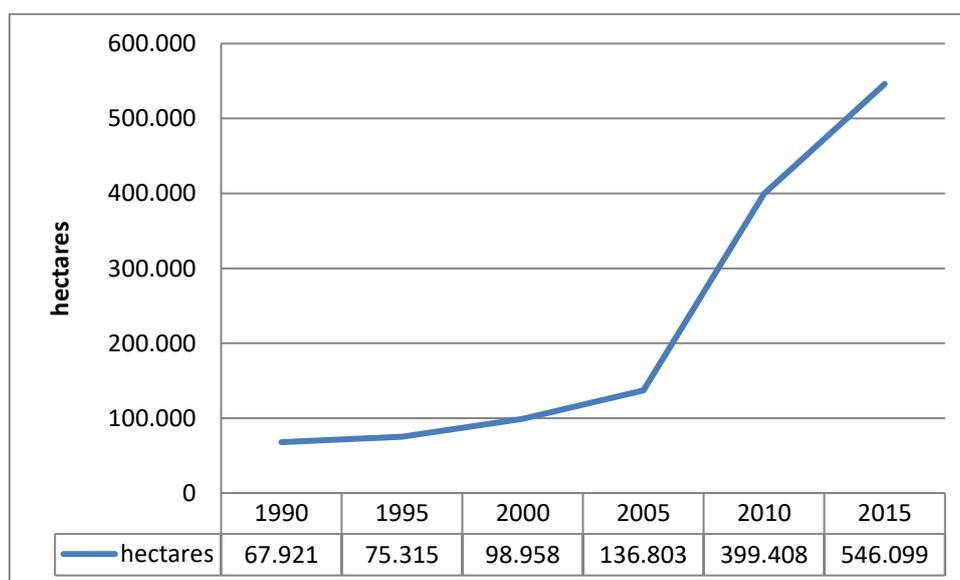
Cabe destacar que o destino de diversas porções de terras no estado/Brasil/mundo, destinado aos biocombustíveis, reduzem as superfícies destinadas aos alimentos, além da escassez e aumento do preço dos mesmos, conduzindo o mundo para “distúrbios sociais” como nos diz Almeida (2010) ao citar Ziegler, relator especial da ONU para o Direito à Alimentação.

O estado de Mato Grosso do Sul é o quinto maior produtor de cana-de-açúcar do país, produzindo em 2015, segundo dados do SIDRA/IBGE, 43.924.003 toneladas, ficando apenas atrás de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná. Ao fazer a variação desde 1990 até o boom da cana no estado, em 2005, observa-se um aumento de 101%, e de 2005 até 2015 tem-se uma expansão de 299%, e se fizermos o cálculo dos anos 1990 até 2015, obtemos uma elevada expansão de 704% de aumento de área plantada no estado (gráfico 12).

Isso ocorre devido ao grande influenciador desse processo: Estado brasileiro, que adota políticas de cunho neoliberal, responsável por difundir a agricultura científica e globalizada, através de diversas políticas de estímulo à produção e à exportação dos produtos do setor sucroenergético. O Estado assume também o papel de mediador, seja através de facilidades normativas, ou quando investe em serviços de infraestrutura, principalmente de transporte; quando financia projetos; como também ao conceder benefícios a empresários do setor.

Gráfico 12

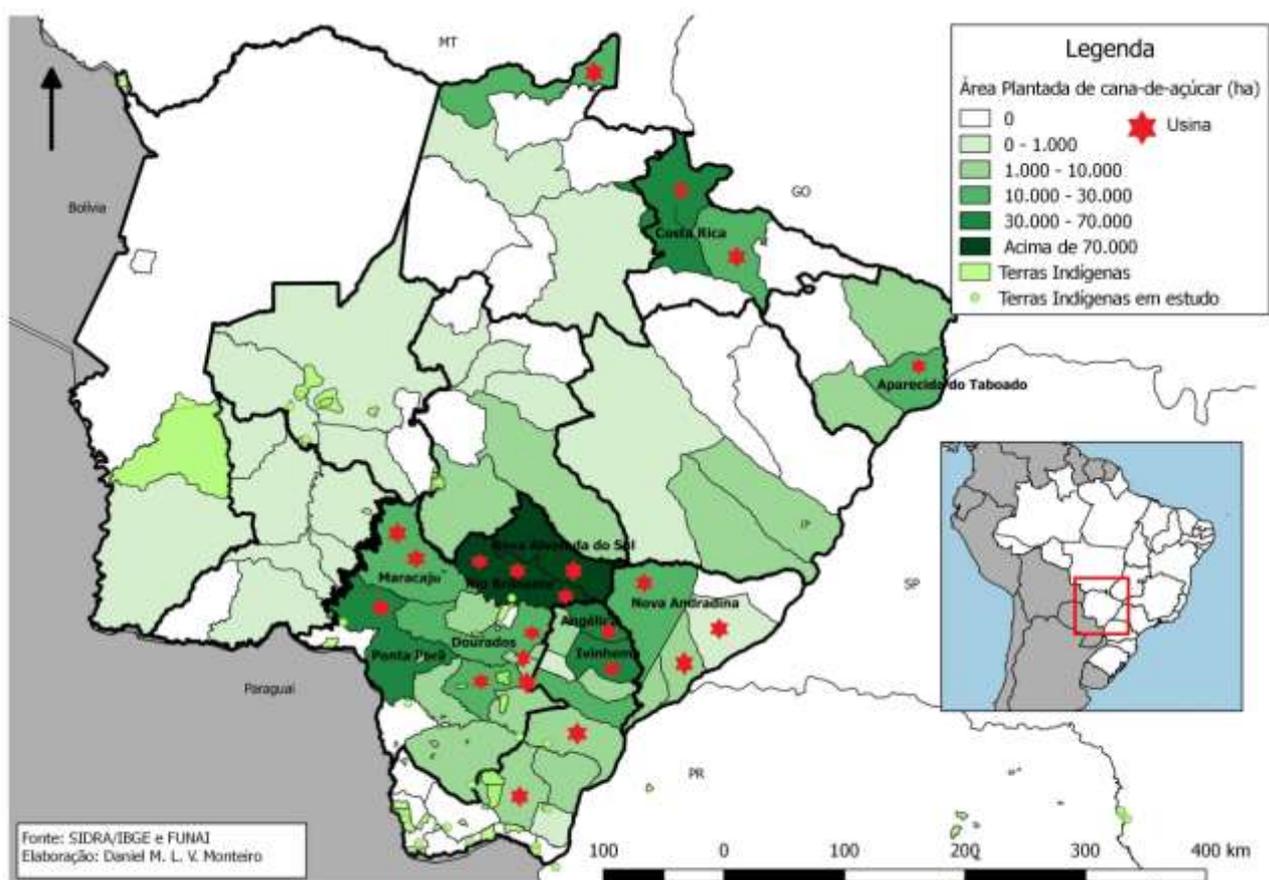
Evolução da área plantada de soja no Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE/SIDRA

A cana, assim como a soja, concentra-se em grande parte nas terras de maior conflito entre os indígenas e os fazendeiros, Dentre os 10 municípios maiores produtores de cana no estado sete estão na zona de conflito: Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Ivinhema, Dourados e Maracaju, estando aí a maior concentração de usinas do estado (Mapa 12).

Mapa 12
Distribuição de área plantada de cana-de-açúcar por município em Mato Grosso do Sul - 2015⁵⁸



Fonte: IBGE/SIDRA

⁵⁸ As usinas plotadas no mapa não estão georreferenciadas, elas estão apenas destacando a quantidade de usinas que há em cada município.

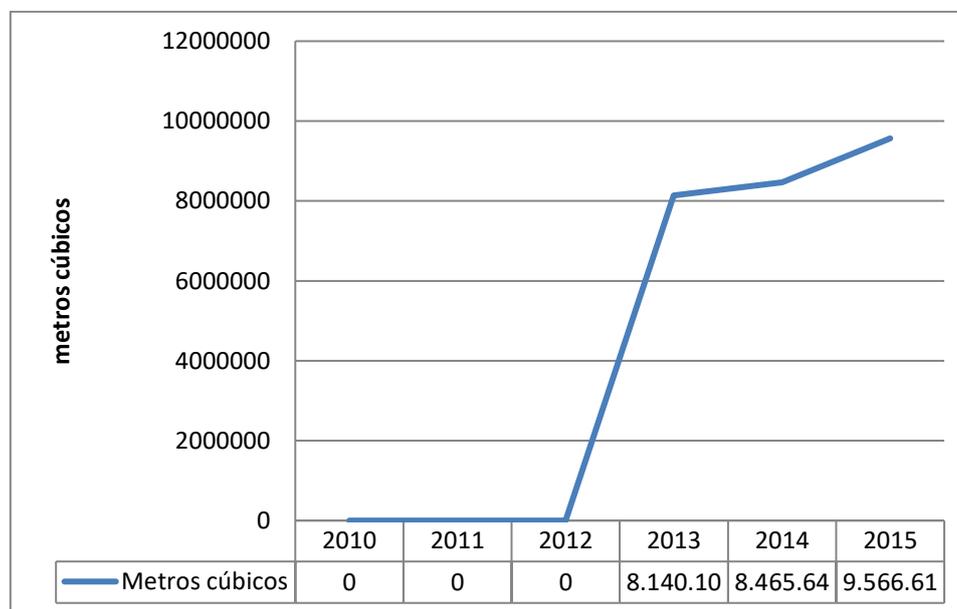
3.3.1.4 Silvicultura: Eucaliptos

A produção de eucaliptos também é considerada um setor do agronegócio e, assim como os demais, é um monocultivo, resultado de um sistema que através do discurso desenvolvimentista e ambiental procura condições favoráveis para sua reprodução. De cunho ambiental, pois o discurso apresenta a face do reflorestamento e da geração de energia renovável através da lenha e do cavaco do eucalipto, porém seu principal destino são as grandes empresas multinacionais de papel e celulose.

Apesar da recente chegada do setor no estado (gráfico 13), Mato Grosso do Sul já é o quarto maior produtor do Brasil, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. O cultivo de eucalipto cresceu consideravelmente com a chegada de industriais do papel e celulose no estado como, por exemplo, a Cartonagem São José (Campo Grande), Eldorado Brasil (Três Lagoas), Faquibras Agro Industrial (Campo Grande), Fibria (Três Lagoas) e International Paper do Brasil (Três Lagoas), localizadas no eixo florestal existente e de expansão entre Campo Grande e Três Lagoas (mapa 13).

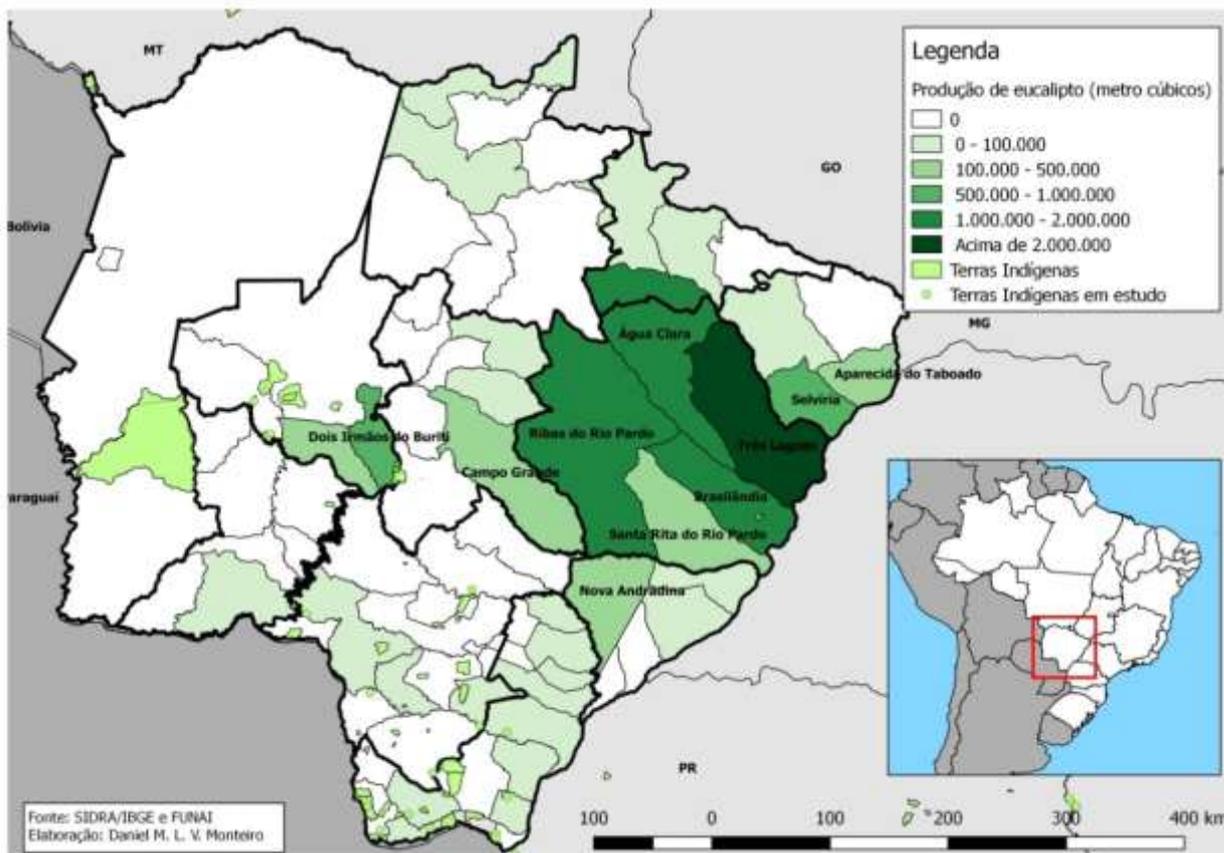
Gráfico 13

Evolução produção de madeira de eucalipto em tora no Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE/SIDRA

Mapa 13
Distribuição de área plantada de eucalipto por município em Mato Grosso do Sul - 2015



Fonte: IBGE/SIDRA

3.3.2 Mercado, comércio e serviços

Nesta parte se enquadram as empresas de logística, as empresas prestadoras de serviço, os bancos privados, os fundos de pensão e investimentos, as empresas imobiliárias do ramo agrário, as empresas prestadoras de assistência técnica, empresas de suplementos e insumos, além dos eventos e feiras do agronegócio.

Nos conflitos de terra, esses ramos podem estar mais distantes do embate do que os produtores, que estão diretamente ocupando as terras, mas se o elo mais importante (o da produção) for “ameaçado”, todos os demais segmentos são prejudicados. As informações de empresas que atuam nesses setores são difíceis de encontrar, principalmente as que estão ligadas diretamente com insumos químicos e pulverização de agrotóxicos, pois essas em geral não são aceitas devido aos danos que causam. De

antemão sabemos que as seis maiores empresas do ramo – Basf, Bayer, Dow, Dupont, Monsanto e Syngenta – controlam grande parte do mercado mundial e, principalmente, nacional. De acordo com relatório do Portal de Dados Abertos Sobre Agrotóxicos, em 2011 o Brasil tinha registrado 109 empresas no setor.

3.3.3 Agrotóxicos

Destaco aqui um agente que ameaça diretamente o modo de ser dos indígenas, os defensivos químicos, popularmente conhecidos como agrotóxicos. A aplicação desses venenos na produção afeta diretamente as áreas onde os indígenas habitam e degradam as que eles podem reconquistar. Nos córregos e rios dos estados são encontrados altos teores de insumos químicos aplicados nas plantações para eliminar pragas indesejáveis que comprometem a produção agrícola.

Muitos dos agrotóxicos – herbicidas, fungicidas, inseticidas e acaricidas – utilizados no Brasil são proibidos em diversos países do mundo, como nos Estados Unidos e na União Europeia, devido ao seu potencial teor tóxico à saúde humana. A pulverização dos agrotóxicos pode ser realizada por trabalhadores, tratores ou aviões, e sua aplicação forma verdadeiras “nuvens de veneno” que se dispersam no ar, atingindo para além dos limites das plantações, alcançando as cidades e moradias próximas, a biodiversidade do entorno, as plantações vizinhas e as populações indígenas que ali vivem. É comum ver no Mato Grosso do Sul o limite das Reservas ou de áreas indígenas serem, literalmente, coladas às plantações que utilizam venenos no processo produtivo.

Segundo a Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, em novembro de 2016, a cana-de-açúcar é o cultivo que mais utiliza agrotóxicos em pulverização aérea, sendo que apenas 32% é depositado nas plantas, os demais vão parar no solo (49%) ou são dispersados pelo vento (19%), chegando a alcançar uma distância de 32 quilômetros⁵⁹.

A pulverização de agrotóxicos sobre as comunidades indígenas é uma prática violenta que ocorre a mando do produtor que tem comunidades indígenas em seu entorno. Como exemplo pode-se citar os ataques denunciados pelos Guarani-Kaiowá no tekoha Tey’i Juçu, município de Caarapó, no qual vêm sofrendo desde 2015 despejos de veneno

⁵⁹ Audiência debate alternativas para aperfeiçoar legislação da pulverização no Estado. Disponível em: <<http://www.al.ms.gov.br/Default.aspx?tabid=56&ItemId=48338>> Acessado em: 30 jun. 2017.

por aviões sobre a comunidade, afetando principalmente as nascentes onde os indígenas coletam água para beber⁶⁰.

3.3.4 O Estado

Como podemos observar, as relações são permeadas pela figura do Estado, que legitima, financia e perpetua os ideais do agronegócio calcado no discurso econômico, “desenvolvimentista” e produtivista; como assinala Brandão, “o Brasil, antes que uma nação, deveria ser caracterizado como uma mera plataforma territorial-econômica” (2010, p.29), devido ao fato de atrair facilidades, valorização para capitais mercantis e financeirizados, somando-se às exclusões e problemáticas sociais, culturais, ambientais entre outras.

O Estado, através de agências financeiras, contribui para o avanço do agronegócio, tornando-se um importante ator nesse cenário. Através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), por exemplo, atua beneficiando a implementação de novas unidades agroindustriais, dando créditos em forma de empréstimos ou até mesmo participando das ações das empresas. O agronegócio na última década, sem dúvidas, foi o setor da economia mais privilegiado pela aplicação de investimentos públicos através do BNDES no que se refere às empresas privadas brasileiras.

O Estado também atua através dos seus ministérios, mais diretamente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), concedendo créditos agrícolas subsidiados, mas também do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, através de políticas de expansão das usinas e frigoríficos, e ainda do Ministério das Relações Exteriores, no comando das commodities e na tentativa incansável de incluir o etanol neste grupo de mercadorias.

Centros de pesquisa e experimentação, universidades e entidades de fomento estatais também participam como segmentos desse ator do agronegócio. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) desenvolve modelos de agropecuária voltadas para as condições edafo-climáticas brasileiras, ofertando produtos ao mercado que passaram por processos tecnológicos de aprimoramentos, metodologias inovadoras

⁶⁰ Vídeo, intitulado Ataque Químico Contra a Retomada Tey'i Jusu, que mostra o exato momento da ação do despejo de veneno o tekoh Tey'i Juçu. Disponível em: <<https://youtu.be/qQn7SpbVsdQ>> . Acessado em: 25 mai. 2017.

no ramo e serviços de geotecnologias, biotecnologias, treinamentos, consultorias, entre outros.

As universidades, assim como as agências de fomento, também fazem parte do Estado que, por sua vez, é um ator do agronegócio. A ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), a UNICAMP (Universidade de Campinas) e a USP (Universidade de São Paulo) constituem bons exemplos, com suas escolas de agronomia voltadas para estudos e pesquisas que contribuem para o desenvolvimento do agronegócio no país, através de cursos de graduação e pós-graduação. Temos o exemplo também da RIDESA (Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético), constituída por diversas universidades federais atuando em pesquisas para o desenvolvimento do setor sucroenergético; segundo o site da rede, atualmente 50% das áreas cultivadas de cana-de-açúcar no país foram desenvolvidas pela rede. No ramo dos biocombustíveis existe a BIOEN, financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo), para desenvolver tecnologias voltadas para a produção de biocombustíveis no Brasil.

O Estado, nas esferas estadual e municipal, através de incentivos fiscais, atraem os referidos setores. Alguns exemplos de medidas tomadas na esfera estadual de Mato Grosso do Sul:

- 1- Lei nº 4.285, de 14/12/2012, prorroga até 31 de dezembro de 2028 os incentivos e benefícios fiscais concedidos à indústria;
- 2- Decreto nº 13.606, de 25/04/2013, prorroga benefícios e incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos a estabelecimentos industriais;
- 3- Decreto nº 14.424, de 08/03/2016, estabelece desconto no ICMS para produtores rurais recuperarem as pastagens degradadas;
- 4- Decreto nº 14.477, de 20/05/2016, reduz a carga tributária com base no cálculo do ICMS as operações internas com energia elétrica de estabelecimentos que exerçam a avicultura de corte;
- 5- Decreto nº 14.545, de 24/08/2016, isentando do ICMS os serviços de transporte de mercadorias destinadas à exportação de soja e milho interestadual e intermunicipal.

Esses são alguns exemplos que ilustram a relação entre o Estado e o patronato rural; por mais que o agronegócio preze a livre iniciativa sem interferência do Estado, ainda há laços fortes com o mesmo, seja numa atitude enquanto protetor/promovedor, ou de “apadrinhamento”, estabelecendo as relações legais e oficiais que estão ao seu alcance.

3.3.5 Sindicatos e associações

O patronato rural se organiza em sindicatos e associações com o intuito de ser coletivamente representado através dessas entidades. É a partir delas que seus interesses são expostos. Todos os setores do agronegócio são representados e compartimentados de acordo com os locais onde se inserem.

No âmbito nacional, destacam-se: a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil), a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), a SRB (Sociedade Rural Brasileira), a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), a ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), a Abrasoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja), a Abrapa (Associação Brasileira dos Produtores de Algodão) a UBA (União Brasileira de Avicultura), entre outras (BRUNO, 2010 apud LEITE; MEDEIROS, 2012).

No estado de Mato Grosso do Sul existem algumas bastante importantes, como a Assocarnes (Associação de Matadouros, Frigoríficos e Distribuidores de Carne de Mato Grosso do Sul), a Asumas (Associação Sul-matogrossense de Suinocultores), a Biosul (Associação dos Produtores de Bioenergia do Mato Grosso do Sul), a Aprosoja-MS (Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul), a Sinpacems (Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose do Estado de Mato Grosso do Sul), a Avimasul (Associação dos Integrados da Avicultura de Mato Grosso do Sul), a ACRISSUL (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), a SICADEMS (Sindicato das Indústrias de Frio, Carnes e Derivados do Estado de Mato Grosso do Sul), a Sulcanas Matogrossense (Associação dos Fornecedores de Cana Sul-Mato-Grossense), a SINDAL-MS (Sindicato das Indústrias de Fabricação do Álcool do Estado de Mato Grosso do Sul), a SIAMS (Sindicato das Indústrias da Alimentação do Estado de Mato Grosso do Sul), a ASFRON (Associação das Revendas de Insumos e Agrotóxicos da Fronteira de Mato Grosso do Sul), dentre tantas outras representações patronais que se manifestam a nível municipal.

Mas existe uma que merece atenção maior, a FAMASUL (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, representando os interesses dos produtores, sindicatos e associações rurais patronais do estado, objetivando estreitar as relações e os laços em comum dos diversos segmentos do agronegócio que ali atuam. O foco dessa federação, segundo o próprio site, é a união de interesses dos seus

representados para unir forças em questões nacionais estratégicas, transcendendo, portanto, as ações, as intencionalidades no estado, uma vez que agem também na esfera nacional.

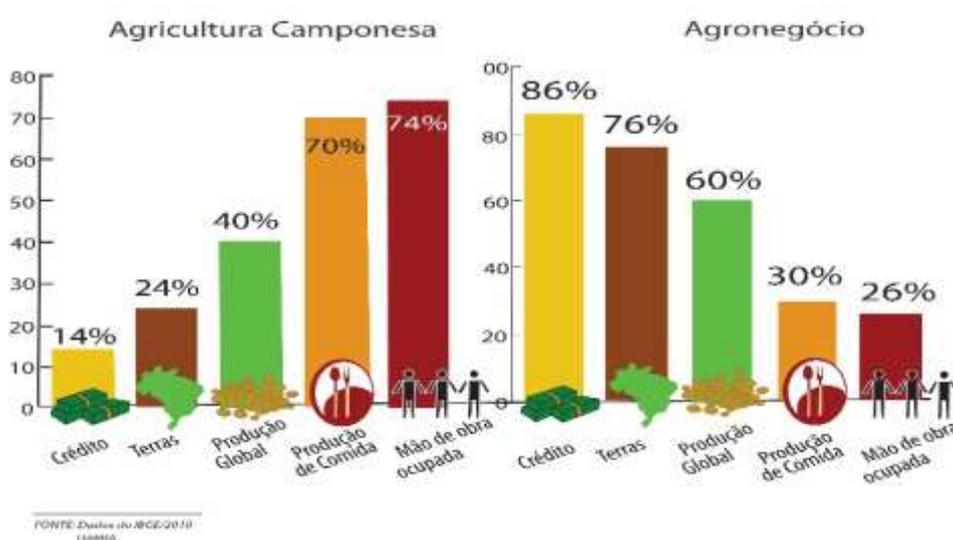
A FAMASUL é um ator importante no conflito de terras no estado, representando o lado dos ruralistas, orientando como os mesmos devem agir, além da forte influência no campo político e jurídico do estado e do trabalho na difusão de informações e opiniões para a sociedade, voltada para os interesses do patronato rural.

Em nota declarada⁶¹, a FAMASUL vai contra as ações que ressarcem somente as benfeitorias e a infraestrutura existente nas propriedades que passaram a ser demarcadas pelo Estado, eles alegam perdas patrimoniais para os proprietários, além de afirmarem que tais decisões demarcatórias abalarão a produção de alimentos em geral. Ora, assim como a terra, que passou por um processo de espoliação, a produção de alimentos pelo agronegócio é ínfima, pois segundo dados do IBGE de 2010, dos alimentos que consumimos 70% é originado da agricultura familiar e camponesa⁶² (figura 04).

Figura 04

Comparação entre os modelos agrícolas

Qual modelo é mais necessário para a sociedade brasileira?



⁶¹ Ver também em: Opinião: demarcação em terras indígenas e produção agropecuária. Disponível em: <http://famasul.com.br/artigos_interna/opinio-demarcacao-de-terras-indigenas-e-producao-agropecuaria/125/> Acessado em 26 mai. 2017.

⁶² Ver também em: Merenda escolar: uma revolução para os agricultores familiares. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/2016/08/17/merenda-escolar-uma-revolucao-para-os-agricultores-familiares/>> Acessado em 26 mai. 2017.

Portanto, a seguir, tentaremos compreender como o segmento agronegócio se comporta, os ideais que os movem, as ações em comum e como responsabilizam o Estado, até mesmo por ações diretas causadas por eles.

3.4 Algumas reflexões sobre o agronegócio

Para finalizar este capítulo pretendo aqui compreender melhor em que condições, com que intenções e implicações o agronegócio vem se instituindo no Brasil e em Mato Grosso, com o auxílio do verbete “Organizações da classe dominante no campo” escrito por Regina Bruno, Elaine Lacerda e Olavo B. Carneiro, incluído no Dicionário da Educação do Campo, obra que abarca reflexões importantíssimas sobre a resistência e a polarização existentes no campo brasileiro.

É importante sintetizar traços em comum que ligam os diversos ramos do agronegócio, descrevê-los e caracterizá-los, principalmente quando tentamos compreender os conflitos que existem no campo, e como esse patronato rural exerce seu domínio através da política e da legitimação da propriedade da terra.

Como vimos no tópico 3.3.5, o patronato rural se organiza e é representado por diversas entidades, por exemplo, um produtor de soja no Mato Grosso do Sul pode participar concomitantemente do sindicato do seu município, da Aprosoja, Abrasoja, FAMASUL, OCB e ABAG, existindo, desse modo, um caráter “multiorganizacional” por classes, produtos e multiprodutos, reunindo as cadeias produtivas e as diversas escalas no âmbito nacional, regional, estadual e até mesmo municipal/local.

Também há a representação direta na esfera político-administrativa institucional, chamada de Bancada Ruralista (ver capítulo 4). A defesa do monopólio fundiário, a crítica sobre o conceito de trabalho escravo, a negação da luta pela terra pelos movimentos sociais, assim como a intransigência no debate sobre a reforma agrária e a perseguição dos direitos à terra dos povos indígenas, quilombolas, entre outras populações tradicionais, são pontos em comum que unem os interesses, formando um consenso geral entre todas as partes.

Isso nos faz refletir sobre a diversidade do agronegócio: mesmo sendo heterogêneo, há pontos em comum, que o consolidam. Mesmo apresentando por vezes interesses conflitantes (como por exemplo, a disputa pelo uso do solo entre a cana e a soja na Microrregião de Dourados), “quando se sentem ameaçados em seus privilégios e

interesses comuns, como é o caso da defesa da concentração de terras, todos se unem, pois sabem que a união é condição primeira da reprodução social e do exercício da dominação e da exploração” (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012, p.522).

Bruno, Lacerda e Carneiro também ressaltam como característica do patronato a “propriedade [de terra] como direito absoluto e incontestável e ‘naturalmente’ herdado” (2012:523), visão dominante na elite oligárquica brasileira, principalmente entre os que querem manter privilégios em uma sociedade sem cidadania, com um desigual disparate social entre as classes dominantes e as que lutam por direitos. No Centro-Oeste brasileiro o discurso do desbravador que enfrentou “selvagens” e abriu as matas, ainda é muito forte e aplaudido pela sociedade, principalmente pelos seus herdeiros, atropelando a história dos que ali já viviam, quase sempre os indígenas.

Em Mato Grosso do Sul a figura bravia do pioneiro é mantida através dos nomes das ruas das cidades e no imaginário do senso comum, enquanto o indígena é estabelecido como o “vagabundo” e “preguiçoso”, tendo sua história menosprezada, assim como suas terras, que hoje, muitas, são fazendas “naturalmente” ou “burlescamente” herdadas. Assim, como no início das “frentes pioneiras”, até hoje a classe patronal rural tem como prática a violência, que é

ritualizada e institucionalizada que implica a formação de milícias, a contratação de capangas, uma lista dos marcados para morrer e os massacres. E que exige o comprometimento de todos. No entanto, quando necessário, disputam politicamente os trabalhadores do campo e lançam mão do discurso da solidariedade de classe e da amizade entre patrões e empregados como instrumento de cooptação (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012, p.523).

Portanto, as classes dominantes brasileiras “transformam o território [...] tentando homogeneizá-los, aproveitando das diferenças a seu favor” (BERNARDES, 2010: 25). Dessa forma eles se reproduzem como classe e se unem, fortalecendo seus ideais. De fato, o corporativismo encontrado entre os setores do agronegócio, como na direita conservadora brasileira, é bastante revelador, mesmo havendo divergências, divergindo quando o interesse é o mesmo, havendo uma unidade institucionalizada e organizada.

A reprodução da violência, a penetração no campo político e jurídico, e a cooptação da mídia, são práticas usuais dessa classe, agindo estrategicamente sobre um território conflitivo, que é o campo brasileiro, principalmente em Mato Grosso do Sul. São essas estratégias que iremos analisar no próximo capítulo e o porquê do seu uso, em um campo em que os mesmos se sentem acuados pela clareza das atrocidades que cometem.

Capítulo 4 – Estratégias e táticas: articulações do capital e dos Kaiowá e Guarani

As investidas do agronegócio acontecem em diversas escalas e intensidades, porém é importante compreender como suas ações são pensadas e articuladas no território e de que forma seus agentes agem estrategicamente no conflito agrário.

No presente capítulo iremos compreender o território que estamos tratando neste trabalho, assim como as estratégias e táticas utilizadas no conflito, principalmente as ações do agronegócio e algumas dos indígenas.

4.1 Território, poder e violência

As relações entre indígenas e não-indígenas podem ser abordadas de diversas maneiras na geografia. Porém a intenção deste trabalho é focar no conflito abordando especificamente a questão territorial, em um enfoque mais político da problemática, buscando dessa forma compreender “quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?” (SOUZA, 2013, p.87).

O território utilizado neste trabalho não está sendo empregado de acordo com o discurso do Estado-Nação, mas como a “conjunção dos conceitos de espaço e poder” (Souza, 2013, p.86), quando há o exercício do poder e de controle sobre um determinado espaço.

A fim de somar nessa discussão, Raffestin afirma que o espaço é a “prisão original”, enquanto o território “é a prisão que os homens constroem para si” (1993, p.144), ou seja, quando o homem modifica o espaço de acordo com suas intenções, “uma ação conduzida por um ator sintagmático” (1993, p.143). Esses atores, segundo Raffestin (1993), se territorializam quando se apropriam de um determinado espaço, organizando-o a partir de nós, redes e malhas, podendo ser analisado como objetivo, “decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores” e como meio, “decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarretam os atores”. Nesse sentido, Arruzzo ressalta que,

esta forma de entender o território é muito importante pois desnaturaliza o atuar territorialmente com algo sempre necessário, ou seja, sempre “bom” para determinado grupo social, ressaltando o jogo constante entre custo e benefício de uma ação territorial (2009, p.18).

Essa análise nos faz desmistificar que o agronegócio sempre se beneficia totalmente quando se apossa de certa área que foi já terra indígena. Como veremos mais adiante, os agentes do agronegócio têm prejuízos ou dificuldade de negociar suas terras, quando as mesmas se situam em área conflituosa.

Compreendemos que a relação de poder define e delimita o espaço (SOUZA, 1995, p.78), fundamentando o que chamamos de território na Geografia. Porém, tal discussão, como indica Souza (2013), é apenas uma definição inicial, sendo a partir dela o caminho a ser traçado na reflexão do conceito. Raffestin (1993) afirma também que é através do poder que se torna possível agir sobre o território, repercutindo assim, nas comunicações e intencionalidades que são relacionadas com as relações sociais.

O poder é uma categoria que necessita ser destrinchada e compreendida para que dessa forma possamos debater de fato como ele se torna o trunfo da compreensão do território, principalmente no caso deste trabalho, onde a disputa de terras é o cerne da questão e do conflito que é dado sobre o espaço. De certa forma, cabe aqui entender o que de fato é a noção de poder, e para isso utilizaremos Hanna Arendt (1985).

Na disputa de terras o conflito é politicamente estabelecido e os anseios estratégicos dos grupos em disputa sobressaem, muitas vezes através da violência, na medida em que “toda política é uma luta pelo poder; o tipo de poder mais definitivo é a violência” (MILLS, C. Wright apud ARENDT, 1983, p.22).

Arendt (1985, p.27) identifica o poder como uma habilidade dos homens quando os mesmos agem juntos, pertencentes a um grupo, nunca sendo uma característica particular de um único indivíduo. Portanto, o poder se faz presente através do conjunto, delimitando um território em certo espaço; firmo aqui a necessidade de estabelecer que o mesmo é projetado no substrato espacial material⁶³, e é esse substrato que o poder utilizará como suporte para delimitar o território.

Arendt distingue poder de violência, de autoridade, de força e de vigor. Porém, a fim de não nos alongarmos, cabe aqui compreender violência segundo a autora, e assim traçarmos o uso dessas duas categorias no recorte espacial da pesquisa. A violência é

⁶³ “O substrato condiciona as relações sociais em si mesmo, por bloquear, facilitar, dificultar etc. através de sua materialidade (infraestrutura boa ou ruim, que atrai ou afasta investimentos; espaços bem cuidados ou não, que atraem ou repelem visitantes; espaços que favorecem ou desfavorecem o encontro casual, a assembleia, o debate entre os cidadãos...). Mas também condiciona por ser o “portador” de símbolos e mensagens, inscritos formal ou informalmente no mobiliário urbano e, mais amplamente, nos objetos geográficos da paisagem, que colaboram, para o bem e para o mal, para a socialização e a (de)formação de hábitos, costumes e mentalidades” (SOUZA, 2013, p.74).

estabelecida por seu caráter instrumental, e muitas vezes confundida com poder, sendo necessário distingui-los:

O poder é realmente parte da essência de todo governo, mas o mesmo não se dá com a violência. A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita de justificar-se através de algo mais não pode ser a essência de coisa alguma (ARENDDT, 1985, p.32).

Porém, em democracias ambíguas⁶⁴, o uso do poder pela violência por parte do governo, se faz presente, sendo este poder imbuído de legitimidade por certo investimento coletivo. Esta legitimidade é questionada, pois há um “apelo ao passado, enquanto a justificativa diz respeito a um fim que se encontra no futuro” (ARENDDT, 1985, p.33).

Observa-se que onde há o poder absoluto, não há violência, ou seja, onde há a legitimidade do poder por todos, não há a necessidade do caráter instrumental que tem a violência. “A violência aparece onde o poder esteja em perigo” (ARENDDT, 1985, p.35), ou seja, o agronegócio, na disputa com os indígenas, utiliza a violência para que possa ter o poder total sobre as terras, e tal fato ocorre porque os indígenas não dão legitimidade ao poder desse sistema, atravancando e impedindo a perpetuação do capital sobre as terras do Estado e das propriedades privadas.

O agronegócio tem dificuldades em comprar e vender as terras que estão sobre áreas indígenas. Eles se armam em milícias particulares, em sistemas de comunicação, em grandes grupos de advocacia, entre outras articulações, investindo muito dinheiro para garantir o usufruto das terras e o uso do poder absoluto sobre elas, mas como não há poder absoluto neste caso, o agronegócio atua por meio da violência.

É necessário recortar e destrinchar de que tipo de violência estamos tratando aqui, porém, afirmo sem medo de estar errado, que sob os povos indígenas, não somente os Kaiowá e os Guarani, mas todos do território nacional brasileiro, sofrem todas as tipificações de violência existente. De acordo com a abrangência da categoria violência, o auxílio da obra “Sociologia da violência e do controle social”, do sociólogo Luís Antônio F. de Souza, irá nos auxiliar na identificação nas operacionalidades da categoria, para não cairmos na crítica de ter utilizado o termo violência de forma rasa e sem

⁶⁴ “Democracias ambíguas” no sentido de não serem plenas, serem contraditórias, e não conseguirem obter a legitimidade total do poder. Ou seja, consideradas democracias, mas não possuem caráter completo para tal. Destaque para Moraes: “uma política excludente de consensos restritos, de transformações pelo alto, de violências” (2005, p.105).

especificidades na pesquisa. Portanto, o autor, de maneira confortável e sem a intenção de esgotar, o classifica em:

a) Violência criminal: “refere-se àquelas ações, intencionais ou não, individuais ou coletivas, que são traduzidas em termos de direito penal (crime e contravenções) e para as quais são especificados os tipos, as modalidades e as penas correspondentes” (2008, p.13).

Diversos fazendeiros e pistoleiros respondem por assassinatos a indígenas, principalmente a lideranças que combatem diretamente nas retomadas de terra, como a morte de Marcos Veron, de Simião Vilhalva⁶⁵, de Marinalva Manoel⁶⁶ e de Nísio Gomes. A liderança Nísio Gomes, um dos mais emblemáticos casos, foi assassinada em novembro de 2011 no município de Aral Moreira, logo após a entrada dos indígenas para ocupar o Tekohá Guaiviry. Nísio foi baleado após um ataque de pistoleiros da empresa de segurança privada Gaspen, sendo que seu corpo foi retirado do local e até hoje o paradeiro não foi encontrado.

b) Violência política,

refere-se àquelas ações, intencionais ou não, individuais ou coletivas, que podem ser definidas pela lei penal, mas que em geral ultrapassam o próprio direito, pois colocam o Estado como principal perpetrador e, em algumas circunstâncias, podem ser aceitas ou rejeitadas. Em geral, os Estados autoritários são os maiores perpetradores da violência política, mas a violência política independe do regime político (2008, p.13).

Essa violência, vinda por meio do Estado, é bastante comum com os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul: no meu período do trabalho de campo pude presenciar uma reintegração de posse em Apyca’í, Dourados, onde a Polícia Federal expulsou, a mando da justiça (juiz Fábio Kaiut Nunes da 1ª Vara da Justiça Federal do Dourados), a família da liderança Damiana Cavanha, de uma área pequena que a mesma ocupava, esperando o Estado demarcar sua terra.

No entorno havia apenas plantação de cana-de-açúcar, uma imensidão que se perdia no horizonte, em terras de propriedade de Cássio Guilherme Bonilha Tecchio, arrendadas para a usina São Fernando, da qual o maior acionista é José Carlos Bumlai, indiciado e preso na Operação Lava Jato. A família de Damiana está no local há mais de

⁶⁵ Ver 1.5.1 Assassinatos e a prática do etnocídio.

⁶⁶ Ver Introdução: nota de rodapé n.2

uma década, no qual já enfrentaram diversos despejos, sendo seus poucos pertences destruídos e jogados na beira da estrada⁶⁷.

A violência da cena promovida pelo Estado e o desamparo da família naquela situação precária e insalubre que foram deixados, nos faz questionar o lado que o Estado representa e as disparidades existentes na nossa sociedade. De um lado um “mar de cana” e de outro uma família que há décadas luta pelos seus direitos que são negados e cerceados.

É dessa forma que os agentes do agronegócio concretizam suas práticas tentando se territorializar, desenvolvendo estratégias para atingir seus fins. Contudo, o capital, em seu processo constante de reprodução ampliada, está sempre em busca de novos espaços que lhe garantam mais lucros e possibilidades de acumulação, desarticulando sistemas anteriormente criados. Neste sentido, procura através de novas técnicas tornar o espaço mais fluido, através da criação de rigidezes (SANTOS, 1996), ou seja, de novos fixos sobre os quais passam ser desenvolvidas novas ações, desencadeando novos fluxos, estabelecendo novas relações sociais e de poder, criando novos arranjos institucionais e administrativos.

Ao se territorializar, o agronegócio modifica também as relações com a natureza local, tendo implicações que envolvem processos de produção e de trabalho, afetando a vida cotidiana dos habitantes da região e, principalmente, dos indígenas.

c) Violência social e econômica,

atos ou processos pelos quais grupos de pessoas podem ser colocados à margem dos benefícios e dos frutos do trabalho e das atividades sociais, esses processos ocorrem tanto porque as pessoas não recebem condições mínimas que proporcionem acesso aos benefícios como também porque as pessoas são levadas a não acreditar que possuem direitos ou mesmo capacidade para esse acesso. A violência econômica, de forma mais específica, decorre da divisão desigual das oportunidades de ganho ou da divisão desigual do trabalho socialmente necessário, de tal forma que as pessoas contribuem para o produto social, mas não recebem um *quantum* equivalente às energias individuais dispensadas para essa produção (2008, p.13).

Na divisão do trabalho, os indígenas Kaiowá e Guarani quase sempre ocupam os serviços inferiores no Mato Grosso do Sul. Como vimos anteriormente, o trabalho no

⁶⁷ Ver também o filme Apyka'i – Os Mortos tem voz. Disponível em: <<https://youtu.be/a3IkH2auYl8>> Além do vídeo do despejo de julho de 2016 Disponível em: <<https://m.facebook.com/groups/397693280345910?view=permalink&id=1039582656156966>>

corte da cana-de-açúcar⁶⁸ é precarizado quando os trabalhadores são indígenas, deixando os mesmos vulneráveis durante o processo do corte, muitas vezes pela falta de equipamento de proteção ou por condições insalubres nos alojamentos. Muitos relatam que há distinção no tratamento entre o cortador que é indígena e aquele que é nordestino. Mesmo na camada mais baixa do processo de trabalho do setor sucroenergético, há distinções, de acordo com a origem das pessoas.

Na cidade o mesmo ocorre, ao vermos indígenas pedindo esmola nas ruas de Dourados, ou em serviços mal remunerados, como garis e pedreiros. Além disso, os indígenas se sentem cerceados ao transitarem por alguns espaços nas cidades, como restaurantes, padarias e shoppings, devido às agressões que os mesmos sofrem pelo preconceito vindo dos *karai*. Não vimos nenhum indígena dentro do shopping de Dourados, nem passeando e nem trabalhando, os serviços destinados a eles são escondidos, porém muitos indígenas trabalham em setores que não são visíveis, como por exemplo, *sushiman*. A Professora Juliana Mota, da UFDG, em entrevista durante o trabalho de campo, afirmou que existem muitos indígenas que trabalham fazendo sushis ou outras funções escondidos nas cozinhas dos restaurantes dos shoppings. Ou seja, o corpo indígena em Dourados é tolhido e invisibilizado em diversas funções sociais e econômicas.

d) Violência das instituições públicas,

ações ou processos pelos quais as instituições, que são consideradas numa democracia como garantidoras de direitos, passam a ser na verdade obstáculos para o acesso aos direitos, ou mesmo tornam-se perpetradoras de violências contra os cidadãos (2008, p.14).

Nesse aspecto, grandes exemplos podem ser usados, como o uso da Polícia Federal que, ao invés de proteger as Terras Indígenas, reprime os indígenas e pouco fiscaliza e/ou nem protegem as áreas demarcadas e/ou as Reservas. As escolas passam pelo mesmo processo, embora os povos indígenas no Brasil, de acordo com a Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), têm direito a uma educação escolar específica, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. Entretanto, poucas escolas de Ensino Médio são voltadas para os povos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul, fazendo com que diversas crianças dessas etnias frequentem escolas

⁶⁸ Ver em 3.2.1 O agronegócio hoje no MS

regulares dos *karai* ou, simplesmente, não frequentem as escolas, principalmente as que estão em área de retomada ou em beira de estrada. Além disso, a infraestrutura das escolas também é precária, faltando manutenção do poder público.

As crianças indígenas que frequentam a escola dos *karai* sofrem *bullying* e preconceito dos outros colegas e até mesmo dos professores e da direção, perpetuando a violência institucional vividas por eles.

e) Violência internacional (macroviolência) identificada

por uma nova divisão internacional do capitalismo em que nem sempre quem produz mais ou detém mais riquezas pode usufruir. Ao contrário, as regras do mercado global criam e recriam condições nas quais as diferenças entre países são convertidas em desigualdade. Além disso, é no cenário internacional que estão ocorrendo os principais processos de liquidação de direitos humanos: contrabando de armas, migrações, genocídios, tráfico de drogas, tráfico e exploração sexual de pessoas (2008, p.14).

No caso dos Kaiowá e Guarani esse aspecto é mais emblemático por estarem em uma zona de fronteira administrativo-política entre o Brasil e o Paraguai, estando Mato Grosso do Sul e os *tekohas* em um corredor de tráfico internacional, contribuindo para o cenário precário, principalmente das Reservas, que passam por problemas graves de alcoolismo e prostituição.

Porém, a violência estatal dos dois países também está presente, quando há a negação de serviços básicos do Brasil, alegando que os Guarani e Kaiowá são paraguaios e vice-versa. Em muitos casos, os indígenas ficam desamparados quando há a necessidade de se conseguir algum direito básico. Essa fronteira político-administrativa não é um limite a ser respeitado pelos Guarani e Kaiowá, pois a mesma foi imposta pelo toer imperialista e capitalista de terceiros, até porque toda aquela região pertencia a esses povos antes da delimitação feita pelas metrópoles europeias.

f) Violência simbólica,

está em todos os lugares e se reveste em seu caráter não-físico, mas não é menos danosa, pois pela violência simbólica (mídia, educação, moda, costumes, tradições, direito, religião, cultura) as pessoas tendem a aceitar condições injustas ou inadequadas e a naturalizar relações desiguais. [...] na maioria das vezes, torna o inaceitável em aceitável, em convencional (2008, p.14).

Esse tipo de violência pode passar despercebido muitas vezes, mas está intrínseca em diversos ramos da sociedade brasileira, principalmente da sul mato-grossense. A televisão abafa o conflito existente no estado e, quando mostra, o índio está sempre sendo criminalizado. O uso de termos como “invasão” para se referir a terras ocupadas, demonstram o lado escolhido pela grande mídia ao retratar a situação. Quando se trata da mídia local, principalmente dos jornais impressos do estado, a violência simbólica ainda é mais descarada e intensa.

Como vimos anteriormente, a violência simbólica também existe com muita força nas escolas; eu pude ajudar uma liderança jovem a fazer um vídeo para passar na Aty Guasu Jovem, e durante as gravações e toda a filmagem, lamentavam, choravam e relatavam os xingamentos e preconceitos vividos por eles nas escolas.

As igrejas neopentecostais, encontradas em grande quantidade nas Reservas indígenas do estado, em muitos casos, proíbem seus fiéis indígenas de cantarem e rezarem do modo tradicional guarani para Ñanderu, muitas alegando que são coisas do demônio, condenando os que fazem essa prática. Essa violência institucionalizada e religiosa é muito comum em muitos casos onde há igrejas neopentecostais, nas quais a privação de certos hábitos violentam não-fisicamente, mas psicologicamente o corpo e a mente guarani, assim como de toda a comunidade.

g) Violência tecnológica: ocorre com o avanço da tecnologia e a dependência causada por ela, seja quando obriga o indivíduo a ter que se adaptar, ou por proporcionar que os “processos de exclusão, de destruição, de dor e sofrimento [podem] ser realizados sem o contato físico e de forma tão asséptica” (2008, p.14).

Um grande exemplo é o uso de aviões para lançarem agrotóxicos em cima da plantação, mas que também são usados para atacarem comunidades indígenas, lançando veneno em cima deles, como foi relatado no capítulo anterior⁶⁹. Outro aspecto a ser destacado é a exigência de tecnologias em determinadas situações, a exemplo das universidades, que atualmente exigem o uso de computadores, o que acaba excluindo e/ou dificultando a permanência de indígenas nos cursos superiores regulares.

h) Microviolências cotidianas: “decorrem de conflitos intersubjetivos, ou seja,

⁶⁹ 3.3.2.1 Agrotóxicos

dos conflitos que ocorrem em que duas ou mais pessoas compartilham espaços, ações ou processos. [...] essas violências também estão presentes nos comportamentos sociais que consideramos fora do padrão” (2008, p.15).

O conflito intersubjetivo ocorre frequentemente nas cidades do sul do estado, principalmente em Dourados, onde a Reserva é próxima do centro urbano, bastando ver como os indígenas são olhados e agredidos verbalmente ao transitarem pelas ruas da cidade. Em cidades menores, como em Douradina, eles nunca andam sozinhos, sempre acompanhados e em grupos, para não sofrerem agressões e nem perseguições.

Nas escolas, esse conflito pode ser mais intenso, pois o comportamento de crianças indígenas, em muitos casos, não é aceito pelo modelo de escola ocidental; o uso do uniforme, do tênis, do material escolar, a noção de higiene, tudo isso compõe o choque no espaço de conflito, que é a escola.

Convém destacar que, na maioria dos casos, a escola é um espaço onde se desenvolve a prática da violência; por ser um ambiente de interação e conflito, nele as crianças ficam fortemente vulneráveis às investidas, ainda que essas não tenham um caráter diretamente físico. Portanto, as agressões sofridas cotidianamente pelas crianças e adolescentes indígenas em Mato Grosso do Sul são reveladoras da desordem e das desigualdades sócio-espaciais no estado.

Sendo assim, os atores do agronegócio, através de suas prática, tentam se territorializar, desenvolvendo estratégias através do uso do poder e da violência para atingir seus fins. É importante destacar que apesar de todas essas investidas violentas, os Kaiowá e os Guarani não sofrem calados e nem se deixam ser agredidos passivamente. Existem também diversas articulações e utilização de outros mecanismos taticamente usados pelos indígenas, que compõem o conflito. Seria ocidental demais, do ponto de vista cultural, dizer aqui que somente o agronegócio tem forças para agir no conflito, porque nesse caso o conflito não ocorreria; o que tentamos demonstrar foram os tipos de violências que ocorrem com os Kaiowá e Guarani no atual cenário do estado.

4.2 Territorialidades, estratégias e táticas

Já a noção de territorialidade se compreende pela dimensão do vivido no território pelos grupos que o compõem. Diferentes práticas sociais se territorializam no espaço, dando significados e exercendo o poder.

Nos territórios, há o exercício do poder, junto com a necessidade dos atores de afetar ou influenciar objetos, de controlar esse determinado espaço, e se possível, protegê-lo e/ou expandi-lo e/ou conquistar/dominar novos espaços, tendo isto a ver com as estratégias e táticas desenvolvidas por atores ou grupos para com seus territórios.

Com isso, Sack nos ajuda a compreender que a territorialidade “is an extension of action by contact. It is a strategy to establish differential access to people, things and relationships”⁷⁰ (1983, p.56).

As territorialidades são fluídas e dinâmicas, no entanto, quando ocorre uma coerção sobre elas, engendradas por um certo grupo ou indivíduo, uma ação de controle sobre o espaço é estabelecida (SACK, 1986, p.56). Tal fato nos ajuda a observar estratégias e táticas envolvidas em um conflito de terras:

A territorialidade dos homens é mais bem entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar pessoas, ao controlar área(s); e, como uma estratégia, a territorialidade pode ser acionada ou desativada. Em termos geográficos é uma forma de comportamento espacial. A questão então é descobrir sob quais condições e por que a territorialidade é ou não empregada (SACK, 1986, p.1-2).

A noção de territorialidade usada aqui não diz respeito à relação que o indivíduo ou grupo tem com o território, mas sim, de acordo com SACK (1983), relacionada com a vontade/intenção de controlar porções do espaço e conseqüentemente controlar/influenciar pessoas ou objetos e/ou recursos. Ou seja, o foco principal é a base territorial. É através do território que se age estrategicamente ou taticamente para conseguir seu domínio.

De acordo com De Certeau “as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor” (1990, p.87), o agronegócio no Mato Grosso do Sul ao longo da história se constituiu na maior importância econômica do estado, alimentando assim, a psicofera daquele lugar. Obrigando a aceitação de seu modelo perante as ordens locais. Conflitos foram se intensificando, principalmente com os indígenas Kaiowá e Guarani que ali habitavam, desde a chegada do *karai* até momento atual. Este choque foi/é acometido na fronteira.

Na obra de Michel de Certeau, “A invenção do cotidiano”, ele passa conceber as culturas como múltiplas, sendo elas enraizadas no sujeito, nascendo a partir disso sua

70 Citação traduzida e adaptada ao português “é uma extensão da ação por contato. É uma estratégia para estabelecer/garantir acesso diferencial a pessoas, coisas e relacionamentos”.

preocupação para compreender o cotidiano. A maneira que cada sujeito se relaciona com a cultura. Na obra o autor traz exemplos voltados para a mídia, sendo a partir daí que ele destaca a importância em relativizar o olhar, o ponto de vista.

Esse usuário, segundo De Certeau, não é um receptor passivo, mas sim o que recebe a comunicação e a partir dela extrai a informação, faz a síntese e produz novas coisas. Ou seja, o sujeito recebe a informação e a modifica em sua própria cultura, articulando “maneiras de fazer” de acordo com suas intenções.

Ao receber o conteúdo, o usuário consegue “escapar” da informação que lhe é engessada e imposta, a modificando de acordo com suas percepções e interesses. Sendo a partir desse ponto o questionamento central de De Certeau: o que esses sujeitos fazem com esses conteúdos que são distribuídos? Estando aí a importância da obra que é a valorização do sujeito e a capacidade do mesmo em si desviar da linha padrão que lhe é apresentada.

O usuário não é submisso, ele sintetiza o que lhe é passado pela ordem dominante, exercendo o seu poder dentro do campo imposto, não se submetendo no rigor da estrutura, mas se apropriando do espaço fugindo da ordem. Surgindo, a partir de tal, a inovação e a rebeldia, abalando as normas vigentes.

As voracidades dos acontecimentos mundiais no ano de 1968 fizeram De Certeau despertar que os indivíduos não são passivos ao consumir os produtos oferecidos, mas sim o desvio do uso desses produtos. Passando a partir daí a utilizar o modelo polemológico para compreender a relação dos usuários no espaço e suas ações e práticas. Esse modelo polemológico, instigado num contexto de guerra, ajuda a compreender o conflito, através do uso de táticas e estratégias utilizadas no território.

As estratégias são “capazes de produzir, mapear e impor” (De Certeau, 1990, p.87), postulando “um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações como *uma exterioridade* de alvos ou ameaças” (De Certeau, 1990, p.93 [grifos do autor]), ou seja, a estratégia parte de um lugar vulnerável, porém é o lugar que transmite, anuncia, informa.

O “homem ordinário” que tece o cotidiano se movimenta e se articula dentro do campo da estratégia. Assim, esse “homem ordinário” “cria um jogo” para utilizar a ordem imposta de acordo com as “maneiras de fazer”. Essas “maneiras de fazer”, são estilos de ações na qual o “homem ordinário” sem sair do lugar que lhe foi imposto, instaura a criatividade e a pluralidade, são maneiras ou métodos de transitar no campo do inimigo.

Esse “homem ordinário” é aquele que agirá através de táticas no espaço imposto, ou seja, irá utilizá-lo, manipulá-lo e alterá-lo, mas não produzirá e nem ordenará nada. Ele atuará com astúcias e tem o tempo como seu aliado.

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é o movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia Bullow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estourar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco. (DE CERTEAU, 1990, p.94-95).

Ana Clara Torres Ribeiro ao utilizar Michel de Certeau nos diz que a “ação estratégica reservada aos pobres e homens comuns manifesta-se sobre tudo, na forma de ações táticas” (2013, p.181). De fato De Certeau afirma que a tática “não tem por lugar a não ser do outro” (1990, p.94), sendo assim a “arte do fraco” (1990, p.95). No contexto do agronegócio no Mato Grosso do Sul, as questões pertinentes são: será que os Kaiowá e os Guarani, operam por táticas ou estratégias? Seriam eles os “fracos” que na disputa territorial “operam golpe por golpe, lance por lance” (DE CERTEAU, 1990, p.95)? Ou como dito anteriormente, seus estilos de ação não seriam com base em estratégias, produzindo mapeando e impondo? Veremos a seguir algumas estratégias ou táticas do agronegócio no estado do Mato Grosso do Sul.

4.2.1 Estratégias e táticas do agronegócio

Neste subcapítulo iremos desenhar as ações do agronegócio no conflito fundiário. Tais ações transcendem diversas escalas e os mecanismos são diversos. Iremos observar como o setor e seus atores se entremeiam na política, no judiciário e tentam obter a totalidade do pensamento hegemônico nos lugares onde atuam.

4.2.1.1 Bancada ruralista

Vocês se elegem e legislam, feito cínicos
Em causa própria ou de empresa coligada:
O frigo, a multi de transgene e agentes químicos
Que bancam cada deputado da bancada
Té comunista cai no lobby antiecológico
Do ruralista cujo clã é um grande clube
Inclui até quem é racista e homofóbico
Vocês abafam, mas tá tudo no youtube
(Chico César)

Segundo Bruno, Lacerda e Carneiro (2012), a Bancada Ruralista surge durante o debate sobre a constituinte de 1988, a partir de mobilizações dos grandes proprietários de terra e dos empresários rurais para articularem interesses comuns ao patronato rural, principalmente o da propriedade privada. Ao se organizarem na política, os ruralistas conseguem se articular com outros grupos que não, necessariamente, tem conexão com a agropecuária: “há um entrelaçamento entre vários campos, instâncias, estruturas e atores que realimenta pleitos e interesses os mais diferenciados” (2012, p.528).

Os próprios proprietários de terra se candidatam e se representam na Câmara ou no Senado, nos ministérios, secretarias e em agências do Estado penetrando a máquina pública e assumindo interesses de sua categoria. A Bancada Ruralista é tão bem articulada e organizada que fundaram a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), sendo esta originada da Frente Ampla Ruralista, organizada durante a Assembleia Nacional Constituinte, a qual foi extinta, porém a bancada ruralista continuou existindo. Em 1995 foi fundada a Frente Parlamentar da Agricultura e, em 2002, a mesma ganhou força, com medo de possíveis mudanças estruturais com a eleição do Presidente Lula; os ruralistas passam, então, a se articular com mais poderio político, lançando a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária.

A partir de 2008, com o intuito de se adequar às regras estabelecidas pela Câmara dos Deputados, a Bancada Ruralista passa a ser chamada de Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); a regra estabelecia que para ser criada uma frente parlamentar, a mesma devia obter ao menos um terço de assinaturas dos parlamentares, sendo esta uma entidade suprapartidária, com a intenção de promover o aprimoramento da legislação federal.

A FPA tem como objetivo contemplar interesses para o desenvolvimento do agronegócio, atuando esses parlamentares em diversas comissões que não tratam somente

do agronegócio nacional. Atualmente, os principais objetivos da FPA, divulgados em seu site⁷¹, são as reformas impopulares, porém apoiadas pela bancada, como as reformas na legislação trabalhista, fundiária, tributária, reformulação da regulamentação da questão que envolve as terras indígenas e quilombolas. Segundo a FPA, tais reformas, ou modernizações, como é dito no site, servem para “garantir a segurança jurídica necessária para a competitividade do setor”.

A FPA organiza a agenda legislativa dos parlamentares que compõem a bancada e “orienta” os deputados e senadores, através de notas diárias, a tomarem decisões favoráveis ou contrárias aos interesses da frente. Encaminham aos parlamentares como devem agir em cada caso proposto colocado em votação, envolvendo os mais variados temas.

A partir dessa organização, eles se articulam com os demais deputados não inseridos na FPA, estabelecendo troca de favores, criando assim uma “rede de sociabilidade política” (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012: 528). A partir da FPA nacional foram criadas Frentes Parlamentares da Agropecuária nos estados, através dos deputados estaduais, e até mesmo nos municípios, com os vereadores.

Além da intermediação nas tomadas de decisões no parlamento, a FPA promove eventos com a finalidade de divulgar os resultados do agronegócio e intermedia a ligação do agronegócio brasileiro com instituições internacionais.

De acordo com o anexo X, o estado de Mato Grosso do Sul possui 8 deputados federais que representam o estado na Câmara dos Deputados, sendo 6 integrantes da Bancada Ruralista, ou seja, 75% dos deputados. Em proporção, perde apenas para o estado do Mato Grosso, onde 100% dos deputados que representam o estado fazem parte da Bancada Ruralista. Entre os senadores, 2 dos 3 representantes do Mato Grosso do Sul estão na FPA. Destaca-se que a vice-presidenta da FPA é uma deputada do estado. A seguir, explicitaremos os interesses desses parlamentares, com base em informações obtidas no site da Câmara dos Deputados⁷², do Senado⁷³ e em reportagens jornalísticas.

⁷¹ Ver em: <http://www.fpagropecuaria.org.br/>

⁷² Ver em: Conheça os deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa> >
Acessado em: 07 jun. 2017.

⁷³ Ver em: Encontre seu Senador. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores>>
Acessado em: 07 jun. 2017.

- **Carlos Marun** (PMDB)

Foi vereador por Campo Grande e três vezes deputado estadual do Mato Grosso do Sul. Atualmente é deputado federal, conhecido por ter sido grande defensor de Eduardo Cunha e pelo fato de ter tentado atrasar as votações de cassação de Cunha, assim como de impedir que as “10 medidas contra a corrupção”⁷⁴ fossem aprovadas. O deputado também é conhecido por declarações polêmicas, envolvendo assuntos relativos à corrupção⁷⁵.

No que se refere à questão indígena, o deputado foi o responsável, no final de 2016, por indicar Renato Vidal Sant’Anna, coronel da reserva do exército, para ocupar a coordenação da Funai em Campo Grande, alegando que “a Funai não funciona” e que o nomeado “militar tem preparo de gestão”⁷⁶. Carlos Marun, membro da RFA que defende os interesses do agronegócio, ao indicar alguém para coordenar o órgão responsável pelos indígenas, quer um aliado dentro da fundação que demarca as terras, para que dessa forma possa atuar junto aos seus interesses. Segundo o deputado, a Funai permite que índios paraguaios “invadam” terras no Brasil, mas como vimos anteriormente, a fronteira para os Guarani e Kaiowá não são delimitadas político-administrativamente como as fronteiras dos *karáí*.

Além do mais, o antigo coordenador da Corregedoria Regional de Campo Grande era Evair Borges, um indígena do povo Terena, que foi exonerado pelo então Ministro da Justiça Alexandre de Moraes, do governo de Michel Temer. Diversas medidas aleatórias e bruscas foram tomadas com a mudança da presidência da república do governo Dilma para o governo Temer. A essa intervenção na Funai somam-se outras, que ocorreram em vários setores governamentais com o golpe de Estado.

Quando a Presidenta Dilma Rousseff começou a sofrer o processo de impeachment na Câmara dos Deputados, a mesma assinou 75 decretos, dos quais muitos estavam relacionados às homologações de Terras Indígenas. Estes foram veementemente criticados pelo deputado Carlos Marun, que acusou a presidenta como a responsável pelas

⁷⁴ Ver em 10 medidas contra a corrupção. MPF. Disponível em: <<http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/>> Acessado em: 07 jun. 2017.

⁷⁵ Ver em “Caixa dois não é crime”, diz deputado Carlos Marun, que pretende rejeitar relatório de Onyx Lorenzoni. Disponível em: <<https://jornalivre.com/2016/11/21/caixa-dois-nao-e-crime-diz-deputado-carlos-marun-que-pretende-rejeitar-relatorio-de-onyx-lorenzoni/>> Acessado em: 07 jun. 2017

⁷⁶ Índios ocupam Funai do Mato Grosso do Sul contra nomeação de coronel do Exército. Disponível em <<http://amazoniareal.com.br/indios-ocupam-funai-do-mato-grosso-do-sul-contra-nomeacao-de-coronel-do-exercito/>> Acessado em: 07 jun. 2017.

mortes de indígenas que ocorrem em conflitos nas terras por ela homologadas, tirando a responsabilidade dos fazendeiros que ordenaram o massacre ocorrido em Caarapó⁷⁷. Na verdade, o processo de identificação do Tekoha Guapo'y já havia acontecendo desde 2007, porém a decisão de Dilma, contrária à dos fazendeiros, fez com que eles se rebelassem contra a população indígena que ocupava aquela terra, e esperava por anos a decisão.

O deputado participa, ainda, de diversas comissões e votações. Dentre elas deve-se destacar que o mesmo é titular da Comissão do Projeto de Lei nº1610 de 1996⁷⁸, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, e também suplente da CPI da FUNAI e INCRA (ver 4.2.1.4).

- Dagoberto Nogueira (PDT)

Foi deputado estadual por Mato Grosso do Sul e atualmente é deputado federal. Dagoberto Nogueira contesta portarias da Funai sobre Terras Indígenas, que seriam abertas somente para iniciar os estudos necessários para a demarcação⁷⁹. As portarias, por meio do Projeto de Decreto nº 797 de 2008, têm a intenção de instituir grupos técnicos com o objetivo de realizar a primeira etapa dos estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental, necessários à identificação e delimitação de terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani. Porém, o deputado alega que tais portarias colocam em risco a economia do estado, tendo em vista que afetariam o agronegócio.

- Elizeu Dionízio (PSDB)

É deputado federal como suplente, assumindo seu mandato em 2015. Participa da CPI da Funai e do INCRA, que criminaliza os movimentos indígenas, quilombolas e sem-

⁷⁷ Vídeo: Marun defende produtores rurais e culpa Dilma por morte de indígenas em MS. Disponível em: < <http://www.topmedianews.com.br/politica/marun-defende-produtores-rurais-e-culpa-dilma-por-morte-de-indigenas/50016/>> Acessado em: 07 jun. 2017.

⁷⁸ Ver em: Projetos de Lei e Outras Proposições. PL1610/1996. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16969>> Acessado em: 07 jun. 2017.

⁷⁹ Ver em: Projeto de Decreto Legislativo N.º 797, de 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A8B569FAD74D20F05978880E6FEE5136.node2?codteor=596606&filename=Avulso+-PDC+797/2008> Acessado em: 07 jun. 2017.

terra. Segundo o deputado, as entidades envolvidas (Funai e INCRA) “incentivam invasões de terras pelo país afora”⁸⁰.

Esse depoimento demonstra a total falta de compreensão da questão indígena no estado, assim como a interpretação dada às entradas/retomadas. Ao afirmar que os indígenas são invasores, ele omite o fato de que as terras anteriormente pertenciam aos indígenas, e os mesmos as perderam devido à chegada/invasão dos fazendeiros.

O deputado justifica que os índios que estão no Mato Grosso do Sul não são brasileiros e sim paraguaios que, segundo ele, “estão atravessando as fronteiras para fazer baderna no nosso Brasil, muitas vezes, patrocinados pelo próprio Governo. Se não patrocinados financeiramente, mas estimulados pela falta de política pública social e pela falta de política no campo”⁸¹. Contudo, destaca-se ainda, o fato do deputado ser a favor da PEC 215 (ver em 4.2.1.2) e que os trâmites de sua aprovação aconteçam rapidamente⁸².

- **Geraldo Resende** (PSDB)

Foi vereador por dois mandatos em Dourados, deputado estadual por Mato Grosso do Sul e eleito três vezes deputado federal. O deputado se manifestou recentemente contra os decretos assinados pela então presidenta Dilma Rousseff antes de sair do cargo. Assim como Marun, Geraldo Resende afirma que tais decretos incitaram o conflito na área, pois os indígenas entraram nas fazendas em que os fazendeiros estavam operando, gerando reação violenta e armada dos mesmos⁸³. O deputado também emitiu requerimento para a retirada de indígenas em uma fazenda no município de Dourados, no ano de 2004, alegando que as terras teriam sido “invadidas”⁸⁴.

⁸⁰ Deputados federais prorrogam por mais 2 meses CPI da Funai e do Incra. Acessado em: <<http://www.midiamax.com.br/politica/deputados-federais-prorrogam-mais-2-meses-cpi-funai-incra-335742>> Acessado em: 07 jun. 2017.

⁸¹ Ver em: Deputado Elizeu Dionizio culpa Governo federal por morte em conflitos entre indígenas e fazendeiros no MS. Disponível em: <<http://fronteiranews.com/deputado-elizeu-dionizio-culpa-governo-federal-por-morte-em-conflitos-entre-indigenas-e-fazendeiros-no-ms/>> Acessado em: 07 jun. 2017

⁸² Elizeu Dionizio pede que deputados garantam aprovação em plenário da PEC da demarcação de terras indígenas . Disponível em: <<http://www.jornalcorreio.ms.com/2015/11/elizeu-dionizio-pede-que-deputados.html>>. Acessado em: 07 jun. 2017.

⁸³ Facebook de Geraldo Resende. Disponível em: <<https://www.facebook.com/GeraldoResendeMS/videos/886862148110296/>>. Acessado em: 07 jun. 2017

⁸⁴ Ver em: Requerimento nº???, de 2004. Disponível em <http://www.geraldoresende.com.br/base/www/geraldoresende.com.br/media/attachments/155/155/4bd7316b796a604b10bbfab3c27a3e0855ca0d2af8d5_n-4199-16-11-2004-solicita-providencias-imediatas-no-sentido-de-retirar-os-indigenas-que-invadiram-a-fazenda-campo-belo-situada-em-dourados..pdf> Acessado em: 07 jun. 2017.

- Mandetta (DEM)

É deputado federal pelo segundo mandato. Mandetta questiona a atuação da Funai nos processos de demarcação e apoia a CPI que investiga a instituição. Segundo o deputado, os antropólogos agem com ideologias, comprometendo o processo de demarcação⁸⁵. Além disso, ele é titular na comissão da PEC 215.

Como relatado no ponto 1.5.1, em 2015 houve um ataque com armas de fogo na direção dos indígenas que entraram em uma fazenda, após a reunião no Sindicato Rural de Antônio João, ocasionando a morte de Simeão Vilhalva. Neste episódio estavam presentes produtores rurais e alguns parlamentares, dentre eles o deputado Mandetta⁸⁶. Nesta ocasião, o deputado afirmou que Simeão já estava morto antes do conflito, sendo o mesmo desmentido por laudo pericial⁸⁷.

- Tereza Cristina (PSB)

É deputada federal, vice-presidente da FPA e titular da comissão da PEC 215. Além disso, a deputada é sub-relatora da CPI da Funai e do Incra. A deputada coordenou visitas às duas partes conflitantes na CPI, os indígenas e os proprietários de terra. Porém, segundo a Aty Guasu, por meio de uma carta enviada ao Ministério Público Federal (MPF), a ida dos parlamentares não foi satisfatória. Na carta, a Aty Guasu, relata que os indígenas não foram informados sobre a visita, e os mesmos alegam que nem todas as partes foram ouvidas⁸⁸. Destaca-se que a parlamentar, assim como Mandetta, também estava presente no ataque armado que culminou com a morte de Simeão Vilhalva.

⁸⁵ Ver em: Mandetta defende reformulação no processo de demarcação de terras indígenas. Disponível em: < <http://mandetta.com.br/noticias/mandetta-defende-reformulacao-no-processo-de-demarcacao-de-terras-indigenas-310>> Acessado em: 07 jun. 2017.

⁸⁶ Ver em: Mandetta passa momentos de tensão durante confronto entre índios e produtores. Disponível em: <<http://mandetta.com.br/noticias/mandetta-passa-momentos-de-tensao-durante-confronto-entre-indios-e-produtores-218>> Acessado em: 07 jun. 2017

⁸⁷ Ver em: Laudo sobre assassinato de indígena desmente deputado e sindicato. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/policia/laudo-confirma-indigena-morreu-durante-conflito-fazendeiros-273264>> Acessado em 07 jun. 2017

⁸⁸ Veja a carta na íntegra – Anexo 04

- Pedro Chaves (PSC)

É senador suplente, tomou posse após a cassação de Delcídio do Amaral, empresário no ramo da educação e com fortes ligações com a família Bumlai. A filha de Pedro Chaves é casada com o filho de José Carlos Bumlai, grande pecuarista e usineiro da região, preso na Operação Lava Jato, o que revela a ligação familiar do senador com os interesses do agronegócio, pois o mesmo é membro da FPA.

- Waldemir Moka (PMDB)

Foi vereador, deputado estadual por três mandatos, deputado federal por três mandatos e atualmente é senador. Por seu longo período na política, o senador coleciona diversas participações em projetos relacionados à questão indígena, como a PEC 215 e a PEC 45⁸⁹; esta última, de autoria do próprio senador, propõe alterar o artigo 231 da Constituição, acrescentando um mecanismo que atrasará a instalação e/ou os processos de demarcação em Terras Indígenas, caso as mesmas estiverem sido ocupadas/retomadas.

O senador, assim como o deputado Mandetta e a deputada Tereza Cristina, esteve no ataque aos indígenas no município de Antônio João. Declaradamente a favor dos ruralistas, Moka atua sempre tentando embarrear medidas favoráveis aos indígenas, além de questionar a atuação e a luta dos povos no estado.

4.2.1.2 PEC 215⁹⁰

Atualmente tramita nos órgãos públicos uma Proposta de Ementa à Constituição nº 215 do ano de 2000, que encarrega ao Congresso Nacional a aprovação de demarcação das Terras Indígenas, além da ratificação das demarcações já homologadas. Ou seja, retira as competências do Poder Executivo e passa para o Poder Legislativo, composto pela forte presença da bancada ruralista.

A bancada ruralista usa como estratégia o poder que eles têm no Congresso Nacional e busca aprovar a PEC 215, passando para eles o poder de oficializar as Terras

⁸⁹ Ver em: Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2013. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114322>> Acessado em: 07 jun. 2017.

⁹⁰ Ver em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>

Indígenas, Unidades de Conservação e territórios quilombolas. Caso essa PEC for aprovada, o destino de milhares de indígenas ficará dependendo das decisões do Congresso Nacional, o qual se encontra sob influência do setor do agronegócio. Caso consigam essa aprovação haverá uma total paralisação na criação de novas áreas (seja terras indígenas, quilombolas ou unidades ambientais de conservação), além de colocar em risco a autonomia desses povos, já que a PEC 215 autoriza também a revisão das terras indígenas que já estão demarcadas, fixando o marco temporal em 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a Constituição atual vigente.

Manobras políticas no Brasil servem, em muitas vezes, para o benefício de certa camada já privilegiada, em detrimento da perda de direitos de outras. Tal PEC, que ainda transita para ser aprovada, se torna uma afronta aos direitos já conquistados por esses povos tradicionais.

4.2.1.3 O Marco Temporal

O marco temporal é a justificativa utilizada pela Bancada Ruralista, assim como dos advogados dos fazendeiros, alegando que a Constituição garante as terras somente habitadas pelos indígenas no dia 5 de outubro de 1988, desconsiderando as violações que ocorreram sobre os povos indígenas em períodos que antecederam este marco temporal. As ações do Estado, principalmente durante a Ditadura Militar e na Marcha para o Oeste, aconteceram antes de 1988, expulsando indígenas de suas terras e negligenciando a autonomia dos povos que não foi reconhecida pelo Estado.

Este marco constitui-se como uma barreira para aqueles que foram expulsos de suas terras antes desta data. Os aspectos referentes à demarcação das terras correspondem ao modo tradicional indígena de utilização e produção das mesmas, de acordo com a especificidade dos costumes de cada comunidade. Ao considerar como aspecto principal a temporalidade marcada pela data da Constituição, há a violação dos precedentes de tradicionalidade e ancestralidade dos povos.

Ao exigir a sua comprovação, como prova da tentativa de regresso e interesse por parte da comunidade indígena em ocupar a terra tradicional, o judiciário brasileiro desqualifica e desconsidera uma série de fatos históricos importantes desde o processo de colonização. Desconsidera também, questões básicas que envolvem as diferenças culturais, como a língua, costumes e formas de organização daquelas comunidades. A própria tutela por parte de entes do poder estatal serviu como barreira para que os indígenas pudessem reivindicar seus direitos. Situação comprovadamente agravada no período ditatorial

(1964-1985), [...] foram anos de terror, com políticas voltadas para o extermínio das comunidades indígenas, orquestradas inclusive pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (CUPSINKI, et all, 2017).

O marco temporal estabelece uma ruptura não somente no tempo, mas também no território, rompendo com a história e os precedentes que constituíram a área a ser demarcada. Tal justificativa apaga os processos de construção, de despossessão e de originalidade do território nacional, ameaçando diretamente os direitos dos povos indígenas que, ao longo da história, foram destituídos de suas terras.

4.2.1.4 CPI da Funai e do Inca⁹¹

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para investigar a Funai e o Inca nos atributos de indagar: a) os critérios para a demarcação das Terras indígenas; b) os critérios das terras remanescentes de quilombos; c) os conflitos sociais e fundiários no processo de demarcação de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombos; d) o relacionamento da FUNAI e INCRA com outros órgãos públicos e com Organizações Não Governamentais; e) a apuração de denúncias de interesses do setor imobiliário na demarcação de áreas de remanescentes de quilombos.

Com a justificativa que laudos de terras indígenas e quilombolas tenham teor fraudulento por ter, segundo requerimento da CPI, a “simples opinião de um antropólogo” que, por sua vez, “se sobrepõe a tudo e a todos e a registros públicos seculares, onde os direitos constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa dos atingidos, inclusive dos entes federados, não são respeitados”.

O requerimento se justifica afirmando que há reservas imensas, onde “o processo de demarcação das terras indígenas é notadamente arbitrário”, pois as decisões são tomadas pela Funai, sem motivos de contestação. Há ainda acusações, de acordo com o requerimento, de atuação abusiva da Funai, de ONGs e de Universidades em seus Departamentos de Antropologia. As entradas dos indígenas para pressionar a justiça para demarcar suas terras, são tidas para eles como “invasões com apoio de ONGs”.

⁹¹ Ver em: CPI da Funai e do Inca . Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-funai-e-incra> > Acessado em: 08 jun. 2017.

A CPI contou com 27 parlamentares titulares, dentre esses 19 são membros da Bancada Ruralista e 13 participaram na comissão da PEC 215. A CPI durou mais do que 500 dias devido a diversas ações serem efetivadas judicialmente, pois o objeto no requerimento não estava explícito. Na verdade, a CPI foi usada estrategicamente como uma jogada para paralisar os processos de demarcação de terras, e até mesmo retroceder direitos conquistados pelos povos indígenas, quilombolas e camponeses da Reforma Agrária.

Ao todo 296 requerimentos foram realizados durante a CPI, a maioria pela oposição, relatando diversos processos que já estão no Ministério Público, que retratam os conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul, vendas de terra ilegal no Mato Grosso (Operação Terra Prometida), crimes envolvendo associações patronais da agropecuária, e o leilão das milícias ocorrido em Mato Grosso do Sul. Porém, quase nenhum requerimento feito pela oposição foi aprovado, devido à maioria dos parlamentares presentes na comissão serem da Bancada Ruralista.

As entidades indigenistas que atuam com a questão, e que são acusadas, praticamente não foram chamadas para o debate, sendo necessário a utilização de requerimentos para que as mesmas pudessem estar presentes. A construção da CPI, sem a presença da manifestação das partes acusadas, demonstra o teor indutivo com que foi criada. O mesmo se deu em diversos momentos, na qual o relator da comissão, Nilson Leitão (PSDB/MT), presidente da Bancada Ruralista, proibiu o acesso de indígenas e das entidades indigenistas na sessão.

O relator ainda menospreza a luta indígena quando os coloca submissos a ONGs, como se os mesmos fossem incapazes de se articular pelos seus direitos. Segundo Nilson Leitão, “Tem que ver qual índio está sendo motivado por alguma ONG que está sendo citada, qual índio que está aqui porque alguém bancou para vir, tem que entender tudo isso. Tem muito índio nascendo com 40 anos de idade no Brasil. Esse tem direito a cota, terra e tudo?”⁹². Nesta fala percebe-se o caráter discriminatório e seletivo do parlamentar.

No relatório final da CPI o relator indicia aproximadamente 70 pessoas, dentre elas estão: lideranças indígenas; quilombolas; funcionários da Funai e do Incra; pessoas ligadas ao CTI (Centro de Trabalho Indigenista) e ao CIMI; antropólogos procuradores da República; além do ex-Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. Tal caráter

⁹² Ver em: CPI da Funai aprova texto-base do relatório final e propõe mais de 70 indiciamentos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/cpi-da-funai-aprova-relatorio-final-e-propoe-mais-de-100-indiciamentos.ghtml>> Acessado em: 08 jun. 2017.

criminaliza os movimentos sociais indígenas, quilombolas e do campo, tentando enfraquecê-los ao deslegitimar sua luta e seu trabalho.

Uma das sugestões propostas era encerrar as atividades da Funai, mas a decisão não foi sustentada no relatório final. O sucateamento do órgão indigenista vem ocorrendo há algum tempo, sendo a maior investida para a extinção do mesmo. Esta CPI desqualifica e criminaliza o trabalho da Funai, principalmente no que se refere à demarcação de Terras Indígenas. A Funai continuará a existir, mas com reestruturações.

No relatório final há pedidos de anulação dos decretos assinados pela Presidenta Dilma Rousseff no período anterior ao seu impeachment. A presidenta, ao ser ameaçada de perder o cargo, assinou diversos decretos, inclusive a demarcação de diversas Terras Indígenas e terras para a Reforma Agrária, os quais a CPI desqualifica e tenta neutralizar.

A CPI foi usada estrategicamente para extinguir a Funai ou desconfigurá-la, submetendo a fundação a algum órgão que interfira politicamente em suas decisões, subordinando áreas técnicas da Funai a interesses políticos. A Funai foi levada a rever as terras já demarcadas, assim como paralisar os processos que estão ocorrendo atualmente, propondo que as terras tradicionais sejam reconhecidas, restringindo o marco temporal a 1988.

Tais atitudes são reveladoras da criminalização dos movimentos sociais, assim como dos antropólogos e da própria ciência antropológica, ao contestar e desqualificar o trabalho feito. A antropologia atua dentro dos processos vigentes instituídos na Constituição de 1988 e dos princípios expostos na Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho e na Declaração das Nações Unidas para os Direitos dos Povos Indígenas, baseados em estudos, sendo a antropologia brasileira reconhecida mundialmente por suas ricas e consolidadas pesquisas⁹³.

4.2.1.5 Criminalização de protestos e de advogados

Protestos realizados contra as investidas do agronegócio, referentes ao conflito com os indígenas, são reprimidos e criminalizados. No ano de 2015 foi realizado um

⁹³ Ver em anexo 05 a nota da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em repúdio ao relatório da CPI Funai/Incrá.

protesto em Campo Grande contra o genocídio indígena, após a morte de Simeão Vilhalva e terminou em frente à sede da FAMASUL, resultando na paralisação das atividades da fundação. O presidente da fundação registrou ocorrência na delegacia alegando “perturbação do trabalho ou sossego alheio”, sendo que a liderança do PSTU, que participou do ato, foi intimada para uma audiência. Tal fato demonstra a força e articulação do agronegócio com a justiça local e a intimidação a atos populares e movimentos sociais⁹⁴.

A FAMASUL também age juridicamente na perseguição aos advogados que atuam na questão indígena. O caso principal são os assédios judiciais ao advogado terena Luiz Henrique Heloy, havendo pedidos de cassação da sua carteira da Ordem dos Advogados do Brasil a pedidos da FAMASUL e da Acrissul. O advogado é perseguido desde quando entrou com uma ação para barrar o leilão das milícias no estado. Além disso, o advogado sofreu uma ação judicial, por parte das duas entidades, ao defender sua dissertação de mestrado. A defesa foi feita em uma aldeia indígena da etnia Terena e, por conta disso, a ação judicial queria suspender a banca⁹⁵.

4.2.1.6 Política local e CPI do CIMI

Na escala estadual e local, as investidas do agronegócio e sua capilaridade estratégica nos conflitos com os povos indígenas, também se dão no campo da política. O governador Reinaldo Azambuja (PSDB), quando atuava como deputado federal, foi vice-presidente da FPA, desde a época em que suas tentativas de criminalizar os movimentos indígenas e a atuação da Funai se faziam presentes. O atual governador foi autor do Projeto de Lei Complementar nº 227 de 2012, que tinha como objetivo definir “os bens relevantes de interesse público da União para fins de demarcação de Terras Indígenas”; tais “bens relevantes” incluíam futuras possibilidades de realização de obras de infraestrutura, exploração mineral e concessões de terras públicas em áreas de fronteira.

⁹⁴ Diretor da Famasul processa candidato a prefeito por protesto de 2015. Disponível em: <<http://www.expressaoms.com.br/noticia/diretor-da-famasul-processa-candidato-a-prefeito-por-protesto-de-2015-39475>> Acessado em: 08 jun. 2017.

⁹⁵ Famasul e Acrissul contra advogado Terena no MS: “Querem nos intimidar usando todo o poder que tem o estado”. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8376>> Acessado em 08 jun. 2017.

A CPI do CIMI, instaurada na Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul, é um exemplo de estratégia política do agronegócio na esfera estadual; em seu relatório final⁹⁶ a comissão criminaliza a entidade e a acusa de “incitar e financiar invasões nas propriedades particulares rurais” do estado, atribuindo-lhes a responsabilidade da luta indígena para reconquistar seu território. Assim como na CPI da FUNAI, indicia e criminaliza integrantes do CIMI, incluindo indígenas, professores, advogados, jornalistas, secretários, freiras e bispos.

Os índios vêm sendo, em verdade, iludidos, ludibriados, enganados pelo CIMI. Manipulados em sua miséria, infelizmente, e da qual não podem ser responsabilizados os produtores rurais, para atuarem conforme os escusos interesses do CIMI e de organizações internacionais, que certamente compromisso algum possuem para com o Brasil (Relatório CPI do CIMI, 2016, p.211).

A CPI culpabilizou também a Igreja Católica por ter sido “omissa” ao não frear a suposta intervenção do CIMI nas retomadas de terra. A criminalização do CIMI é exposta no relatório. Este não leva em consideração que os indígenas são autossuficientes em poderem se organizar para tal, além de inverterm a causa do conflito, absolvendo o Estado e os produtores rurais. Mortes ocorridas em conflitos diretos são atribuídas à responsabilidade de militantes e missionários da instituição, e não àqueles que puxaram o gatilho das armas.

Os produtores rurais, de outro lado, os grandes prejudicados, as inegáveis vítimas da ilegalidade praticada pelo CIMI. Famílias com sonhos desperdiçados. Também vítimas da desesperança, causada pela interrupção dos sonhos, dos projetos, do empreendedorismo. Questionados em um dos direitos mais importantes e caros ao Estado de Direito, a propriedade, no caso livremente constituída. Acusados constantemente de grileiros por membros do CIMI, em todas as mídias sociais, inclusive no exterior. Recentemente acusados, também pelo CIMI, de que seus produtos, soja e carne, possuem sangue de crianças indígenas. Nada mais ignominioso, ultrajante (Relatório CPI do CIMI, 2016, p.212).

O relatório se baseia, também, no julgamento do Supremo Tribunal Federal no caso relacionado à Reserva Raposa Serra do Sol em Roraima, destacando a prerrogativa do marco temporal de 5 de outubro de 1988 e a impossibilidade de ampliação das reservas. A CPI agiu claramente de acordo com os interesses do patronato rural. Deve-se

⁹⁶ Ver na íntegra. Disponível em:
<<http://www.al.ms.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=WVDm0fvZ9Uk%3D&tabid=621>> Acessado em:
08 jun. 2017.

destacar que, a deputada Mara Caseiro (PTdoB), autora da proposta da CPI, é uma grande aliada dos setores do agronegócio no estado e, quando prefeita do município de Eldorado, a mesma atraiu investimentos dos setores de carnes e do sucroenergético⁹⁷.

4.2.1.7 Milícias particulares

Pra que nas terras finalmente demarcadas,
Ou autodemarcadas pelos índios
Nem madeireiros, garimpeiros, fazendeiros,
Mandantes nem capangas nem jagunços,
Milícias nem polícias os afrontem.
Vrá!
Demarcação ontem!
Demarcação Já
(Carlos Rennó/ Chico César)

Fazendeiros contrataram empresas de segurança privada, como a Gaspem, que cobra até 30 mil reais por mês para cada desocupação de área retomada indígena, além de receberem para patrulhar em propriedades rurais a mando dos fazendeiros. Essas empresas atuam como uma milícia/força paralela ao Estado, comandando e ditando as ordens no local e nas redondezas. A mando dos proprietários de terra, elas aterrorizam e intimidam os indígenas que ali estão. Tais empresas fazem promoções/publicidades promovendo a retirada dos indígenas para conquistar novos clientes.

O Ministério Público Federal indiciou a empresa Gaspem por desvio de função e por “atividade indiscutivelmente ilícita”; a principal empresa desse ramo é na verdade “um grupo organizado o qual dissemina violência contra os Guarani-Kaiowá do cone sul do Estado de Mato Grosso do Sul através de pessoas brutais nominadas 'vigilantes', na maioria das vezes sem qualificação para o exercício da atividade, portando armamento pesado e munições, a fim de praticarem atos contrários ao ordenamento jurídico e à segurança pública”⁹⁸.

A empresa responde por diversos envolvimento em ataques diretos às comunidades indígenas. São acusados, por exemplo, de incendiar barracos da comunidade Apyka'i em 2009 e em 2013, além de ameaçar indígenas que se

⁹⁷ Deputada Mara Caseiro. Disponível em:

<<http://www.al.ms.gov.br/MaraCaseiro/tabid/463/Default.aspx>> Acessado em: 03 jul. 2017.

⁹⁸ MPF/MS requer fechamento de empresa de segurança envolvida em morte de lideranças indígenas.

Disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2013/08/mpf-ms-requer-fechamento-de-empresa-de-seguranca-envolvida-em-morte-de-liderancas-indigenas>>. Acessado em: 25 mai. 2017.

aproximavam da fonte de água, assim como de ataques feitos nas comunidades de Lagoa Rica, Laranjeira Ñanderu, Ñanderu Morangatu, Sombrerito, Pyelito Kuê e Guaiviry; e de assassinatos no caso das lideranças Guarani-Kaiowá de Nízio Gomes e de Dorvalino Rocha. A empresa foi fechada por ordem do Ministério Público Federal em 2014. Porém existem outras empresas envolvidas no mesmo ramo, como a Sepriva e a Miragem.

4.2.1.8 Leilão da milícia

Fazendeiros se reuniram doando bois e outros animais para um leilão e assim conseguirem arrecadar dinheiro para poderem montar uma milícia privada armada que pudesse intervir quando houvesse conflito com os indígenas, protegendo suas propriedades.

A Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), responsável pelo leilão, já tinha arrecadado mais de mil animais, de galinhas a bovinos, com uma expectativa de arrecadação de R\$ 1 milhão, quando o mesmo foi embargado pela justiça⁹⁹.

Essa iniciativa retrata a articulação que há entre os proprietários de terra e a solidariedade de classe entre os mesmos, assim como a violência como prática utilizada no confronto através da utilização de capangas, da criação de milícias, das listas de marcados para morrer e da realização de massacres.

4.2.1.9 Juízes

Vocês juízes se preocupem em cobrar o Executivo em garantir nosso direito à demarcação ao invés de perseguir nossos líderes depois de serem atacados por simplesmente lutarem para garantir os direitos de nosso povo (Carta da Aty Guasu, 02/07/2016)

Durante o processo de escrita da dissertação, me deparei em vários momentos com o nome do juiz Fabio Kaiut Nunes da 1ª Vara Federal de Dourados, tomando

⁹⁹ Justiça federal suspende leilão de produtores para formar milícia. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/justica-federal-suspende-leilao-de-produtores-para-formar-milicia>> Acessado em: 08 jun. 2017.

conhecimento das ações praticadas pelo mesmo em relação às terras em conflito na região.

Em carta, a Aty Guasu manifesta repúdio contra as tomadas de decisões do juiz¹⁰⁰. Segundo os Guarani Kaiowá e Ñandeva, há uma perseguição por parte do juiz, principalmente quando se trata do Tekoha Apykai:

Quanto ao Judiciário queremos denunciar a perseguição que sofremos do juiz Fabio Kaiut Nunes que apesar de estar apenas em estágio probatório junto à primeira vara federal de Dourados tem realizado uma verdadeira cruzada contra nosso povo, inclusive tem forçado a polícia a cumprir ordem de despejo sobre risco de prevaricação mesmo quando a polícia entende a ação como excessiva e não quer cumprir. Atualmente este juiz persegue as famílias de Apykai, procurando todos os meios de garantir o despejo de um povo tão sofrido que já teve nove pessoas mortas e que vive em apenas três hectares em sua terra tradicional onde hoje incide terra do Bumlai. Queremos que o CNJ, que os tribunais, estudem as decisões deste juiz e veja sua prática contra nosso povo. Não permitiremos o despejo destas famílias, todos lutarão, o mundo saberá e gritaremos juntos em uma só voz: DEIXEM O APYKA'I VIVER (2016).

Outros questionamentos em relação aos juízes foram encontrados no relatório do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). Este documento cita a imparcialidade do juiz Fabio Kaiut e a defesa do mesmo da propriedade privada. O relatório traz a visão dos juízes da Comarca de Dourados, no qual afirmam que

“os proprietários de terras do Mato Grosso do Sul são agricultores de pequeno porte, pois lhes foi concedido, na época da colonização do estado, cerca de 30 hectares de terra por título de posse. De acordo com essa linha de interpretação jurídica, ocorre no Mato Grosso do Sul um conflito entre pequenos agricultores, cujos direitos são considerados legítimos, e indígenas, que atuam de forma ilegal ao invadir essas “pequenas” propriedades privadas” (2017).

Tal fato pode ser facilmente questionado, tendo em vista que o conflito direto é entre os indígenas e o agronegócio, sendo este último pautado em latifúndios facilmente perceptíveis nos trabalhos de campo e expostos neste trabalho. O agronegócio no Centro-Oeste brasileiro é caracterizado por extensas propriedades de terra. A viabilidade para as produções de grãos e da cana-de-açúcar acontece em grandes propriedades para garantir mais renda no lucro final. Basta citar como exemplo a fazenda São Marcos, que faz parte do patrimônio da usina São Fernando, que possui 5,5 mil hectares¹⁰¹. A usina São

¹⁰⁰ Ver em anexo 06.

¹⁰¹ Ver em: Sem-Terra invade novamente a Usina São Fernando, de Bumlai. Disponível em: <<https://www.novacana.com/n/industria/usinas/sem-terra-invadem-usina-bumlai-270317/>> Acessado em: 12 jun. 2017

Fernando pertence ao Bumlai, estando em terras da usina um dos conflitos mais intensos com a população do Apicay, povo perseguido pelos juízes, como visto anteriormente.

O juiz também é conhecido por isentar do Imposto Territorial Rural (ITR) uma propriedade rural ocupada por indígenas¹⁰² e por tomar uma decisão inédita ao negar o pedido de indenização cobrado ao proprietário da empresa de segurança privada Gaspem¹⁰³, determinando o arquivamento da ação e a condenação do Ministério Público a pagar as despesas com advogados que o proprietário da Gaspem teve¹⁰⁴.

Há algumas articulações, feitas na prerrogativa jurídica, que dificultam o processo para os povos indígenas; são elas:

- Interdito proibitório

É uma medida cautelar que facilita a retirada dos indígenas das propriedades.

Interdito proibitório é a ação de preceito cominatório utilizada para impedir agressões iminentes que ameaçam a posse de alguém. É uma ação de caráter preventivo, manejada quando há justo receio de que a coisa esteja na iminência de ser turbada ou esbulhada, apesar de não ter ocorrido ainda ato material nesses dois sentidos, havendo apenas uma ameaça implícita ou expressa¹⁰⁵.

- Transitar em julgado

É o que ocorre com algumas decisões judiciais de terras indígenas a serem demarcadas, sendo a decisão levada ao supremo, gerando uma demora maior para o julgamento.

É uma expressão usada para uma decisão (sentença ou acórdão) judicial da qual não se pode mais recorrer, seja porque já passou por todos os recursos possíveis, seja porque o prazo para recorrer terminou ou por acordo homologado por sentença entre as partes¹⁰⁶.

O trânsito em julgado só pode ser modificado quando há uma ação rescisória, sendo necessário provar algum fato novo. Na questão da disputa de terra, isto pode ocorrer

¹⁰² Ver em: Fazenda ocupada por indígenas é isenta de pagar imposto rural. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-17/fazenda-ocupada-indigenas-isenta-pagar-imposto-rural>> Acessado em: 09 jun. 2017.

¹⁰³ Ver em: 4.2.1.7 Milícias particulares

¹⁰⁴ Ver em: Decisão livra dono da Gaspem de pagar R\$480 mil a vítimas de violência em MS. Disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2015/06/decisao-livra-dono-da-gaspem-de-pagar-r-480-mil-a-vitimas-de-violencia-em-ms>> Acessado em: 09 jun. 2017.

¹⁰⁵ Definição disponível em:

<http://www.lfg.com.br/conteudos/artigos/direito-civil/o-que-se-entende-por-interdito-proibitorio-denise-cristina-mantovani-cera>

¹⁰⁶ Definição disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tr%C3%A2nsito_em_julgado

quando há um laudo feito por antropólogos sobre a terra em questão, porém, com o sucateamento da Funai, este processo se torna demorado.

Os juízes não são neutros durante o processo, são imbuídos de noções e ideologias, muitas vezes constituídas por uma visão de classe. Uma vez que a classe judiciária, em sua grande maioria, vem de famílias mais abastadas da sociedade, muitas possuem até mesmo fazendas, dificultando dessa forma que o indígena ganhe na decisão final, pelo fato do juiz “declinar”, geralmente, para o lado dos fazendeiros. Não estou aqui afirmando que as decisões dos juízes de Dourados têm a ver com suas origens, para isto seria necessário haver uma análise biográfica de cada um deles.

No Brasil a educação pública é precária, assinalando desigualdades estruturais na divisão entre as classes durante todo o processo de formação escolar do indivíduo. Eventualidades que cruzam a trajetória individual de cada pessoa fomentam experiências e capacidades de atuação em diversas esferas. No nosso país, questões simples como material escolar ou alimentação adequada se tornam luxo no cenário de contrastes da realidade nacional.

O magistrado no Brasil é o espelho dos privilegiados da sociedade; não significa que pessoas de classe baixa não consigam chegar a juízes, mas poucas são as exceções. Qual é a possibilidade de um juiz ter estudado com um filho de fazendeiro no Brasil ou ter convivido em fazendas? É proporcional à possibilidade de um juiz ter estudado com um indígena ou ter conviado em acampamentos em beira de estrada ou em reservas super lotadas? A influência do meio em que cada indivíduo é formado como pessoa pode interferir nas suas decisões quando adultas. Valores culturais são distintos entre as classes sociais, entre os lugares, entre as famílias, entre as escolas, etc.

As perguntas aumentam quando nos questionamos: quantos juízes compreendem a realidade vivida pelos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul? E no Brasil? Qual é a origem dos juízes? Quem eram seus avós? Quantas propriedades de terra têm seus familiares? Ocupam seus cargos para fazer justiça ou pelo ego de “ter chegado lá”? Não generalizo, pois muitos juízes agem de acordo com os princípios éticos e morais da profissão, mas cada um de nós carrega em si uma história que soma cultura, classe, caráter, educação, etc. A história individual, por mais que seja negligenciada, constitui o humano e afeta suas ações.

4.2.1.10 Mídia e escola

É necessário refletir sobre alguns aspectos que estereotipam os índios, a fim de desconstruir tais visões colonizadoras sobre o pensamento comum do brasileiro em geral, tendo em vista que a maioria da população brasileira não-indígena estabelece uma visão sobre esses povos através da mídia e do livro didático, que quase sempre os distorcem ou os diminuem. A mídia de massa, pelo fato de ser concentrada numa camada da elite brasileira, a qual constitui um oligopólio das comunicações dominado por apenas seis famílias¹⁰⁷, transmite ideais que não correspondem à realidade da maioria da população e desqualifica estratos da sociedade menos abastados, tendo em vista, como exemplo, a representatividade do negro e do índio nas teledramaturgias exibidas nas grades de programação.

Nos jornais locais as reportagens são feitas pela visão dos fazendeiros

As mortes de indígenas são classificadas simplesmente como de “violência entre os índios”, “alcoolismo”, “desnutrição”, etc. A versão veiculada é sempre a dos fazendeiros, que acusam os indígenas. Desse modo, a imagem dos indígenas é apenas a de seres que são violentos, alcoolizados, que se atacam entre si e aos fazendeiros (Benites, 2014, p. 223).

Por outro lado, o livro didático, com sua visão ocidental, nega os conhecimentos indígenas e deturpa a imagem do índio, a fim de transformá-lo num personagem fictício, romantizado e folclórico, o famoso “bom selvagem”¹⁰⁸.

4.2.1.11 Igrejas neopentecostais

Quem me dera
Ao menos uma vez
Entender como só Deus
Ao mesmo tempo é três
Esse mesmo Deus
Foi morto por vocês
É só maldade então
Deixar um Deus tão triste.
(Renato Russo)

¹⁰⁷ ONU promove debate sobre regulação da mídia e liberdade de expressão. Disponível em: <<http://www.conexaojornalismo.com.br/colunas/cultura/novasmidias/onu-promove-debate-sobre-regulacao-da-midia-e-liberdade-de-expressao-67-40087>> Acessado em: 03 jul. 2017.

¹⁰⁸ Parafrazeando Jean-Jaques Rousseau em tempos de iluminismo, na qual queria provar a natureza humana como boa em sua essência.

Os Kaiowá e os Guarani têm sua religião, sendo simultaneamente ou não seguidores de igrejas cristãs católicas, protestantes ou pentecostais, gerando, em muitos casos, sincretismos durante as manifestações religiosas. Não caberá aqui neste trabalho compreender as expressões tradicionais da religião guarani, mas elas se manifestam nos

“rituais de cura; festa do milho novo; as cerimônias que acompanham as pessoas nos momentos de crise, como as de nomeação, iniciação, passagem por situações liminares; os rituais que convertem os feitiços; os rituais de enterro e de luto; as cerimônias que acompanham os grupos nas suas reivindicações” (CHAMORRO, 2015, p.236).

Porém, segundo Chamorro, a “religião tradicional vai perdendo visibilidade para as Igrejas” (2015, p.236). Os Guarani têm um histórico vasto de aproximação com os missionários cristãos, principalmente católicos e protestantes. Acontece que após a década de 1970, há a chegada e criação de diversas igrejas neopentecostais nas Terras Indígenas, mais precisamente em Dourados, alcançando as demais reservas somente após os anos 90.

A ida de indígenas para as igrejas neopentecostais pode ser justificada, algumas vezes, pela alternativa de buscar ajuda com problemas relacionados ao álcool ou problemas de saúde, relacionados às práticas de feitiçaria (Chamorro, 2015). Outro fato significativo é sua imersão nas áreas periféricas e os cultos realizados nas usinas do setor sucroenergético, onde trabalham diversos indígenas (Vietta, 2003). A chegada das igrejas ocorre da seguinte forma:

“alguém de prestígio ou ligado à liderança local organiza um almoço, para o qual os pastores são convidados a falar sobre a bíblia e dar o seu testemunho. Havendo o interesse do grupo local, tem início a realização dos cultos e, posteriormente, a escolha de um pastor e a construção da igreja” (2003, p.122).

A multiplicação das igrejas transcorre com a divulgação das mudanças ocorridas por aqueles que as frequentam. Testemunhos das “vidas que foram melhoradas” após a conversão para o neopentecostalismo, atraem fiéis que, a priori, não participavam dos cultos.

Há conflitos internos quando ocorre o choque entre a religião tradicional com as novas igrejas. Críticas feitas pelos pastores aos rezadores são comuns, julgando-os por não terem eficácia com os tratamentos contra o alcoolismo, taxando-os de feiticeiros, em muitos casos referindo-se às práticas dos rituais guaranis como “coisas do demônio”.

O convívio com missionários, de certa forma, pode ser harmonioso, havendo respeito pela cultura guarani, quando essa coexiste com “as normas cristãs de ser” (Thomaz de Almeida, 2001, p.38). Quando ocorre o choque religioso entre as culturas, esses missionários reprovam as práticas indígenas e as mesmas são combatidas por serem consideradas “manifestações das trevas” (Thomaz de Almeida, 2001, p.38). Como explicita Thomaz de Almeida, eles

nutrem profundo desprezo pelos sacerdotes indígenas e exercem contra eles permanentes campanhas difamatórias, situação já indicada pela literatura etnográfica do tempo dos jesuítas. Suas iniciativas, que surgem da fórmula de conversão à fé cristã, incidem sobre as especificidades e caracteres definidores da identidade Guarani, substituídos por normas, regras e símbolos ocidentais. Os índios são persistentemente doutrinados para que não pratiquem hábitos como fumar, participar de festas e rituais, tomar chicha ou aguardente. Além disso, são orientados para as noções ocidentais de higiene, vestimenta, construção de casas, abstinência sexual pré-nupcial, moral e pecado. Argumentam, no entanto, que o abandono das “práticas profanas” Guarani se dá “em nome do Evangelho”, ou seja, entendem ser a fé em Cristo o que leva os índios a abandonar “hábitos antigos” e desconhecem a permanente ruptura dessas regras, quando os “índios crentes”, distantes do religioso, praticam, com poucas exceções, os “hábitos antigos”, como fumar, beber, dançar e manter relações pré-nupciais (THOMAZ DE ALMEIDA, 2001, p.39).

Dona Floriza, ñandecy da Reserva de Dourados, afirma que na reserva existem apenas três casas de reza; além disso, ela, assim como os demais, sempre questionavam a influência das igrejas neopentecostais, que estão em grande quantidade dentro das reservas, gerando diversos conflitos internos, demonizando a cultura Guarani-Kaiowá e até mesmo ameaçando os que lutam pela sua preservação.

Apesar desse enfrentamento direto, Seu Getúlio, liderança Kaiowá na Reserva de Dourados, nos revelou que uma vez lhe deram um papel para assinar junto com outras lideranças, para tirarem as igrejas neopentecostais de dentro da reserva, porém ele não assinou, justificando que ele não tem o poder de impedir ninguém de crer em um outro Deus, muito menos de pararem de frequentar a igreja.

De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, no ano de 2010, o número de indígenas na Microrregião de Dourados declaradamente evangélicos é superior aos que declararam ser de outras religiões. Como vemos no quadro 12, dentre as 15 maiores religiões declaradas entre os indígenas na Microrregião de Dourados as Tradições Indígenas encontram-se bem abaixo das religiões cristãs. Observa-se, também, o destaque, para os seguidores das igrejas pentecostais.

Dentre as religiões destacadas no quadro vemos o crescimento de seguidores em todas as religiões cristãs, porém, ao analisar os que se declararam seguidores da religião de Tradições Indígenas, observa-se retração no número, mostrando de fato a proliferação do cristianismo, principalmente das correntes pentecostais entre os indígenas da região.

É importante questionar os dados, pois, quando se trata de um censo onde há contagem populacional, algumas informações podem ser camufladas. Até porque, a contagem entre os indígenas pode ser dificultada devido ao acesso, a precisão nas informações, que podem ser evasivas, dependendo do interlocutor, além da presença de um contingente grande de indígenas vivendo em situações vulneráveis em beira de estradas.

Além disso, o fato de existirem indígenas evangélicos, não exclui que esses indígenas façam rituais tradicionais ou frequentem as casas de reza. Os dados são tão binários e determinantes quando apresentados, que provavelmente não correspondem à essência dos fatos. Porém, deve-se ressaltar que, mesmo diante desses questionamentos, o crescimento de igrejas pentecostais e de seguidores entre os indígenas ocorre.

Graciela Chamorro, em sua obra “História Kaiowá: das origens aos desafios contemporâneos”, traz uma lista elaborada no ano de 2013 que cita a existência de 77 igrejas atuantes entre os Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandéwa e Terena somente na Reserva de Dourados, demonstrando a magnitude desse tipo de influência cristã na reserva.

Quadro 12 – As 15 maiores religiões com fiéis declaradas entre os indígenas na Microrregião de Dourados

Religião	2000	2010
Evangélicas	5641	11801
Sem religião	4054	9632
Sem religião - Sem religião	-	8697
Evangélicas de origem pentecostal	3257	8377
Católica Apostólica Romana	5032	5259
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Deus é Amor	2044	4506
Evangélicas de origem pentecostal - outras	-	3333
Evangélicas de Missão	1668	2012
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Presbiteriana	1513	1674
Evangélica não determinada	-	1412
Tradições indígenas	3102	1157
Sem religião - Ateu	-	935
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Assembleia de Deus	218	284
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Batista	75	271

Fonte: SIDRA/IBGE

O ponto principal a ser comentado neste tópico é como as igrejas neopentecostais se tornam estratégia do agronegócio na disputa entre terras no estado. Uma percepção importante que tive ao conversar com Seu Ezequiel, liderança do Tekoha Guyra Kambiy, foi quando o mesmo me afirmou que uma grande estratégia do agronegócio é a implementação de igrejas neopentecostais nas terras indígenas, principalmente nas reservas. Dentre as igrejas, a igreja com maior número de fiéis e a mais imponente na região é a “Deus é Amor”. Segundo Seu Ezequiel, a igreja condena os fiéis indígenas a lutarem pelas suas terras, afirmando que os mesmos não podem pegar em armas, além de alegarem que as terras são dos fazendeiros. O fundador da Igreja Pentecostal Deus é Amor, Davi Miranda, hoje já falecido, era filho de agricultores do Paraná, conhecido pelo fundamentalismo radical com base nos dogmas da igreja¹⁰⁹.

Além disso, algumas igrejas neopentecostais da região pregam que a cultura Guarani, especificamente as rezas, o *maracá* e o *kuruzu*¹¹⁰, são “coisas do demônio”, promovendo um conflito interno nas áreas indígenas (Figura 05).

Em Guyra Kambiy, Seu Ezequiel, como liderança, proibiu a entrada de igrejas na área de retomada do *tekoha* devido ao preconceito e ao ódio emanados por alguns fiéis e pastores dessas instituições, dificultando o fortalecimento étnico da cultura Kaiowá e gerando algumas dificuldades na luta pela terra.

¹⁰⁹ Regulamento Interno da Igreja Pentecostal Deus é Amor. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/renatacarvalhosilva14/regulamento-interno-da-igreja-pentecostal-deus-amor-validade-122015>> Acessado em: 03 jul. 2017.

¹¹⁰ Símbolo religioso guarani que se assemelha com a cruz cristã.

Figura 05 – Maracá e kuruzu



Casa de reza do Seu Getúlio e Dona Alda na Reserva de Dourados
Fonte: Acervo pessoal

Figura 06 – Igreja evangélica na Reserva de Dourados



Fonte: Acervo pessoal

4.2.1.12 Atos de atentados contra a vida

“Seu avião derrama a chuva de veneno
Na plantação e causa a náusea violenta
E a intoxicação "né" de adultos e pequenos
Na mãe que contamina o filho que amamenta
Provoca aborto e suicídio o inseticida
Mas na mansão o fato não sensibiliza
Vocês já não tão nem aí co'aquelas vidas
Vejam como é que o ogrobiz desumaniza....”
(Chico César)

A violência, como visto ao longo deste trabalho, é prática comum dos agentes do agronegócio no campo. As ações diretas realizadas por eles são comuns e fazem parte do cotidiano dos indígenas do estado. As investidas dos pistoleiros a mando dos fazendeiros em acampamentos são rotineiros, as comunidades indígenas sofrem constantemente com disparos de arma de fogo contra os barracos. Mortes, ameaças de morte, perseguição e agressões são cometidas contra os indígenas, principalmente contra as lideranças, que são, na maioria das vezes, o alvo principal dos fazendeiros.

Há queimadas propositais de barracos e plantações nas comunidades indígenas. Os acampamentos em beira de estrada são mais propícios a tais ataques, que são repentinos e constantes. Seus barracos, com seus pertences, e as pequenas plantações feitas pelos indígenas, são queimados, como também as plantações, geralmente de cana, das fazendas que estão próximas aos acampamentos, para amedrontar a população, que vê o fogo se aproximar de suas moradias.

Além dos indígenas, os *karai* que militam na causa indígena e/ou tem alguma ligação com eles, são, também, frequentemente ameaçados e perseguidos na cidade ou no campo. Os relatos de militantes *karai* sobre as ameaças, como “branco também morre”, se tornam cada vez mais comuns no Mato Grosso do Sul, mais intensamente em Dourados.

Os ataques dos aviões que lançam agrotóxicos nas aldeias e/ou acampamentos também se tornam rotineiros, como visto no ponto 3.3.3. A intoxicação por veneno ocorre não somente nas áreas indígenas, mas também em terras de diversos povos tradicionais no Brasil; em assentamentos da reforma agrária, em propriedades familiares, nas áreas de mata e de proteção ambiental e até mesmo nas cidades próximas às plantações. Desse modo é demonstrada a intolerância da camada “dominante” no campo, que se mostra incapaz de conviver com outros modelos e com a diversidade encontrada no Brasil.

4.2.1.13 Senso comum

É muito comum em Dourados ver e ouvir insultos da população urbana não-indígena em relação aos indígenas. Cenas presenciadas por mim, no trabalho de campo, revelam que a psicofera da agropecuária está fortemente arraigada nas cidades, principalmente em Dourados. Os indígenas não se sentem confortáveis e evitam adentrar em estabelecimentos comerciais, restaurantes e/ou instituições.

Insultos são direcionados aos indígenas e aos karaí que os acompanham. Os comentários são expostos com naturalidade, sem que haja vergonha ou bom senso dos que discriminam. Os indígenas são tratados como “índios do Paraguai”, procurando ignorar e menosprezar sua origem. No estado, com forte influência gaúcha, há uma pretensão de qualificar e enaltecer com orgulho a cultura vinda do sul, o tradicional, dito no senso comum no Mato Grosso do Sul: são as identidades e hábitos gaúchos, segundo Marcos Homero, antropólogo do MPF, que afirma que no estado “tudo é tradicional, menos o índio”. Muitos afirmam que quando chegaram ali “só tinha mato”, ou seja, a história é contada e estabelecida de acordo com a chegada dos pioneiros que levaram “desenvolvimento e progresso” ao estado, negando e invisibilizando os que ali já estavam.

Os postos de trabalho são raramente ocupados por indígenas, com exceção daqueles informais, mal remunerados ou invisibilizados. Nas ruas da cidade não encontramos indígenas trabalhando no comércio, muito menos no shopping. As instituições públicas os atendem precariamente, distinguindo-os dos demais. Os relatos discriminantes nos hospitais são comuns entre os indígenas que procuram o serviço básico de saúde, como a dificuldade de conseguirem atestados médicos ou até casos mais graves, como algumas cirurgias, mesmo que menores, que muitas vezes necessitam de pontos e são costurados sem que haja anestesia.

Os detalhes, às vezes, podem passar despercebidos, mas a organização do território e trabalho denuncia o racismo institucionalizado e implícito na sociedade sul mato-grossense, com ênfase na cidade de Dourados. O olhar diário voltado para o simples e cotidiano na cidade denuncia o modelo excludente e discriminatório que ali domina.

4.2.2 Algumas estratégias e táticas dos indígenas

Neste trabalho não há a intenção de relatar as ações dos indígenas no conflito. Por decisões pessoais acredito não ter propriedade para adentrar em tais assuntos, muito menos de explicitar aqui as estratégias e táticas dos povos indígenas. Porém há de se ressaltar que os Guarani e Kaiowá têm seus poderes de articulação, e que no conflito atual não estão passivos diante dos ataques dos fazendeiros.

Para tanto iremos relatar, brevemente, algumas “armas” utilizadas pelos Kaiowá e Guarani no conflito, que são explicitamente divulgadas e do entendimento de todos. Não pretendo ser neutro neste trabalho, por não acreditar que a ciência atua de forma imparcial. Há políticas e ideologias, mesmo quando não há pretensões políticas e ideológicas nos trabalhos. O ser humano carrega em si as parcialidades historicamente depositadas em suas vidas e acredita atingir um propósito final. Logo, não me sinto confortável ao relatar diversas estratégias indígenas devido ao meu lugar de pesquisador, *karaí* do sudeste do Brasil.

4.2.2.1 Aty Guasu

O Aty Guasu são grandes assembleias multicomunitárias onde os Guarani Kaiowá e Nandeva se reúnem para discutir questões do seu povo, principalmente no que tange às entradas/retomadas, e aos conflitos acarretados pela disputa territorial. Segundo Benites (2014), o Aty Guasu é realizado há no mínimo 3 décadas, e o resgate da memória dos encontros são feitos por registros escritos de *karaí* com datas precisas, mas principalmente da memória das lideranças indígenas. Para os indígenas a memória é passada pela oralidade, em grande parte em guarani, o que dificulta o registro escrito por parte dos *karaí*. Logo, nas palavras de Benites, o Aty Guasu

é composto pelos líderes políticos, os líderes espirituais (ñanderu e ñandesy) e seus aprendizes (yvyra'ija), e, sobretudo pelas crianças, mulheres e homens pertencentes às várias famílias indígenas. Durante essa assembleia, ao mesmo tempo em que ocorrem discussões políticas para as autoridades não indígenas, isto é, aos agentes do Estado (MPF, FUNAI, FUNASA, etc.), se realizam também os discursos, as exposições de experiências de vida, os rituais religiosos e rituais festivos para os próprios indígenas participantes da grande assembleia, visando o fortalecimento do modo de ser e viver feliz teko vy'a (2014, p.181).

Nos Aty Guasu textos são elaborados com as falas dos participantes e disponibilizados na internet, e neles são divulgadas as estratégias de luta e de ações. Ao emitirem suas notas eles esclarecem para a população em geral os danos sofridos pelos povos Kaiowá e Guarani e as perdas do seu “modo de ser”. Denúncias de atos sofridos pelos Guarani são expostos e debatidos. A assembleia é importante também para que se encontrem parentes que foram separados pela história e que moram em terras distantes atualmente, além do enriquecimento e da troca cultural, enrijecendo os preceitos fundamentais que regem o modo de ser guarani.

É importante destacar que há troca de saberes e ensinamento aos mais novos sobre a cultura guarani. Ponto forte e nevrálgico da luta que se acirra é que, ao marcar e perpetuar o “ser guarani” através do corpo, da fala, da dança e da reza, os indígenas demarcam os seus símbolos no território, delineando a sua presença no espaço de conflito.

A lembrança marcada pelas mortes de lideranças assassinadas pelos fazendeiros são sempre relatadas e descritas para que ninguém se esqueça do cenário atual de assassinatos e perseguições do povo Kaiowá e Guarani. O relatório final do Aty Guasu de dezembro de 2012 contém a lembrança da maioria das lideranças que morreram pela terra.

“ATY GUASU KAIOWÁ E GUARANI TERRA INDÍGENA PANAMBI –
DOURADINA – MS DOCUMENTO FINAL
29 anos do assassinato de Marçal de Souza – Tupã’i – crime prescreveu;
assassinos estão soltos
12 anos do assassinato de Samuel Martins – assassinos sem julgamento
12 anos do assassinato de Adriano Pires – assassinos sem julgamento
9 anos do assassinato de Marcos Veron – mandante sem julgamento
7 anos do assassinato de Dorvalino Rocha – assassinos sem julgamento
5 anos do assassinato de Churite Lopes e Ortiz Lopes – assassinos sem
julgamento
3 anos do assassinato de Rolindo Vera e Genivaldo Vera – assassinos sem
julgamento
2 anos do assassinato de Teodoro Ricardi – assassinos sem julgamento
1 ano do assassinato de Nizio Gomes – assassinos sem julgamento
5 meses do atropelamento de José Barbosa – Zezinho – morte sem
esclarecimento
3 meses do desaparecimento de Eduardo Pires – buscas nunca foram feitas
2 meses do afogamento de Amilton Lopes – morte sem esclarecimento
Nós, povo Kaiowá e Guarani, reunidos em mais uma Aty Guasu (Grande
Assembleia), entre os dias 28 e 2 de dezembro de 2012, na aldeia Panambi
Lagoa Rica, município de Douradina, com mais de 300 representantes de
nossas comunidades, denunciemos mais uma vez a toda a sociedade nacional
e internacional a situação de violência pela qual passam nossas comunidades e
lideranças. [...] (apud Benites 2014, p.185)

Dessa forma, através de textos, cartas e notas, os indígenas relatam a setores da sociedade brasileira sua situação, ganhando adeptos à luta pela retomada de seu território, reivindicando seus direitos, pautando suas estratégias e cobrando do governo brasileiro.

Desta maneira, percebemos que a luta do Aty Guasu representa uma possibilidade de retomada dos seus territórios originários. A divulgação das ações conscientiza a população e atrai novos adeptos à luta dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul.

4.2.2.2 Uso de tecnologias informacionais

O uso de aparelhos celulares representa para os Guarani e Kaiowá uma grande arma para o conflito. Os aparelhos gravam os ataques feitos pelos jagunços e a pulverização de agrotóxicos em suas comunidades, constituindo importante instrumento para capturar e gravar provas que demonstram as atrocidades por eles vividas.

A mídia digital também é responsável por divulgar, através de filmes, vídeos e documentários, materiais produzidos pelos Guarani ou por apoiadores da causa. A imagem alcança proporções que vão além do espaço físico territorial do estado. E como nos diz o velho ditado, “uma imagem vale mais do que mil palavras”.

A internet e, principalmente, o Facebook, se tornou o principal meio de divulgação dos materiais produzidos pelos Guarani. No que concerne às cartas, notas, textos, documentos, petições, fotos e vídeos do Aty Guasu, esta rede social é de extrema importância. Ela divulga “as informações efetivas e integrais contextualizando-as, apresentando-as pelas próprias pessoas atingidas” (BENITES, 2014, p.238).

Neste caso os indígenas são os próprios locutores de suas histórias, não há intermédio de *karaí*, muito menos uma interpretação que divague sobre as reais intenções da causa. É importante que os povos indígenas “tenham voz” e não que a “voz” seja dada a eles pelos *karaí*.

Através do Facebook, o contato com indígenas e com os *karaí* de outros lugares do Brasil e do mundo fortalecem a luta local dos Guarani e Kaiowá. A informação é disseminada quase que instantaneamente, gerando repercussões por diversas pessoas que curtem, se indignam e compartilham em suas redes o que foi postado pela página do Aty Guasu.

Em 2012 o movimento indígena Guarani e Kaiowá obteve seu ápice quando milhares de pessoas, em um ato de solidariedade, acrescentaram nos seus perfis no Facebook as palavras “Guarani e Kaiowá” em seus sobrenomes. As pessoas resolveram acrescentar os nomes das etnias em decorrência da nota pública do Aty Guasu de

dezembro de 2011 à imprensa (anexo 07), estimulando a ocorrência de vários atos em diversos locais do Brasil, chamando a atenção para a luta do povo Guarani e Kaiowá.

Benites, sabiamente reflete sobre a repercussão nacional do movimento, e nos alerta que tamanha proporção, também gerou “mais ódio entre políticos e fazendeiros que atuam contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul” (2014, p. 244). Segundo o autor, os atores do agronegócio passaram a reagir com mais força e investir em políticas anti-indígenas, atacando ou ignorando as solicitações da Aty Guasu.

4.2.2.3 O mundo *karaí* das universidades

A inserção dos Guarani e Kaiowá nas universidades também se torna importante na luta por suas terras. Diversos indígenas estão presentes na academia, denunciando em seus trabalhos, relatando seus cotidianos e trocando saberes nas universidades. A ida de lideranças Guarani e Kaiowá em palestras e encontros se torna cada vez mais comum, principalmente nas universidades do Sudeste, onde há mais adesão e mais segurança ao denunciar os acontecimentos com seu povo quando comparado ao Mato Grosso do Sul.

A articulação com a academia se torna cada vez mais importante na luta para conseguirem ter espaço de fala e diálogo dentro de alguns departamentos e com alguns professores, multiplicando, dessa maneira, a rede de apoiadores e os meios de denuncia e de conexão.

Destaco, também, a importância do curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Teko Arandu” da Universidade Federal da Grande Dourados – MS, com o objetivo de formar professores indígenas Guarani e Kaiowá, através da metodologia da alternância, permitindo que o curso seja intercalado entre a universidade, as aldeias e as escolas indígenas. No curso, a rede que se forma entre Guarani e Kaiowa de diversas localidades ajuda a fortalecer a luta e a continuidade do trabalho com as crianças em idade escolar nas comunidades.

4.2.2.4 Campanhas internacionais

Com a disseminação da informação através das redes sociais pela internet, as divulgações de campanhas se tornaram mais fáceis. A divulgação no exterior também, as

fronteiras foram encurtadas e o acesso à informação e divulgação adentram diversos territórios para além do epicentro informativo. Assim, algumas campanhas lançadas pelos Guarani e Kaiowá ganharam repercussão na escala internacional.

A mais reveladora, e que causou grande reação do patriarcado do campo, tinha o seguinte slogan: “a carne e a soja do Mato Grosso do Sul têm sangue de criança indígena”. Processos e indiciamentos, inclusive, através da CPI do CIMI, foram abertos para criminalizar os idealizadores da campanha, neste caso o próprio CIMI. A campanha tinha como objetivo pedir que os governos de países como Suíça, Holanda, Suécia e Alemanha deixassem de comprar a carne oriunda do estado.

Figura 07 – Campanha de boicote ao agronegócio no Mato Grosso do Sul



Fonte: <http://www.global.org.br/blog/por-que-pedimos-o-boicote-ao-agronegocio-do-mato-grosso-do-sul/>

Outra campanha de grandes proporções foi organizada pela ONG Oxfam, intitulada “por trás das marcas”. Nesta campanha há pedidos para que empresas parem de comprar o açúcar produzido em terras de disputa territorial. A Coca-Cola foi o principal foco. A empresa compra açúcar da Bunge que mantém diversas usinas e plantações de cana-de-açúcar em território guarani.

Figura 08 – Campanha de boicote ao açúcar produzido em terras indígenas



A Anistia Internacional também atua constantemente com base nas denúncias recebidas sobre os conflitos, registrando os assassinatos, ameaças de morte, trabalho escravo, desnutrição, remoções, entre outras.

Figura 09 – Ações divulgadas pela Anistia Internacional

The image shows a screenshot of the Amnesty International website. At the top, there is a navigation bar with the following elements: the logo 'BRASIL ANISTIA INTERNACIONAL' with a scale of justice icon, a yellow button labeled 'ENTRE EM AÇÃO', a link for 'CAMPANHAS', a link for 'JUNTE-SE A NÓS', a yellow button labeled 'DOE AGORA', a link for 'SAIBA MAIS' with a hamburger menu icon, and a search icon. Below the navigation bar, the main heading reads 'AÇÃO URGENTE: Comunidade Guarani Kaiowá é despejada à força de suas terras ancestrais'. The page is divided into two main sections. The left section has a red header 'Ação encerrada.' followed by the text 'Agradecemos a todas as pessoas que participaram. A sua mobilização fez essa ação muito mais forte!'. Below this is a photograph of a group of people, including children, walking. A counter shows '6780 AÇÕES' and a note 'Atualização - dia 06/07'. The right section has a yellow header 'Saiba mais' and a photograph of people in traditional indigenous headdresses holding a yellow banner that says 'INDIGENA'. Below the photo, the text reads 'Guarani-Kaiowá: à margem dos direitos' and 'Há sinais de que interesses econômicos e projetos de desenvolvimento acabaram com qualquer decisão que significasse o direito dos povos indígenas às suas terras'. At the bottom of this section is the heading 'Ações relacionadas'.

Fonte: Anistia Internacional

A escala de ação dos Guarani e Kaiowá vai além das entradas nas terras. Suas táticas caminham por diversas escalas e mobilizam ONGs e pessoas no exterior. A questão indígena e ambiental se destacam na Europa e ganham forças, pressionando as tomadas de decisões locais. Utilizam meios que pretendem enfraquecer a ponta final do circuito espacial da produção, mexendo, dessa forma nos ganhos rentáveis dos agentes do agronegócio nacional.

4.2.2.5 Fortalecimento da cultura

Em guarani existe a expressão *Ñande reko katu* que, ao pé da letra, significa “nosso bom modo de ser”. Chamorro afirma que essa expressão pode ser entendida, vulgarmente por nós, *karaí*, como a religião, pois o *ñande reko katu* “tem a ver com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura (*teko*), que o grupo considera seu (*ñande*) e bom (*katu*)” (2015, p. 179).

A religião dos Kaiowá, segundo Chamorro, é pautada na palavra e expressa na fala. Assim como a fala, o ouvir também é importante, principalmente das gerações mais

velhas em relação às mais novas. A história e a sabedoria dos mais velhos são importantes para marcar o espaço vivido por eles, através da cultura oral; além disto, há sempre a presença das crianças mais novas (7, 8, 9, 10 anos) nas discussões políticas que envolvem a comunidade, o que gera uma coletividade no ouvir e uma necessidade de se ouvir todos.

É interessante perceber como é importante ouvir o mais novo. No trabalho de campo, pude observar que os mais velhos pediam para que as crianças falassem sobre minha estadia no local e sobre o que acharam de mim, assim como pediam para que os novos falassem sobre o dia a dia de conflito em suas vidas.

O movimento contrário também ocorre. Ao ouvir dos mais velhos, os mais novos aprendem sobre a cultura e perpassam às demais gerações. Afirmar-se como Kaiowá ou Guarani se torna a principal estratégia para que a luta possa continuar e prosseguir. Os valores são rigorosamente obedecidos com a intensão de manter os costumes e a cultura o mais parecido possível com a dos antepassados.

A importância do fortalecimento étnico da cultura e dos costumes é apresentada a todo instante para os mais novos, sendo crianças ou visitantes. A casa de reza e as rezas em si garantem a preservação quando os mais velhos se reúnem e ensinam aos mais novos, fortalecendo a palavra e a língua guarani. Pude presenciar em Guara Kamby uma cena bastante bonita. Em uma noite fria, quando relampejava no horizonte, todos iam para fora olhar os relâmpagos e sempre comentavam “*overá porã*”; minutos depois, Dona Neuza, uma senhora mais velha, foi para o meio da casa de reza, chamou os mais novos e começaram a cantar para que a chuva parasse ou que chovesse devagar. Aproximadamente meia hora depois, eles pararam e eu fui para o lado de fora, e os relâmpagos/*overás* pararam também. Isso aconteceu no primeiro dia de estadia em Guara Kamby, levando-me a refletir sobre a importância da reza, do lugar, do ensino da cultura e da história, fazendo-me perceber que isso constituía a maior estratégia na luta por suas terras.

Em suma, os indígenas têm uma arma bastante forte que, segundo eles, é a mais importante na luta, a reza. Seu Ezequiel, liderança, nos disse que eles rezam para os políticos que são contra os indígenas caírem ou serem perseguidos, e nos mostrou o caso da Dilma, Cunha, Romero Jucá e do Temer como provas das rezas que eles fazem com quem “mexe” com os indígenas. Dona Floriza também nos mostrou a importância da reza em uma escala mais local, segundo ela existem rezas até para “amansar fazendeiro”. Ouvindo relatos sobre as retomadas, pude perceber a importância da reza antes da ação direta: segundo alguns deles, a reza acontece até por três dias diretos que antecedem a

entrada, garantindo a segurança deles e a dificuldade dos capangas dos fazendeiros de encontrá-los durante o embate.

Figura 10 – Registro da história Kaiowá pelos jovens



Gislene, Daniela e Teruel filmando a fala da Dona Adelina Ramona para a gravação do filme exibido na Aty Gussu jovem. Fonte: Acervo pessoal

4.3 Resistências, estratégias ou táticas?

Quando distanciamos o olhar do conflito territorial no Mato Grosso do Sul, tendemos a definir que os indígenas são os fracos que ali resistem em seus territórios. Do ponto de vista lexical, o termo resistência trata mais de uma reação que de ação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução (Matteucci, 1998).

O surgimento da noção de resistência, na linguagem histórico-política, é entendido como prática de todos os movimentos ou diferentes formas de oposição ativa e passiva que se deram na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, contra a ocupação

alemã e italiana. Tratava-se, antes de tudo, de uma luta patriótica pela libertação nacional, contra o "invasor". No caso os alemães e os italianos queriam impor uma ideologia bem definida, a nazista e fascista, para a construção de uma "nova ordem europeia". A resistência teve como ideal não só a defesa da nação contra a ocupação e a exploração econômica, como também a defesa da dignidade do homem contra o totalitarismo, tendo como símbolo a salvação das populações judias da perseguição e do extermínio.

Quando se fala em resistir conota-se uma ideia de que certo indivíduo ou grupo está inerte, aguentando as investidas do capital e de ações truculentas dos atores hegemônicos. Com os Guarani e Kaiowá, a sua disputa territorial no Mato Grosso do Sul vai para além de resistir. Eles são protagonistas da luta, agindo, tomando decisões e enfrentando diretamente o agronegócio, não estão apenas resistindo. Estão lutando pelos seus direitos, articulando ideias para entrar e obter suas terras novamente. Os Guarani e Kaiowá não estão imobilizados e nem são inativos, esperando decisões terceiras. Há uma dinâmica e organização para reocupar suas terras e ali permanecerem, pressionando terceiros para que agilizem os processos demarcatórios.

Portanto, não são os "fracos" que operam no território, são mobilizadores de estratégias e, também, de táticas, quando necessário, no território do inimigo. Os atores do agronegócio não são os "fortes" que ditam as regras no contexto local. Eles estão de mãos atadas com as investidas dos indígenas. Ali eles têm prejuízos de ordem financeira, causados pelas ações Guarani e Kaiowá.

Portanto, não é pertinente, mas é colonizador colocarmos mais uma vez os indígenas como os "pobres coitados" da história, que pouco fizeram para garantir seus direitos. A história que é contada faz muito bem esse papel ao não reproduzir as revoltas indígenas existentes ao longo da história do Brasil. É fundamental não inferiorizá-los para que não haja nenhuma política tutelar do mundo *karaí* que tente falar por eles ou agir por eles. Neste confronto é preciso deixar claro que os Guarani e Kaiowá são os personagens principais que abalam a ordem do capital.

Empresas deixam de investir em Mato Grosso do Sul; a opinião pública vem se tornando ciente e começa a ser conscientizada dos ônus causados pelo agronegócio; terras em disputa são imobiliariamente estatizadas e os proprietários têm grandes dificuldades de vender as terras que estão em área de conflito. Os atores do agronegócio se movem em diversas escalas, tentando embarreirar a luta Guarani e Kaiowá. As PECs e as CPIs citadas acima são reflexo do desespero do grande capital ao confrontar com os indígenas. A luta Guarani e Kaiowá alcançou uma escala que mobiliza os agentes hegemônicos de diversos

setores nacionais e internacionais. Portanto, não podemos subestimar e afirmar que estão derrotados ou sendo dizimados pouco a pouco pelo agronegócio.

O agronegócio encontrou uma fronteira fortemente capaz de segurar seu modelo destrutivo. Encontrou nessa fronteira pessoas que não dialogam com suas moedas, portanto, não conseguem corromper ou contrapor o jogo. A lógica do pensamento indígena não entra na sedução do capital. Para eles não há dinheiro para comprar outras terras, não há outras terras. Para eles, há as suas terras. Há os seus *tekohas*. E para os seus *tekohas* não há moedas de troca. Os Kaiowá e os Guarani são capazes de perder suas vidas na luta pelos seus *tekohas* e, por isso, não há capital que consiga dialogar com esses povos.

Anos se passaram, as novas gerações continuam na luta, e para ser Kaiowá e Guarani é necessário ter seus *tekohas*, nem que isso custe as suas vidas. Para proteger e reconquistar seus territórios esses povos agem estrategicamente. Eles “produzem, mapeiam e impõem” também, não estão se movendo no território somente por táticas, mas desenhando e delimitando suas terras.

Porém, dentro do cenário imposto, eles também agem taticamente, dentro da ordem hegemônica adentram a lógica do agronegócio e a corroem por dentro. Estabelecem política no “jogo do *ñembotavy*”, fazem-se de “desentendidos” e de “bobos” (Montoya, apud Thomaz de Almeida, 2001, p.40) nas articulações com os *karai*, “o que lhes possibilita contornar os atos de dominação e controle pretendidos pelos brancos” (Thomaz de Almeida, 2001, p.40).

Portanto, no território, os sujeitos interagem, tentam controlar a mesma área e agem de acordo com as circunstâncias estratégica ou taticamente. O poder de determinado grupo não é totalizante. O agronegócio age por meio da violência por não conseguir obter o poder em seu território, suas estratégias descambam por não conseguirem o controle. Esse poder é desestabilizado e não age com predominância devido à força e existência Guarani e Kaiowá.

Considerações finais

Os processos que desenharam o atual cenário fundiário no estado do Mato Grosso do Sul demonstram a complexidade que se torna a questão e a magnitude dos conflitos que se sucederam. Os Kaiowá dividem sua história em três períodos, de acordo com tais processos históricos. O primeiro, *ymã guare*, é o mais antigo, período em que eles viviam de forma autônoma e com liberdade sobre seu território; o segundo, *sarambi*, é o período do esparramo, ou seja, quando ocorreu a dispersão do povo dos seus *tekohas*, esse período é caracterizado pela expulsão ou pela fuga dos indígenas de suas terras originárias com base na interferência do Estado brasileiro e a imposição dos *karaí* sobre suas terras; o terceiro é o *tempo do direito*, sendo este a atual fase, onde há a luta pelos seus direitos, amparados, por exemplo, pela Constituição de 1988 e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (Chamorro, 2015).

No período atual há a reivindicação de direitos básicos que foram usurpados no tempo do *sarambi*. O modo em que o estado do Mato Grosso do Sul foi se organizando territorialmente alerta para a necessidade da reparação histórica do Estado e dos agentes usurpadores do capital em relação aos povos indígenas que ali estão, sabendo, de antemão, que processos semelhantes ocorreram em todo o país, destacando a necessidade de reorganizar o campo brasileiro.

O trabalho teve a pretensão de compreender as estratégias e as táticas do agronegócio no estado do Mato Grosso do Sul no conflito de terras com os indígenas Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéwa. Para isso foi necessário compreender o processo que culminou no conflito atual assim como quem são os atores que aqui chamamos de agronegócio. E, assim, compreender que esses atores tentam “criar o jogo”, estabelecendo uma ordem, manipulando as forças de acordo com seus quereres e poderes.

Porém percebemos que a ordem do jogo não está completamente dada e definida pelos atores do agronegócio. Os indígenas também estabelecem no território pontos de divergência, precisando e estipulando os limites do agronegócio. A busca pela reconquista de seus *tekohas* confronta diretamente e dificulta a expansão da agroprodutividade desse sistema econômico.

O território indígena é necessário para a autonomia dos povos tradicionais. Com o desenvolvimento dos processos históricos desiguais e combinados tiveram seus direitos negados e seus territórios concentrados em atores da elite agrária. A elite agrária do passado, o coronelismo, poderia agir de maneiras diferentes da atual elite agrária

brasileira, porém, a finalidade sempre foi a mesma, garantir em cima da exploração do trabalho e da terra seu poder local através das grandes propriedades.

O agronegócio ganhou dimensões para além das cercas. O domínio dos “senhores da soja” ultrapassam suas propriedades e abraçam causas que retrocedem o campo do direito individual e coletivo de grupos que não comungam com seus ideais. Agendas conservadoras, reacionárias e retrógradas são abraçadas pelo agronegócio, mesmo não sendo diretamente ligadas à agropecuária. A manutenção da sociedade brasileira nos moldes arcaicos contribui para que os atores do agronegócio se mantenham com o poder, articulando estratégias e táticas que somam a seus favores, atropelando ideias contrárias às suas e, se possível, criminalizando e/ou exterminando lideranças que denunciem tal forma abrupta de persuasão a partir das tomadas de decisões do agro.

Os indígenas se encontram do lado antagônico ao agronegócio. Suas ideologias, seus modos de se organizar, de se articular e de lutar pelos seus direitos combatem a destruição imposta pelo agro e conseguem articular maneiras de sobreviver e vencer no dia a dia do combate.

Mato Grosso do Sul é o segundo estado brasileiro com maior número de indígenas. A quantidade de Guaranis no estado comprova que a força do capital não consegue deter o modo de vida que move esses povos, impedindo que haja uma dominação total do modelo agroexportador no estado.

Porém, fica compreendido que tais povos passam por dificuldades e carecem de terem seus direitos garantidos de acordo com a Constituição de 1988 que, por mais que tenha sido ameaçada, encontra-se em vigor e é nela que podemos pautar nossos direitos como cidadãos brasileiros.

O problema é que no Brasil, como diz Milton Santos (1997), “quase não há cidadãos”, as “cidadanias são mutiladas” e a classe média se move com a intenção de obter privilégios e não direitos. E para ela ter seus privilégios, há que existir os desprivilegiados da sociedade. O Brasil se constituiu numa forma em que o direito de muitos afronta os direitos dos poucos privilegiados.

Para isso é necessário que o Estado e a sociedade brasileira em geral reconheçam, de antemão, o caráter de negação de direitos, além da prerrogativa etnocida existente no Brasil. Há necessidade que a gestão pública, em todas as suas esferas de atuação, amplie e fomenta políticas públicas que possam reordenar novas alternativas decentes de modos de vida. O reconhecimento das terras indígenas é uma questão de existência, é o reconhecimento de seus territórios.

Determinadas formas de Estado, por si só, são genocidas, e geram cidadãos de acordo com seus interesses, não compreendendo nem aceitando a existência da diversidade étnica que compõe a nação. Em geral, o Estado privilegia interesses de poucos, por mais que tente disfarçar, e a ocultação da existência dos demais. O caráter multi é de extrema importância para que sistemas de pensamento diferente do imposto possam convergir e movimentar bases do país que estão sendo sufocadas com a imperatividade de forças que a todo momento tentam dizimá-las.

O Estado brasileiro, por mais que tenha passado por períodos ditos “democráticos”, sempre teve seu lado ditatorial. Em determinados períodos da história estes momentos ficam mais claros, em outros mais camuflados. Enquanto o Estado não for constituído por meios legítimos, os meios de rebater, que se contrapõem, ocorrem através da violência, seja ela institucionalizada ou não. Esse Estado comandado pelas elites reflete a ideologia da classe que governa atualmente o Brasil. Tal classe não se sente obrigada a seguir leis, regras ou normas. A elite brasileira nunca precisou de se preocupar em obedecer as regras do Estado, até porque foi ela própria que a criou e a constituiu, salvo raras exceções. Portanto, diversas ações estratégicas do agronegócio são criminosas e assassinas, porém, mesmo assim, são desenvolvidas com cinismo por não temerem represálias jurídicas e nem a repercussão imoral dos atos.

Há a necessidade de se constituírem mais espaços que fomentem discussões e planejem políticas públicas que estejam voltadas para a análise da violência no campo e na cidade, neste caso específico, em relação aos indígenas de Mato Grosso do Sul, tendo em vista, principalmente, o racismo, que é explícito em todos os níveis da sociedade. Numa população constituída por membros indígenas, quando a sociedade e os grupos dominantes agem descaradamente de maneira preconceituosa, tal fato revela o desconhecimento de sua história e a construção do ódio estruturado pelas elites agrárias, intrínseco do imaginário dos *karaí* do estado.

As estratégias dos indígenas alertam e demonstram maneiras de agir que poderiam ser aplicadas em políticas públicas fomentadas pelo Estado. A ida de lideranças em universidades e capitais do Brasil e do exterior, reafirma a necessidade de se ampliar espaços de reflexão sobre a realidade indígena. Audiências públicas poderiam ser realizadas para tratar diretamente sobre os casos ocorridos no estado. Políticas pedagógicas teriam um importante teor informativo sobre a constituição étnica e múltipla do país, assim como a importância da diversidade em todas as instâncias brasileiras.

A proximidade dos indígenas com as universidades revela a importância de políticas afirmativas que fomentem o ingresso e a permanência dessas pessoas na construção acadêmica e intelectual do país, assim como a articulação com povos e instituições do exterior que possam somar na luta, sem que haja um caráter imperialista e colonizador.

A ideia de progresso disseminada deturpa o real sentido atrás desse discurso. A destruição da natureza e da população que não consegue “progredir” junto com as investidas do capital, são agredidas sem que haja pudor, e classificadas como retrógradas para o capital. A imagem do índio vagabundo ou do negro vadio permeia o imaginário brasileiro, como os personagens que não acrescentam para o imposto “progresso” da nação. Harvey acrescenta que

a conversão a uma forma liberal de imperialismo (forma que agregava a si uma ideologia do progresso e de uma missão civilizatória) não resultou de imperativos econômicos, mas da resistência política da burguesia à renúncia de quaisquer de seus privilégios e, por conseguinte, da recusa de absorver a sobreacumulação internamente por meio de reformas sociais domésticas (2014, p.107).

A elite brasileira rejeita quaisquer tipos de medidas que possam contribuir para a diminuição do abismo social presente na sociedade. Por mais que ela continue encabeçando as tomadas das decisões, os direitos dos menos favorecidos são negados e rejeitados, pelo medo de dividirem o poder e o espaço com aqueles de quem ela tanto usurpou.

As Terras Indígenas reivindicadas são colocadas como bens de propriedades particulares e sem nenhuma vontade para que o problema seja brevemente sanado. A demora nas decisões judiciais são estratégias para conseguir ganhar tempo e ali poderem explorar mais os recursos da natureza. O “progresso” com objetivos “desenvolvimentistas”, coloca à mercê direitos básicos dos povos originários do país.

Buscar ouvir os indígenas e a sua realidade é importante para compreender as ações do agronegócio. Os que se opõem a essas ações, têm muito a esclarecer sobre como o agronegócio age, e ninguém melhor que os próprios indígenas para esclarecer as maneiras de sua atuação no país. São eles os que estão diretamente na linha de frente, ameaçados de serem expulsos do seu território, e a todo instante sendo deslegitimados pelos que estão atuando em favor da economia agroexportadora brasileira.

É irônico relatar, mas ainda necessário, que o direito dos indígenas às suas terras antecede o direito de propriedade de qualquer fazendeiro. A história nos diz que reparações precisam ser feitas, destacando a emergência central da questão agrária na sociedade brasileira.

Termino assim, esta dissertação com a canção Kaiowá que diz “mamo oime derory mamo oime derory tekohapy oime tekohapy oime”, em português significa: “onde está sua alegria, minha alegria está no *tekoha*”.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas do agronegócio. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. et all. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista Nera. Presidente Prudente, Ano 13, n.16, 2010.

ARACRI, Luís Angelo dos Santos; Moreira, Fernando de Souza. Considerações metodológicas sobre o estudo do circuito espacial da bovinocultura de corte em Mato Grosso. In: BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos. **Espaço e Circuitos Produtivos: a cadeia de carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

ARRENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Construindo a desfazendo territórios: as relações territoriais entre os Paresi e os não-índios na segunda metade do século XX**. 2009. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ARRUZZO, Roberta Carvalho. Modernização produtiva e os espaços não vazios. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (orgs.). **Espaço e energia: mudança no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

BENITES, Tonico. **Rojerokyhina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha**. (Doutorado em Antropologia), UFRJ/PPGAS, Rio de Janeiro, 2014.

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense'. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (orgs). **Geografias da Soja: BR-163: Fronteiras em Mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In: BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos. **Espaço e Circuitos Produtivos: a cadeia de carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

BIGIO, Elias dos Santos. **A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990)**. Revista de Estudos e Pesquisas. Brasília: FUNAI: AAEP/CGGE, 2007.

BRAND, Antônio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997.

BRAND, Antonio J.; VIETTA, Katya. **Análise gráfica das ocorrências de suicídios entre os Kaiowá/Guarani, no MS, entre 1981 e 2000**. In: Tellus. Campo Grande: Ed. UCDB, 2001.

BRAND, Antonio J.; VIETTA, Katya. **Visões kaiowá sobre os suicídios**. In: Tellus. Campo Grande, Ed. UCDB: 2001.

BRAND, Antônio; FERREIRA, Eva Maria L. F; JÚNIOR, Rene T.; BATISTA, Suzana G. **Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Laranjeira**. Anais ANPUH - XXII Simpósio Nacional De História: João Pessoa, 2003.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. et all. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRUNO, Regina; LARCERDA, Elaine; CARNEIRO, Olavo B. Organizações da classe dominante no campo. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Coleção Terra Brasilis. V. III. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

CAMELINI, João Humberto. Racionalidade técnica, uso e ocupação do território. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (orgs.). **Espaço e energia: mudança no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Vulnerabilidade do comércio agrícola brasileiro**. Revista de Economia e Sociologia Rural. v.43, n.1. Brasília, 2005.

CASTILLO, Ricardo. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (orgs.). **Espaço e energia: mudança no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAMORRO, Graciela. **História Kaiowa: das origens aos desafios contemporâneos**. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac Naify, 1980.

CUNHA, Livia Domiciano. **A fronteira em outra perspectiva: o avanço da fronteira agrícola moderna no Mato Grosso do Sul e a precarização das práticas espaciais Guarani e Kaiowa**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

CUPSINKI, Adelar; PEREIRA, Alessandra Farias Pereira; SANTOS, Rafael Modesto; GUEDES, Íris Pereira; LIEBGOTT, Roberto Antônio. Terra tradicionalmente ocupada, Direito originário e a inconstitucionalidade do Marco Temporal ante a proeminência dos art. 231 e 232 da Constituição. In: **Combate ao Racismo Ambiental**. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2017/01/26/terra-tradicionalmente-ocupada-direito-originario-e-a-inconstitucionalidade-do-marco-temporal-ante-a-proeminencia-do-art-231-e-232-da-constituicao/>> Acessado em: 8 jun. 2017.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EdUSP, 2003.

ESCOBAR, Idelfonso. **A Marcha para o Oeste: Couto Magalhães e Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, 1941, p. 116.

FREDERICO, Samuel. Região e modernização agrícola. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (orgs). **Espaço e energia: mudança no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina 2013.

GRUBIS, Sonia; FREIRE, Heloisa Bruna Grubits; NORIEGA, José Angel Vera. **Suicídios de jovens Guarani/Kaiowá de Mato Grosso do Sul, Brasil**. In: Psicologia: ciência e profissão. vol.31 n.3. Brasília, 2011.

GUMUCHIAN, Hervé. et all. **Les acteurs, ces oubliés du territoire**. Anthropos, pp.186, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Oxford: Loyola, 1989.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KÄUTLER, Erwin. “**Aquele que usou de misericórdia... Vai e faz tu o mesmo**”. Relatório violência contra povos indígenas – Dados 2014. CIMI: Brasília, 2015.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATTEUCCI, Nicola. Resistência. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (Org). **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismo de Burla: 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

MORGADO, Anastácio F. **Epidemia de suicídio entre os Guaraní-Kaiwá: indagando suas causas e avançando a hipótese do recuo impossível.** Caderno de Saúde Pública. vol.7, no.4, Rio de Janeiro. Oct./Dec. 1991

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Orgs.). **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

NIMUENDAJU, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani.** São Paulo: EdUSP/Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A crise do indigenismo.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

ORTEGA, Antonio César. **Agronegócios e representações de interesses no Brasil.** Uberlândia: EDUFU, 2005.

PASQUINO, Gianfranco. Conflito. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PEIXINHO, Dimas Moraes. A espacialização da soja em Mato Grosso. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (orgs.). **Geografias da Soja: BR-163: fronteiras em mutação.** Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2006.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. **Sansões e Guaxos: Suicídio Guarani e Kaiowá – Uma Proposta de Síntese**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. Cosmopolítica kaiowá e guarani: Uma crítica ameríndia ao agronegócio. In: **Revista Antropologia da UFSCar**, v.4. 2012

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina**. Seminário Internacional Conflito Social, Militarización y Democracia em América Latina – nuevos problemas y desafíos para los estudios sobre conflicto y paz em la región. Buenos Aires: Clacso-Osal, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço – Vol.4**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SACK, Robert. Human Territoriality: A Theory. In: **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 73, No. 1, p.55-74, 1983.

SACK, Robert. **Human territoriality, its teory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: edUSP, 1971.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.

SANTOS, Milton. “**É um tipo de egoísmo**”. In: Folha de São Paulo, Caderno Mais, p.5, São Paulo, 10/12/1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: CARDOSO, Ruth; KEHL, Maria Rita; BUCCI, Eugenio; et all (orgs.). **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Sociologia da Violência e do Controle Social**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SEEGER, Anthony. **Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus. 1980.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem Ferreira. Prefácio. In: LEVCOVITZ, Sérgio. **Kandire – O Paraíso Terreal**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Te Corá. 1998.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem Ferreira. **Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowá-Ñandeva como experiência antropológica**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem Ferreira; MURA, Fabio. **Historia y territorio entre los Guarani de Mato Grosso do Sul, Brasil**. In: Revista de Indias. 2004.

VIETTA, Katya. **Histórias sobre terras e xamãs kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados/MS), após 170 anos de exploração e povoamento não-indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. (Doutorado em Antropologia) – FFLCH, USP, São Paulo. 2007.

VIETTA, Katya. **“Pastor dá conselho bom”**: missões evangélicas e igrejas neopentecostais entre os Kaiowá e os Guarani em Mato Grosso do Sul. In: Revista Tellus. Ano 3, n. 4, 2003.

Anexo 01

Decreto Imperial:

“Decreto nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882

Concede permissão a Thomaz Larangeira para colher herva-matte na Provincia do Mato-Grosso.”

Decreto no Governo Provisório:

“Decreto nº 520, de 23 de Junho de 1890

Concede permissão ao cidadão Thomaz Larangeira para a exploração de herva-matte no Estado de Matto Grosso.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo á conveniencia não só de promover o desenvolvimento da industria extractiva de productos florestaes no Estado de Matto Grosso, como de augmentar a renda publica, resolve conceder permissão ao cidadão Thomaz Larangeira para a exploração de herva-matte em terrenos devolutos situados na fronteira austral do mesmo Estado com a Republica do Paraguay, sob as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

I - Os limites desta concessão serão: desde a foz do rio Dourados no rio Brilhante e por este até á sua foz no Ivinheima, por este até a sua foz no Paraná e por este até ser encontrada a foz do Iguatemy, fechando-se a área com uma linha recta deste ponto até a foz do rio Dourados no Brilhante. Esta concessão durará pelo tempo de dez annos, a que tambem fica restringido o prazo estabelecido pelo decreto n. 10.390 de 9 de outubro de 1889 e incorporada a sua área á de outra concessão de que já goza o concessionario pelo decreto n. 9692 bis de 31 de dezembro de 1886, constituindo ambas uma só e com os limites seguintes: desde as cabeceiras do ribeirão das Onças na serra do Amambahy, pelo ribeirão S. João e rios Dourados, Brilhante, Ivinheima e Paraná até ao Iguatemy e por este até ás suas cabeceiras na serra Maracajú e pela crista de ambas as serras até ás referidas cabeceiras do ribeirão das Onças.

II - O concessionario empregará mais 150 trabalhadores pelo menos para o preparo e fabrico da herva-matte pelos processos conhecidos, abrindo por sua conta as viagens necessarias.

III - O concessionario não poderá trabalhar na mesma feitoria fazendo novos córtes ou pódas dos herveas explorados sinão quatro annos depois da colheita, declarando por escripto no fim de cada safra ao Governo quaes os herveas trabalhados.

IV - E' obrigado a zelar e fazer zelar por seus prepostos as mattas e os herveas de modo que sejam conservados no melhor estado possivel, não permittindo que estranhos alli se estabeleçam sem autorização legal ou de qualquer fórma destruam as mattas e os herveas vizinhos. Outrosim, não poderá impedir directa ou indirectamente a colheita da herva-matte aos moradores do territorio de que trata a presente concessão, que vierem exclusivamente de semelhante industria e della tirarem os meios indispensaveis de subsistencia ou que já tenham anteriormente obtido concessão legal para isso.

V - Pagará a titulo de arrendamento pela presente concessão, sem prejuizo da contribuição a que está obrigado pela clausula oitava do referido decreto n. 9692 bis a quantia de 12:000\$ em tres prestações iguaes cada uma no primeiro semestre de cada quatriennio, a contar da presente data.

VI - Fará exportação do seus productos pelas duas estações fiscaes estabelecidas nas serras do amambahy e Maracajú, declarando nos saccos ou envoltorios a procedencia de seu conteúdo até que lhe seja possivel fazer a mesma exportação em porto do Estado de Matto Grosso, para cuja abertura é concedido o prazo de dous annos, o qual poderá ser prorogado por motivo da força maior, justificado perante o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas; devendo o concessionario abrir igualmente uma estrada de rodagem que ligue o interior do sobredito Estado ao referido porto.

VII - E' obrigado a produzir annualmente um milhão e quinhentos mil kilogrammas ou cera mil arrobas de herva-matte no terreno comprehendido na àrea a que se refere a ultima parte da clausula primeira, uma vez que as imposições fiscaes (geraes, municipaes e do Estado) não o colloquem em condições inferiores ás dos productos similares da Republica do Paraguay, isto é quando dessas imposições resultarem gravames no producto, que excluam a competencia ou a concurrencia nos mercados consumidores.

VIII - É livre ao concessionario representar-se por si, por firma social ou por companhia que organizar, devendo, porém, registrar na secretaria do mesmo Estado, sem prejuizo de outras disposições legaes, o teor do contracto que celebrar com terceiro, ou os estatutos da referida companhia, e ficando esta sujeita ás prescripções da legislação vigente.

IX - O concessionario é obrigado a remetter ao Governo, convenientemente acondicionados, todos os specimens vegetaes, animaes e mineraes, fosseis ou não, e bem assim artefactos indigenas, antigos ou modernos, esqueletos, ossos dispersos e quaesquer

outros objectos pertencentes á raça aborigene que encontrar e lhe parecerem uteis á sciencia.

X - O concessionario é obrigado a prestar ao Governo as informações que lhe forem pedidas e disserem respeito a factos e occurrencias de ordem publica que se derem em seus estabelecimentos, e a prestar, sempre que lhe for exigido pelo mesmo Governo, um relatorio completo do estado de sua industria, adeantamento que houver tido, processo empregado na fabricação, numero de braços em effectivo trabalho e suas occupações, quantidade do producto exportado e em deposito, e tudo o mais relativo á mesma industria.

XI - Esta concessão é intransferivel nos termos do decreto n. 376 de 5 de maio do corrente anno.

XII - O concessionario assignará nesta Secretaria de Estado o contracto de que trata a presente concessão no prazo de 30 dias.

XIII - A falta de observancia de qualquer das presentes clausulas sujeita o concessionario á multa de 2:000\$ a 4:000\$, que será imposta pelo Governo e cobrada administrativamente. Para que tenha logar a imposição desta multa é essencial a apresentação de documentos authenticos que façam certa a infracção, devendo ser sempre duplicada em caso de reincidencia; ficando salvo ao concessionario o direito de provar pelos meios regulares a injustiça que soffrer, afim de lhe ser restituída a importancia da mesma multa.”

Anexo 02

Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o Governo e Justiça do Brasil

"Nós (50 homens, 50 mulheres e 70 crianças) comunidades Guarani-Kaiowá originárias de tekoha Pyelito kue/Mbrakay, viemos através desta carta apresentar a nossa situação histórica e decisão definitiva diante de da ordem de despacho expressado pela Justiça Federal de Navirai-MS, conforme o processo nº 0000032-87.2012.4.03.6006, do dia 29 de setembro de 2012. Recebemos a informação de que nossa comunidade logo será atacada, violentada e expulsa da margem do rio pela própria Justiça Federal, de Navirai-MS.

Assim, fica evidente para nós, que a própria ação da Justiça Federal gera e aumenta as violências contra as nossas vidas, ignorando os nossos direitos de sobreviver à margem do rio Hovy e próximo de nosso território tradicional Pyelito Kue/Mbarakay. Entendemos claramente que esta decisão da Justiça Federal de Navirai-MS é parte da ação de genocídio e extermínio histórico ao povo indígena, nativo e autóctone do Mato Grosso do Sul, isto é, a própria ação da Justiça Federal está violentando e exterminando e as nossas vidas. Queremos deixar evidente ao Governo e Justiça Federal que por fim, já perdemos a esperança de sobreviver dignamente e sem violência em nosso território antigo, não acreditamos mais na Justiça brasileira. A quem vamos denunciar as violências praticadas contra nossas vidas? Para qual Justiça do Brasil? Se a própria Justiça Federal está gerando e alimentando violências contra nós. Nós já avaliamos a nossa situação atual e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo, não temos e nem teremos perspectiva de vida digna e justa tanto aqui na margem do rio quanto longe daqui. Estamos aqui acampados a 50 metros do rio Hovy onde já ocorreram quatro mortes, sendo duas por meio de suicídio e duas em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas.

Moramos na margem do rio Hovy há mais de um ano e estamos sem nenhuma assistência, isolados, cercado de pistoleiros e resistimos até hoje. Comemos comida uma vez por dia. Passamos tudo isso para recuperar o nosso território antigo Pyleito Kue/Mbarakay. De fato, sabemos muito bem que no centro desse nosso território antigo estão enterrados vários os nossos avôs, avós, bisavôs e bisavós, ali estão os cemitérios de todos nossos antepassados.

Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui.

Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos juízes federais. Já aguardamos esta decisão da Justiça Federal. Decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e enterrem-nos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos.

Sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui. Não temos outra opção esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Navirai-MS.

Atenciosamente, Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay”

Anexo 03

Lista com os deputados federais membros da Frente Parlamentar Agropecuária - 2017					
Deputados	Partido	UF	FPA por estado	Total de deputados por estado	Proporção (%)
ALAN RICK	PRB	AC	5	8	62,5
CÉSAR MESSIAS	PSB	AC			
JÉSSICA SALES	PMDB	AC			
ROCHA	PSDB	AC			
SIBÁ MACHADO*	PT	AC			
ARTHUR LIRA	PP	AL	3	9	33,3
GIVALDO CARIMBÃO	PHS	AL			
MARX BELTRÃO	PMDB	AL			
SILAS CÂMARA	PRB	AM	1	8	12,5
ANDRÉ ABDON	PP	AP	3	8	37,5
JOZI ARAÚJO	PODE	AP			
ROBERTO GÓES	PDT	AP			
ANTONIO IMBASSAHY*	PSDB	BA	12	39	30,7
ARTHUR OLIVEIRA MAIA	PPS	BA			
BENITO GAMA	PTB	BA			
CLAUDIO CAJADO	DEM	BA			
FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	PDT	BA			
JOÃO CARLOS BACELAR	PR	BA			
JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PR	BA			
JOSÉ ROCHA	PR	BA			
LUCIO VIEIRA LIMA	PMDB	BA			
PAULO MAGALHÃES	PSD	BA			
SÉRGIO BRITO	PSD	BA			
ULDURICO JUNIOR	PV	BA			
ANÍBAL GOMES	PMDB	CE			
ANTONIO BALHMANN*	PDT	CE			
DANILO FORTE	PSB	CE			
DOMINGOS NETO	PSD	CE			
GENECIAS NORONHA	SD	CE			
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE			
VITOR VALIM	PMDB	CE			
ALBERTO FRAGA	DEM	DF	4	8	50
AUGUSTO CARVALHO	SD	DF			
IZALCI	PSDB	DF			
RÔNEY NEMER	PP	DF	6	10	60
CARLOS MANATO	SD	ES			
DR. JORGE SILVA	PHS	ES			
EVAIR VIEIRA DE MELO	PV	ES			

MARCUS VICENTE	PP	ES						
PAULO FOLETTI	PSB	ES						
SERGIO VIDIGAL	PDT	ES						
ALEXANDRE BALDY	PODE	GO	10	17	58,8			
CÉLIO SILVEIRA	PSDB	GO						
DANIEL VILELA	PMDB	GO						
FLÁVIA MORAIS	PDT	GO						
HEULER CRUVINEL	PSD	GO						
JOÃO CAMPOS	PRB	GO						
JOVAIR ARANTES	PTB	GO						
LUCAS VERGILIO	SD	GO						
MAGDA MOFATTO	PR	GO						
PEDRO CHAVES	PMDB	GO						
ROBERTO BALESTRA	PP	GO						
ANDRÉ FUFUCA	PP	MA				5	18	27,7
CLEBER VERDE	PRB	MA						
HILDO ROCHA	PMDB	MA						
JUSCELINO FILHO	DEM	MA						
WEVERTON ROCHA	PDT	MA						
AELTON FREITAS	PR	MG	30	53	56,6			
BILAC PINTO	PR	MG						
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG						
CARLOS MELLES	DEM	MG						
DIEGO ANDRADE	PSD	MG						
DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG						
FÁBIO RAMALHO	PMDB	MG						
GABRIEL GUIMARÃES	PT	MG						
JAIME MARTINS	PSD	MG						
JÚLIO DELGADO	PSB	MG						
LEONARDO MONTEIRO	PT	MG						
LEONARDO QUINTÃO	PMDB	MG						
LINCOLN PORTELA	PRB	MG						
MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO	PR	MG						
MARCELO ARO	PHS	MG						
MARCOS MONTES	PSD	MG						
MARCUS PESTANA	PSDB	MG						
MÁRIO HERINGER	PDT	MG						
MAURO LOPES	PMDB	MG						
MISAEEL VARELLA	DEM	MG						
NEWTON CARDOSO JR	PMDB	MG						
ODELMO LEÃO*	PP	MG						
PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG						
RAQUEL MUNIZ	PSD	MG						

RENZO BRAZ	PP	MG			
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG			
SILAS BRASILEIRO*	PMDB	MG			
TONINHO PINHEIRO	PP	MG			
WELITON PRADO	PMB	MG			
ZÉ SILVA	SD	MG			
CARLOS MARUN	PMDB	MS			
DAGOBERTO	PDT	MS			
ELIZEU DIONIZIO	PSDB	MS	6	8	75
GERALDO RESENDE	PSDB	MS			
MANDETTA	DEM	MS			
TEREZA CRISTINA	PSB	MS			
ADILTON SACHETTI	PSB	MT			
CARLOS BEZERRA	PMDB	MT			
EZEQUIEL FONSECA	PP	MT			
FABIO GARCIA	PSB	MT	8	8	100
NILSON LEITÃO	PSDB	MT			
PROFESSOR VICTÓRIO GALLI	PSC	MT			
SÁGUAS MORAES	PT	MT			
VALTENIR PEREIRA	PMDB	MT			
ANDRÉ AMARAL	PMDB	PB			
BENJAMIN MARANHÃO	SD	PB			
EFRAIM FILHO	DEM	PB			
HUGO MOTTA	PMDB	PB	8	12	66,6
MANOEL JUNIOR *	PMDB	PB			
RÔMULO GOUVEIA	PSD	PB			
WELLINGTON ROBERTO	PR	PB			
WILSON FILHO	PTB	PB			
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE			
GUILHERME COELHO	PSDB	PE	4	25	16
JOÃO FERNANDO COUTINHO	PSB	PE			
KAIO MANIÇOBA	PMDB	PE			
ÁTILA LIRA	PSB	PI			
JÚLIO CESAR	PSD	PI	4	10	40
MARCELO CASTRO	PMDB	PI			
PAES LANDIM	PTB	PI			
ALEX CANZIANI	PTB	PR			
ALFREDO KAEFER	PSL	PR			
ASSIS DO COUTO	PDT	PR			
DIEGO GARCIA	PHS	PR	20	30	66,6
DILCEU SPERAFICO	PP	PR			
EDMAR ARRUDA	PSD	PR			
EVANDRO ROMAN	PSD	PR			

GIACOBO	PR	PR			
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR			
LEOPOLDO MEYER	PSB	PR			
LUCIANO DUCCI	PSB	PR			
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR			
LUIZ NISHIMORI	PR	PR			
NELSON MEURER	PP	PR			
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR			
REINHOLD STEPHANES	PSD	PR			
RICARDO BARROS*	PP	PR			
SANDRO ALEX	PSD	PR			
SERGIO SOUZA	PMDB	PR			
TAKAYAMA	PSC	PR			
AUREO	SD	RJ			
CELSO JACOB	PMDB	RJ			
CELSO PANSERA	PMDB	RJ			
CRISTIANE BRASIL	PTB	RJ			
EDUARDO CUNHA*	PMDB	RJ			
EZEQUIEL TEIXEIRA	PODE	RJ			
FELIPE BORNIER	PROS	RJ			
FERNANDO JORDÃO *	PMDB	RJ			
FRANCISCO FLORIANO	DEM	RJ	16	46	34,7
LEONARDO PICCIANI*	PMDB	RJ			
PAULO FEIJÓ	PR	RJ			
ROBERTO SALES	PRB	RJ			
SERGIO ZVEITER	PMDB	RJ			
SORAYA SANTOS	PMDB	RJ			
SÓSTENES CAVALCANTE	DEM	RJ			
WASHINGTON REIS*	PMDB	RJ			
ANTÔNIO JÁCOME	PODE	RN			
BETO ROSADO	PP	RN			
WALTER ALVES	PMDB	RN	4	8	50
ZENAIDE MAIA	PR	RN			
LUCIO MOSQUINI	PMDB	RO			
LUIZ CLÁUDIO	PR	RO			
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	5	8	62,5
NILTON CAPIXABA	PTB	RO			
SHÉRIDAN	PSDB	RO			
ABEL MESQUITA JR.	DEM	RR			
EDIO LOPES	PR	RR	2	8	25
AFONSO HAMM	PP	RS			
AFONSO MOTTA	PDT	RS			
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS	15	31	48,3

COVATTI FILHO	PP	RS			
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS			
GIOVANI CHERINI	PR	RS			
HEITOR SCHUCH	PSB	RS			
JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS			
LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS			
MARCIO BIOLCHI	PMDB	RS			
MAURO PEREIRA	PMDB	RS			
NELSON MARCHEZAN JUNIOR *	PSDB	RS			
ONYX LORENZONI	DEM	RS			
OSMAR TERRA*	PMDB	RS			
RENATO MOLLING	PP	RS			
CELSO MALDANER	PMDB	SC			
EDINHO BEZ	PMDB	SC			
ESPERIDIÃO AMIN	PP	SC			
JOÃO RODRIGUES	PSD	SC			
JORGINHO MELLO	PR	SC			
MARCO TEBALDI	PSDB	SC	10	16	62,5
PEDRO UCZAI	PT	SC			
ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB	SC			
RONALDO BENEDET	PMDB	SC			
VALDIR COLATTO	PMDB	SC			
JONY MARCOS	PRB	SE			
LAERCIO OLIVEIRA	SD	SE	2	8	25
ADÉRMIS MARINI	PSDB	SP			
ALEXANDRE LEITE	DEM	SP			
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PV	SP			
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP			
BALEIA ROSSI	PMDB	SP			
BRUNA FURLAN	PSDB	SP			
DUARTE NOGUEIRA *	PSDB	SP			
ELI CORRÊA FILHO	DEM	SP			
EVANDRO GUSSI	PV	SP	17	70	24,2
FAUSTO PINATO	PP	SP			
GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SP			
GUILHERME MUSSI	PP	SP			
HERCULANO PASSOS	PSD	SP			
MILTON MONTI	PR	SP			
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP			
PAULO PEREIRA DA SILVA	SD	SP			
VICENTE CANDIDO	PT	SP			
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	PODE	TO	6	8	75

CÉSAR HALUM	PRB	TO			
IRAJÁ ABREU	PSD	TO			
JOSI NUNES	PMDB	TO			
LÁZARO BOTELHO	PP	TO			
VICENTINHO JÚNIOR	PR	TO			
*Deputado Signatário (fora do exercício)					
** O estado do Pará não tem nenhum deputado integrante da FPA					
Fonte: FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária)					

Lista com os senadores membros da Frente Parlamentar Agropecuária - 2017		
Senador	Partido	UF
Gladson Cameli	PP	AC
Sérgio Petecão	PSD	AC
Benedito de Lira	PP	AL
Hélio José	PMDB	DF
Magno Malta	PR	ES
Rose de Freitas	PMDB	ES
Ronaldo Caiado	DEM	GO
Antonio Anastasia	PSDB	MG
Pedro Chaves	PSC	MS
Waldemir Moka	PMDB	MS
Cidinho Santos	PR	MT
José Medeiros	PSD	MT
Wellington Fagundes	PR	MT
José Maranhão	PMDB	PB
Ciro Nogueira	PP	PI
Álvaro Dias	PSDB	PR
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN
Acir Gurgacz	PDT	RO
Valdir Raupp	PMDB	RO
Romero Jucá	PMDB	RR
Ana Amélia	PP	RS
Dário Berger	PMDB	SC
Paulo Bauer	PSDB	SC
Eduardo Amorim	PSC	SE
Fonte: FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária)		

Anexo 04

Carta da Aty Guasu contra a vinda sorrateira da CPI da Funai ao Grosso do Sul

Através de notícias que caminham em forma de boatos pelos nossos tekoha, nós Guarani e Kaiowa da Grande Assembleia Aty Guasu soubemos que uma comitiva da CPI da FUNAI chegou aqui no estado do Mato Grosso do Sul.

Nos sentimos desrespeitados em nossos direitos por não termos recebido nenhum comunicado. Somos lideranças, temos nossas organizações originárias e temos o direito garantido pela Constituição deste país e por diretrizes internacionais de participação em toda e qualquer agenda que esteja relacionada com nossos direitos e com nossas vidas.

Nós somos os maiores interessados em barrar essa investida que criminaliza nosso movimento, através do enfraquecimento da FUNAI, que é alvo destes ataques, e também não foi avisada, ficando impedida de se defender dos ataques sofridos.

Quando vamos a Brasília, somos forçados por seguranças a cumprir os ritos e protocolos dos deputados para poder entrar no Congresso. Pois bem, se respeitamos isso, os deputados também devem respeitar nossos protocolos e os protocolos de nossas aldeias, é o mínimo que se espera quando se tratam de ações de órgãos federais usando de dinheiro público e em respeito a qualquer possibilidade de democracia.

Por que a comitiva veio desse jeito?, sorrateira feito cobra que se arrasta pelo mato? Ou vão apenas sentar com os sindicatos rurais usando dinheiro público em novo favor ao ruralismo? Ou tentar pegar algum indígena desavisado em algumas de nossas aldeias, que se sentindo pressionado possa dizer algo que seja útil para os deputados nas investidas que fazem contra nosso povo?

Depois das palavras ditas publicamente por Luiz Carlos Heinze, que faz parte desta CPI, na ultima semana sabemos que esta comitiva não vem apenas furtiva como cobra, mas sim a passos de capitães do mato, para desmontar a FUNAI e punir os indígenas pelo “atraso do Brasil”.

É um absurdo que parlamentares públicos ajam deste jeito, criando agendas que nos deixem impossibilitados de participar, como se não fôssemos também cidadãos. Parece que a comitiva já vem com sua “verdade” pronta, fazendo uma agenda de um lado só. E desrespeitando assim nossos modos, nossa organização e nossa coletividade, já avisamos que nos negaremos a falar em programações surpresas e invasivas. Tem que

avisar, temos que saber, é uma questão de respeito e de direito. Tem que respeitar nossos líderes, nossa organização. Sabemos que o Conselho do Povo Terena também não foi comunicado.

Soubemos que é a deputada Tereza Cristina que esta a frente desta comitiva. Ela não gosta de índio, nunca gostou, mas como deputada deve agir de maneira publica e respeitosa e não de maneira privada como as cercas das propriedades que ela defende. Ela estava naquela reunião do sindicato com os ruralistas que atacaram Nãnderu Marangatu. Na mesma tarde, as pessoas que estavam nesta reunião seguiram a fazendeira pra nos expulsar da terra, e ali dentro do tekoha foi assassinado o Simeão Vilhalva, que tinha 24 anos, que levou um tiro na cabeça.

Por isso nós, rezadores, lideranças e conselheiros da Grande Assembleia da Aty Guasu Guarani e Kaiowa, representando mais de 50 mil indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul, repudiamos a “agenda” desrespeitosa, arbitrária, sorrateira e criminalizadora da comitiva da CPI da FUNAI no estado do Mato Grosso do sul.

Por isso pedimos nesta carta ao Ministério Público e que os órgãos responsáveis **ANULEM IMEDIATAMENTE QUALQUER EFEITO OU DESDOBRAMENTO DESTA AGENDA**. Que até que ela não seja realizada claramente e de modo transparente e respeitoso ela não seja validada. Pois é feita impedindo a participação de nosso povo, na nossa forma de nos organizarmos prevista em lei. Nós somos os maiores atingidos por esta CPI e exigimos respeito com nossos direitos conquistados pelo sangue de tantos guerreiros e guerreiras.

Informativo e Nota da ABA em repúdio ao relatório da CPI FUNAI/INCRA 2

A ABA expressa sua profunda indignação e preocupação com acontecimentos recentes e futuros que antecedem, se instalam e podem suceder à constituição da CPI FUNAI/INCRA 2.

Foi ontem votado e aprovado o Relatório tal como proposto pelo relator Deputado Nilson Leitão, do PSDB e Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), conhecida como a Bancada Ruralista.

Contudo, dois importantes destaques propostos pela oposição, não foram ainda votados. Um destaque se refere às proposições. O outro aos indiciamentos. Importantes textos conclusivos do Relatório, em tese, podem ainda ser modificados.

Ao encerrar a sessão, em função da abertura da ordem do dia no plenário da Câmara, o Presidente da CPI deputado Alceu Moreira do PMDB e também membro da FPA informou que a reunião para a votação dos destaques estava convocada para terça-feira dia 23 de maio. Declarou que estava adiando a votação, tendo em vista "acordo com a oposição".

No Relatório aprovado, consta a proposta de indiciamento de 21 antropólogos e antropólogas. (Mais do que está sendo anunciado na mídia que ora fala em 9, ora em 15. Verificamos com os indiciados). O Relator retirou oralmente, o nome do antropólogo falecido Paulo Pepe da Silva e também o nome de um dos outros indiciados, falecido, servidor do INCRA, Carlos Antônio Dai-Prá.

Os indiciamentos são feitos sem fundamentação fática ou jurídica. O simples conhecimento e relacionamento prévio e atual que antropólogos/as estabelecem com as comunidades indígenas e quilombolas são considerados indícios de "conluio", de "parcialidade" e, em decorrência, são acusados de "fraudes" e de "falsidades ideológicas".

Desconhecem e desconsideram que o conhecimento aprofundado de uma comunidade indígena ou quilombola, como de qualquer outra comunidade tradicional ou moderna, é parte inerente dos procedimentos etnográficos consolidados da ciência antropológica e reconhecidos nacional e internacionalmente pelo campo científico. Propõem que os indiciamentos sejam distribuídos diretamente a Polícia Federal, sem que se obedeça a Constituição que exige que os indiciamentos sejam encaminhados à Procuradoria Geral da União (parágrafo terceiro do Artigo 58 da Constituição).

O Relatório aprovado desconsidera que todos os indiciados, indígenas lutando pelos seus direitos, missionários, servidores públicos da Funai e do INCRA e antropólogos (sejam eles servidores, professores universitários ou pesquisadores), estão realizando funções previstas na Constituição e nas leis em vigência. Encaminha para a corregedoria Procuradores da República pelo simples fato de exercerem suas funções, todas elas previstas na Constituição de 1988.

Os indiciamentos incidem nos estados que constituem importante base eleitoral da bancada ruralista, onde há interesse por terras desta mesma bancada ruralista: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Anexo 06

Carta do Grande Conselho Guarani e Kaiowa da Aty Guasu. Exigimos a punição dos assassinos do Massacre de Caarapó: Que o Estado pare de violar nossos direitos e que garanta a imediata demarcação de nossas terras tradicionais.

Terra indígena Ñamoi Guaviray – Caarapó – 02/07/2016.

Nós, Rezadores e rezadoras, lideranças, professores, mulheres, jovens e demais representantes de todos os Tekoha Guarani e Kaiowa do Estado do Mato Grosso do Sul presentes durante os dias 01 e 02 de julho de 2016 na reunião de nosso Grande Conselho da Aty Guasu escrevemos esta carta para o Estado e para as autoridades brasileiras para deixar clara as posições e exigências de nosso movimento.

Decidimos realizar esta reunião em Caarapó, na terra indígena Namõi Guaviray, uma das retomadas realizadas pelas famílias que estavam confinadas na Reserva de Te'ýi Kue desde 1920 pela força do Estado.

Vimos aqui antes de mais nada prestar solidariedade as famílias que foram massacradas pelo ataque paramilitar dos fazendeiros, que atacaram com armas de fogo e de maneira covarde o nosso povo, que feriram nossos parentes e assassinaram nosso querido agente de saúde Clodiodi, a última vítima dos últimos 25 ataques diretos e armados que sofremos do ruralismo em menos de um ano. O Conselho da Aty Guasu reafirma para a Reserva de Te'ýikue e para os mais de 10 acampamentos presentes nesta região, que hoje estão garantindo a retomada de nossos territórios tradicionais, que nós do Conselho estamos juntos nesta luta e que se for preciso, vamos unificar todos os territórios Guarani e Kaiowa para garantir a demarcação do Dourados – Amambaieguá. O conselho da Aty Guasu e todos os Kaiowa e os Guarani agradecem e reconhecem a luta de vocês da região de Caarapó e pela disposição de vocês em encarar a morte para defender a vida de nossas futuras gerações.

Lembramos ainda que esta retomada foi causada pelo próprio ruralismo e pelo latifúndio através do Sindicato Rural de Caarapó que logo após a publicação do relatório de identificação e demarcação do Grupo de Trabalho DouradosAmambaieguá I, reuniu mais de 500 ruralistas e políticos dos municípios da região, onde contestaram os estudos em andamento e prometeram reintegrar suas propriedades ao seu modo, repetindo o mesmo tipo de ação coordenada que vimos no ataque às famílias que vivem em Ñanderu

Marangatu, terra indígena que teve sua homologação suspensa pelo STJ. O ataque da milícia ruralista resultou no assassinato de Simeão Vilhalva ano passado, de modo idêntico e mais violentos vimos ser repetido em Caarapó. O que vemos hoje é uma manobra política do Sindicato Rural e Associação Comercial de Caarapó em tentar convencer os pequenos proprietários e as pessoas que trabalhavam nas fazendas, colocandoos contra os indígenas, que tem sido hostilizados e perseguidos na cidade. Pedimos a estas pessoas que reflitam sobre o problema histórico das demarcações, devido a política do Estado Brasileiro que desconsiderou a presença dos Kaiowa e dos Guarani na região, vendendo suas terras. Reflitam se a política morte provocada por esta posição é melhor forma de buscar resoluções justas para mediar os conflitos criados em defesa do latifúndio. Esta carta destinada as autoridades brasileiras está sendo escrita agora com o sangue de Clodiody, pois o sangue de todos os que tomaram na luta pela liberdade de nossos territórios e de nossas crianças, será sempre a tinta que usaremos para escrever a nossa história até que a justiça seja alcançada.

Queremos dizer para a FAMASUL e para os Sindicatos Rurais Paramilitares que apesar de vocês serem assassinos e continuarem atacando nossos Tekoha, nós não daremos nenhum passo atrás na luta pelas nossas terras que foram roubadas e que cada um que cair morto por vocês será um motivo a mais para que nossa luta se fortaleça. A cada tiro um novo passo, a cada cova aberta, nova terra retomada. Lhes garantimos isso.

Queremos dizer ao Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) que frente a este massacre covarde nós exigimos PUNIÇÃO IMEDIATA aos assassinos que são amplamente conhecidos e reconhecidos. Agradecemos o esforço do MPF para fazer justiça porem lamentamos profundamente a inércia dos outros setores. Vocês não podem ficar parados frente a tantas provas, vídeos e registros. Isto é mais que omissão, é participação e aceitação do Crime de Genocídio. Ficar parado significará mais uma vez entre tantas, como no caso dos assassinatos de Xurite, de Nísio, de Veron, de Simeão, dos irmãos Vera, de Denilson, de Dorival, Dorvalino, Ortiz, Oswaldo, Samuel, e de tantos outros e outras que tiveram suas vidas tiradas, garantir a impunidade dos assassinos de nosso povo, continuar sendo cúmplices e dar mais uma vez sinal verde para o Genocídio sofrido pelos Guarani e Kaiowa.

Dizemos ainda que não aceitaremos que nenhuma das lideranças indígenas de Te'yikue de qualquer um dos acampamentos de Retomada sejam presos. Nós não matamos ninguém apesar da dor coletiva de todas as famílias pelo ataque e o assassinato de Clodiody. Vocês enquanto Estado descumprem a constituição de 1988, não garantem

a demarcação de nossas Terras, nos deixam sem condições de vida, nem mesmo punem os assassinos de nossas lideranças e agora como sabemos querem prender líderes nossos? Isso não podemos aceitar e se por acaso acontecer saibam que entenderemos isso como uma declaração de deboche e guerra contra nosso povo. Se esta perseguição acontecer teremos então que desacreditar no Estado por completo e retomar nossos territórios por nossas próprias mãos.

Afirmamos que **NENHUMA LIDERANÇAS NOSSA SERÁ LEVADA** nem desta nem de nenhuma tekoha. Se apenas tentarem fazer isso paralisaremos todas as rodovias, retomaremos todos os nosso territórios imediatamente, e entraremos em Guerra com o estado porque aqui um pai perdeu um filho, nós perdemos um importante parente e nosso solo tradicional foi manchado novamente de sangue. Se um apenas for levado todos nós, de todas as tekoha iremos nos levantar, queimaremos os canaviais, destruiremos as plantações, mataremos os bois e retiraremos as usinas e as rodovias que ainda estão dentro de nossos tekoha nos explorando. Entendemos que se o Estado nos prender depois do que aconteceu ele não nos respeita e então honraremos a vida de todos os que morreram na luta direta. Entendam que nossa desobediência partiu de nossa dor, de nosso grito de chega e de nosso coração machucado por todos estes ataques. Vocês juízes se preocupem em cobrar o Executivo em garantir nosso direito a demarcação ao invés de perseguir nossos líderes depois de serem atacados por simplesmente lutarem para garantir os direitos de nosso povo.

A policia ao invés de nos defender, vem junto com o fazendeiro garantir nossa retirada da terra e depois quer nos punir, punir as vítimas de um massacre como se fossemos criminosos. Só tivemos confusão com os policiais depois do confronto por conta de alguns agentes foram reconhecidos no ataque e porque há muito tempo nos tratam piores que animais. Somos açoitados nas praças, nas ruas, nas esquinas, até mesmo dentro de nossa própria terra. Para defender dos ataques não vem, para prender nossos líderes montam verdadeiras operações. Lamentável para não dizer coisa pior.

Se não houver justiça, nossos rezadores e rezadoras iniciarão uma reza forte para que venha o vento forte, a chuva, os terremotos, as catástrofes, e para que os elementos naturais vinguem nossos guerreiros. Lembrem que isso já aconteceu no passado. Depois dos ataques paramilitares no ano passado nossos rezadores e reuniram, se unificaram com as lideranças e fizeram chover tanto que as pontes caíram e em outros períodos que a seca castigasse todas as plantações.

Tudo isso, as mais de 390 mortes nos últimos dez anos e a situação de Genocídio que nosso povo vive pode ser evitada se nosso direito constitucional e originário for respeitado, por isso exigimos mais uma vez que SEJA GARANTIDO IMEDIATAMENTE A DEMARCAÇÃO DE NOSSOS TERRITÓRIOS SAGRADOS E ORIGINÁRIOS.

Antigamente vivíamos do Rio Brillhante ao Rio Paraná. Éramos livres, sonhávamos, rezávamos, dançávamos e caminhávamos. Éramos felizes de nosso nascimento até o dia de nossa morte. Agora não ocupamos nem sequer 0,2 por cento de todas as terras do Mato Grosso do Sul. Genocídio e etnocídio afirmamos! Neste confinamento nossas crianças tem os rostos severose tristes e sorriem cada vez menos. Nossa demanda, de demarcação de todos os nossos territórios, nem sequer busca recuperar nosso território anterior e originário, mas sim apenas garantir algumas pedacinhos mínimos de nossos Tekoha Sagrados. Se todas as terras que pedimos para nosso povo forem demarcadas mesmo assim significará menos do que 2,5 por cento das terras do Estado de Mato Grosso do Sul, apenas migalhas de roubo histórico de nossos territórios que continuam avançando enquanto os ruralistas se aproveitam da paralização das demarcações.

Por isso temos pressa e por isso exigimos a demarcação já! Exigimos da Presidência da República a imediata homologação e a devida ocupação dos nossos territórios de Nanderu Marangatu, de Arroio Kora, de Potreiro Guasu, de Guyraroka, de Taquara, de Jatay'vári, de Yvy Katu e todos os demais que repousam sobre a mesa presidencial. Exigimos agilidade e compromisso da FUNAI e do MJ para finalizar o processo de Declaração das portarias de Pyellito Kue\Mbarakai, Lagoa Rica\Panambi, Ypoi e DouradosAmambaipeguá I. Exigimos da FUNAI o compromisso de continuar imediatamente com os Estudos dos GTs e o complemento dos Relatórios Circunstanciados de todas as mais de 50 tekoha que se encontram ainda com os procedimentos fundiários inacabados e até mesmo esquecidos, como é o caso dos Tekoha Laranja, Cerro'i e das áreas localizadas para a região de Jardim e de muitas outras.

Exigimos que para a finalização dos relatório destas terras seja respeitado tal qual o acordo do TAC\CAC dos PEGUA, firmado entre FUNAI e Ministério Público Federal ainda em 2007.

Queremos e exigimos que vocês brancos entendam de uma vez por todas que os verdadeiros antropólogos são OS NOS VELHINHOS E VELHINHAS, NOSSOS ANCIÕES, NOSSOS SABEDORES E HISTORIADORES. Que nenhum passo na

criação dos GTs ou da demarcação pode ser dado sem o acompanhamento de nossas lideranças e nossos mestres espirituais.

Neste sentido denunciaremos e combateremos o atual desmonte de nossos territórios que esta acontecendo dentro da FUNAI neste mesmo momento. O senhor Walter Coutinho tem se empenhado para acabar com nosso direito a terra tradicional, utilizando o que ele chama de “erros técnicos” para tentar desrespeitar nossa tradicionalidade e nossos direitos. Já pedimos e vamos continuar pedindo a saída dele do órgão indigenista. Queremos que o MPF leve ele de volta para onde ele veio ou para o mais longe que puder para que ele deixe nosso povo em paz.

A ultima manobra dele foi em relação aos estudos antropológicos para identificação e demarcação do nosso território de Douradospégua. Depois da bonita luta de nosso povo conseguimos conquistar novamente o GT de Douradospeguá que estava extinto. Cobramos da 6ª Câmara e da presidência da FUNAI que ele fosse criado e garantimos na luta sua criação porém Coutinho sem conversar com o nosso povo e desrespeitando tudo que já acordado com ele simplesmente nomeou uma antropóloga que não aprovamos e está usando politicamente nosso direito a ter o GT para continuar causando erros que atrapalhem a comprovação de nossa tradicionalidade. O GT deve ser mantido pois é nosso direito e não abrimos mão dele porem afirmamos que não aceitaremos imposição alguma do órgão indigenista e que se forem eleito antropólogos que não confiamos faremos a FUNAI trocalos quantas vezes forem necessários pois estamos cansados de desserviços e contralaudos encomendados pelos ruralistas. Queremos expressar aqui mais uma vez bem alto: FORA COUTINHO, VOLTE PARA ONDE VEIO!!!

Lembramos que a falta de demarcação de nossas terras é o principal pilar e motivo de nosso GENOCIDIO e que a inércia do Estado apenas garante mais mortes e dor para nosso povo que já sofreu demais.

Afirmamos também que para nós Roberto Peternelli não é nem sequer uma opção para assumir a FUNAI. Não aceitaremos a militarização de nosso órgão indigenista oficial. Este individuo faz discursos a favor da ditadura militar que para o nosso povo significou o fim definitivo de nossos territórios e a remoção forçada para campos de concentração onde fomos torturados. O que os militares fizeram com a gente nas Reservas ainda são feridas que jamais cicatrizaram. Se o Governo botar Peterneli como presidente terá dois trabalhos. O de colocar e o de tirar, pois o deboche será tamanho que iniciaremos um movimento nacional para que ele seja removido.

A indicação deste nome para a presidência da FUNAI só indica para nós que sofreremos durante este Governo Temer uma profunda repressão e uma pesada onda de violações de nossos direitos, violações iguais e(ou) ainda piores as que já vinhamos sofrendo no Governo anterior. Sabemos que o Governo Atual quer revogar os decretos da demarcação e alertamos que não o faça porque não nos sobrarão outra medida se não paralisarmos o país inteiro se isso ocorrer. Sabemos que a PEC 215, a portaria 303, e inúmeros outros instrumentos de morte estão sendo tocados a todo vapor dentro do Legislativo, pelas mãos da Bancada Ruralista e reafirmamos que combateremos em movimento nacional estes desmontes e que eles não serão exitosos.

Exigimos o fortalecimento da FUNAI ao invés de seu desmonte como vem ocorrendo. Que ela pare de pagar a conta pelos cortes de gastos públicos pois isso está causando também a morte de nosso povo. Hoje a FUNAI não tem nem sequer veículos para ajudar as aldeias e os antropólogos estão sendo cortados impedindo o órgão de cumprir com suas obrigações e garantir defesa qualificada para nosso povo. Governo: Pare de engordar ruralistas e seus sindicatos e associações com o Plano Safra, vindo do dinheiro público e garanta nossos direitos e os direitos do povo. Os ruralistas estão gordos e nutridos o suficiente pois continuam explorando nossas terras até hoje, mas prometemos, não será por muito tempo.

Quanto ao Judiciário queremos denunciar a perseguição que sofremos do juiz Fabio Kaiut Nunes que apesar de estar apenas em estágio probatório junto a primeira vara federal de Dourados tem realizado uma verdadeira cruzada contra nosso povo, inclusive tem forçado a polícia a cumprir ordem de despejo sobre risco de prevaricação mesmo quando a polícia entende a ação como excessiva e não quer cumprir. Atualmente este juiz persegue as famílias de Apykai, procurando todos os meios de garantir o despejo de um povo tão sofrido que já teve nove pessoas mortas e que vive em apenas três hectares em sua terra tradicional onde hoje incide terra do Bumlai. Queremos que o CNJ, que os tribunais, estudem as decisões deste juiz e veja sua prática contra nosso povo. Não permitiremos o despejo destas famílias, todos lutarão, o mundo saberá e gritaremos juntos em uma só voz: DEIXEM O APYKA'I VIVER.

Queremos deixar aqui um recado sensível também para o Supremo Tribunal Federal. Pedimos encarecidamente que os Ministros abandonem a estratégia de má fé do Marco Temporal e respeitem nosso povo. O Marco Temporal reabrindo nossas terras trará apenas morte para lugares que com muito custo se conseguiu garantir a vida. Guyraroka por exemplo. É preciso entender que Guyraroka se for desrespeitado no papel em uma

atitude que desrespeita a constituição de 1988, nossas lideranças jamais aceitarão serem removidas na prática. Para garantir a vida em Guyraroka muitos morreram e hoje os velhinhos já rezaram sobre aquela terra e a vida esta sendo constituída há muito tempo com nossas mãos e carinho com a natureza. Guyraroka fica em Caarapó e se tentarem tirar o povo de lá acontecerá infelizmente o mesmo que ocorreu com Te'yikue. Nosso povo resistira, todos nós, todos os Tekoha e haverá mais massacre, mais morte. Não acreditamos ser este o papel de Ministros do Supremo, desmontar a constituição para enterrar o nosso povo.

Por fim, mas não menos importante exigimos que o Estado garanta nossos direitos na saúde, educação e segurança. Nossos filhos morrem sem atendimento, como no ultimo caso de Kurusu Ambá, onde duas crianças (uma recém nascida) faleceram porque a saúde se nega a prestar atendimento aos acampamentos de retomada. Em todas as retomadas é o mesmo. Também parecemos sem direito a educação. Nos proibem ilegalmente de termos escolas em nossa retomadas nos punindo pela luta pela terra e tambem nem sequer manda ônibus escolar para que nossas crianças possam estudar em outras Reservas ou colégios. A segurança não existe e nestes últimos 25 ataques paramilitares por exemplo, fomos açoitados livremente mesmo que nosso povo em muitos casos tenham começado a denunciar a presença de fazendeiros e jagunços armados dois dias antes do ataque. Caso do Massacre de Caarapó. Exigimos o direito a saúde, a educação e a segurança imediatamente!

Esperamos que as autoridades e órgãos responsáveis entendam e atendam nossos pedidos pois eles estão sendo repetidos tantas vezes como temos tido nossas lideranças massacradas e assassinadas nestes últimos anos. Clodioidi e todos os que tombaram vivem nos passos do pequenos que já caminham nas novas retomadas. Não pararemos, pra nós a única escolha que temos é acessar nossos tekoha originários. Cabe ao Governo se mexer para evitar que este direito tenha de ser garantido sobre o peso do findar da vida de tanta gente. Demarquem nossas terras, garantam nosso território, respeitem nossos direitos enquanto não acontecer garantimos aos senhores que cada passo dado será em direção de nossas retomadas, sempre em frente, nenhum passo atrás, já esperamos demais.

Anexo 07

Nota pública do Aty Guasu à imprensa

As manifestações públicas das lideranças do povo Guarani e Kaiowá, nas últimas três décadas, ocorreram através da grande assembléia Guarani e Kaiowá Aty Guasu.

Assim, destacamos que ao longo da década 1990, frente às violências adversas contra povo indígena, as narrações ou versões das lideranças indígenas em parte foram e são distorcidas e ignoradas pelas autoridades brasileiras.

A historiografia oficial registra que entre décadas de 60 e 80, os fazendeiros recém assentados, aliados ao poder político da região Cone Sul e à ditadura então em vigor, começaram expulsar e dispersar de forma violenta as famílias grandes guarani-kaiowá dos seus territórios tradicionais tekoha guasu. Os atos etnocidas eram considerados pelas autoridades federais como normais/naturais, culpando e criminalizando os índios, fato que perdura até hoje. Diante desses atos truculentos dos poderes políticos e fazendeiros, na década 80 emergiu a grande assembleia guarani e kaiowá, Aty Guasu.

O objetivo do Aty Guasu foi e é o de fazer frente ao processo sistemático de etnocídio/genocídio, violências e a expulsão forçada das famílias extensas indígenas do seu território tradicional. Além disso, os membros-conselhos de Aty Guasu investigam e relatam todos os fatos violentos praticados contra os integrantes do povo Guarani-Kaiowá, convocando/intimando os membros indígenas violentados para narrar os fatos verídicos no seio da assembleia Aty Guasu. Os indígenas devem narrar e reproduzir os episódios-ataque dos pistoleiros, de modo repetitivo, a todas as lideranças do povo Guarani e Kaiowá. Neste momento de Aty Guasu, os membros guarani e kaiowá violentados foram e são interrogados publicamente por várias lideranças. Essa sessão de depoimento dos indígenas violentados intimados pelos conselhos do Aty Guasu é justamente para analisar os depoimentos dos próprios indígenas e concluir publicamente os fatos ocorridos pela assembleia do Aty Guasu.

Da Aty Guasu participam hoje centenas de lideranças guarani-kaiowá que investigam, interrogam e aprovam os depoimentos dos indígenas violentados durante os ataques praticados pelos pistoleiros em todas as regiões do Cone Sul de MS. É importante se observar que, entre essas lideranças-investigadores de Aty Guasu, estão indígenas graduados e pós-graduados em universidades públicas, portanto utilizam diferentes métodos e técnicas de investigações científicas conforme os fatos ocorridos. Somente

depois disso foram e são feitas as denúncias dos crimes variados contra o povo Guarani-Kaiowá. No que diz respeito ao xamã Nisio Gomes, nós lideranças-investigadores do Aty Guasu investigamos rigorosamente o caso do líder xamã Nisio Gomes, ouvimos em detalhe todos os rezadores, parentes, irmãos (ãs), filhas (os), netos (as) de modo repetitivo, na grande assembleia Aty Guasu. A partir de todos os depoimentos ouvidos e analisados no seio do Aty Guasu concluimos que a liderança religiosa Nisio Gomes de fato foi massacrado, assassinado e levado do tekoha Guaiviry no dia 18/11/2011 pelos pistoleiros das fazendas. Esta é conclusão definitiva que prevalece entre nós todos, os povos Guarani e Kaiowá.

Atenciosamente,

Tekoha Guaiviry-Aral Moreira-MS, 22 de dezembro de 2011.

Conselho do Aty Guasu.